



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM  
ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO (PPGCult)**

**SHEYLA GONÇALVES DA COSTA MOURA**

**RETERRITORIALIZAÇÃO, IDENTIDADES E MEMÓRIAS DOS  
MORADORES DA VILA PIAUÍ E DA VILA CEARENSE – ARAGUAÍNA-TO.**

**ARAGUAÍNA-TO  
2018**

SHEYLA GONÇALVES DA COSTA MOURA

**RETERRITORIALIZAÇÃO, IDENTIDADES E MEMÓRIAS DOS  
MORADORES DA VILA PIAUÍ E DA VILA CEARENSE – ARAGUAÍNA-TO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos de Cultura e Território.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros

ARAGUAÍNA-TO  
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

G635r Gonçalves da Costa Moura, Sheyla.  
RETERRITORIZAÇÃO, IDENTIDADES E MEMÓRIAS DOS  
MORADORES DA VILA PIAUÍ E DA VILA CEARENSE – ARAGUAÍNA-  
TO. / Sheyla Gonçalves da Costa Moura. – Araguaína, TO, 2018.  
175 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins  
– Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)  
em Estudo de Cultura e Território, 2018.

Orientador: Euclides Antunes de Medeiros

1. Espaço. 2. Lugar. 3. Identidades. 4. Territorialidade. I. Título

**CDD 306**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

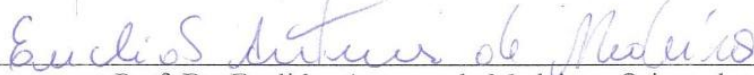
SHEYLA GONÇALVES DA COSTA MOURA

RETERRITORIALIZAÇÃO, IDENTIDADES E MEMÓRIAS DOS MORADORES  
DA VILA PIAUÍ E DA VILA CEARENSE – ARAGUAÍNA-TO.

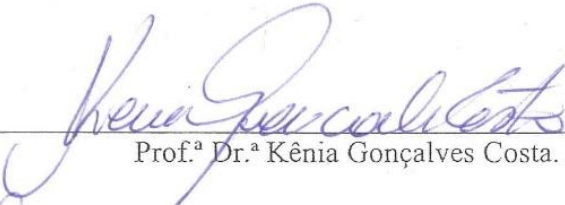
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território, e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

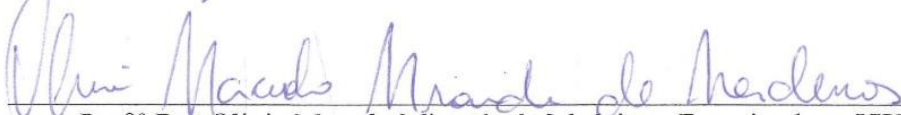
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros. Orientador, UFT



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kênia Gonçalves Costa. Examinadora, UFT



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olivia Macedo Miranda de Medeiros. Examinadora, UFT



Prof. Dr. Rodrigo de Freitas Costa. Orientador, UFTM

Aos moradores da Vila Piauí e da Vila Cearense por, voluntariamente, contribuírem com a produção dessa pesquisa, sendo protagonistas desse trabalho e contribuindo com meu crescimento epistemológico-cultural.

À minha querida família: a Ricardo da Conceição Moura, meu esposo, pelo apoio, compreensão e amor dispensados a mim durante essa jornada de estudos intensiva e a Gabriel Gonçalves Moura, meu filho, hoje com seis aninhos, por suportar minha ausência e pelo grande carinho que expressa todos os momentos me enchendo de beijinhos fofos que me animam e me fazem feliz.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Grande Mantenedor diário e minha Fortaleza, que me inspira e me fortalece em todos os momentos da minha vida.

Ao meu esposo, Ricardo da Conceição Moura, por iluminar minha vida com seu sorriso e carinho. Ao meu filho, Gabriel Gonçalves Moura pelos, muitos abraços carregados de inocência e amor. Vocês são imprescindíveis em minha vida. Essa vitória também é de vocês!

Ao meu Orientador e Professor, Euclides Antunes de Medeiros, por ser paciente e tolerante em sua atuação durante esse percurso acadêmico, contribuindo com meu crescimento cognitivo-cultural enquanto profissional e pessoa.

Aos professores do PPGCult, por construir junto conosco aulas de alto valor cognitivo que marcaram minha vida. Nunca mais serei a mesma! Cresci muito.

Aos meus familiares, pelas palavras de incentivo e por compreenderem minha ausência nas inúmeras comemorações e confraternizações, principalmente à minha mamãe, Maria do Carmo Pires Gonçalves. Vocês estão guardados no meu coração.

Aos meus amigos que nunca reclamaram minha falta, mas me encorajaram a continuar. Em especial, agradeço às minhas amigas Edlene Lopes de Sousa e Patrícia de Oliveira Menezes Godinho.

Aos meus colegas de curso pelo companheirismo, apoio mútuo e amizade construída ao longo do processo de formação, em especial, às minhas amigas Izarete da Silva de Oliveira, Maria Leal Pinto e Fernanda Rodrigues Lagares.

Aos moradores da Vila Piauí e da Vila Cearense por aceitarem participar dessa pesquisa de forma voluntária, desempenhando bem o papel de protagonistas desse estudo.

## **MEMORIAL**

### **Sou Nordestina...**

*Sou nordestina sim, senhor  
Esta é a minha identidade  
Apesar de sair da minha terra  
Apenas com 2 anos de idade*

*Sou nordestina sim, senhor  
Mesmo em outro espaço  
Nunca reneguei minhas raízes  
Trabalhei duro com ardor  
Mas conquistei meu lugar com amor*

*Sou nordestina apesar de lá não ter  
crescido  
No meio do meu povo, que dizem ser  
sofrido  
Mas o que vejo é um povo forte e  
aguerrido  
Um povo vitorioso e destemido*

*Sou nordestina sim, senhor  
Mas gosto do lugar onde estou  
É o meu lugar de coração  
Mas não deixo de ser nordestina não*

*Sou nordestina sim, senhor  
Gosto daqui  
Mas amo a terra de onde saí  
É algo que não se explica  
Sentimento que não se modifica*

*Sou nordestina na minha essência  
Buscando na memória  
Quem eu sou e como sou  
O que vivi, e o sentido da minha existência*

*Sou nordestina sim, senhor  
Trago na memória  
Do meu lugar de outrora, as histórias  
Minha querida mãe narra,*

### *As dificuldades e as vitórias*

*Sou nordestina sim senhor  
Nunca vou esquecer  
Tenho orgulho e amor  
Quando grande fui minha terra conhecer*

*Sou nordestina é assim que quero ser  
lembrada  
Mulher igual às outras, não nega seu valor  
Luta, sem nada impor  
Vida digna e dura no labor*

*Sou nordestina sim, senhor  
Nasci no Maranhão  
Na Cidade de Santa Luzia  
Assim, minha mãe dizia  
E o papel do tabelião*

*Sou nordestina sim, senhor  
Identifico-me com aqueles que se  
encontram em outros lugares  
Povo de punho e de valor  
Que não tem medo de enfrentar as  
dificuldades*

*Sou nordestina, não nego minha identidade  
Gosto de ser o que sou  
Sou resolvida com minha nordestinidade  
Arretada sou  
Mas vivo com dignidade*

*Sou nordestina sim, senhor  
Saí do Nordeste  
Mas o Nordeste está impregnado em mim  
E sou assim!*

*Sheyla Gonçalves da Costa Moura  
28/05/2018*

## RESUMO

Este estudo ressalta o processo de territorialização e identidades por meio das memórias dos migrantes constituintes das comunidades: Vila Piauí e Vila Cearense, situadas na Cidade de Araguaína-TO, numa abordagem interdisciplinar pautada nas narrativas com o objetivo de analisar a ocupação espacial e suas implicações na perda, em certa medida, das referências identitárias dos protagonistas dessa pesquisa, bem como, a (re)construção de seus valores no novo espaço durante a apropriação territorial: desterritorializando-se e reterritorializando-se ao ressignificar os sentidos que são mobilizados em outro espaço transformado aos poucos em um lugar construído. É por meio da oralidade que os migrantes nordestinos narram suas histórias se valendo dos mecanismos memória para expressar seus sentimentos imbricados nas territorialidades vividas e revelam suas identidades no espaço onde constroem e reconstróem-nas descentradas, dinâmicas, distintas e múltiplas que se metamorfoseiam num contínuo. Essa pesquisa foi desenvolvida com fundamentos no método da História Oral, precisamente utilizando a técnica de História de Vida por um viés interdisciplinar com base em entrevista semiestruturada, analisando as narrativas dos migrantes que, por força da memória, ainda que fragmentada, ficcionalizada, silenciada, esquecida e selecionada, expressam os sentidos que os motivaram a buscar um novo espaço para construir o seu lugar. Durante a pesquisa foram entrevistados quinze migrantes dentre eles, treze nordestinos, ou seja, a maioria. Ressaltamos que os participantes deste estudo desempenham o papel de protagonistas narrando suas histórias de vida e os fatos que norteiam o fenômeno da migração. Esse acontecimento social é narrado de modo particular por cada migrante imprimindo sentidos no decorrer das narrativas sob o processo de territorialização. Assim, a história da cidade de Araguaína é narrada a partir do olhar desses migrantes.

**Palavras-chave:** Espaço. Lugar. Identidades. Interdisciplinar. Territorialidade.



## ABSTRACT

This study highlights the process of territorialization and identities through the memories of the migrants who form the communities: Vila Piauí and Vila Cearense, located in the city of Araguaína -TO, in an interdisciplinary approach based on narratives with the objective of analyzing the spatial occupation and its implications in the loss, to a certain extent, of the identity references of the protagonists of this research, as well as the (re) construction of their values in the new space during the territorial appropriation: deterritorializing and re-territorializing by re-meaning the senses that are mobilized in another space gradually transformed into a built place. It is through orality that Northeastern migrants narrate their stories using memory mechanisms to express their feelings imbricated in the lived territorialities and reveal their identities in the space where they construct and rebuild them decentralized, dynamic, distinct and multiple which metamorphose into a continuum. This research was developed based on the Oral History method, precisely using the Life History technique by an interdisciplinary bias based on a semi-structured interview, analyzing the narratives of the migrants who, by force of memory, although fragmented, fictionalized, silenced, forgotten and selected, express the senses that motivated them to seek a new space to build their place. During the survey fifteen migrants were interviewed among them, thirteen Northeastern, that is, the majority. We emphasize that the participants of this study play the role of protagonists narrating their life stories and the facts that guide the phenomenon of migration. This social event is narrated in a particular way by each migrant impressing meanings in the course of the narratives under the process of territorialization. Thus, the history of the city of Araguaína is narrated from the look of these migrants.

**Keywords:** Space. Place. Identities. Interdisciplinary. Territoriality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

<b>Figura 1</b> – Creche Municipal Constantino Pacífico de Oliveira.....	144
<b>Figura 2</b> – Avenida Cônego João Lima em 1961 próximo à Praça das Bandeiras.....	146
<b>Figura 3</b> – Avenida Cônego João Lima em 2014 próximo à Praça das Bandeiras.....	148
<b>Figura 4</b> – Hospital e Maternidade Dom Orione na década de 1970.....	150
<b>Figura 5</b> – Mercado Municipal de Araguaína no ano de 1987.....	152
<b>Figura 6</b> – Praça das Nações de Araguaína na década de 1985.....	155
<b>Figura 7</b> – Praça das Bandeiras de Araguaína na década de 1983.....	156

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Demografia da Vila Piauí e da Vila Cearense.....	18
---	----

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Processo de territorialização dos migrantes da Vila Piauí e da Vila Cearense.....	15
<b>Mapa 2</b> – Localização da Vila Piauí e da Vila Cearense na cidade de Araguaína-TO.....	20

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Quantidade de migrantes por vila e naturalidade.....	14
<b>Quadro 2</b> - Dados dos Participantes da Pesquisa.....	22

## **LISTA DE SIGLAS**

APAE - Associação de Pais e Amigos do Excepcionais

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

DOE-TO - Diário Oficial do Estado do Tocantins

HDT - Hospital de Doenças Tropicais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

PIB - Produto Interno Bruto

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

2º BPM - Segundo Batalhão de Polícia Militar do Estado do Tocantins - Batalhão

Araguaia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I – TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA.....</b>	<b>27</b>
1.1 Processo de desterritorialização dos migrantes nordestinos .....	27
1.2 A mobilidade e a ocupação espacial .....	48
1.3 Afetividade com o lugar: uma (des)construção.....	60
<b>CAPÍTULO II - RETERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE .....</b>	<b>72</b>
2.1 Nordeste “sim, senhor” .....	72
2.2 Identidade do lugar.....	85
2.3 Identidade migrante-nordestina.....	97
<b>CAPÍTULO III - CONTRIBUIÇÕES DOS MIGRANTES NORDESTINOS PARA (RE)CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO .....</b>	<b>106</b>
3.1 Processo de apropriação dos espaços: reterritorialização-desterritorialização .....	106
3.2 Legalização fundiária do lugar: Vila Piauí e Vila Cearense.....	127
3.3 Nordestinidade e memória: Araguaína em foco .....	138
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>162</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS .....</b>	<b>167</b>
Narrativas Orais .....	167
Fontes Eletrônicas .....	169
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>169</b>

## INTRODUÇÃO

*“[...] À memória que repete, opõe-se a memória que imagina: para evocar o passado em forma de imagens, é preciso querer sonhar. Talvez o homem seja o único ser capaz de um esforço desse tipo”. (RICOEUR, 2007, p. 44).*

A imensidão do homem está em sua memória enquanto um fenômeno não somente individual, mas, principalmente, como uma construção social que busca relacionar acontecimentos do passado com o presente por meio de uma rememoração do passado; é o que percebemos nas narrativas dos migrantes moradores da Vila Cearense e da Vila Piauí – Araguaína-TO, não vendo a memória como algo apenas do passado, mas capaz de se relacionar com fatos atuais, significando-os e ressignificando-os conforme suas experiências rememoráveis, conflituosas ou não, ainda que tenha sido selecionada ou esquecida.

É por meio das narrativas dos sujeitos que a memória é expressa, sendo representada ou não, de forma consciente ou inconsciente. O pesquisador precisa estar atento a essas possibilidades e perceber o que é vivido e o que é recordado, rememorado por meio do mecanismo das lembranças que buscam representar os acontecimentos do passado carregados de ficcionalização da realidade presente.

A memória enquanto construção busca atribuir significado às experiências vividas no presente para, assim, permanecer “vivas”. É parte intrínseca das lembranças do indivíduo reelaborando a memória por meio de influências sociais, mas é por meio da linguagem que esse processo é capaz de acontecer, uma vez que a ideologia/pensamento/consciência determina o que é expresso pela linguagem e como é expresso, abordando a relação entre o conteúdo e a forma presentes nas narrativas dos moradores das referidas vilas.

As lembranças são mecanismos capazes de acionar a memória e são “materializadas” por meio das narrativas orais, entendidas numa abordagem interdisciplinar que se vale da linguagem para imprimir valores e significados a seus costumes e modos de vida; crenças e princípios; experiências e apreensões da realidade, ainda que inconscientemente. Não há neutralidade quando se narra a história.

Ao analisar as narrativas históricas dos migrantes sob a rememoração dos acontecimentos, fundamentamos nossa discussão corroborando com Portelli (1997, 2000, 2016), dialogando com Paul Thompson (2002) e Ricoeur (2007, 1994). Dessa forma, foi possível entender o processo da memória histórica e da memória social e sua complexidade subjetiva: imaginação, esquecimento, seleção, silenciamento desde a construção na infância, e aprendizagens e percepções cognitivas da memória relacionando passado e presente.

Assim, quando narramos a história, estamos tomando partido sob “forças ideológicas” existentes na sociedade. Esse processo pode ocorrer de forma inconsciente ou consciente. Portanto, compreender o agente social enquanto ser interdisciplinar é observá-lo não como um ser fragmentado, mas como um ser capaz de relacionar conhecimentos de diferentes áreas dentro de si e saber mobilizá-los para atuar em sociedade, ou seja, nas suas práticas sociais, se metamorfoseando e se adequando conforme as políticas territoriais e de convivências.

Porém, dentro das relações sociais, há relações de poder representadas pelo signo ideológico refletindo as estruturas sociais e que constroem a forma de agir e pensar o e no mundo ideológico. A linguagem por meio da oralidade é a forma de expressar o pensamento de maneira crítica e significativa sobre a realidade. A subjetividade da linguagem ideológica, os fatos linguísticos e filosóficos são discutidos com fundamentação teórica em Bakhtin (2006), a partir da oralidade dos nordestinos e não nordestinos protagonistas dessa investigação.

É no território que ocorrem as mudanças “arquitetadas” pelos agentes sociais, mas é por meio da linguagem que tudo se concretiza, na expressão da oralidade, das narrativas e da escrita. As narrativas orais dos moradores da Vila Piauí e da Vila Cearense procuram dar conta do que permeia suas memórias históricas. Por mais que a memória envolva o esquecimento, a seleção e a fragmentação do pensamento, não deixa de ser uma construção histórica.

Portanto, pensamos Cultura e Territorialidade a partir das narrativas dos participantes dessa pesquisa, pois esses dois grandes campos subsidiam e nos orientam nas análises dos discursos narrados, levando-nos a mobilizar a problemática da memória, do lugar e da identidade. Essas questões permeiam a oralidade dos migrantes que, enquanto retirantes, corroboram seu pertencimento a outro espaço.

O objetivo que subsidiou esse estudo foi investigar, por meio das memórias dos moradores migrantes da Vila Piauí e da Vila Cearense, o processo de territorialização: reterritorialização e desterritorialização, valorizando a percepção que os indivíduos têm da realidade por meio de suas narrativas, a significância e os sentidos reconstruídos no novo espaço diferente dos existentes na terra natal compreendendo os motivos que levaram suas famílias e/ou eles mesmos a “desbravar” novos territórios à procura de um espaço, transformando-o para reconstruir seu lugar. Tudo isso sob a problemática: até que ponto ocorreu o processo de territorialização na vida dos migrantes das referidas vilas e quais motivações fundamentaram a migração para outros territórios?

É de forma discursiva e narrativa que a memória se manifesta e põe em evidência um sistema de símbolos e representações produzidos ideologicamente por estruturas sociais dominantes. Foi por meio das narrativas orais que a memória ganhou seu espaço enquanto

história na tradição oral e hoje é marcada pela maneira de ver o agente social enquanto protagonista da história (história de vida) e não um mero coadjuvante.

A visão interdisciplinar da memória histórica por meio das narrativas, dá conta de mobilizar e interligar o real e o simbólico, história e memória, crenças e cultura, enfim, procura dar sentido e significado às categorias que formam e constroem o ser enquanto agente social numa abordagem interdisciplinar diante de uma realidade narrada que expressa a busca de se realizar em outro espaço, reconstruindo suas identidades e construindo novas identidades. O conceito de interdisciplinaridade: epistemologia, contextos e práticas interdisciplinares em prol da integração dos saberes, compreendendo o indivíduo a partir da maneira particular de ser e estar no mundo, bem como a migração enquanto fenômeno heterogêneo, plural e contínuo numa abordagem interdisciplinar sob o processo de territorialização em Pombo (2008).

Entender a cultura enquanto sistemas simbólicos e materiais é buscar compreender o ser humano em ação no território, no espaço, transformando-o em lugar por meio de suas experiências já acumuladas, construindo e reconstruindo outras experiências e, nesse processo, formando suas memórias a partir dos sentidos. Esses sentidos irão aparecer em suas narrativas, marcadas por sentimentos do passado e sendo atravessadas e modificadas pelos sentimentos do presente que buscam rememorar, sentimentos muitas vezes doloridos, carregados de remorso e/ou arrependimentos e, outras vezes, edificantes, bons, que expressam lampejos de felicidade.

Faz-se necessário lançar mão de alguns dados sobre o lugar de onde partimos para analisar as narrativas dos moradores da Vila Cearense e da Vila Piauí situadas na cidade de Araguaína-TO, pois segundo o Censo de 2016 lançado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Araguaína está situada no norte do Estado do Tocantins, sua emancipação ocorreu em 14 de novembro de 1958 e possui uma população de 173.112 habitantes numa área de 4000,416 km<sup>2</sup> com uma densidade de 43,27 hab/km<sup>2</sup>, localizada a 384 km de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Conforme dados do IBGE de 1964, em 1960 a demografia do município de Araguaína era composta por 20.325 habitantes. Esses dados demonstram o quanto a cidade cresceu em demografia e área territorial da década de 1960 ao ano de 2016 e o processo migratório é parte significativa desse crescimento. (BRASIL, 2017).

Os protagonistas desta pesquisa são, em sua maioria, do total de quinze moradores, oriundos da região Nordeste do Brasil, considerando que um é natural de São Paulo-SP e outro de Tocantinópolis-GO, pois, na época que nasceu, este município pertencia ao Estado de Goiás, hoje faz parte da jurisdição territorial do estado do Tocantins.

Desses quinze participantes, nove residem na comunidade da Vila Cearense e seis são moradores na Vila Piauí. Todos concederam entrevistas voluntariamente narrando suas

histórias enquanto migrantes, as quais foram analisadas sobre o processo de territorialização numa visão interdisciplinar, compreendendo esses indivíduos a partir de suas particularidades.

Os nordestinos migraram de várias cidades de três Estados: Maranhão, Piauí e Ceará. Considerando os seguintes dados: sete são naturais do Estado do Ceará; quatro pertencentes ao Estado do Piauí; dois oriundos do Estado do Maranhão; um do Estado de São Paulo e um do Estado do Goiás, hoje Estado do Tocantins (Mapa 1).

Por cidade, podemos dividir os participantes deste estudo da seguinte forma:

**Quadro 1 - Quantidade de migrantes por vila e naturalidade**

<b>Naturalidade</b>	<b>Vila</b>	<b>Quantidade de migrante</b>
Iguatu-CE	Vila Cearense	04
Buriti Bravo-MA	Vila Cearense	02
São Luís-CE	Vila Cearense	01
Oeiras-PI	Vila Cearense	01
Tauá-CE	Vila Cearense	01
Piracuruca-PI	Vila Piauí	02
Canto do Buriti-PI	Vila Piauí	01
Pedra Branca-CE	Vila Piauí	01
São Paulo-SP	Vila Piauí	01
Tocantinópolis-TO	Vila Piauí	01

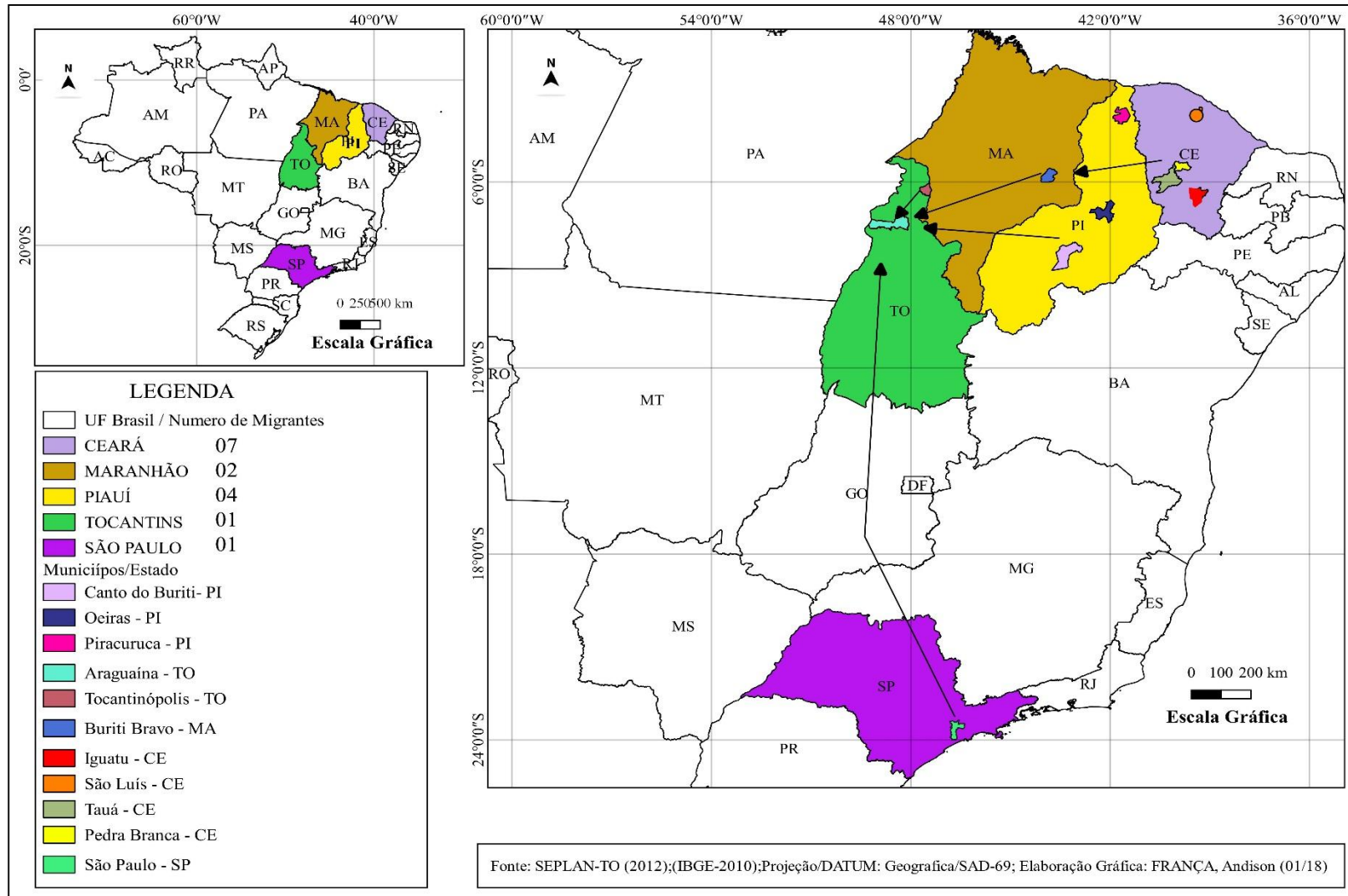
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa (2017/2018).

Totalizando quinze protagonistas desta pesquisa que narraram o processo de territorialização por meio da rememoração e a história de Araguaína do seu lugar de migrante. Dessa forma, constatamos que os migrantes moradores das vilas acima citadas são, em sua maioria nordestinos, ou seja, dos quinze narradores, treze são nordestinos oriundos dos Estados: Ceará, Maranhão e Piauí e dois não são nordestinos, naturais de São Paulo e Tocantins, porém quando nasceu era Estado de Goiás. No mapa a seguir estão contidos alguns dados explanados anteriormente.

Do Nordeste, veio importante parcela dos migrantes que se deslocaram para Araguaína-TO, como mostra o mapa 1:



**Mapa 1 – Processo de territorialização dos migrantes da Vila Piauí e da Vila Cearense.**



Fonte: SEPLAN-TO (2012); (IBGE-2010); Projeção/DARUM: Geografia/SAD-69; Elaboração gráfica: FRANÇA, Andison (01/18).

Durante as entrevistas, os migrantes sentiram-se à vontade para narrar suas histórias e foram voluntários, em certa medida, demonstraram satisfação em rememorar os fatos e acontecimentos de suas vidas, relatando desde a infância até o momento que migrou a procura de outro espaço e o processo de reterritorialização até 2018.

No decorrer dos três capítulos desse trabalho, observaremos o processo de territorialização por meio das narrativas dos migrantes interpretando os sentidos impregnados em suas histórias identitárias, considerando a rememoração dos acontecimentos por intermédio das lembranças enquanto mecanismo da memória, ainda que fragmentadas, ficcionalizadas, esquecidas e selecionadas, bem como a contribuição cultural desses migrantes a partir da transformação e uso do espaço.

A categoria de identidade foi discutida tendo como base as narrativas dos moradores das vilas anteriormente citadas, os quais são participantes voluntários desse estudo, bem como sob as concepções de Hall (2000, 2006) relacionadas com os posicionamentos de Ciampa (1987), compreendendo identidade enquanto construção cultural.

A temática que permeia o objeto de estudo dessa pesquisa subsidia a categoria de análise memória, que nos leva a compreender a rememoração, as lembranças e experiências dos moradores migrantes da Vila Piauí e da Vila Cearense. Ao discorrer sobre as memórias dos moradores das vilas pesquisadas, percebe-se a responsabilidade que a História Oral tem ao buscar interpretar os feitos humanos em diferentes contextos temporais/espaciais e registrar vivências pessoais em suas dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais sem deixar de valorizar os sentimentos/afetividade/sentidos dos sujeitos que narram suas experiências, uma vez que o sujeito constrói “parte” da história; deixa e carrega “marcas” do e no passado/ do e no presente, pois “as vidas humanas têm necessidades e merecem ser contadas”.

A linha de pesquisa *Paisagens, Narrativas e Linguagens* na qual está inserido este trabalho, abrange a complexidade do nosso objeto de estudo à medida que nos indica o caminho a ser seguido na compreensão das manifestações sociais/culturais nas relações sociais dos migrantes dentro das comunidades da Vila Piauí e da Vila Cearense, levando ao entendimento das dificuldades, desafios e (re)construção de relações sociais com os indivíduos do lugar enquanto “forasteiros/migrantes”, frente ao processo de desterritorialização, territorialização e reterritorialização vivenciado pelos protagonistas desse estudo.

Esta pesquisa é de caráter *stricto sensu* interdisciplinar ao subsidiar discussões sobre a cultura e o território a partir do olhar dos sujeitos da pesquisa, compreendendo a percepção que construíram e reconstruíram sobre o mundo e a região norte do país onde vivem, diante da realidade mutante e subjetiva, por meio da interpretação das narrativas orais cedidas

espontaneamente pelos moradores das vilas acima citadas; arcabouço teórico necessário para fundamentar a relação entre identidade de grupos (comunidade), memória (história oral/história de vida) e a percepção tempo/espaço que os indivíduos têm do lugar a que pertencem.

Assim, a relevância da pesquisa se dá em torno da compreensão da complexidade do objeto por meio da memória, das lembranças e experiências desses moradores tanto a memória individual quanto a memória coletiva que dão sentido para a vida desses sujeitos que narram suas histórias de vida ainda que selecionadas, recortadas, esquecidas, subtraídas ou silenciadas por meio de uma linguagem própria; uma oralidade que remete à cultura nordestina e a uma visão de mundo específica do sujeito migrante que sai de sua terra natal em busca de oportunidades de sobrevivência em outros espaços, levando e deixando marcas/sentidos no processo de territorialização.

Esses migrantes nordestinos e não nordestinos romperam fronteiras materiais dentro do território ao sair do seu lugar de origem rumo ao desconhecido, levando em sua bagagem incertezas, dificuldades e esperanças. No campo subjetivo, quebraram laços afetivos com seus familiares que permaneceram em sua terra natal e enfrentaram as fronteiras do preconceito no novo espaço simplesmente por ser migrante, sendo visto como “invasor” ao ocupar território, nesse caso, no município de Araguaína-TO.

Procuramos compreender, embasados nas concepções de Tuan (1980, 2013) dialogando com os pensamentos de Santos, et al (2007), o vínculo afetivo com o lugar de origem e a (re)construção dos sentidos no novo espaço transformando-o em lugar por meio dos seus valores, uso do território, o movimento e a circularidade territorial conforme a maneira particular de cada um sob a pluralidade cultural.

Já as particularidades culturais do Nordeste, bem como o ser nordestino no processo migratório sob a territorialidade e (re)construção dos valores culturais no novo espaço, são entendidas na visão de Costa (2009) conjugada com as concepções de Albuquerque Júnior (2009).

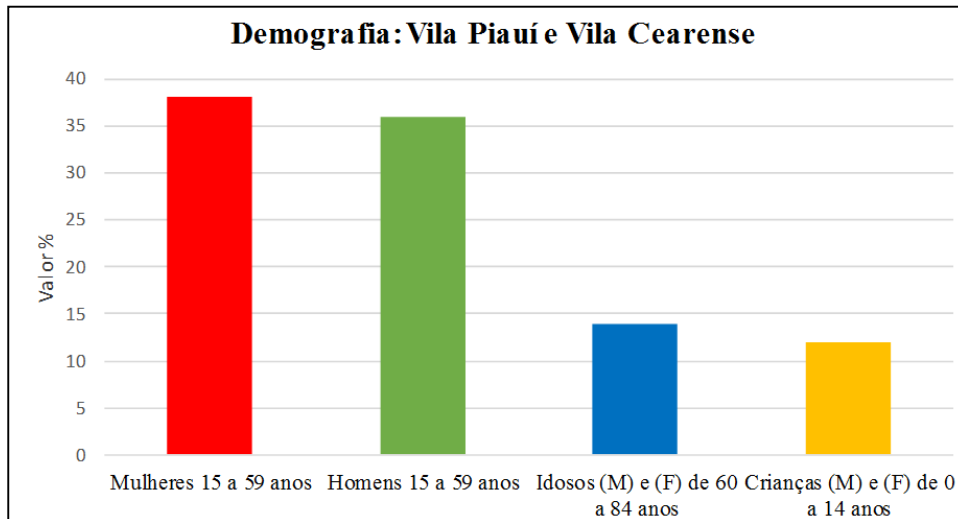
A demografia da Vila Cearense e da Vila Piauí consta no censo demográfico de 2016 no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 449 (quatrocentos de quarenta e nove) habitantes. Desses, 38% (trinta e oito por cento) são mulheres na faixa etária de 15 a 59 anos; 36% (trinta e seis por cento) são homens na faixa etária de 15 a 59 anos; 14% (quatorze por cento) são pessoas de 60 a 84 anos e 12% (doze por cento) são crianças de 0 a 14 anos. (BRASIL, 2017).

Diante desses dados, faz-se necessária a apresentação de um gráfico para facilitar a compreensão do quantitativo dessas comunidades constituídas no processo de territorialização.

Segundo as narrativas, a maioria dos participantes desse estudo migraram para a cidade de Araguaína-TO porque foram informados por terceiros que se tratava de uma cidade com um volume de chuva considerável, favorecendo o cultivo da terra e, conseqüentemente, sinônimo de sobrevivência. Além de oferecer oportunidades de trabalho em áreas diversificadas como constataremos no decorrer dos capítulos. Esse panorama econômico, político e sócio-cultural animou os protagonistas dessa pesquisa e suas famílias que não mediram esforços para migrarem para esse município com a bagagem repleta de esperança.

Porém, a ideia de uma cidade com um crescimento vertiginoso não era a única percepção que se tinha dessa localidade como veremos no decorrer das narrativas dos migrantes, revelando uma outra face de Araguaína-TO. Abaixo o gráfico 1 representando a demografia da Vila Piauí e da Vila Cearense.

**Gráfico 1 - Demografia da Vila Piauí e da Vila Cearense**



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE 2017.

Para compreendermos um pouco mais sobre as vilas ora analisadas, confeccionamos um mapa que remete à localização da Vila Cearense e da Vila Piauí dentro da jurisdição territorial do município de Araguaína-TO. As Vilas: Cearense e Piauí estão localizadas, segundo dados do BRASIL (2017), no Setor 080, no Distrito<sup>1</sup> 02109, sendo acessadas pela Av. Cônego João Lima no Entroncamento, após atravessar a Av. Bernardo Sayão.

A Vila Piauí é composta de uma rua somente: Rua Félix Maciel e Sousa que seguindo à Av. Defesa Ecológica e trafegando pela Rua Cruzeiro do Sul tem acesso à Vila Cearense composta pela Rua 01, Rua 02, Rua 03 e Rua Aparecida 04. A primeira vila composta por

<sup>1</sup>Os distritos urbanos são as subdivisões administrativas das cidades, em alguns países. Uma cidade pode ter vários distritos, bem como, cada um deles podem ter um determinado padrão, comercial, residencial, industrial ou mistos. (<https://www.educacao.cc/.../diferencas-entre-comarca-e-municipio-distrito-e-estado/>).

apenas uma rua e a segunda com apenas quatro ruas podem ser consideradas vilas pequenas, mas com grande significado para seus moradores que sentem orgulho em serem protagonistas da história dessas vilas.

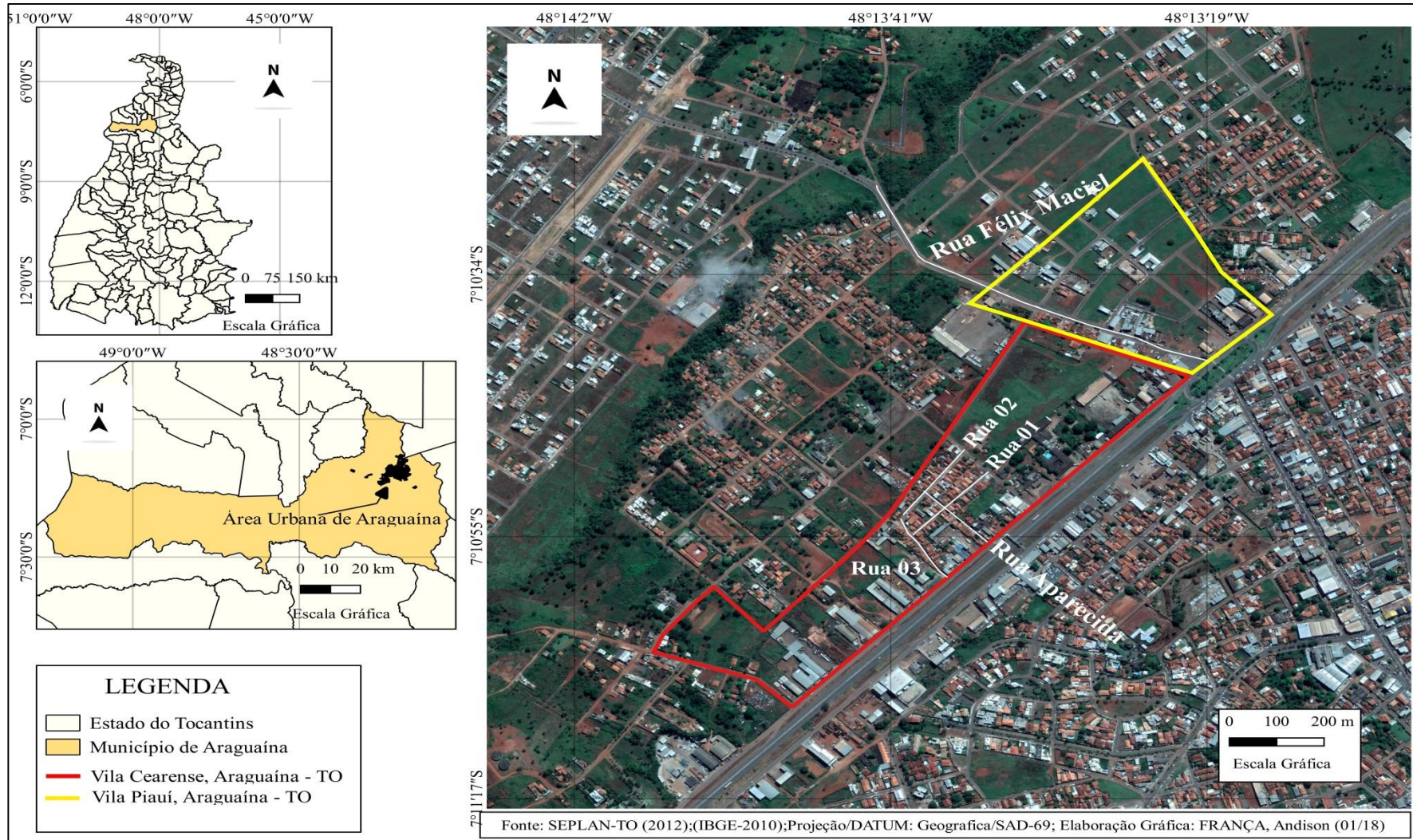
No campo econômico desde a década de 1970 com a construção da Avenida Bernardo Sayão (rodovia Transbrasiliana) a qual facilitou o acesso à cidade, muitos migrantes, principalmente do Nordeste viram em Araguaína uma oportunidade de melhorar a condição financeira de sua família. A atividade econômica da cidade tinha foco na agropecuária e na agricultura, por ser um território com grande volume de chuva. A maioria dos migrantes narraram que saíram de seu lugar a procura de uma espacialidade que tivesse água. Então, um dos motivos da maioria dos migrantes entrevistados escolherem essa cidade, foi por causa das chuvas e, conseqüentemente, da terra fértil, além de ser uma cidade com grande potencial econômico, sendo, atualmente, referência geopolítica no estado do Tocantins. (BRASIL, 2017).

Hoje, o setor terciário também gera emprego e é um campo forte na economia desse município. Dentre as atividades econômicas deste setor ressaltamos: o comércio ativo, educação, uma vez que Araguaína é considerada um polo universitário; saúde, telecomunicações área que um dos narradores dessa pesquisa ajudou a desenvolver ao desempenhar algumas funções na TV Anhanguera uma das principais emissoras de televisão da cidade; serviços de informática, administrativos, informática, transportes, enfim, o crescimento nesse setor e nos setores primário e secundário, oportuniza outros migrantes a se estabelecerem nesse município e contribuir com sua ascensão econômica. O PIB – Produto Interno Bruto de Araguaína é o segundo do Estado do Tocantins, abaixo somente da capital Palmas. (BRASIL, 2017).

Em Araguaína, esse movimento migratório impulsionou a vinda de agricultores nordestinos sem terras, na condição de mão de obra barata, migrando para povoados e periferias da cidade. Formando, assim, bairros muitas vezes típicos, com marcas dos habitantes, que, com suas práticas, modos de vida e costumes vão caracterizando o lugar, e até mesmo denominando com adjetivo pátrio referente à sua origem, como é o caso da Vila Cearense e da Vila Piauí, objetos de estudo neste trabalho. A seguir, é apresentado o mapa que demonstra a localização geográfica das referidas vilas:



**Mapa 2 - Localização da Vila Piauí e da Vila Cearense na cidade de Araguaína-TO**



Fonte: SEPLAN-TO (2012); (IBGE-2010); Projeção/DARUM: Geografia/SAD-69; Elaboração gráfica: FRANÇA, Anderson (01/18).

Os valores culturais que aparecem nas narrativas dos migrantes (re)construídos sob o processo de territorialização, fazendo parte intrínseca da identidade cultural de cada indivíduo, foram compreendidos à luz dos pensamentos de Eduard Palmer Thompson (2005).

Esta investigação foi desenvolvida com base no método da História Oral, na técnica de História de Vida por um viés interdisciplinar a partir de entrevista semiestruturada, compreendendo as narrativas dos sujeitos, bem como suas memórias individuais e coletivas, realizando entrevistas, transcrições, interpretações e análises das narrativas, confrontando a percepção de mundo dos sujeitos da pesquisa com as concepções teóricas analisadas e que estão dispostas na bibliografia. Foram entrevistados 15 (quinze) moradores com faixa etária entre 50 (cinquenta) e 90 (noventa) anos, de ambos os sexos, sendo os que ocuparam e constituíram as vilas no período que compreende o início da década de 1960 e o final da década de 1990. Os indivíduos entrevistados foram indicados pelos próprios moradores tanto da Vila Cearense quanto da Vila Piauí como sendo os moradores que residem o lugar há mais tempo.

Nessa perspectiva, tomamos como *corpus* as narrativas de 15 (quinze) moradores da Vila Cearense e da Vila Piauí, cedidas voluntariamente por esses migrantes nordestinos, sendo um paulista, nascido na capital São Paulo que hoje reside na Vila Piauí – Araguaína-TO e uma goiana, nascida na cidade de Tocantinópolis. Considerando o perfil das pessoas que possuem pouca ou quase nenhuma instrução escolar, tomamos o cuidado de adotar o método da conversação durante a entrevista semiestruturada e gravada para deixá-los à vontade e fazer seu discurso naturalmente, além de utilizar os dados e as narrativas sob os princípios da ética e com a devida autorização informal dos participantes da pesquisa.

As fontes orais acima foram utilizadas por meio de suas narrativas memorialistas enquanto migrantes nordestinos, em sua maioria, sendo um migrante paulista e uma migrante goiana e que estão referenciados no desfecho desta pesquisa, uma vez que foram citados no decorrer do texto acompanhados das datas que concederam as entrevistas. Assim, são tratados enquanto protagonistas deste estudo.

O quadro a seguir demonstra alguns dados relevantes sobre os migrantes que narraram suas histórias fundamentando essa pesquisa. As informações auxiliam na compreensão do corpus uma vez que contêm os nomes completos dos migrantes, a faixa etária, o município e o estado de origem, o tempo de residência e o nome da referida vila onde residem até hoje. Em negrito estão os nomes dos migrantes conforme são reportados no decorrer do texto sob autorização informal dos protagonistas deste estudo.

**Quadro 2 - Dados dos Participantes da Pesquisa**

Nº	Nome	Idade	Estado/Cidade	Quanto tempo reside na vila	Vila
01	Antônio <b>Josimar</b> de Oliveira	67	Ceará – Tauá	45	Cearense
02	<b>Eliomar</b> Alves de Oliveira	65	Ceará – Iguatu	48	Cearense
03	<b>Francisca</b> Alves de Oliveira	61	Ceará – Iguatu	40	Cearense
04	Joana Alves de Oliveira ( <b>Joaninha</b> )	84	Ceará – Iguatu	43	Cearense
05	<b>Marieta</b> Henrique <b>Pereira</b>	60	Piauí – Oeiras	32	Cearense
06	<b>Maria</b> Rodrigues <b>Loiola</b>	72	Ceará - São Luís	25	Cearense
07	<b>Manoel</b> Alves Coelho de Oliveira	50	Ceará – Iguatu	35	Cearense
08	<b>Raimunda</b> <b>Muniz</b> de Sousa	64	Maranhão - Buriti Bravo	41	Cearense
09	Raimundo Lopes de Araújo ( <b>Mundola</b> )	60	Maranhão - Buriti Bravo	29	Cearense
10	<b>Carlota</b> Silva Mendonça	83	Piauí - Piracuruca	35	Piauí
11	Hildebrando dos Santos ( <b>Paulista</b> )	68	São Paulo (capital)	38	Piauí
12	<b>Jacinto</b> Pereira do Nascimento	68	Piauí - Piracuruca	29	Piauí
13	José Romão da Silva ( <b>Zelão</b> )	76	Piauí - Canto do Buriti	38	Piauí
14	<b>Loide</b> Rodrigues Santana	65	Goiás - Tocantinópolis (época em que nasceu)	28	Piauí
15	<b>Marlene</b> Martins da Paz	63	Ceará - Pedra Branca	29	Piauí

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa (2017/2018). Outras informações sobre estes migrantes encontram-se na p. 168.

A Vila Cearense e a Vila Piauí, situadas à margem da rodovia Transbrasiliana (BR-153), que atravessa a cidade de Araguaína, ficam do lado oeste da cidade, onde a predominância é de residências com pouca área comercial. Oriundas de ocupações irregulares, começaram a ser habitadas na década de 1960.

Por serem fruto de ocupações por parte dos migrantes, as referidas vilas têm seu terreno disputado em lei desde 1974 e persiste a luta pela regulamentação fundiária<sup>2</sup> das propriedades

<sup>2</sup>O conceito de regularização fundiária está previsto no artigo 46 da Lei Federal nº 11.977/2009, que consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.



até o ano de 2017, acontecimento que será discutido ao longo do texto a partir das narrativas dos moradores.

É, portanto, nessa perspectiva, que refletimos aqui sobre o processo que envolve disputas territoriais, como fenômeno que engloba a lógica de ocupação e transformação do espaço, por meio das relações sujeitos-objetos naturais. Para discutir o processo de territorialização, desterritorialização, reterritorialização, territorialidade multidimensional na vida da sociedade, interterritorialidade, interculturalidade, bem como o processo de construção e conceituação de território e territorialidade, mobilizamos as concepções de Haesbaert (2006) conjugadas com os pensamentos de Saquet (2007).

O espaço habitado evoca uma série de fatores relativos ao processo de povoamento de um espaço/território, dentre eles: o êxodo rural e os movimentos migratórios, que levam pessoas, movidas por um sonho de melhoria de vida, a procurar um novo espaço para habitar. Assim, inicia a busca por um espaço onde se possa ter esperança de constituir um lugar de vivência ou até mesmo a luta pela sobrevivência, resultando, dessa forma nos processos de territorialidade (desterritorialização e reterritorialização). (SANTOS, et al, 2007).

Nessa vertente, este estudo tem como objetivo analisar o processo de ocupação da Vila Cearense e da Vila Piauí localizadas na cidade de Araguaína-TO e suas implicações, compreendendo o deslocamento dos indivíduos no processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização no espaço, bem como a construção e reconstrução da identidade por meio das intervenções culturais e territoriais dos migrantes da Vila Piauí e da Vila Cearense pautados na memória expressa na oralidade (narrativas) dos moradores dessas vilas; refletindo sobre em que medida ocorre a ressignificação de forma que aconteça a interferência da cultura dos indivíduos do lugar e/ou da região na cultura dos migrantes por meio das relações sociais dentro das comunidades da Vila Piauí e da Vila Cearense.

No capítulo I abordamos a territorialidade e a memória à luz das narrativas dos moradores migrantes da Vila Piauí e da Vila Cearense que relatam, por meio de suas narrativas, ainda que ficcionalizadas, esquecidas e selecionadas, como ocorreu o processo de desterritorialização da terra de origem e a reterritorialização no Norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, a partir da década de 1970, onde construíram, num espaço longínquo e estranho à primeira vista, um lugar para chamar de seu em meio à dificuldades diversas, medos, choque cultural, deixando para trás, por força das necessidades de sobrevivência, histórias que são rememoradas ao construir novos sentidos para sua vida na relação tempo-espaço-lugar conforme o mecanismo da lembrança que aciona a memória e os faz reviver o passado por meio do presente.

No capítulo II, tratamos, numa abordagem interdisciplinar, a identidade (ou identidades) descentrada dos migrantes a partir de suas narrativas que, a seu modo, trazem o processo de reterritorialização, a reconstrução e construção de identidades conforme “o palco da vida” se apresenta e/ou é pintado nas relações sociais por esses migrantes. Ressalta-se a capacidade desses indivíduos de se adaptarem a novos espaços com criatividade, eloquência, alegria, esperança, sorrindo da vida e para a vida, ainda que em meio aos problemas sociais como ausência de políticas públicas, se achando longe dos familiares, valendo-se de sua metamorfose identitária, revelando a essência da identidade nordestina, a crença, a força, a resistência e o orgulho de ser quem são e de lutar por dias melhores.

No capítulo III, pautados na oralidade dos narradores migrantes residentes na Vila Piauí e na Vila Cearense, ressaltamos a relevância das contribuições dos migrantes nordestinos e não nordestinos na construção do espaço e a partir de seus valores individuais ao atribuir sentidos à sua forma de viver agora não mais em sua terra natal, reconstruíram seu lugar apropriando-se dele nesse novo espaço. Percebemos, por meio de suas narrativas, uma disputa pelo território que ocuparam quando se instalaram nas referidas vilas, uma vez que lutam cerca de 40 (quarenta) anos pela regulamentação fundiária por parte do Estado para então requerer o reconhecimento legal do município de Araguaína-TO, através de documentação devidamente registrada em cartório. A regulamentação tem o poder de legitimá-los enquanto proprietários devidos do lugar que construíram a duras penas, superando os problemas oriundos do novo espaço, como: saneamento básico, ausência de pavimentação asfáltica, de energia elétrica, que, a princípio, não fazia sentido para os migrantes advindos da zona rural, mas que aos poucos aprenderam a atribuir sentido e compreender as relações sociais de outra forma, sobrevivendo ao descaso dos poderes públicos. Além disso, enfatizamos como era a cidade de Araguaína a partir do que emerge da oralidade desses migrantes nordestinos e não nordestinos por meio das memórias coletivas e individuais, por rememorarem o passado com tentáculos no presente.

Para melhor compreensão do objeto deste estudo, lançamos mão de alguns instrumentos linguísticos não verbais os quais são representações visuais dentro do domínio material, tais como: fotografias, gráfico, quadro e mapas. Utilizamos somente dois mapas que representam respectivamente o processo de territorialização dos migrantes e o espaço onde as vilas em tela estão localizadas no território araguainense. No quadro apresentado estão contidos dados relevantes dos migrantes nordestinos e não nordestinos participantes e protagonistas desta pesquisa. O gráfico tem sua importância por representar a demografia das duas vilas em discussão, e as fotografias, denominadas no decorrer do texto como *figuras*, foram inseridas para corroborar com as narrativas desses migrantes, dando sentido às descrições de algumas

localidades do município de Araguaína que eles narraram.

Não analisaremos as fotografias, pois nos serviram apenas enquanto ilustrações com o intuito de visualizarmos a Araguaína no final da década de 1960 conforme as narrativas dos migrantes, portanto não abordaremos a complexidade e a multiplicidade de sentidos da realidade sensível que compõe as dimensões abstratas e concretas das imagens, nos ateremos ao escopo daquilo que é narrado pelos migrantes sobre as localidades específicas da referida cidade.

Enquanto migrante nascida na cidade de Santa Luzia-MA., e residindo em Araguaína desde os meus dois anos de idade, confesso que foi um desafio escrever tanto sobre migração quanto sobre a história desse município a partir do olhar de outros migrantes procurando não interferir com minhas próprias concepções construídas sob as narrativas dos meus familiares também migrantes; missão impossível, mas ao mesmo tempo foi gratificante e um aprendizado que marcou a minha vida.

Ser migrante, construir meu lugar juntamente com minha família em outro Estado é gratificante e uma conquista coletiva e individual, por nutrir um sentimento de pertença. Hoje, sou funcionária pública concursada na área de segurança, ocupando o posto de sargento da Polícia Militar no 2º BPM - Batalhão de Polícia Militar do Estado do Tocantins. Sinto-me realizada enquanto pessoa e profissional nessa cidade que me acolheu.

Ressalto que retornei à minha cidade natal uma única vez, quando tinha dezoito anos. Tenho familiares que lá ficaram, mas não me identifiquei com aquele lugar, pois ao sair com dois anos não tive oportunidade de construir afeto pela cidade de Santa Luzia-MA. Então, para mim era tudo novo, como se nunca estivesse estado ali e ao mesmo tempo senti uma sensação de aconchego como se aquela espacialidade me abraçasse. Portanto, declaro que Araguaína-TO., é o meu lugar, onde cresci e constituí família; onde me encontrei enquanto cidadã e profissional. Gosto de morar nessa cidade e não tenho plano de residir em outra espacialidade. A minha história e, portanto, da minha família, subsidiou o interesse em estudar esse fenômeno social: a migração.

O sentido interdisciplinar nessa pesquisa está presente na relação entre os aspectos culturais implícitos nas narrativas dos protagonistas da pesquisa diante do modo como vivenciaram o fenômeno da migração, reconstruindo seu lugar em outra espacialidade e a forma como, por meio da memória demonstram sua identidade de migrante. A perspectiva interdisciplinar na qual nos apoiamos, está pautada nas concepções de Olga Pombo (2008), compreendendo que a migração é um fenômeno social e como tal, deve ser analisado por diversos campos da ciência e da história, dada sua complexidade e sua riqueza cultural por ser

um processo que gera impactos na construção e reconstrução das identidades.

O diálogo interdisciplinar entre o campo histórico e o social que envolvem o processo de territorialidade: desterritorialização e reterritorialização dentro do território por meio da migração, possibilitou a discussão dessa temática percebendo o aspecto afetivo do sujeito com o lugar já construído na cidade natal e a reconstrução afetiva pelo novo espaço à medida que imprime valores individuais sobre o território ocupado.

Os migrantes movidos por forças hegemônicas expressas pela ausência do estado sentiram a necessidade de migrar em busca de um devir; uma espacialidade para reterritorializar e reconstruir outro lugar onde pudessem chamar de seu.

Diante desse fenômeno migratório, apesar das dificuldades que norteiam esse processo social, esses indivíduos não esquecem quem são e nem de onde vieram: são migrantes e, em sua maioria, nordestinos. Identidades inerentes à sua existência no mundo, assim, sentem orgulho de quem são denominando as espacialidades ocupadas com nomenclaturas que referenciam suas identidades: Vila Piauí e Vila Cearense. A migração é um acontecimento histórico-social. Esse é o subsídio interdisciplinar desse estudo.

O processo de apropriação espacial e a legalização fundiária remete ao aspecto interdisciplinar dessa pesquisa, uma vez que esses migrantes enquanto sujeitos sociais se estabeleceram no território e deram continuidade à sua história sendo protagonistas, registrando em sua memória os acontecimentos e impetrando significados, valores e sentido.

Dessa forma, frente às discussões sobre os processos migratórios aqui analisados, percebemos uma riqueza plural, intercultural e interterritorial nas relações sociais sob a dimensão da territorialidade por meio das interpretações realizadas com fundamento nas narrativas dos migrantes nordestinos e não nordestinos protagonistas desta investigação teórico-metodológica. Embasados nos mecanismos da memória, os migrantes pintaram suas histórias e oralizaram à sua maneira por meio da rememoração dos acontecimentos imprimindo valores, sentidos e afetividade, os quais procuramos materializar utilizando a linguagem escrita numa tarefa desafiadora, porém, gratificante e que estão diluídos no decorrer dos capítulos a seguir, dando vida ao texto e levando-nos a partilhar dos seus sentimentos enquanto migrantes em uma abordagem interdisciplinar.

## CAPÍTULO I – TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA

### 1.1 Processo de desterritorialização dos migrantes nordestinos

A discussão sobre territorialidade e território será desenvolvida à luz das narrativas de alguns moradores da Vila Piauí e da Vila Cearense localizadas na Cidade de Araguaína-TO, com o objetivo de compreender como ocorreu a territorialidade desses migrantes por meio da percepção deles, buscando interpretá-los pelo viés da História Oral (História de Vida) e pautada em suas narrativas.

Para entender o processo de territorialização, é preciso partir do conceito de território que, nesse trabalho, compreendemos enquanto resultado da integração de diferentes dimensões sociais numa construção multifacetada por articulações que refletem as múltiplas relações de poder existentes no tecido social. O processo de territorialização é um fenômeno sócio-espacial multiescalar que envolve a complexidade das relações sociais num *continuum*.

É perceptível, nas narrativas da maioria desses moradores, que a causa maior do deslocamento de sua terra natal é fundada na ausência de um fenômeno natural: a chuva. De acordo com as narrativas desses migrantes, a terra não produzia o suficiente para a sobrevivência de suas famílias tanto no Estado do Piauí quanto no Estado do Ceará, motivando as famílias a procurarem outros espaços onde houvesse chuvas constantes e assim pudessem garantir o alimento para os seus. Porém, há migrantes que saíram de seu lugar de origem por outros motivos que serão explicitados em suas narrativas principalmente no terceiro capítulo mais precisamente na narrativa de Dona Carlota (2018).

Assim, para compreendermos o processo de desterritorialização dos migrantes nordestinos participantes dessa pesquisa, consideraremos suas narrativas, analisando em que medida ocorreu e de que forma ocorreu a desterritorialização, partindo de como era a vida deles em sua terra de origem, antes de se deslocarem para o antigo Norte de Goiás.

Entretanto, outros elementos importantes, tais como violência enfatizada por Dona Joaquina ainda nesse capítulo; exploração e condições de vida em geral precária abordadas dentre outros pelo Sr. Mundola (2017), somam-se ao fenômeno da estiagem como motivos para os deslocamentos do Nordeste para a região Norte do Estado de Goiás, hoje estado do Tocantins. Dona Joaquina (2017), uma moradora da Vila Cearense, expressa os motivos que fortaleceram a “vontade” de buscar outro espaço para morar:

*Aí eu falei assim, Zé [...] era meu esposo, disse que tem um homem chamado Bastin que tá carregando o povo pro Goiás, disse que lá é bom demais. E eu queria criar meus filhos num lugar mais [...] que não tivesse tanta coisa que nem tinha lá, dificuldade [...], a dificuldade era porque chovia pouco; o povo era muito vingativo. Se desse um tapa na cara dum, aquele podia marcar o caixão. Já ia lá e fazia a lista [...] a marca do caixão. (JOANINHA, Entrevista oral em 17/01/2017).*

Em sua narrativa, Dona Joaquina (2017) expressa que a principal dificuldade da sobrevivência de sua família era “[...] porque chovia pouco [...]” e com esse fenômeno natural escasso, as plantações não eram cultivadas de forma a atender suas necessidades. No caso dela, a violência vivenciada no lugar de origem parece ter o mesmo peso que a estiagem, ambos narrados pelo signo “*dificuldade*” denotativo de uma percepção do lugar onde vivia a partir de elementos negativos que interferiam na criação dos filhos. Percebe-se o início de um desenraizamento em relação ao lugar e o desejo de buscar um novo espaço, onde não existissem tais “*dificuldades*”, ou seja, a violência.

Enquanto para Dona Joaquina (2017) a cidade de Araguaína, na década de 1970, era uma referência de um território calmo e tranquilo, para Dona Carlota (2018), Araguaína era um território “*revolto*” e, quando foi inquirida por seu enteado a se mudar para a cidade supracitada, não hesitou em se negar, “*gente eu não quero ir porque dizem que em Araguaína o povo é muito revoltado*”. Essa contradição de perceptiva de um mesmo lugar mostra que o conflito de terras era uma realidade nesse território. Esse aspecto será mais discutido no terceiro capítulo.

O Sr. Zelão (2017), um morador da Vila Piauú, narra: “[...] *Aí quando foi em 82, em 81 perdi a safra, quando o milho tava saindo as faquinhas de boneca, a chuva faltava e ficava branquinho. No outro ano, se Deus quiser vamos ter uma boa planta. Eu plantei em 82, do mesmo jeito, meu Deus do céu o que eu vou fazer? [...]*”. Questiona o sagrado e a vida por causa da falta de chuva na região, o que agravava a situação do lavrador que plantava na esperança de colher para sustentar sua família.

Tanto na narrativa da Dona Joaquina (2017) quanto na do Sr. Zelão (2017), percebemos o “*desespero*” por plantarem e nada colherem para sua subsistência e de suas famílias. Entretanto, é perceptível também a esperança de que no próximo ano tudo iria melhorar, que iria chover e as plantações seriam colhidas. Nesse sentido, tanto um quanto o outro expressam, em sua linguagem, a ideia de um devir: seja a esperança de que a chuva venha no próximo ano, seja a esperança de encontrar um lugar melhor.

Diante da realidade que se apresentava sem esperança, o Sr. Zelão (2017) expressa uma interrogação: “[...] *meu Deus do céu o que eu vou fazer? [...]*”. Interroga a vida, a situação e a si mesmo, procurando na fé, naquilo que acreditava, uma razão para continuar, fazer acontecer,

buscando alternativas para responder essa pergunta. Uma indagação que lhe preocupava ano após ano procurando um lugar para escapar da dura realidade que o cercava, uma forma flexível de driblar o sofrimento contido em uma linguagem interna, um diálogo consigo mesmo que ganha forma no pensamento, pois, enquanto provedor, tinha consciência que sua família dele dependia para sobreviver. Esse diálogo interno mobiliza, “[...] o pensamento que não existe fora de sua expressão potencial e, por consequência, fora da orientação social desta expressão e do próprio pensamento [...]”. (BAKHTIN, 2006).

O Sr. Zelão (2017) vivia um dilema advindo de sua experiência em um espaço, tornado seu lugar por meio do processo de territorialização de seus antepassados e dele próprio na lida com a terra e seu clima de estiagem. Assim, refletia no campo ideológico na expressão do seu pensamento não em forma de conflito, mas de consenso, como veremos a seguir. A esperança movia-o a insistir com o plantio e a acreditar na roça enquanto forma de subsistir junto com suas famílias. Entretanto, as plantações geralmente não eram cultivadas em roça própria, mas em terra/fazenda de outrem com o acordo de dividir a colheita. No caso do Sr. Zelão (2017), a roça era do seu patrão que, segundo esse narrador, “lhe dera” moradia para ele e sua família, por essa razão nutria uma grande estima pelo proprietário da terra onde residia e trabalhava. “[...] *Era melhor do que meu pai [...]*”, afirma. É notória a construção de uma percepção afetiva acerca do patrão por parte do narrador, que considerava o proprietário da terra como “um pai”.

Nesse sentido, o signo “pai” é conotativo de uma percepção do trabalhador que ver o patrão como aquele que protege, que “dá” a terra para morar, que dispensa cuidado e afeto. A “permissão” para morar na terra é percebida como ato de doação e não como uma relação em que os interesses do proprietário são atendidos em detrimento à necessidade de sobreviver daquele que presta serviço diariamente de sol a sol visando sustentar sua família.

O narrador não só se considerava como pertencente à família, do proprietário da terra, mas concedia a ele um lugar de destaque: uma pessoa “[...] *melhor que seu próprio pai [...]*”. Consideramos que essa percepção, além de ser constituidora de um padrão de relação social entre proprietários de terras e agricultores pobres no Nordeste, era influenciada pela percepção que o narrador tinha do próprio pai, que, em seu dizer, “[...] *o velho era carrasco [...]*”. (ZELÃO, 2017), o que expressa um sentimento de repulsa diante das atitudes violentas do pai, motivo que o levou a sair de casa ainda muito jovem, com apenas 13 anos de idade.

De acordo com sua narrativa, ele teria sofrido várias agressões físicas de seu pai quando criança devido às inverdades sobre ele que sua madrasta relatava ao seu pai quando esse chegava do trabalho, tecendo intrigas entre ambos. Essas intrigas acabaram afastando os dois, pois, com 13 (treze) anos de idade, o Sr. Zelão (2017) fugiu da casa do pai e só o reencontrou

depois de 10 (dez) anos, então com 23 (vinte e três) anos e já pai de família também. Foi quando o pai, no ano de 1967, o convidou junto à sua família para morar novamente na fazenda e explicou que a esposa, madrasta do Sr. Zelão (2017), havia falecido. Nessa época, a família do narrador era composta por sua companheira e duas filhas. Apesar da decepção que havia tido com o pai, aceitou o convite e foi morar em sua fazenda, mas, por causa do forte temperamento do pai, não permaneceu ali por muito tempo.

*[...] O velho ia lá pra casa no inverno, o senhor achava que ele entrava dentro de casa, chovendo ele ficava na biqueira da casa, mais não entrava. O velho era carrasco. Desse jeito, ficava na biqueira da casa mais não entrava. Eu dito, ô xente o que ele viu? Tomou assim uma raiva, não sei como, por que. Porque a mulher não fazia nada pra ele, pra ele ficar com raiva assim. Aí quando foi em 68 eu pra traz, pra São Raimundo Nonato [...]. (ZELÃO, Entrevista oral em 03/04/2017).*

Percebemos que, mesmo depois do falecimento de sua madrasta, pai e filho não conseguiram restabelecer as relações de afeto e amizade inerentes entre pai-filho/filho-pai. Suas experiências de vida transcorridas durante 10 (dez) anos contribuíram para a construção de novos valores, os quais diferentes e somados ao gênio forte do pai (personalidade e/ou temperamento forte), resultaram na não consolidação da relação minimamente harmoniosa entre ambos.

Diante do exposto, percebe-se que, em seu processo de territorialização no Nordeste, seus afetos e desafetos familiares são projetados para o afeto com o lugar, provocando seus deslocamentos, e projetados também nas relações sociais, contribuindo para o exercício da dominação simbólica como já aludido anteriormente, onde uma relação de exploração entre o proprietário e o narrador é percebida por este último como afeto.

Voltando à narrativa de Dona Joaquina (2017), ela tinha esperança de criar seus filhos em outro espaço que não tivesse um “[...] povo vingativo. Se desse um tapa na cara dum, aquele podia marcar o caixão [...]”. São valores morais expressos na preocupação de criar os filhos em uma “localidade violenta”, pois sendo mãe de 26 (vinte e seis) filhos, não queria expô-los a influências sociais dessa natureza. Pensar nos processos de desterritorialização e reterritorialização na perspectiva cultural, é ter consciência da indissociação dos aspectos econômicos (subsistência), religiosos (fé e esperança) em dias melhores, morais (preservação dos valores), políticos (poder do Estado) e da classe hegemônica, direito a um lugar para viver, nesse caso, sobreviver.

Assim, o processo de desterritorialização pode ser entendido enquanto processo de exclusão social que impulsiona o fenômeno de mobilidade espacial, rompendo fronteiras



territoriais que tornam-se flexíveis e possibilitam contato com outros grupos e com outros territórios devido a emergência da necessidade de novas formas de se organizar no espaço. Já o processo de reterritorialização compreende-se como a reorganização em um novo espaço como resultado da fragilização territorial onde grupos sociais foram segregados e sentiram necessidade de se reterritorializar em outro espaço.

Sobre o senhor conhecido como Bastin, citado por Dona Joaquina (2017) anteriormente, esta afirma que era um homem conhecido na região e que sempre fazia viagens trazendo pessoas para o norte de Goiás, hoje estado do Tocantins: “[...] *Trazia os desenganados e levava os arrependidos que vinham e queriam ir pra trás [...]*”. O pleonasma: “[...] *ir pra trás [...]*” remete a uma ação de retorno que envolve mudanças de plano na vida de toda família que ficava na contramão da esperança de dias melhores naquele lugar onde se encontravam, levando-os a abandonar seus planos de vida no lugar já construído na cidade de origem: seu lugar, para ir em busca de um espaço que pudessem transformar em um lugar para ser chamado de seu, “[...] O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”. (TUAN, 2013, p. 11).

Dona Joaquina (2017) se sentia segura no seu lugar, mas sua condição financeira fragilizada pela falta de chuva que contribuía para uma lavoura sonhada e não efetivada, pois não emergia da terra, ou seja, as sementes plantadas carregadas de esperança, não germinavam porque não foram regadas pela mãe-natureza, foi preponderante para Dona Joaquina (2017) desejar um espaço em outro estado para viver com sua família.

Esse sentimento de pertença é tão forte que o indivíduo é capaz de deslocar-se a longas distâncias, de uma região para outra em busca de um espaço sobre o qual possa afirmar: “[...] *Esse é o meu lugar! Não troco por nada! [...]*”, expressões recorrentes mobilizadas pelos narradores. Sentir-se parte do ambiente onde vive é um sentimento construído na relação com o espaço que é modificada e transforma o sujeito que ali experimenta a vida, territorializando-se em um espaço que transforma afetivamente em “seu lugar”, “[...] O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. (TUAN, 2013, p. 14).

O espaço à medida que vai sendo impregnado pelos valores dos agentes sociais, vai transformando-se em lugar, o seu lugar que passa a ter sentido uma vez que representa segurança e afetividade. O gosto pelo lugar é individualizado, pois cada um se identifica com algo ímpar sobre e no lugar.

Entendemos espaço e lugar de acordo com a concepção de Tuan (2013), onde o primeiro tem um sentido mais abstrato enquanto o segundo é construído quando o indivíduo o dota de

valores e passa a se sentir parte do lugar, mas espaço e lugar são inerentes um ao outro, um não existe sem o outro e ambos compõem o território que é mobilizado pelos sujeitos sociais conforme seus interesses.

Em outro trecho da narrativa, ela afirma que quase ia voltando arrependida porque quando chegou “[...] *no Goiás [...]*” na Cidade de Carmolândia, encontrou em uma casa 5 (cinco) pessoas em suas camas com “maleta”, conhecida também por malária e que essa doença matava muita gente e ela teve medo que seus filhos, ela e o marido fossem acometidos com essa doença. (JOANINHA, 2017).

A migração é um fator preponderante no processo de territorialização das cidades brasileiras. Esse fenômeno de mobilização espacial da população é desencadeado, em boa medida, por fatores econômicos. Na região norte do Brasil, especificamente no estado do Tocantins, a expansão demográfica está fortemente ligada à abertura da rodovia Transbrasiliana, que impulsionou o movimento migratório para as cidades do Tocantins à época Norte do Goiás, incluindo Araguaína, a que apresentava uma maior propensão ao crescimento econômico. As cidades no entorno de Araguaína também eram procuradas pelos migrantes, incluindo Dona Joaquina (2017), que, em seu deslocamento com a família para a região, se instalou primeiramente na cidade de Carmolândia: “[...] *Cheguei na Carmolândia, passemos 15 (quinze) dias. Eu ia voltando arrependida [...]*”. (JOANINHA, 2017).

No caso de Dona Joaquina (2017), ela escolheu a Cidade de Carmolândia devido acreditar que teria mais oportunidade de lidar com a roça juntamente com seu esposo e os filhos mais velhos. Após residir com a família por um período de três anos se deslocando entre a região de Carmolândia e Jacilândia, ou seja, na zona rural dessas cidades, Dona Joaquina (2017) e sua família se mudaram para Araguaína.

O estado do Tocantins é constituído por cidades pequenas, sendo a capital Palmas e Araguaína, consideradas as maiores cidades do Estado. Percebe-se aqui a não consecução daquele devir, enquanto possibilidade de reconstruir relações semelhantes com as vividas no lugar de origem. Embora tendo encontrado um espaço onde não é recorrente o fenômeno da estiagem, continuar vivendo da agricultura não foi possível. A narradora se viu, mais uma vez, impelida a realizar um deslocamento. Dessa vez para o meio urbano.

O estado do Tocantins, Norte de Goiás na década de 1970, era procurado por ser percebido com um espaço de oportunidades de crescimento no sentido econômico, e muitos migrantes buscavam um espaço para transformar em seu lugar. No caso da Dona Joaquina (2017), ela expressa seu desapontamento inicial: “[...] *Eu ia voltando arrependida [...]*”, suas expectativas daquele lugar ainda estavam em construção, por não conhecer a região, porém,

quando passou a conhecer, por meio dos seus deslocamentos, decidiu ocupar um espaço na cidade de Araguaína, onde permanece até hoje. Esse espaço tornou-se o seu lugar: a Vila Cearense.

Essa relação sensível com o outro e com o mundo espacial constrói sentido para sua vida e, hoje, com 84 (oitenta e quatro) anos, rememora seu deslocamento como um acontecimento mágico que mudou sua vida para melhor. Não se arrepende de ter construído seu lugar na Vila Cearense na cidade de Araguaína, antes, sente-se parte do espaço e verdadeira construtora de seu próprio lugar. Assim viveu, por meio desses deslocamentos, o processo de territorialização e reterritorialização nesses espaços.

O processo de desterritorialização, não só dessa migrante, mas dos outros moradores nordestinos, bem como de outras regiões que residem nas vilas ora analisadas, pode se refletir no processo de adaptação de pessoas que saíram da zona rural de uma cidade no nordeste ou de outra localidade geográfica como o Sr. Paulista (2018) que migrou da região sudeste para a região norte se reterritorializando na zona urbana de outra cidade localizada em outro Estado e em outra região, talvez deixando de agir de certa forma para agir de uma maneira diferente do que estavam acostumados devido à realidade em que se encontravam. A vida na roça, segundo as narrativas, é sofrida, sempre trabalhando debaixo do sol quente, “[...] vou caçar um meio para mim, tô cansada aqui de trabalho no sol quente [...] Aí vim pra cá e me dei bem [...] minha renda hoje é minha aposentadoria e vender geladinho, minha vida é essa [...]”. (MARIETA PEREIRA, 2017).

Percebemos o contraste nos modos de agir relacionados ao trabalho na zona rural e na zona urbana expressos na narrativa da Dona Marieta Pereira (2017), pois, enquanto viúva, pode contar com um valor pecuniário mensal e fazer um “bico” (renda extra) vendendo *geladinho* na comodidade de sua casa. A vida na roça é pautada na simplicidade, além de considerar que essa roça se localizava em uma região com pouca chuva e com ausência de rio, segundo a narrativa de Dona Marieta Pereira (2017) que, desde pequena, já ajudava a família a pegar água nos açudes, “[...] eu tinha nove anos mas já ajudava, carregava uma água né, sempre eu ajudava [...]”. Uma vida simples, mas sofrida pela ausência de água. Não tinha rio próximo à sua casa e nem açudes, o que dificultava o desempenho das tarefas diárias, como higiene pessoal, o preparo dos alimentos, o cuidado com os animais domésticos e de criação (galinha e bode) que tinham no quintal, em sua propriedade, pois a terra onde morava junto com sua irmã mais velha, após o falecimento de sua mãe, era do seu pai.

Quando veio morar aqui na cidade de Araguaína, mais precisamente na Vila Cearense, Dona Marieta Pereira (2017) (2017) que é piauiense, nascida na cidade de Oeiras, já tinha vinte

e dois anos. Desde criança viveu na roça até sentir-se obrigada a sair de sua terra de origem, pois sentia-se cansada do trabalho duro debaixo do sol escaldante, saiu em busca de um espaço para viver, deixando para trás uma cultura rural e passou a viver em um novo espaço onde teve contanto com outra cultura, outra forma de viver. Porém, o processo de territorialização não se configura na vida de Dona Marieta Pereira, uma vez que ela teve o controle de sua mobilidade social e decidiu sair de sua cidade natal em busca de emprego. Ela teve autonomia de decidir permanecer na sua terra natal ou sair em busca de sua independência financeira, construir uma família e sentir-se capaz de vencer as dificuldades que a vida lhe apresentou, como a perda de sua mãe em tenra idade.

Já o processo de desterritorialização atingiu Dona Joanhina (2017) e sua família. Segundo sua narrativa, a cidade de Iguatu-CE não oferecia mais esperança de melhores dias e melhores condições de sobrevivência com sua família que, por sinal, era uma família grande. Era mais uma entre os “desenganados”. Sentindo-se excluída socialmente e percebendo a dura realidade de não ter condições financeiras para sustentar sua família, sentiu-se obrigada a deixar seu lugar de pertença para procurar outro espaço, acreditando num devir que poderia “acolher” ela e sua família em outra realidade social. Esse “desenganamento” do lugar de origem, a fez buscar outro espaço para viver/sobreviver.

A expressão “[...] *Trazia os desenganados [...]*” mobilizada na narrativa de Dona Joanhina (2017), refere-se a uma memória social compartilhada por sujeitos iguais a ela, que não acreditavam mais nas possibilidades de sobrevivência ou de sustentar a família, perdendo as esperanças no lugar onde morava porque, na sua percepção, não oferecia condições dignas para viver no campo/roça, desenvolvendo as atividades que sabiam fazer: cultivar a terra. Desenganados porque eram sujeitos que não acreditavam mais, que não tinham mais esperanças naquele lugar, mas que alimentavam uma esperança em um novo espaço, ainda que desconhecido. Essa expressão “desenganados”, mobilizada várias vezes pela narradora, é denotativa de um desapego afetivo pelo sentimento de pertença em relação ao território de origem, por um lado, mas por outro, paradoxalmente, é uma forma de mantê-lo por meio da memória, considerando que, “[...] O lugar em que a memória é elaborada é a mente do indivíduo, e a maneira pela qual a acessamos é a narrativa individual [...]”. (PORTELLI, 2016, p. 20).

Portanto, a partir da concepção de Portelli (2016), tanto a memória quanto a narrativa são flexíveis, pois, ao rememorar, há um processo junto ao mecanismo da lembrança e, ao narrar, há uma performance do narrador que pode navegar do drama à tragédia, mas narrado por Dona Joanhina (2017) com um sorriso expressando alegria de sobreviver a todas as

intempéris da vida, conforme sua imaginação seletiva e criativa sobre os fatos vividos ou não. É nessa perspectiva que procuramos compreender as narrativas dos migrantes participantes desse estudo.

Enquanto Dona Joaquina (2017) e seu esposo se desenganaram do lugar onde moravam e buscaram um novo espaço para cuidar da sua família, Dona Marieta Pereira (2017) era solteira e vislumbrava sua independência financeira enquanto jovem de 22 anos que tinha expectativas latentes de conseguir um emprego diferente daquele oferecido pela realidade da zona rural, carregar água sob um sol escaldante, plantar colhendo pouco ou nada, dependendo das condições climáticas. Essas incertezas e sofrimento fizeram com que ela almejasse algo diferente. Decidiu desapegar-se do seu lugar, dos seus sentimentos construídos anos a fio e afirma que entrou em um ônibus com destino ao antigo Goiás, cidade de Araguaína e veio sem ter nenhum parente na cidade, sequer na região, só com a força e a coragem.

A vida foi desafiadora para Dona Marieta Pereira (2017), de acordo com o que narra em sua história, pois, com apenas 9 anos de idade, sua mãe faleceu e ela teve que morar com sua irmã mais velha, nas terras de seu pai e continuou com a lida na roça, apesar de receber uma pequena ajuda de seu pai que levava alguns alimentos extraídos do seu trabalho na lavoura para a casa de sua filha mais velha, uma vez que residia em outra fazenda com sua nova companheira, distante cerca de dez quilômetros, mas na mesma região. Então, quando completou a maioridade, ela teve consciência de que ali não conseguiria um serviço digno e que ganhasse o suficiente para se sustentar e não depender mais da irmã que, na falta de sua mãe, cuidou dela até os 22 anos.

Assim, cansada da lida na roça, mesmo com pouco dinheiro, pegou um ônibus e saiu em busca de um novo espaço para viver. Saiu sozinha, acompanhada somente da esperança de dias melhores, de conseguir um trabalho e poder se sustentar. Porém, depois que veio para o antigo Norte do Goiás, nunca mais retornou à sua terra de origem, onde seus quatro irmãos moram, só restaram as lembranças. Veio com um propósito claro: “[...] eu já vim mesmo em busca de trabalho mesmo, atrás de serviço porque lá você sabe como é [...] é ruim de serviço, quase não tem serviço para mulher, serviço só de homem. Eu já vim mais por causa do serviço mesmo [...]”. (MARIETA PEREIRA, 2017).

Ela considerava o trabalho pesado da roça como sendo “tarefa de homem” e queria um trabalho “de mulher” que não fosse tão pesado. Na realidade, ela queria sentir-se segura novamente, por ter necessidade de sentir-se amparada pela força masculina do pai, pois quando sua mãe faleceu, não demorou para seu pai encontrar uma nova companheira, deixando os filhos na terra que era de sua propriedade e indo morar em outra localidade próxima, com sua nova

esposa. A falta da presença da mãe, e, logo em seguida, do pai, a fez sentir-se desamparada na vida com apenas 9 anos de idade. Era a caçula dentre os cinco filhos do casal. Superar a morte da mãe e a distância do pai não deve ter sido fácil. Então, se dedicou à labuta na roça, “[...] trabalhava assim com muage de cana, lá nós catava algodão, nós capinava, plantava legume no inverno [...] na seca era algodão, era fava, era o milho, tinha que quebrar né, catar na roça e trazer pra dentro de casa. O serviço lá era sofrido. Botava arroz no pilão e batia até limpar [...]”. (MARIETA PEREIRA, 2017).

Sobre o trabalho desenvolvido no Nordeste, o Sr. Josimar (2017) também relata que trabalhou na roça juntamente com seus onze irmãos ajudando seu pai, “[...] era plantar feijão, milho, algodão, mamona; plantava muito algodão, aí colhia aquele algodão e a mamona para vender no comércio para comprar alimentação [...]”. Trabalhar desde criança na lavoura era algo corriqueiro no sertão do Nordeste, pois, tanto na região onde Dona Marieta Pereira (2017), piauiense, morava, no município de Oeiras-PI, quanto na região onde Sr. Josimar (2017), cearense, vivia, no município de Tauá-CE, são narradas situações semelhantes da lida com a terra desde a infância.

Segundo as narrativas desses migrantes, percebemos que viveram uma infância sofrida, sem muita perspectiva de melhoras porque não tiveram oportunidade de frequentarem a escola, por morarem numa zona rural onde não havia unidades de ensino e os pais, com pouca ou nenhuma instrução, se sentiam incapazes de ensinar os filhos em casa. No caso da Dona Marieta Pereira (2017), percebe-se outra realidade que a incomodava e a impulsionou a sair de sua cidade de origem, o desejo de encontrar trabalho, o que a fez sair para procurar em outro espaço.

A falta de emprego na cidade de Oeiras a impulsionou a viajar para o norte de Goiás, hoje Tocantins, em busca de trabalho, pois cresceu lidando com as terras de seu pai, na lavoura, inclusive o único trabalho que conhecia e que sabia fazer, mas isso não foi motivo para que desistisse de sair daquela realidade e ir à procura de outras oportunidades, desejava uma vida diferente daquela que seus pais viveram e que seu pai ainda vivia, pois já havia perdido sua mãe. Não se via mais como parte daquele lugar.

Resgatar essas lembranças da memória é mobilizar, pelos mecanismos da mente que envolvem sentimentos. É na infância que são registrados os acontecimentos que irão marcar toda uma vida, que darão sentido aos anos vindouros. É no passado que o alicerce do presente ganha sentido, força, vigor e é sustentado, reafirmado, reconstruído, “[...] não é ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações [...]”. (PORTELLI, 1997, p. 33).

Essas significações e ressignificações são uma constância nos processos da memória que têm a flexibilidade de forjar os fatos, selecionar e esquecer, portanto, a memória é um “universo” inalcançável, mas a única capaz de registrar, mesmo que modificados num contínuo, os fatos vividos. É nesse universo instável que a oralidade se materializa por meio da escrita, tentando dar conta do impossível através da interpretação dos fatos narrados. A linguagem institui a realidade do narrador e o seu mundo, sua forma e seu conteúdo, sua essência.

Um dos narradores, o Sr. Josimar (2017), quando conseguiu sair do seu lugar no nordeste, já era casado, mas não tinha filhos. Pai de quatro filhos, dos quais três nasceram em Araguaína, na época estado de Goiás, e um nasceu em São Paulo capital, quando morou lá por quatro anos, trabalhando enquanto mestre de obras, “[...] *eu tenho três filhos em Araguaína e um em São Paulo, mas a maioria nasceu aqui na Vila Cearense [...]*”. Ele faz questão de afirmar que a maioria dos seus filhos nasceram na Vila Cearense, por uma questão de orgulho em pertencer, sentir-se bem onde mora e de contribuir com o desenvolvimento não só da vila, mas da cidade.

Ao passar quatro anos morando em São Paulo a trabalho, afirma nunca ter pensado em deixar a Vila Cearense. “[...] *Aqui eu criei minha família. Eu fui líder comunitário muitos anos, ainda hoje me considero um líder comunitário [...]*”. (JOSIMAR, 2017). Oraliza o empoderamento coletivo que lhe foi concedido ao torná-lo um líder, seu líder, que representou a comunidade da Vila Cearense no meio político. Com uma voz encorpada, apesar de já ter outro líder comunitário na vila, ele afirma que nunca se considerou fora do posto, sua posse não se refere a apenas um cargo político, mas à sua identidade de cearense, algo que nunca deixará de ser. Considera-se líder porque é um cearense e, segundo sua narrativa, um dos primeiros moradores da vila. Se vê como um fundador da Vila Cearense e vai além: não só da vila, mas da cidade de Araguaína, “[...] *Fui um dos fundadores e construtores de Araguaína [...]*”. (JOSIMAR, 2017).

A expressão “[...] *Eu fui líder [...]*”, não faz sentido para ele, seus sentimentos estão impregnados no signo “hoje” ao se referir ao agora. É o agora que faz sentido para ele. A liderança que um dia foi sua por direito constituído pela coletividade, hoje ainda é sua por sentimento constituído dentro de si mesmo, dando sentido à sua vida, pois não é um simples morador da vila, sente-se um líder daquela comunidade.

Por outro lado, aquela moça que morava com sua irmã mais velha no estado do Piauí, após o falecimento de sua mãe quando ainda era criança, decidiu viver sua vida independente em outro estado. O “aqui” junto de sua irmã não fazia sentido para ela, por isso saiu em busca de seus sonhos no “lá” ainda desconhecido, mas almejado. Quando Dona Marieta Pereira

(2017) chegou na cidade de Araguaína sem ter para onde ir, ficou na rodoviária o dia inteiro procurando se alguém saberia de um trabalho que ela poderia fazer enquanto doméstica e um morador indicou a casa de um médico da cidade onde ela trabalhou por 5 anos, “[...] *saí procurando ali quem sabia, aí me informaram que tinha um médico que tinha deixado um aviso lá, se chegasse uma pessoa. Aí eu fui direto para casa dele. Na mesma noite do dia que eu cheguei, já fui ficar na casa do médico [...]*”. (MARIETA PEREIRA, 2017).

Foi por meio dos mecanismos da linguagem que Dona Marieta Pereira (2017) conseguiu seu primeiro trabalho na cidade, mesmo sem conhecer ninguém, nem o novo espaço onde se encontrava, mudou sua realidade, pois nem lugar para dormir tinha naquela primeira noite em um espaço desconhecido. Dormir no trabalho passou a ser necessário para o desempenho das tarefas diárias. Era obrigatório para exercer a função de doméstica naquela residência, o que veio de encontro com as necessidades da narradora que não tinha casa para morar e não sabia se locomover numa cidade desconhecida e diferente de sua realidade, “[...] *morei cinco anos com ele [...]*”, afirma Dona Marieta Pereira (2017), se sentiu sujeita a morar no serviço por não conhecer quase nada na cidade, e por sentir-se insegura longe da família, sozinha no mundo. A casa do seu patrão era um lugar de proteção onde se sentia segura apesar de estar disponível ao serviço vinte e quatro horas por dia.

As posições sociais ocupadas por Dona Marieta Pereira (2017) e pelo médico (patrão), reproduzem o papel de dominada e dominador nas relações cotidianas. A dominação aparece quando a narradora vê a possibilidade de ter um lugar para morar, ainda que seja no próprio local de trabalho, uma saída para sua insegurança de morar sozinha no novo lugar ainda em construção, para vencer o sentimento de solidão.

Nesse novo trabalho, conheceu seu futuro esposo, que era vigia da casa do médico e, posteriormente, se casou. Após 23 anos de casada, ficou viúva e não se casou mais. Juntos, tiveram um casal de filhos. Hoje ela tem dois netinhos. Seu sorriso no rosto revela a felicidade de ter conseguido constituir família, ter alcançado seu objetivo primeiro de conseguir um emprego no novo espaço, mas esse sorriso tenta esconder seu sofrimento de ser viúva tendo que desempenhar o papel de mãe e de pai ao terminar de criar os filhos, na administração da casa e no sustento financeiro da família,

*[...] a dificuldade porque você sabe a pessoa viúva tem dificuldade, tem que ir atrás de tudo é a mulher e o homem da casa. Se é pra fazer um servicinho assim, é só a mulher, já não tem o homem. É tudo enquanto de casa, se quebra uma parede você mesmo que tem que arrumar, você não tem um homem pra fazer, paga aqui pra arrumar. Ir atrás da comida pra botar dentro de casa e ir atrás de tudo. Você se vira é a mulher e o homem [...]*. (MARIETA PEREIRA, Entrevista oral em 11/05/2017).



Ser o pai e a mãe de seus filhos após a falta do marido, a mulher e o homem da casa, longe de sua família, portanto, sem auxílio de ninguém no cuidado de seus dois filhos e no sustento da família, foi um grande desafio que, aos poucos, foi vencido. Apesar de ter sua casa própria que conquistou junto com o marido e possuir uma renda de viuvez, à Dona Marieta Pereira (2017) coube, além de manter seu lar, o desafio de educar seus filhos sozinha em casa e dar suporte ao estudo sistematizado junto à escola, mesmo sendo uma pessoa com pouca instrução, pois não teve oportunidade de estudar. Quando pequena, começou a trabalhar na lavoura de seu pai e não frequentou a escola.

O fato de não ter estudado na infância e, por isso, deter pouco conhecimento, não foi problema para uma mãe disposta a oportunizar para seus filhos uma infância diferente da sua, pois narra uma meninice de sofrimento ao trabalhar duro desde pequena. Então, incentivou seus filhos a frequentarem a escola e acompanhou-os em todas as fases do estudo. Dona Marieta Pereira (2017) se emociona ao lembrar que não teve infância: “[...] *minha infância foi muito sofrida, eu trabalhei muito [...] não tinha brincadeira não. Naquele tempo não tinha brincadeira não, a brincadeira era trabalhar mesmo, era pra roça buscar água nos açudes longe, as brincadeiras era essa [...]*”. (MARIETA PEREIRA, 2017).

A narrativa do Sr. Manoel (2017) sobre sua infância não difere em nada da narrativa de Dona Marieta Pereira (2017). O Sr. Manoel (2017) foi criado aqui na Vila Cearense, veio de Iguatu-CE com sua família com apenas 2 anos. Hoje, com 50 anos, afirma: “[...] *Não tive tempo de brincar não. Sempre era trabalhando pra ajudar a família. Não, não tive infância não. Nunca brinquei não. Era trabalhando, era lavando carro nos postos, era tirando palha de carreta, carregando leite [...]*”.

Seja no estado do Piauí, do Ceará, do Maranhão ou do antigo norte de Goiás, colocar os filhos para trabalharem desde a infância, além de ser uma questão de sobrevivência, era um valor moral das famílias, pois Dona Marieta Pereira (2017) piauiense, Sr. Josimar (2017) cearense, Dona Raimunda Muniz (2017) maranhense e o Sr. Manoel (2017) goiano, viveram suas infâncias em diferentes estados, mas seguindo valores sociais semelhantes à época (meados da década de 1970), que diferem dos valores da sociedade atual que incentiva os pais a colocarem os filhos na escola e há apoio às famílias para que esse direito se efetive na vida das crianças, mas há aproximadamente 50 anos, não existiam escolas na maioria das zonas rurais e o transporte público também não existia, o que dificultava as crianças frequentarem a escola.

*[...] Eu trabalhava era de roça, agricultor, lavrador, no interior. Meu pai criou 12 filhos, 07 homens, 05 mulher, tudo na roça trabalhando, não tinha... Não tivemos estudo, não tivemos [...] não estudava porque não tinha. Lá a única escola que eu tive com 13 anos de idade, foi 30 dias, papai pagou para mim um professor particular veio para ficar na casa do papai. Aí ele me deu 30 dias de aula, ele me deu o 4º ano de aula em 30 dias. Aí esse 4º ano hoje é que... eu devo a esse 4º (quarto) ano [...] eu fiz o 4º ano em 30 dias (risos). (JOSIMAR, Entrevista oral em 13/08/2017).*

É quase impensável uma infância sem brincadeira, sem o lúdico, sem presentes, sem brinquedos, sem escola, só com trabalho e sofrimento e, muitas vezes, sem o amor e o afeto dos pais, além do descaso existente advindo das forças dominantes de cunho político e social. Os próprios pais, muitas vezes, tratavam seus filhos com indiferença, preocupados em garantir a sobrevivência da família, diga-se de passagem, famílias com mais de dez filhos, se esqueciam de dar afeto a eles, “*[...] porque quando eu era pequeno assim, 7 anos, eu trabalhava na roça. O meu pai não deu estudo, não deu nada. Você sabe, naquele tempo o povo só queria que a gente trabalhasse que nem jumento [...] o velho me judiava demais [...] ele oh, taca direto em mim [...]*”. (ZELÃO, 2017).

O lidar com a roça roubava a infância, a juventude e a vida daqueles que não tinham coragem para sair, não tinham forças para recomeçar em outro espaço, não tinham esperanças e nem condição financeira a seu favor. Muitos continuaram vivendo naquele lugar onde nasceram, apesar das dificuldades, como a família do Sr. Mundola (2017) que, quando resolveu sair do seu lugar construído, os filhos já eram grandes. Assim, o Sr. Mundola (2017) narra que tinha 20 anos de idade quando saiu do estado do Maranhão com destino ao norte de Goiás, juntamente com sua família e nunca tinha estudado. Após 21 anos que havia saído do interior do seu estado, começou a estudar: “*[...] Eu comecei a estudar eu tinha 41 anos [...]*”. (MUNDOLA, 2017).

Outros conseguiram sair, levando sua família em busca da sobrevivência procuraram territórios alternativos, onde pudessem vencer sua condição econômica e oferecer uma vida melhor para seus filhos. Transpuseram fronteiras territoriais se deslocando de um Estado para outro, de uma cidade para outra, de uma região para outra, vislumbrando um espaço que faria parte de sua memória, pois ainda não era conhecido, mas desejado, esperado. “*[...] O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes [...]*”. (HAESBAERT, 2009, p. 59).

Ao ocuparem outros espaços e deixarem seu lugar de origem, os migrantes podem passar por um processo de diversos níveis de desterritorialização que abrangem desde a forma de viver aos sotaques regionais por terem contato com uma nova realidade e pessoas diferentes numa interação cultural até o controle do dominante à exclusão sócioespacial e econômica que

obriga o dominado a mudar, sair do seu lugar para buscar um espaço desconhecido, mas que possa trazer novas esperanças de ter um futuro melhor. Havia famílias que, mesmo sofrendo a exclusão social, conseguiam garantir um pouco de estudo para seus filhos. Não nos bancos de uma escola, mas de uma forma diferente da normalidade:

*[...] todos eles estudaram, uns passou, outros fez o segundo, outros não fez. Aí todo mundo não podia estudar porque tinha que trabalhar, mas no outro ano vinha mais 30 (trinta) dias de novo, aí revezava, outros iam para roça e outros iam estudar. E assim, foi uma vida muito [...] muito difícil demais da conta [...]. (JOSIMAR, Entrevista oral em 13/08/2017).*

Na narrativa do Sr. Josimar (2017), percebe-se que a lida na roça era revezada com o estudo. Eles eram cinco irmãos que se revezavam para estudar. O professor todo ano se deslocava para a fazenda de seu pai no interior de Tauá-CE, e ali permanecia durante 30 (trinta) dias. Era uma sala multisseriada, pois haviam irmãos em séries diferentes. Entendemos por sala multisseriada uma forma de organizar o ensino atendendo às necessidades educacionais dos educandos que estão em séries do Ensino Fundamental diferentes entre si, bem como os níveis de conhecimento e o professor trabalha com todos simultaneamente na mesma sala de aula. Essa forma de ensino é típica da zona rural. (LIBÂNEO, 1990).

Ao todo, eles eram 12 irmãos, mas somente cinco tiveram oportunidade de estudar. Segundo o Sr. Josimar (2017), somente os mais velhos e só os homens estudavam, suas irmãs mulheres não recebiam as aulas do professor que aconteciam uma vez ao ano. Às suas irmãs mulheres cabia aprender a cozinhar, fazer rede, roupas na máquina ou à mão igual à genitora de Dona Raimunda Muniz (2017) que veremos mais adiante. Enfim, aprendiam a desempenhar os afazeres domésticos. Porém, esses afazeres no lar dependiam do uso da água para manter a casa limpa e bem organizada, mas para obter água, a família se unia e ia buscar nos açudes ou represas que se localizavam longe, no mínimo 2 km da casa. Essa realidade atingia inúmeras famílias não só do Ceará, mas em municípios do interior do Nordeste atingindo áreas específicas conforme a situação climática durante todo ano.

*[...] nós pegava água numas cacimbas, uns poço. Como no inverno tinha água nos açudes. Aí os açudes secava, eles cavava um poço pro fundo assim, dos açudes, aí você ia pegar água naqueles poços. Quem tinha poço saía dando água para quem não tinha. É difícil. A gente carregava a água numa latinha de 18 litros na cabeça, dava duas ou três viagens pra buscar água pra passar o dia. Era pra cozinhar, pra beber, dá pro porco, pra galinha, pra tomar banho. É lá é sofrido. Era uns três caminho de manhã e uns três à tardezinha [...]. (MARIETA PEREIRA, Entrevista oral em 11/05/2017).*

As dificuldades com relação à falta de água era uma realidade também na vida de Dona Marieta Pereira (2017), de Dona Joaquina (2017), do Sr. Zelão (2017) e do Sr. Josimar (2017), enfim, um dos motivos que contribuíram para a migração de muitos nordestinos para outros estados, sem dúvida, conforme as narrativas, foi a escassez de água na região para manter as plantações, a criação de animal e a própria sobrevivência. Sem água, não há vida!

Então, as famílias desesperadas procuram diversas formas de se libertarem daquela realidade arquitetada pelo poder hegemônico que rege uma dominação social ideológica. Esta se materializa por meio do descaso do poder público para com a região Nordeste, além de reforçar a exclusão social do nordestino que, por sua vez, utiliza a criatividade para superar as dificuldades da vida, inventando alternativas de trabalho informal, mas que dê para sustentar sua família com dignidade.

Sempre há aquele amigo ou parente que toma a iniciativa de “desbravar” outros horizontes em busca do “eldorado”, o lugar ao sol, com uma terra fértil para se plantar e colher ou com outras possibilidades de sobrevivência, onde o migrante tenha facilidade de encontrar um emprego para sustentar a família. Dessa forma, um parente do Sr. Mundola (2017) saiu à procura de um novo espaço e se instalou na cidade de Araguaína, “[...] *porque primeiro veio um parente nosso [...]. Aí ele veio primeiro. Aí ele ia lá e visitava e sempre falava que aqui era bom né (risos). Aí o meu pai se animou pra vim pra cá. Já tinha um padrinho do meu irmão mais velho que morava aqui perto de Wanderlândia [...]*”. (MUNDOLA, 2017).

Os familiares do Sr. Mundola (2017) são oriundos do interior do estado do Maranhão, mais precisamente da cidade de Buriti Bravo e, quando começaram a sair daquela localidade para ocupar outros espaços, não deixavam de voltar ao seu lugar de origem para visitar os parentes, rememorar o passado e acabavam incentivando seus familiares a se libertar do poder opressor que se embrenhavam nas condições sociais excludentes nas quais viviam.

Ao rememorar como era o trabalho de seus pais na zona rural de Buriti Bravo, o Sr. Mundola (2017) narra: “[...] *aquele serviço acho que era escravidão; acho que era igual escravo, porque você tinha um arroz, feijão essas coisas, você não podia vender pra outro, só para o patrão. E a pessoa precisava tinha que aguentar [...]*”, ou seja, a safra que era colhida, o agricultor era dono de cinquenta por cento, o outro era exclusivo do proprietário da terra, mas seu cinquenta por cento o trabalhador não tinha liberdade para vender nem negociar com outro que não fosse o patrão que comprava pelo valor pecuniário que lhe conviesse, perpetuando um ciclo que não tinha fim.

Mas ao contrário de Dona Marieta Pereira (2017), que decidiu sair do seu lugar para buscar um novo lugar onde não tinha nenhum parente, a família do Sr. Mundola (2017) decidiu

conhecer o espaço onde já tinham pessoas da sua família, contando com o apoio de pessoas que dividiram por anos, o mesmo sofrimento, os mesmos medos, dúvidas e dificuldades de se desvencilhar do seu lugar construído para ir em busca de um espaço desconhecido.

O Sr. Mundola (2017), de acordo com sua narrativa, já tinha 20 anos quando acompanhou sua família para ocupar outro espaço em outro estado, contando sempre com a presença e o apoio dos pais e a companhia dos seus sete irmãos. Dona Marieta Pereira (2017), ao contrário dos demais narradores, não tinha com quem contar, nem mesmo com um parente, mas aos poucos foi fazendo amizade e conseguiu constituir família.

*[...] Aí quando foi em 1979, aí nós viemos embora com tudo pra cá. Já tinha muito parente aqui né, tudo falava que era bom [...] os irmãos tudo, já veio embora a família toda [...] 08 (oito) irmos [...] 10 (dez) pessoas com o pai e a mãe [...]. Viemos de ônibus, naquele tempo as estradas ruim, moço nós passamos [...]. A mudança todinha, era trouxa (risos) [...] As roupas amarradas, era a trouxa e jogava no meio do ônibus lá e sentava encima [...]. Ali era a mudança [...] de primeiro, as coisas eram difíceis, tudo pobre. E a gente que era pobre né. Toda vida a gente era pobre, graças a Deus [...] tinha pouquíssima coisa mesmo. (MUNDOLA, Entrevista oral em 14/08/2017).*

A forma de organizar os pertences da família do Sr. Mundola (2017) narrada por ele, demonstra que eram apenas as roupas acomodadas em uma trouxa, uma espécie de fardo de roupas envoltas em um lençol para não caírem, não se espalharem e correr o risco de sumir. Apesar de pouca bagagem, eles cuidaram em preservar aquilo que tinham, suas roupas e o narrador ainda agradece a Deus por aqueles poucos pertences.

O Sr. Mundola (2017) reconhece a importância de seus pais na sua vida. Afirma que seu pai era muito trabalhador que lidava com a terra o dia inteiro para garantir à sua família ao menos uma refeição por dia, “[...] a minha sorte [...] a sorte nossa de 08 (oito) irmãos que nós era, é que meu pai era trabalhador, meu pai fuçava dia e noite pra dá comida uma vez pra nós no dia [...]” (MUNDOLA, 2017).

A sorte era a de ser criado com a mãe e o pai unidos para sustentar seus oito filhos em um terreno que não era seu, pois a fazenda onde moravam, no interior de Buriti Bravo, pertencia a um fazendeiro que morava em São Luís, capital do Maranhão. Tudo o que plantava era dividido com o patrão meio a meio. Seu patrão mesmo morando distante da fazenda, visitava sua propriedade constantemente.

A maioria dos narradores não eram proprietários do terreno onde moravam, porque sua pouca condição social e econômica não permitia. Os lucros que obtinham com as plantações em terra alheia eram insuficientes para sustentar a família que era constituída por muitos membros (filhos e esposa), o que ganhava em alimento dava para comer pouco tempo, talvez

menos de um mês, por isso o trabalho era constante de sol a sol, não contando com férias porque se passasse um mês sem trabalhar, não recebia soldo nem colheita, e se ficasse sem emprego, acabaria ao relento, porque não tinha onde morar com sua família. O pai do Sr. Mundola (2017) trabalhava muito, mas só conseguia colocar na mesa de casa, uma refeição por dia,

*[...] uma refeição nós tinha [...] se tivesse meio dia não tinha de noite, sabe que horas que a gente comia era quatro hora da tarde porque a gente aguentava pra dormir, era desse jeito [...] era terra dos outros e meu pai era carpinteiro e, roça lá não dá... terra dos outros não dá pra comer do ano inteiro não, sempre faltava. Aí a nossa sorte era ter ele que lutava muito [...] dava pra criar nós, pra dá comida a nós. (MUNDOLA, Entrevista oral em 14/08/2017).*

Conforme a narrativa, o horário da única refeição do dia não poderia ser ao meio-dia, porque ainda estava longe de anoitecer e assim, iriam sofrer mais com a fome, então, se alimentavam às 16h. Não contavam com almoço nem janta, era somente uma refeição e pronto, tinha que se contentar e também não comiam para matar a fome senão a comida não dava para todo mundo, comiam somente para sobreviver.

A lavoura não dava o ano inteiro porque tem o período de plantar, a espera e o cuidado com as plantações, pois tinha muita praga de insetos que atacavam as plantações e, a colheita que era o período mais aguardado pelas famílias nordestinas que cultivavam a terra, era realizada em grupos familiares. Então, para não ficar sem alimentar sua família nos meses do ano que não tinha colheita, o pai do Sr. Mundola (2017) exercia a função de carpinteiro, consertando móveis de madeira e fazendo outros para os proprietários das fazendas circunvizinhas à localidade onde ele morava.

Na fazenda, não podia criar nenhum animal sem a autorização do dono que deixava um gerente cuidando de tudo enquanto permanecia fora da propriedade. A mãe do Sr. Mundola (2017) ajudava na despesa de casa quebrando coco babaçu, mas como nessa fazenda não tinha coco babaçu então, ela saía nas outras fazendas com o seu filho Mundola pedindo permissão para tirar coco. Quando recebia a permissão, ela tirava os cocos e os dois quebravam, torravam e extraíam o óleo para vender aos parentes, vizinhos e, com esse dinheiro, ela comprava roupas para seus filhos e comida para ajudar o marido.

*[...] Minha mãe era quebradeira de coco, quebrava coco para vender também pra comprar comida pra nós. Aí nós vivia nessa situação. Vendia coco também, quebrava o coco. Lá não era nosso, tinha os donos pra passar de um lado pro outro Ave Maria, tinha que fazer acordo com eles pra poder passar de uma terra pra outra pra pegar o coco, porque na terra que meu pai trabalhava não tinha coco. Nos acordos, dava a metade para o dono e ficava com a outra parte. E a gente[...] nós viveu desse jeito né [...] quebrei coco, ajudava minha mãe, ajudava meu pai na roça [...]. (MUNDOLA, Entrevista oral em 14/08/2017).*

Quando o Sr. Mundola (2017) não estava com a mãe quebrando coco, estava com o pai ajudando no serviço da roça. Os cocos, além da extração do óleo, também eram vendidos para servir de alimento. Era um negócio com pouco lucro porque cinquenta por cento desse valor pecuniário era entregue para o proprietário da fazenda onde os cocos eram retirados, matéria-prima para extração do óleo conhecido por eles e denominado como azeite de coco. A vida não era fácil, seus irmãos também ajudavam, mas como ele era o mais velho dos oito filhos, era o que mais trabalhava, segundo ele.

Os nordestinos migrantes participantes desse estudo, narram as dificuldades, sofrimentos e triunfos que viveram na terra onde nasceram, mas que, aos poucos, se desvencilharam daquela realidade e saíram à procura de uma vida diferente daquela que conheciam, oportunidades diferentes e diversas que devolveram o sentido de viver.

O processo de desterritorialização vai além do material e do deslocamento, tem a ver com a liberdade do indivíduo em ser livre da exclusão social que o oprime, escraviza e diminui seu valor enquanto agente social, tornando-se sem motivação, sem perspectiva de vida, sem sonhos, sem fé, sem acreditar no amanhã, no devir.

As famílias nordestinas que ocuparam a Vila Cearense e a Vila Piauí passaram a dividir o mesmo sonho: construir o seu lugar longe do sofrimento e das dificuldades de outrora, buscando um devir com expectativas positivas de esperança em mudar aquela realidade que era vista como engessada e dominante.

Ao romper as fronteiras territoriais, os migrantes marcharam rumo a outros horizontes que, mesmo desconhecidos não os fizeram desistir, mas, a cada passo, acreditavam que iriam conquistar e construir um lugar para chamar de seu. Assim, a relação entre redes e territórios é uma constância uma vez que os migrantes se apropriam de novos espaços permanentemente buscando dar sentido à sua vida ainda que, para isso, tenham que deixar seu lugar constituído, saindo com a esperança na bagagem de poder mudar o curso do seu destino em outros espaços que, mesmo desconhecidos, poderiam oferecer outras possibilidades para sua sobrevivência.

Ao chegar no antigo Estado de Goiás, o Sr. Josimar (2017) que havia estudado apenas até o quarto ano do Ensino Fundamental em uma sala multisseriada juntamente com seus irmãos, teve a oportunidade de ser professor-instrutor no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), na área civil, desempenhando a função de mestre de obras, após passar um ano trabalhando como pedreiro na cidade de Araguaína, [...] *Aí eu abracei a obra civil e os outros foram trabalhar de mecânico e eu fiquei na obra civil. Aí logo, logo com um ano e pouco,*

*eu fui dá aula no SENAI. Eu tinha uma leiturazinha que eu tinha terminado o quarto ano né. Aí começou a vida melhorar né, graças a Deus [...]”*. (JOSIMAR, 2017).

A vida no interior do Ceará possibilitava apenas o trabalho na lavoura de seu pai, mesmo a fazenda sendo de propriedade de seu genitor, as oportunidades de mudar de vida eram ínfimas e sem muita garantia, considerando que a escassez de chuva na região que englobava o município de Tauá atingia as terras onde morava e as plantações secavam e não germinavam por falta de água. Assim, sua esperança secava igual a uma folha que, ao secar, fica leve e é carregada pelo vento. A esperança do Sr. Josimar (2017) naquele lugar já não existia e ele, carregado pelo vento da vida, rompeu fronteiras para fazer-se germinar em outros espaços.

Ao chegar no município de Araguaína, com sua esposa, após dois anos de casado, foi trabalhar com seu irmão mais velho que já morava na cidade há 3 anos e, segundo o narrador, mandou buscar ele e seus outros irmãos. Seu irmão havia instalado uma torneadora no Setor Entroncamento, próximo à Vila Cearense, utilizando o nome fantasia de: Torneadora Ceará, mas o Sr. Josimar (2017) aprendeu a profissão de pedreiro, construindo várias obras em Araguaína,

*Aí eu comecei a trabalhar de mestre de obras [...] aí eu fiz em Araguaína obras que vocês conhecem muito bem. Eu fiz a Umuarama Automóveis da fundação. A Prefeitura Municipal de Araguaína era pequena foi eu que [...] desmanchemos e fizemos toda Prefeitura Municipal de Araguaína. O Campelo que era o Gigantão antigamente e hoje é o Campelo, foi obra que eu fiz e assim, os colégios do Estado e do Município, trabalhei em quase todos eles com mestre de obras. Fui um dos fundadores e construtores de Araguaína [...]*. (JOSIMAR, Entrevista oral em 13/08/2017).

Percebemos que, se o Sr. Josimar (2017) tivesse permanecido em sua cidade de origem, talvez não teria tido a oportunidade de fazer parte da história arquitetônica de outro espaço que, aos poucos, tornou-se seu lugar, pois hoje se considera um dos construtores do município de Araguaína e um dos fundadores por trabalhar diretamente em obras que permanecem até hoje no cenário arquitetônico da cidade.

A vida na lavoura no interior do Ceará limitava suas possibilidades profissionais e de sobrevivência sua e de sua esposa, pois ainda não tinha filhos e, pensando em constituir família, almejou um espaço que garantisse uma vida melhor para seus futuros filhos, onde a exclusão social não fosse tão acentuada. O casal teve quatro filhos que permaneceram em Araguaína quando adultos.

A residência onde mora hoje, um sobrado na Vila Cearense, foi construída por ele mesmo. Assim o Sr. Josimar (2017) afirma: “[...] *Eu mesmo fiz minha casa, não paguei*



*ninguém. O que tem que fazer, eu mesmo faço (risos) [...]”*. A satisfação estampada no sorriso do narrador, expressa a alegria de ter aprendido uma profissão que o ajudou financeiramente e ainda se sente realizado enquanto pessoa, provedor e cidadão, sendo autônomo em suas ações e decisões ao afirmar que faz o que deve ser feito, demonstrando conhecimento de causa na área civil. Hoje, aposentado e com problema de saúde, já não exerce mais a função de mestre de obras, mas as construções que edificou estão latentes em sua memória, cada projeto, cada decisão durante o processo de edificação de cada obra dá sentido à sua vida e o acompanharão enquanto fragmento de sua identidade de fundador e construtor de uma cidade que passou a ser o seu lugar.

O processo da desterritorialização e a migração podem ser entendidos enquanto ações de resistência diante da segregação social por parte dos migrantes que não conseguem viver dignamente em um lugar por eles constituído e não medem esforços de se desvencilhar da situação que o oprimia naquele lugar e recomeçar suas vidas em outro espaço. Porém, a opressão e exclusão social também os acompanharão, mas poderão se apresentar de outras formas, revelando outras facetas da exclusão social e da dominação política. “O migrante que se desloca antes de tudo por motivos econômicos, imerso nos processos de exclusão socioeconômica, pode vivenciar distintas situações de des-territorialização”. (HAESBAERT, 2006, p. 246).

Ao contrário do que muitos imaginam, o processo que envolve a migração é doloroso, uma vez que separa os migrantes do seu mundo nativo, muitas vezes, o único mundo que conhecem. Aventura-se na dimensão espacial, levando consigo a responsabilidade de sustentar a família que o acompanha, cheio de incertezas, sem oferta de emprego, desconhecendo a vida econômica da região, na maioria das vezes, tem apenas informações subjetivas do campo político-econômico do território onde pretende instalar sua família e recomeçar a vida.

O migrante nordestino, ao chegar em um novo espaço, pode sofrer discriminação, pois a ideologia nacional, com o passar das décadas, criou, por meio da literatura e dos meios de comunicação, fortalecida pela teledramaturgia, uma imagem do migrante nordestino estereotipada de um sujeito sem instrução, pobre, ignorante, podendo ser um empecilho para o crescimento econômico do município onde ocupou e encontrou um espaço para viver.

Dessa forma, as narrativas dos migrantes desse estudo, mostram uma realidade que difere da construção imagética do migrante nordestino, uma vez que o Sr. Josimar (2017), enquanto pedreiro, sente-se realizado profissionalmente e enquanto pessoa, pois segundo sua narrativa, seu ofício auxiliou no desenvolvimento arquitetônico da cidade de Araguaína e seus irmãos trabalharam com seu irmão mais velho que era proprietário da Torneadora Ceará. A

Dona Joaquina (2017) e seus 26 filhos, com certeza contribuíram com o desenvolvimento econômico da cidade e dois dos seus filhos trabalharam na fundação da TV Anhanguera, desempenhando funções como cinegrafista, cameraman e chefe de editor. Seus irmãos trabalharam nas fazendas no município de Araguaína como vendedores e desempenharam outras profissões no campo da informalidade, mas que também geraram renda. A família da Dona Raimunda Muniz (2017) montou um comércio onde comercializava bateria de carro, enfim, todos os migrantes nordestinos, após se reterritorializarem, desempenharam inúmeras profissões para sustentar suas famílias e, conseqüentemente, geraram renda para o desenvolvimento econômico do município de Araguaína, desmistificando muitos estereótipos em torno do migrante nordestino.

## 1.2 A mobilidade e a ocupação espacial

Os migrantes nordestinos, quando migraram para outros estados e regiões, foram à procura de algo que estava além da sobrevivência. Almejavam a mobilidade social, pois pagaram um alto preço ao deixarem para trás seu lugar, sua vida, suas amizades, rompendo muitas vezes laços familiares que nunca mais seriam reconstruídos. A esse respeito, cita-se o caso da Dona Marieta Pereira (2017) que nunca mais voltou à cidade onde nasceu e, portanto, nunca mais encontrou seus quatro irmãos. Hoje com 60 anos de idade, ficam as lembranças latentes em sua memória. Em sua narrativa, afirma passar horas pensando em seus irmãos e sobrinhos que conheceu antes de sair do seu lugar para realizar seus sonhos, mas não gosta de lembrar do sofrimento que sentia quando trabalhava na roça. Esse sentimento de não gostar é um fator ligado ao presente por meio da rememoração que dá outro sentido a seu passado, pois outrora, a vida na roça era algo comum, fazia sentido para ela. Era uma prática embutida em sua identidade nordestina de uma mulher que vivia na zona rural, ou seja, não tinha esse peso que o presente impõe.

O preço de ser um migrante era alto, uma vez que conviver com a distância dos parentes, não é algo fácil, como é o caso do Sr. Paulista (2018) nascido e criado em São Paulo (capital) e que nunca mais voltou em sua terra, “[...] *estou com 40 anos que eu não ando lá, desde quando eu saí de lá, não voltei mais [...]*”. Hoje em dia, mantém contato telefônico com seus parentes, mas não tem condições financeiras para visitar seus familiares e rever seus entes queridos e/ou conhecer outros como sobrinhos, netos e bisnetos, “[...] *nunca mais vi meus irmãos, só por telefone mesmo, nós somos 8 irmãos, tem 3 home e 5 mulher [...]*”. (PAULISTA,

2018), sofre com a distância, com a solidão após a separação da esposa, com quem teve quatro filhos: um homem, que já é falecido, e três mulheres que são casadas e residem longe dele.

Durante este estudo nas referidas vilas, encontramos migrantes que não são nordestinos, como é o caso do Sr. Paulista (2018) e da Dona Loide (2018), mas que também são migrantes e que contribuíram com o surgimento das vilas ao ocuparem o espaço, transformando-o em seu território e, por fim, em um lugar para chamar de seu e reconstruir sua história.

O processo de migração pode ser visto como um fenômeno social forçado por forças hegemônicas politizadas com raízes no campo econômico, capazes de separar pessoas que se amam, mas que rompem o curso de suas vidas por almejar um bem-estar e uma mobilidade social, pois o lugar que ocupa não oferece possibilidades de ascensão social, muitas vezes nem mesmo de sobrevivência. Por isso, o migrante é forçado a transpor fronteiras e a se lançar no desconhecido, sem destino certo, mas repleto de incertezas e inseguranças que o impulsionam a constituir seu lugar construído a partir de seus valores, dando sentido para sua vida tendo contato com diferentes sujeitos em diferentes espaços no processo de territorialidade.

O Sr. Zelão (2017), hoje com 76 anos, também não teve oportunidade de retornar à sua cidade de origem, não revendo mais seus parentes, inclusive afirma que nunca mais teve notícias, mas guarda na memória os momentos que viveu com seus genitores e irmãos, primos, tios e amigos de infância. Após o falecimento de sua cônjuge, reside em um terreno que é de sua propriedade, mas que divide com seus filhos que foram casando e construindo suas casas em seu terreno, somente três dos seus dez filhos não moram no mesmo lote junto com o Sr. Zelão (2017) que demonstra, em seu sorriso, a satisfação de poder acompanhar os netos crescerem e os filhos se realizarem constituindo família e adquirindo uma profissão.

Quando Dona Joaquina (2017) chegou ao novo espaço, deixou para trás toda uma vida de sonhos que tinha almejado para o lugar que foi “obrigada” a deixar. Desterritorializou seus sentimentos por aquele lugar e reterritorializou seu afeto, aos poucos, no ainda lugar em construção, no desconhecido fundado em uma esperança que nascera ainda no lugar anterior. O sentimento de pertencimento pelo lugar que deixou para trás foi se esvaindo e passou a se adaptar ao novo espaço e, aos poucos, foi construindo o sentimento de pertença nesse espaço, sempre rememorando os fatos ocorridos no passado em sua terra de origem que ainda são latentes em sua memória. São como uma ferida que, aos poucos, cicatriza, construindo sentidos durante o processo de construção, de representações acerca do presente,

[...] a memória é, sem dúvida, uma construção, o que equivale a dizer que é uma representação acerca da realidade. O processo de enquadramento da memória passa, necessariamente, por reelaborações a partir das influências do meio social sobre as

experiências vividas por aquele que narra a partir de suas próprias lembranças. (MEDEIROS, 2013, p. 264).

O movimento no espaço, ou seja, a forma de viver dos moradores, transformaram o espaço ao usá-lo e, ao mesmo tempo, foram transformados enquanto indivíduos constituintes desse território, tornando-se construtores do lugar. Os deslocamentos dão ideia de circularidade, um contínuo rumo à realização de sonhos.

O que está em jogo em sua narrativa é a relação que ela estabelece entre a memória social (coletiva), a memória de sua família e uma memória que entende como particular a si mesma (individual). Ricoeur (2007) defende que, “[...] não é apenas com a hipótese da polaridade entre memória individual e memória coletiva que se deve entrar no campo da história, mas com a de uma tríplice atribuição de memória: a si, aos próximos, aos outros”. (RICOEUR, 2007, p. 142).

O que Ricoeur (2007) apontou como relacional entre o *eu*, o *próximo* e *os outros* nos inspirou aqui a pensar que a narradora Dona Joaquina (2017), ao referir-se aos “desenganados” quer representar a todos que, como ela, passaram pelo mesmo processo, e aí está representado o *eu* e *os outros*, mas, quando se refere aos “arrepentidos” que voltam ao nordeste, está representando os *próximos*, os que ela conheceu, parentes, amigos e conhecidos que soube que retornaram. Os *outros* são, portanto, representantes da memória social nordestina, um sujeito indeterminado, igual todo aquele que sofre com os processos de desterritorialização.

Trazer os desenganados era tarefa de um senhor conhecido como Bastin (segundo Dona Joaquina (2017) aqui interpretado como um tipo de agenciador ou alguém que tinha ligação com agenciadores desempenhando a “tarefa” de “vender” esperança em uma terra desconhecida em outro estado, um lugar longínquo que, para chegar lá, teriam que contratar seus serviços: o frete do seu caminhão denominado pelos migrantes como “pau de arara”, no qual, segundo a narrativa de Dona Joaquina (2017), cabiam cerca de 60 (sessenta) pessoas. Portanto, esse agenciador teria que “vender o sonho” de uma vida melhor a muitas famílias até que completasse a “carga” do caminhão. Sr. Bastin e seu conhecido caminhão fazia o trajeto Iguatu-CE/Araguaína-GO na década de 1970 em três dias.

Dona Joaquina (2017) afirma que quase retornou arrependida para sua cidade de origem com a família ao se deparar com cinco pessoas enfermas por malária, pois temeu que fosse uma doença contagiosa e que seus filhos viessem a adoecer. Esse episódio nos mostra que os motivos de retorno para a terra natal, dependiam de como os sujeitos se sentiam no novo espaço e como esse novo espaço se apresentava para esses migrantes que, aos poucos, iram pintando o ambiente e as relações sociais.

Nesse caso, Dona Joaninha (2017) teve dúvida, ou seja, sentiu-se insegura quanto a permanecer no espaço em que se encontrava, movida pelo sentimento de medo em relação a uma doença muito comum na região, mas que ela não conhecia. Mas desistiu da ideia, quando saíram da cidade de Carmolândia e foram para Jacilândia, onde plantaram roça de arroz e colheram 60 (sessenta) sacos, que os deixaram muito satisfeitos com a fertilidade da terra naquele que parecia, no momento, ser o novo lugar.

Ao Sr. Bastin também cabia a “tarefa” de “[...] *levar os arrependidos que vinham e queriam ir pra trás [...]*”. (JOANINHA, 2017). No caso dos arrependidos, podemos pensar a questão da adaptação tanto em relação às pessoas que aqui moravam quanto em relação ao lugar ou às condições de trabalho, e no geral, em relação ao modo de vida distinto daquele a que estavam habituados no território de origem. A adaptação ao lugar abrange desde o aspecto climático ao tipo de moradia, espaço que conseguiram para morar com a família e a existência ou ausência de elo parental na região ou mesmo na cidade. Essa falta de apoio afetivo pode ser decisiva na permanência ou não em um lugar e pode ter influenciado muitas famílias a ficar aqui ou a “ir pra trás”, “[...] *Meu sogro já morava aqui. Todos os cunhados, já morava tudo aqui. Nessa rua, daqui pra baixo. Aí fiz uma casinha aqui*”. (ZELÃO, 2017).

O sonho das pessoas de encontrar um lugar melhor e que tornasse suas esperanças realidade, pode ter se tornado um pesadelo ao decepcionarem-se ao ponto de se arrependerem e “querer” voltar, ou seja, desejar o retorno. Situação que talvez não foi possível logo de imediato por terem que pagar uma nova passagem e talvez desprovidos de valores pecuniários e sem emprego por serem recém-chegados, impossibilitaram a volta de imediato, retornando posteriormente, ou se adaptaram às novas condições de vida e permaneceram construindo seu lugar para viver ainda que a contragosto.

Os arrependidos podem ter “sofrido”, por não conseguir se adaptar à forma como as pessoas no novo espaço se organizavam socialmente, ou mesmo à população da cidade por ter seus próprios valores e defendê-los à sua maneira, talvez vendo os migrantes como uma espécie de ameaça dentro da disputa territorial, os quais encontravam no retorno à cidade de origem, uma forma de resistência.

A ruptura do elo de pertencimento com o lugar (cidade natal) e a conexão com uma nova realidade, pode ter levado muitas famílias ao arrependimento. Essa ruptura, entendemos enquanto desterritorialização e conexão enquanto reterritorialização, de forma a considerar o aspecto afetivo que envolve esse processo de territorialização. Essa questão da afetividade com o lugar nos faz recordar da concepção de Tuan:

A rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um. A unidade maior, o bairro, é um conceito. O sentimento que se tem pela esquina da rua local não se expende automaticamente com o passar do tempo até atingir todo o bairro. O conceito depende da experiência, porém não é uma consequência inevitável da experiência. (TUAN, 2013, p. 208).

Um processo de desterritorialização pressupõe a desconstrução desses afetos pelo lugar e a reconstrução de outros, porém, o sentimento pelo lugar de origem permanece na memória que aparece nas narrativas como memória viva e podem alicerçar o arrependimento e o desejo de retornar para a terra natal, ou pode servir como substrato para a reconstrução de um novo modo de viver no novo lugar, mas mantendo ao menos alguns dos elementos do passado. “[...] A memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado [...]”. (PORTELLI, 2016, p. 18).

Ao rememorar o passado, o sujeito constrói novos sentidos e novos significados para sua vida tendo como propulsora a rememoração, o binômio esquecimento/lembrança, o que pressupõe a seleção de fatos e eventos é o “respirar” da memória que constrói o presente e reconstrói o passado constantemente. Portanto, os sentidos que Dona Joaquina (2017) atribuiu àquele novo espaço, em função do “desenganamento” vivido no lugar que deixara para trás, têm raízes no passado e se reproduzem no presente, compreendendo o mundo a partir das perspectivas já internalizadas outrora. “A memória está sempre ligada à lembrança e, evidentemente, a esquecimento. Lembrança e esquecimento forma um par que se complementa e se opõe ao mesmo tempo. Onde existir memória, lá estará o esquecimento e vice-versa”. (RICOEUR, 2007, p. 140).

O esquecimento pode ser uma forma de fuga da realidade que pode estar vinculada a grandes sofrimentos como fome, perda de ente querido e/ou outras circunstâncias extremas que a memória acaba por processar “passando uma borracha” para protegê-la de desgastes com os sentimentos e experiências negativas (aspectos afetivos).

Esse processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, constrói e reconstrói sentidos constantemente e de forma diferente para cada indivíduo, uma vez que a memória está vinculada à subjetividade e às identidades dos sujeitos. Quando Dona Joaquina (2017) rememora o passado, se emociona e, por várias vezes, chorou durante a entrevista por força da memória do passado, mas também porque o passado “diz” muito do presente e o não-dito é expresso em suas lágrimas. Lágrimas contidas e veladas que não podem revelar o que realmente representam hoje na vida dela. Escorrem pela face como se quisessem “gritar” os sentimentos por meio da oralidade, mas se contêm no gesto de Dona Joaquina (2017) de baixar os olhos e respirar fundo recompondo-se para continuar a narrar, selecionando o dito e velando

o não-dito. “[...] As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”. (HALL, 2000, p. 108).

Em busca da mobilidade social ou mesmo apenas de se desvencilhar de uma situação insustentável, o Sr. Zelão (2017) e sua família buscou sentir-se realizado em outra espacialidade que pudesse dar sentido e construir o seu lugar, porém, ainda no estado do Piauí, ele rompeu fronteiras territoriais, deslocando-se num contínuo.

Esses deslocamentos podem ocorrer por vários motivos. O Sr. Zelão (2017) que, quando tinha apenas treze anos, saiu da casa de seu pai, então separado da sua mãe, porque sofria agressões constantes por parte de seu genitor, passou a fazer deslocamentos de uma cidade para outra no estado do Piauí em busca de trabalho para se sustentar e, quando constituiu família, para sustentá-la, se deslocou de Boa Esperança-PI. Com treze anos, ele foi para a cidade de Caracol-PI, depois foi para São Raimundo Nonato-PI, em 1960, em seguida, para Canto do Buriti-PI, em 1962, logo após, retornou para São Raimundo Nonato-PI, em 1966, depois para Itaeira-PI, em 1970, ainda retornou para São Raimundo Nonato-PI, em 1981, e, em 1983, deslocou-se para o estado de Goiás. Ao ser questionado sobre esses deslocamentos, ele explica que “[...] *é a vida da gente, é assim mesmo [...]*”. (ZELÃO, 2017).

O não-dito aqui pode ser interpretado enquanto dificuldade de sobreviver, a busca por oportunidades de trabalho para garantir o sustento da família, bem como preenchimento de um vazio construído dentro de si pela ausência de afeto, de reconhecimento de sua importância enquanto filho por parte de seu genitor que, até então, era visto como seu herói, talvez um exemplo a ser seguido, até uma terceira pessoa aparecer, no caso, sua madrasta, e destruir a relação pai-filho; filho-pai.

Esse acontecimento marcou a sua vida, pois, ao narrar, o Sr. Zelão (2017) deixa escapar, sem querer, uma lágrima vertida por olhos cansados e perdidos num olhar distante, lágrima que rola por sua face enquanto última tentativa de vencer a desilusão que expressa a decepção de não ter se sentido amado por seu pai, de não ter se perdido no seu abraço quando se tornou um pré-adolescente, um juvenil de 13 anos com grandes expectativas para sua vida apesar da separação dos pais.

A narrativa do Sr. Zelão (2017) é repleta de datas e acontecimentos. Ele consegue relacionar a periodização com os fatos ocorridos em sua vida à sua maneira, buscando na memória individual fatos sociais vividos, ainda que de forma figurada e silenciada. Ao narrar, busca em sua memória as recordações de sua vida, mas, ao oralizar, esquadrinha em sua memória a melhor forma de materializar, por meio da linguagem, seus sentimentos, os quais

passam por um “filtro” que cuida em selecionar tanto o conteúdo do que será contado quanto à forma escolhida para expressar fragmentos da totalidade contida no seu interior.

A questão tanto do impulso de buscar novos espaços quanto da defesa desse espaço nos faz reportar ao pensamento de Haesbaert (2006, p. 46): “[...] os homens como os animais possuem uma ‘compulsão íntima’ ou um impulso para a posse e defesa de territórios”. O ser humano, ao ocupar o espaço, defende-o por meio dos trâmites legais e por meio da resistência, tornando-se proprietário do espaço, transformando-o em lugar com o tempo. Vamos observar, a despeito desse contexto, a narrativa do Sr. Zelão (2017) sobre o espaço ocupado por ele e sua família:

Quando eu cheguei aqui, aí ganhei essa terra aqui. Aqui era daquele cara do posto ali. Meu sogro já morava aqui. Todos os cunhados, já morava tudo aqui. Nessa rua, daqui pra baixo. Aí fiz uma casinha aqui. Aí o rapaz do posto lá, encrencou com nós aí, levou nós na justiça, nós fomos. A última vez que nós fomos, o juiz disse:

*Ó vocês passa [...] o muro dele passa bem ali, no fundo daquela casa lá. É [...] passa lá naqueles paus lá. Aí o juiz disse: Ó você faça seu muro e deixa o lote de cada um. Você acha que aqui não tinha nem documento. É [...] aí ainda hoje estamos aqui. (ZELÃO, Entrevista oral em 03/04/2017).*

O Sr. Zelão (2017) afirma, em sua narrativa, que ganhou o espaço onde mora, mas depois explicou que aquele espaço foi ocupado primeiramente por sua família: “[...] meu sogro já morava aqui. Todos os cunhados, já morava tudo aqui. Nessa rua, daqui pra baixo. Aí fiz uma casinha aqui [...]”. O proprietário dos lotes acionou os familiares do Sr. Zelão (2017) no campo jurídico para retomar aquele espaço, mas a justiça concedeu o espaço já ocupado aos migrantes e legitimou a ocupação, realizando o sonho do Sr. Zelão (2017) e de seus familiares de legalizar a apropriação espacial enquanto elemento importante no processo de territorialização.

Então, em sua narrativa, primeiramente o Sr. Zelão (2017) nega a ocupação do espaço, afirmando que “ganhou a terra”, ou seja, o terreno que reside hoje, e, ao mesmo tempo, explica que esse “ganho” foi uma concessão legal determinada em juízo e que a justiça tinha sido acionada pelo proprietário da terra, ou seja, Sr. Zelão (2017) tem consciência da ocupação daquele espaço por parte de seus familiares anteriormente, porque seus familiares vieram primeiro para Araguaína-TO, posteriormente seguidos por ele. Até hoje o Sr. Zelão (2017) reside na Vila Piauí.



As histórias narradas nos mostram que o tempo vai atravessando o espaço e implantando ali a história de um grupo de pessoas que agem sobre o espaço e, ao mesmo tempo, são impregnados por eles. Transformam o espaço em lugar, seu lugar para viver, ao mesmo tempo em que se reconstróem enquanto sujeitos, que se tornam parte integrante do lugar, significando-o e ressignificando-o por meio da sua forma de ver e estar no mundo.

Toda construção de sentidos depende de um contexto referencial. Os moradores da Vila Cearense e da Vila Piauí são agentes transformadores que também sofrem transformações, pois, a partir da afetividade que criam com o lugar, por meio de suas interações com sujeitos e objetos, eles constroem suas memórias, atribuindo sentidos onde vivem e como vivem. Com efeito, esse agir no mundo resulta no acúmulo de experiências que vão subsidiar as relações com o outro e consigo mesmo durante a vida.

Com o intuito de compreender os processos que constituíram as Vila Cearense e a Vila Piauí e as transformações ocorridas no espaço, desenvolvemos uma análise que toma o sujeito como transformador do espaço em lugar, de acordo com as necessidades de adequação para o uso desse espaço enquanto lugar habitado que, aos poucos, passa a “dizer” e revelar muito das características dos próprios moradores, suas identidades a partir do momento que o lugar dá sentido para sua vida.

Isso ocorre porque as instalações, residências, comércios, dentre outros, incidem em um conjunto de ações transformadoras. Ao mesmo tempo que muda o território, os próprios sujeitos são modificados pelo lugar, o que incide na construção de sentidos e de identidade do novo habitante. Podemos observar transformações a partir de algumas narrativas que expressam as mudanças com o povoamento da Vila Cearense,

*[...] Tô com 40 anos aqui. Eu cheguei aqui, tinha um barraquinho de palha ali e Seu Tinoco, com a casinha de tijolo e metade de tabua. Aqui na Vila Cearense não tinha mais que duas casinhas. [...] Aqui mesmo na Vila Cearense só tinha duas que era uma invasão, mas eu comprei um lote aqui e fui fazendo esse barraco de taboa, de palha de tudo até que eu consegui [...] meu filho que me deu essa casa, fez e me deu. Tudo aqui era pau [...] Aí fiquei mais meus filhos [...] aí pronto, até hoje graças a Deus, tô vivendo aqui feliz aqui [...]. (JOANINHA, Entrevista oral em 17/01/2017).*

A narrativa mostra como o espaço foi sendo ocupado pelas primeiras famílias há quarenta anos: “[...] Aqui mesmo na Vila Cearense só tinha duas casas que era uma invasão [...]”, percebemos que a ocupação ocorreu de forma irregular, de modo que as pessoas foram adequando o espaço e se adequando à nova vida.

Assim, a família de Dona Joaquina (2017) se apropria de um território e se instala, em uma ação de “fazer espaço”: “[...] eu comprei um lote aqui e fui fazendo esse barraco de taboa,

*de palha, de tudo até que eu consegui [...]”*. O “fazer” seu próprio espaço, um lugar para morar, uma conquista imbricada de sentidos, consiste em um conjunto de ações humanas sobre a natureza, a fim de suprir as condições necessárias para viver. Tais ações implicam nas relações com os objetos naturais e com os sujeitos ali presentes, num esforço para construção do seu lugar próprio, reconstruindo sua identidade no mundo como pessoa, morador, cidadão: as famílias desenvolviam um sentimento de pertencimento para se sentirem seguras em sua nova morada, “[...] A identidade, então, costura o sujeito à estrutura [...]”. (HALL, 2006, p. 11).

O processo de ocupação e a construção do seu lugar, por partes dos migrantes, não é uma tarefa fácil, mas dramática. Um drama que tem início antes mesmo de tomar a decisão de sair do seu lugar. Uma decisão, muitas vezes adiada por meses ou até mesmo anos, na esperança de dias melhores, por causa das incertezas e dificuldades que esse fenômeno social que é a migração, causa. O ajustamento e/ou adaptação no novo espaço é outro processo que requer mudanças e/ou uma reorganização social; um descentramento de identidades, de si mesmo diante da diversidade cultural; dos mundos culturais. O processo de ocupação é, portanto, complexo e conflitivo.

Porém, o sentimento de felicidade expresso por Dona Joaquina (2017) denota o encontro de si mesmo com o tempo e com o espaço, em uma relação conjuntiva com o lugar, ou podemos dizer de ajustamento, de negociação, onde o espaço “engole” o sujeito e ao mesmo tempo é “engolido” pelo sujeito que se torna parte da engrenagem social e esta é construído de sua identidade. Essa relação de devorar e ser devorado pelo espaço, forma novas identidades conforme os papéis sociais que o sujeito passa a desempenhar diante das relações sociais.

Esse movimento migratório atraiu novas famílias, desencadeando um processo de territorialização, onde o espaço torna-se dinâmico por meio das relações entre os indivíduos, sejam elas conflituosas ou cooperativas, mas com o objetivo comum, que é o viver bem, viver melhor, ter uma vida diferente da que viveu no nordeste. Desse período, ficou registrado na memória, história de persistência, resiliência e, sobretudo, de esperança, como mostram os relatos seguintes: “[...] *quando eu cheguei aqui, tudo era mato [...] até lá embaixo era tudo mato. Isso aqui também era tudo era matão [...] Não tinha nem água nem energia aí nós fizemos aí [...] eu tinha um barzinho lá embaixo, aí eu puxava a energia lá de baixo aqui pra cima [...]”*. (PAULISTA, 2018).

O Sr. Hildebrando dos Santos não é nordestino, é paulista, por isso, recebeu o codinome de Paulista quando começou a trabalhar na Viação Lontra, assim que chegou na cidade de Araguaína. Reside na Vila Piauí desde 1978, ou seja, há quarenta anos. Antes de se instalar na Vila Piauí, morou no Bairro JK, após o divórcio, deixou a casa do Bairro JK para sua ex-

companheira e passou a residir sozinho na casa que construiu na vila. Ele tem orgulho de afirmar que construiu sua casa de madeira na vila e que até hoje tem a mesma estrutura, que nada foi mudado.

A adaptação no novo espaço, ou seja, a reterritorialização, também atingiu esse migrante que estava bem instalado em outro bairro da cidade de Araguaína, mas, por intempéries do destino, acabou ocupando um espaço que ele afirma já ter conhecido anos antes, quando exercia a função de caminhoneiro, antes mesmo de se mudar com sua cômjuge, hoje ex-companheira, de São Paulo (capital) para Araguaína porque, segundo sua narrativa, sua ex-esposa era maranhense e disse para ele que queria morar e viver nessa região que tinha a localização geográfica próxima do seu estado de origem.

Porém, após a mobilização dos moradores da Vila Piauí, conseguiram junto ao poder público a instalação da rede de água, de energia e também conseguiram o asfalto, mas esse último, para conseguirem, conforme o que narra o Sr. Paulista (2018), ele e os moradores da vila tiveram que furar um buraco no meio da rua que era o único acesso aos Setores Jaime Câmara, Sonhos Dourados, Jardim Pedra Alta e Jardim dos Ipês, e o buraco que cavaram já estava na altura do peito deles. Então, a prefeita da época, foi até lá e ordenou que fosse implementado o asfalto, [...] *nós fizemos um buraco aqui no meio da rua que era só uma rua aqui, ninguém subia nem descia. O buraco já estava nos meus peitos de fora a fora [...] Aí a polícia veio pra tirar nós [...] aí a prefeita veio e mandou fazer o asfalto. Foi nós que botemos pra fazer o asfalto [...]*”. (PAULISTA, 2018).

O Sr. Paulista (2018) afirma que iniciou o buraco no meio da rua com a ajuda do Sr. Zelão (2017), outro morador da Vila Piauí, e que toda a comunidade apoiou depois que presenciou os dois cavando a terra no meio da rua. Quando a polícia chegou, ele afirma que ninguém correu, ficaram todos os moradores juntos. Uma mobilização social em prol da melhoria da infraestrutura do lugar, do seu lugar em nome do bem-estar da coletividade. Esse acontecimento está presente na memória individual do narrador, bem como na memória coletiva da comunidade, pois todos se mobilizaram em prol do bem comum. Essas pressões sociais tendem a permanecer vivas na memória coletiva das comunidades, “[...] a memória coletiva extrai sua força e duração do fato de que um conjunto de homens lhe serve de suporte, são indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo”. (RICOEUR, 2007, p. 133).

Para a maioria dos migrantes, essa luta para obter infraestrutura no espaço ocupado, não fazia sentido quando viveram em sua terra de origem, pois a prioridade lá era a sobrevivência, a lida com a terra, a criação de animais, mas quando passaram a viver em um espaço onde a maioria da população tinha acesso ao saneamento básico, energia elétrica e pavimentação

asfáltica, houve um despertar ao sentirem-se excluídos por não contar com esses elementos inerentes da vida urbana que difere do ritmo da vida no campo.

No processo de desterritorialização houve, em certa medida, um aprendizado sobre a relevância desses novos valores que o novo espaço, aos poucos, foi revelando para esses migrantes advindos, em sua maioria, da zona rural de seus Estados, perdendo, de certa forma, a referência de cidadãos do campo, descentrando sua identidade campesina para (re)construir novas identidades relacionadas aos valores inerentes à vida urbana.

Na Vila Cearense também tinha mato e ausência de pavimentação asfáltica e o espaço foi modificado,

*Aqui mudou muito [...] hoje não tem uma casa de tábuas, hoje não tem uma casa de palha, é tudo construída. Antes só tinha lama, poeira, quer dizer, não tinha tanta poeira não, porque chovia [...] chovia três dias encaixado sem parar. Aí era lama pra todo lado, lama, lama [...] As coisas mudaram muito, antigamente chovia mais. Essa vila aqui no começo, era sofrimento. Sofrimento mesmo tanto buraco na rua aí, era tanto mato [...] pra todo lado era mato, e era ruim demais. Aqui pra traz tinha mato, pra frente tinha mato e hoje, não tem mais mato, é tudo construído, agora é mais quente. Ave Maria! tá quente demais, acabou as árvores. [...] Era ruim, mas assim, era ruim e era bom, porque tinha paz né, tinha fruta, todo mundo era amigo e todo mundo se conhecia. (JOANINHA, Entrevista oral em 17/01/2017).*

Os relatos retratam um espaço transformado pela dinâmica da interação e integração da natureza com ser humano que resulta na modificação da paisagem e na reconstrução da identidade do migrante que é, aos poucos, tomado pelos modos de vida do lugar. As práticas do homem para organizar seu espaço vão interferindo na ordenação estrutural já estabelecida, de forma que, em um processo de adaptação, os novos moradores vão se adequando às condições de vida e, conseqüentemente, a natureza generosamente os acolhe de acordo com suas ações.

Dona Francisca (2017) relata as dificuldades na adaptação ao novo lugar: “[...] só tinha barraco de palha e de tábuas. Era só aquela lama. O barro da cor de sangue de boi [...]”, a precariedade das moradas, das ruelas descritas nos leva, por meio da memória, para um habitat natural sendo moldado pelas mãos do homem, que evoca os sentidos ressignificando-os com sua maneira própria e singular de viver a vida.

As famílias se alojaram ali sem planejamento, sem apoio, mas movidas pela vontade de ter e pertencer ao seu próprio espaço e construir um lugar para chamar de seu. Tendo como aliados os objetos naturais propensos às transformações, por meio do trabalho, as famílias ocuparam o espaço e ali passaram a viver.

Ainda que a ausência de políticas públicas no processo de urbanização da Vila Cearense e Vila Piauí, seja uma realidade que reflete até os dias atuais as marcas do sofrimento de um povo, dentro de uma lógica organizacional de comunidade, as famílias foram buscando melhorias, conforme a narrativa: “[...] *A energia chegou primeiro, depois fizeram a instalação da água [...]*”. (FRANCISCA, 2017).

Quando Joaquina (2017) fala das mudanças do lugar (as casas de palha e de madeira dando lugar às construções, as vielas vicinais recebendo asfalto e o processo de urbanização expulsando as árvores), ela também relata as consequências dessas mudanças: “[...] *Antes só tinha lama, poeira, quer dizer, não tinha tanta poeira não, porque chovia [...]* chovia três dias encaixado sem parar. *Aí era lama pra todo lado, lama, lama [...]* pra todo lado era mato [...]”.

Tais mudanças devem nos direcionar para a necessidade de um olhar reflexivo ao processo de urbanização, que vai metamorfoseando os espaços de maneira desajustada e comprometedor, onde quem sofre a consequência é o próprio homem, pela forma com que usa o espaço. Para a moradora que hoje sente as consequências das transformações do espaço praticado e em uso, suas memórias trazem à tona um sentimento ambíguo: “[...] *Era ruim, mas assim, era ruim e era bom, porque tinha paz né, tinha árvore, tinha fruta, todo mundo era amigo e todo mundo se conhecia [...]*”. (JOANINHA, 2017).

Nesse sentido, Joaquina sente as consequências das transformações do espaço por ela modificado para se tornar o seu lugar, o que, impulsionada por sua memória, traz à tona o sentimento ambíguo. Essa ambiguidade contraditória entre dois extremos (ruim e bom) constrói sentidos opostos em torno do sentimento de negatividade do passado por causa da falta de infraestrutura na Vila Cearense, e, ao mesmo tempo, percebe o quanto aquele tempo era bom, lembrando da paz em primeiro lugar, o sossego representando a tranquilidade existente no espaço.

A presença de árvores na vila de outrora remete a um espaço que foi modificado ao longo dos anos, bem como as frutas que enfeitavam essas árvores e serviam de alimento silvestre e nativo do local regado pela amizade construída em tempos difíceis entre as famílias recém-chegadas. A união entre as famílias, “[...] *todo mundo se conhecia [...]*” passa uma ideia de segurança, pois, apesar de não terem bens materiais e riquezas, tinham um ao outro, podiam contar com o apoio de seus compatriotas da mesma região, imbuídos do mesmo sonho de transformar aquele espaço em lugar para viver e terminar de criar seus filhos.

Conforme as vivências dos moradores da Vila Cearense e da Vila Piauí, podemos depreender que é da natureza que suscita a vida, mas são as ações do homem que a anima. Assim, transforma espaço em lugar, onde as histórias são vividas, portanto, o movimento

interacional: homem e natureza é como em uma orquestra que harmoniza todas as esferas da vida, nos arranjos sociais, na melodia do sentido expressa no seu modo de vida, no tempo e no lugar, que vai inundando o ser de esperança e invadindo a alma com um canto de vitória por vencer as dificuldades presentes em sua terra natal em um novo lugar, rompendo com sua maneira de viver, seus princípios e valores em nome da satisfação de ter comida na mesa todos os dias por causa da abundância de chuva.

Para os migrantes que saíram de localidades secas, tinham oportunidade de esquecer aqueles dias secos que vivera outrora em um lugar que era seu por nascimento e que deixou marcas na memória que jamais serão esquecidas, mas lembradas como sendo parte do “trampolim” construído ao longo do tempo, que o lançou para outro território onde pudesse reescrever sua história realizando-se enquanto homem em um lugar moldado para ser chamado de seu, porém em um novo território, com novos desafios como bem expressa Santos, et al, (2007): “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Um novo espaço onde buscariam realizar-se enquanto homem e migrante no processo de reterritorialização.

### **1.3 Afetividade com o lugar: uma (des)construção**

Compreender a territorialização por meio do afeto é perceber a sensibilidade do sujeito e como significa e ressignifica sua forma de agir no mundo, construindo sentido para essa nova forma de viver no novo espaço, as transformações dos sentimentos em relação ao lugar e a forma como o sujeito lida com esses sentimentos. Essa frase utilizada por Dona Joaquina (2017) releva um pouco de como os sujeitos que se aventuravam no norte de Goiás lidavam com o desengano e com o arrependimento, buscando “reparar”, de alguma forma, a decisão tomada anteriormente, sozinho ou no seio da família, simplesmente saindo para encontrar outro espaço ou retornando para o lugar já construído anteriormente, como forma de superar a decepção ou sair do “sofrimento” (desengano) onde se encontravam.

Ao lidar com as lembranças, os narradores demonstraram sentir saudade da cidade natal, dos parentes que lá ficaram e nunca mais encontraram, saudade da forma simplista e particular de viver na região onde nasceram, do cheiro da roça, do cantar dos pássaros, do tipo de alimento da região, do tempero, e até mesmo do gosto. No caso do Sr. Zelão (2017), ele sente saudade de manipular a terra para plantar. Ele se emociona quando fala do seu apego com a roça. Uma relação que foi destruída quando ele decidiu sair de sua cidade de origem onde lidava com a

terra para morar em outro espaço, na Vila Piauí, em Araguaína, onde não poderia manter o vínculo com a atividade de cultivo de plantação por se tratar de um espaço urbano.

Podemos entender que a relação íntima que o Sr. Zelão (2017), tinha com a terra foi se desterritorializando em certa medida, de dentro dele, mas o mecanismo da lembrança não deixa acabar esse sentimento que se encontra latente em sua memória, de tal modo que faz seu coração pulsar mais forte e seus olhos encherem de lágrima quando pensa na roça. “[...] Se definirmos lugar de maneira ampla como um centro de valor, de alimento e apoio, então a mãe é o primeiro lugar da criança [...]. (TUAN, 2013, p. 42).

Assim a “mãe natureza” é revelada em relação ao Sr. Zelão (2017), como seu lugar-primeiro. Ela provê o alimento, a segurança enquanto lugar de referência construído pelo indivíduo que o dota de valores com o passar do tempo, quando passa a conhecer melhor o espaço e nele se acomoda suprindo suas necessidades, principalmente as vitais.

A segurança do Sr. Zelão (2017), além de estar vinculada ao lugar, tem uma relação muito forte com a terra: “[...] *na hora que chove, eu sou apaixonado pela roça, mais antes se eu tivesse na roça! [...]*”. Ele tem uma paixão pela roça, e, em sua narrativa, deixa subtendido que essa paixão tem a ver com o fascínio que a terra causa por sua capacidade de produzir:

*[...] olha porque a roça, o povo diz, a quem tem, ah eu não vou plantar não porque só dá prejuízo, não lucro, que não dá. Mais se eu tô na roça, lá eu crio frango, lá eu crio porco, lá eu crio tudo [...] tem a comida, tem a abóbora, tem o arroz, tem tudo, pra você. Se eu tivesse na roça, eu não tava comprando as coisas pra casa desse jeito, tava não. (Tem saudade da roça?), mais moço! Quando cai água no chão, eu digo: Oh! Rapaz se eu tivesse na roça (risos) [...]. (ZELÃO, Entrevista oral em 03/04/2017).*

O amor pela roça está estampado no seu sorriso, na sua voz, nos seus olhos, na sua pele rugosa, por força da idade e reflexo dos efeitos do sol ao lidar com a terra, com a lavoura. O Sr. Zelão (2017) foi criado trabalhando com a terra e essa experiência tem muito significado em sua vida. Quando a chuva cai, sua memória o remete à roça, plantações, colheita, abundância de alimentos. Mas, na cidade, ele não tem como viver essa paixão, então, sempre que pode ele a retoma por meio da memória.

Esse sentimento pela roça dá sentido para a vida do Sr. Zelão (2017), que apesar de residir num espaço urbano que o impossibilita de trabalhar a terra, rememora sua relação com a terra, com a lavoura, no plantar e colher, “[...] *quando cai água no chão [...]*” parece que o som emitido pela água caindo no chão e penetrando a terra, vai despertando dentro dele aquele desejo de voltar ao passado e reviver os dias que podia mexer com a roça, manipular a terra,

sentir o cheiro da terra molhada. “[...] O lugar é um mundo de significado organizado”. (TUAN, 2013, p. 219).

No caso do sentimento do Sr. Zelão (2017), seu lugar remete às vivências do passado no lidar com a terra onde sentia o prazer de viver a antiga vida, os antigos afazeres, os antigos hábitos que tinham significados sentimentais para ele. As lembranças acionam sua memória, invadem seus sentimentos mais profundos em relação à terra. Entendemos a memória enquanto um fenômeno não somente individual, mas, principalmente, como uma construção social que busca relacionar acontecimentos do passado com o presente em um determinado contexto.

Com o intuito de compreender como ocorreu o processo de transformação do espaço das Vilas Cearense e Piauí, analisamos os relatos dos moradores que são pioneiros, tendo em vista que o movimento migratório na ocasião era movido pela busca por um lugar para viver melhor, longe da seca e da fome, porém, no terceiro capítulo, constataremos, embasados nas narrativas, que a seca não é uma realidade para todos os migrantes nordestinos e, portanto, não deve ser generalizada a toda região Nordeste, por ser climatológica e atingir certas localidades, tratando-se de um fenômeno natural específico a algumas microrregiões.

A memória, por sua vez, é mais do que “um lugar”, “um depósito de lembranças”, é uma construção de sentido com significado individual de uma visão de mundo particular que projeta mais que lembranças quando narra, projeta sentimentos, expõe o eu e ajuda a compreender quem somos, “[...] Tudo aquilo que seria necessário enxergar e escutar para tentarmos compreender melhor quem somos e por meio de que processos nós retornamos ao que somos. É para isso, enfim, que serve a memória”. (PORTELLI, 2016, p. 56).

A memória configura-se como um mecanismo capaz de relacionar fatos vividos com os atuais, construindo, assim, sentidos para o presente. As lembranças, enquanto mecanismo da memória, são reproduzidas e materializadas por meio das narrativas que se valem da linguagem para expressar valores e significados dos costumes, tradições, crenças e princípios.

Já a memória do Sr. Paulista (2018), rememora, no decorrer da sua narrativa, os sentimentos de afeto que nutre por sua profissão de motorista. Uma profissão que aprendeu quando serviu o exército ainda no estado de São Paulo. Nessa época, afirma que morava com sua avó materna, pois sua mãe faleceu quando ele tinha 12 anos, então acabou de ser criado por sua avó na capital São Paulo, onde nasceu.

Quando terminou seu tempo no exército, continuou exercendo a profissão de motorista em transportadoras e logo conheceu sua ex-esposa, que era nordestina, nascida no estado do Maranhão, mas ele já tinha viajado para as regiões Norte e Nordeste do país e conhecia a cidade de Araguaína, segundo sua narrativa. Seu vínculo com a estrada começou muito cedo. Quando



migrou para Araguaína com sua esposa, hoje ex-companheira, ele começou a trabalhar de motorista de táxi na rodoviária da cidade e depois em empresas de transportes que atuavam na região:

*[...] trabalhei na Transbrasileira, trabalhei na Lontra, trabalhei na Transportadora Araçatuba, no Açogue Paulista sempre de motorista [...] eu gosto, sinto a maior felicidade (choro) eu gosto, caía no mundo aí, eu achava bom, uma hora dorme aqui, uma hora você dorme acolá, pega uma amizade aqui, pega outra lá, pega amizade boa, pega ruim. Amizade ruim você pega, mas só bom dia e boa noite e o rabo é um rei porque se você não pegar amizade na estrada com qualquer um você não anda (choro) eu me emociono quando eu lembro dessa vida de estrada, eu gosto (choro) gosto mesmo [...]. (PAULISTA, Entrevista oral em 03/02/2018).*

Dessa forma, pensar a memória a partir da oralidade e pensar a oralidade a partir da linguagem (narrativas) é construir uma forma de analisar o conteúdo da oralidade numa visão interdisciplinar capaz de dar conta da dinamicidade do narrador que é, por natureza, um ser “inter” e “multi” em sua essência, analisando a forma de falar, como é construído o sentido de suas experiências, com que intensidade são expressas, em sua oralidade, o significado das palavras a partir da intensidade com que são narradas. Além de ter cuidado e um olhar crítico na possibilidade do narrador ficcionalizar sua narrativa e representar a si mesmo diante da realidade e das experiências que viveu e dela construiu/reconstruiu sentido. O significado das palavras traz ideologias refletidas pelas estruturas sociais que estão presentes nas narrativas e devem ser analisadas em sua complexidade.

A narrativa do Sr. Paulista (2018), interrompida pelo choro, lágrimas que o transportam ao passado por força da rememoração pelo mecanismo da lembrança que se materializa por meio de uma voz embargada, um choro contido e um olhar que tenta se esconder por trás das palavras. É uma emoção forte em torno do exercício da profissão que já não desempenha mais, pois hoje, aposentado, do saldo de suas viagens ao longo dos anos, conta somente com um acidente ocorrido no percurso Araguaína-TO/Imperatriz-MA, uma colisão entre o ônibus que dirigia e uma carreta. No ônibus, estavam 41 passageiros, segundo ele, com uma vítima fatal, os outros passageiros ficaram bem. A seqüela que ele carrega até hoje desse acidente é a sua mão direita que não fecha mais, mesmo após muitas fisioterapias, foi constatado que o nervo de sua mão não responde aos comandos do seu cérebro, “[...] *Segurei o volante pra não virar e não morrer os passageiros. O que faleceu porque estava na frente perto da porta do carro [...]*”. (PAULISTA, 2018).

Cada migrante e cada pessoa tem sua forma de perceber o mundo e seus sentimentos dão sentido para sua vida auxiliando na construção do lugar do “eu”. Pai de quatro filhos, sendo um do sexo masculino o qual escolheu a mesma profissão do pai, motorista, foi vítima fatal em

um acidente de carro com apenas 22 anos de idade, próximo à Brasília, onde residia com a esposa e uma filha de 2 anos de idade, a neta que o Sr. Paulista (2018) afirma não conhecer e não saber do seu paradeiro até hoje. Teve notícia por meio de seus irmãos que moram em São Paulo, que sua neta, contraiu matrimônio e já é mãe de uma menina, ou seja, o Sr. Paulista (2018) é bisavô, mas não conhece nem a neta, tampouco sua bisneta.

A narrativa do Sr. Paulista (2018) reflete desencontros dos irmãos e demais familiares, perda do filho, distância de suas três filhas, separação de sua cônjuge, aposentadoria de sua profissão que tanto estima, uma mão com sequelas, mas ele afirma não sentir vontade de voltar para São Paulo porque lembra de sua genitora falecida. Era seu porto seguro e não pretende ir à Brasília conhecer sua neta e bisneta por questões de cunho financeiro e não pensa em se mudar da Vila Piauí,

*[...] A minha menina quer que eu venda aqui. Ela fala pra mim: Pai o barraco do senhor é feio. Deixa meu barracãozinho aqui. É daqui pro cemitério. Eu me apeguei. Daqui eu gosto, gosto daqui. Já apareceu gente aqui pra trocar comigo, pra ir lá pro Ipê, vou nada, aqui tá bom, tenho amizade aqui de sair pra rua e todo mundo me conhece [...]. (PAULISTA, Entrevista oral em 03/02/2018).*

O enraizamento do Sr. Paulista (2018) no lugar demonstra que há uma construção sólida dos vínculos afetivos não somente com o lugar de pertença, mas com as pessoas que compõem esse ambiente que o faz sentir-se tão bem que não há desejo de sair dali. A ideia de comunidade é forte nesse trecho de sua narrativa, demonstrando que ali estão pessoas que, por meio do convívio social podem contribuir, cada um a seu modo, para amenizar a saudade, a falta, a solidão e a distância dos seus entes queridos com os quais mantêm contato via telefone uma vez por semana. Essa conjuntura nos faz pensar no processo de territorialização dos migrantes e sua historicidade que carrega dentro de si e leva consigo para o leito de morte, silenciando sua história como uma vela que queima seu pavio até sua luz apagar, “[...] O ser humano é levado pelas sensações para além do limite normal; ele é possuído por uma força, cuja origem coloca fora de si mesmo, na natureza e na sociedade”. (TUAN, 1980, p. 29).

O modo de ver o mundo de Dona Joanhinha (2017) expressa, em sua narrativa, em uma frase que procura expressar também seus sentimentos diante da realidade migratória: “[...] *Trazia os desenganados e levava os arrependidos que vinham e queriam ir pra trás [...]*”, representando e construindo sentidos que norteavam o processo de territorialização e nos revela o paradoxo que ocorre em certa medida nesse processo entre a vida que se tinha em um espaço e a vida que se espera ter em outro espaço. Podemos perceber essa sentença ainda enquanto uma concepção filosófica da realidade enquanto caos ou ainda no seio da poética, que narra o

drama, a tragédia, o clímax do acontecimento e seu desfecho. Realidade essa que pode ser captada pelos sentidos do sujeito que a interpreta partindo de suas experiências, da sua maneira de viver enquanto construção social. Assim, cada sujeito percebe-se no espaço a seu modo e conforme suas necessidades.

Essa frase pode ser compreendida, ainda, partindo da dimensão poética enquanto forma de perceber a realidade complexa, traduzindo os sentimentos por meio das palavras além de exteriorizar a percepção de mundo, levando à reflexão sobre a vida. E essas palavras narradas por Dona Joanhina (2017) nos levam a uma reflexão sobre o processo de territorialização. É uma forma de ficcionalizar os acontecimentos que fazem parte desse processo. Compreende-se aqui que toda narrativa é figuração, mas que cada sujeito parte daquilo que acredita, de suas experiências, dos sentimentos que lhe movem, dos valores atribuídos aos acontecimentos e da forma como vê o mundo e como o constrói para si, construindo sentido para sua vida presente, partindo dos acontecimentos passados que estão atrelados aos do presente por meio da memória.

Esse drama vivenciado por muitos brasileiros deu início ao processo migratório para espaços longínquos que representasse a solução para uma vida de sofrimento ou até mesmo enquanto oportunidade, surgindo no percurso da vida e que passou a fazer sentido diante do processo de territorialização. Sofrimento arquitetado, em certa medida, pelo poder hegemônico, excludente e dominador. Dentro da poética, trata-se de uma tragédia com base nos sentimentos de temor e piedade, representando o sofrimento constante contido na vida do nordestino migrante que constrói significado para sua vida em outro espaço. O efeito do sentido trágico na narrativa de Dona Joanhina (2017), demonstra que havia os “arrepentidos” de terem saído do lugar de sofrimento para o lugar de esperança e retornavam para o mesmo lugar, voltando a viver as mesmas dificuldades porque não se adaptaram ao novo espaço, espaço de fuga, de mudança.

O fenômeno migratório envolvendo o deslocamento e a quebra de fronteiras dentro do território, nos remete que a migração é um fator social podendo ser visto como o ápice de um drama social que tem início, ora pela sequeidão da terra, na falta de políticas públicas que possam amenizar as dificuldades de alguns nordestinos em relação à lida com a terra no ato de plantar e colher, ora na procura por um trabalho diferente da lida com a terra, enfim, são muitos os motivos que alicerçaram e alicerçam a migração dentro do território. Essa trama social envolve muitos nordestinos ainda no século XXI porque ainda há cidades interioranas no Nordeste onde o trabalhador da zona rural luta contra a seca para sobreviver e almeja outra forma de trabalho que não seja o cultivo da terra. É um drama ainda muito presente na vida de alguns nordestinos que residem nessas microrregiões. Em contrapartida, há localidades no Nordeste com

abundância de água: chuvas, rios, lagos, córregos, ou seja, existem riquezas hídricas como aparece na narrativa de Dona Carlota (2018), no terceiro capítulo.

A oposição entre a esperança e o sofrimento é forte nessa trama social remetendo a outra oposição implícita nessa narrativa: vida e morte, frequente no pensamento e no imaginário coletivo do nordestino que luta pela sobrevivência, pela vida em detrimento ao sofrimento e à morte. Enquanto a morte traz um efeito de sentido horizontal de “descanso” do corpo, a vida traz um efeito de sentido vertical de “luta” pelos direitos de viver dignamente nesse país, seja em qual for o lugar.

A reterritorialização em território desconhecido foi marcada por medo e muito esforço com relação ao trabalho na vida de Dona Joaquina (2017) uma vez que seu cônjuge e os filhos mais velhos trabalharam durante três anos na região próxima às cidades de Carmolândia e Jacilândia em propriedades situadas na zona rural. Só após esse período, se instalaram na Vila Cearense, no ano de 1977, onde só havia duas casas. Essa instalação ocorreu por meio de um morador da vila que cedeu parte da sua casa (a área) para abrigar a família recém-chegada, até que eles encontrassem outro espaço para morar ali mesmo na vila.

Os migrantes do nordeste analisados, estavam à procura de espaços que oferecessem melhores condições de sobrevivência, uma vez encontrando, se reterritorializavam e faziam uso do espaço ocupado da forma como achavam melhor para suprir suas necessidades e com o tempo construíram o lugar, o “eu” e “nós” enquanto comunidade que se identifica por meio da nomenclatura das vilas: Vila Cearense e Vila Piauí; nomeadas por força da coletividade que permanece até hoje, ano de 2018, com os mesmos nomes.

As dificuldades que encontraram no novo espaço não os intimidaram e por causa, principalmente, da fartura alimentar, permaneceram nesse espaço, se adaptaram a ele. Apesar das dificuldades que nortearam o processo de territorialização, os migrantes que narram suas histórias nesse estudo e suas famílias não desistiram e permaneceram no antigo norte de Goiás, hoje, estado do Tocantins.

A ocupação do espaço pelas famílias enquanto grupos sociais modifica-o e eles passam a defender o espaço ocupado como seu lugar dentro do processo de territorialização, rompendo as fronteiras territoriais e culturais, se reterritorializando impulsionados pelo sonho de ter a posse do espaço e permanecer ali juntamente com sua família, o restante de sua vida, uma vez que os movimentos no espaço são articulações e podem ocorrer nos sentidos horizontal e vertical, interno e externo na relação espaço-tempo, envolvendo lugares e indivíduos e, podem ser múltiplos numa territorialização dinâmica.

No caso dos moradores das vilas ora analisadas, os relatos nos conduzem, por meio das memórias, a uma trajetória vivida que marca a conquista do espaço, e suas ações transformadoras, que culminou na construção do seu lugar repleto de sentidos que insiste em refletir no sorriso de satisfação em pertencer e se identificar com aquele lugar onde vive há mais de trinta anos, como é o caso da maioria dos narradores.

No caso dos migrantes, esse sonho de encontrar um novo espaço para viver e sobreviver com sua família, estava ligado ao desejo de encontrar o seu lugar, “[...] *Eu gosto daqui. Eu não quero ir pra lugar nenhum não. Eu gosto daqui. Sinceramente como eu gosto daqui [...]*”. (CARMEN, 2017). “[...] Com o tempo nos familiarizamos com o lugar, o que quer dizer que cada vez mais o consideramos conhecido”. (TUAN, 2013, p. 224).

Assim, após deslocar-se de sua terra natal, cidade de Buriti Bravo-MA para Conceição do Araguaia-PA, Dona Raimunda Muniz (2017), moradora da Vila Cearense, encontrou ali o seu lugar de onde não pretende mais sair, realizando um sonho que almejava desde que saiu da casa de seus pais, após o casamento com o Sr. José Martins dos Santos. Essa mesma experiência aconteceu com outros migrantes como observaremos mais adiante.

Já a relação de afeto entre Dona Francisca (2017) e o lugar constituído é expressa por meio de sua narrativa sobre um episódio que aconteceu quando aceitou o convite do seu cônjuge para viajar ao nordeste, onde permaneceu por quinze dias a contragosto, pois, segundo ela, não acostuma mais morar no nordeste, “[...] *Eu, se eu fosse no nordeste hoje, eu não me acostumo lá. Eu fui lá mais meu marido, eu chorei pra vim embora [...]*”. (FRANCISCA, 2017).

Com três dias que ela estava no nordeste com seu cônjuge, na casa de familiares dele, ela chorou para voltar para seu lugar. Sentiu saudade, uma saudade que acionou sentimentos de ligação com seu novo lugar, lugar construído no processo de reterritorialização e que expressou por meio de lágrimas sentidas. A narradora afirma que não se acostuma mais no nordeste, mesmo depois que tudo mudou, porque lá agora, segundo ela, é bom, tem água e plantações. “[...] *Agora tem fartura [...]*”. Ela demonstra sentir um verdadeiro e forte afeto pela Vila Cearense enquanto “seu lugar”, “[...] *Acostumei aqui, porque cheguei aqui com 14 anos e hoje estou com 61 anos. É muito tempo né? [...]*”. (FRANCISCA, 2017).

Sobre um dos valores morais importantes para a sobrevivência, o alimento, percebemos a oposição na narrativa de duas moradoras da Vila Cearense, uma piauiense e outra cearense. Após a ocupação de um espaço no norte de Goiás, hoje Tocantins, a convivência no lugar levou os migrantes a sentirem o impacto da adaptação no novo espaço expressos, em certa medida, na contradição com seus valores. Na narrativa da Dona Maria Loiola (2017) e da Dona Marieta Pereira (2017), percebemos que elas sentiram que o tipo de alimento consumido aqui era

diferente do que estavam acostumadas em sua terra natal. Em uma das narrativas dos moradores da Vila Cearense, aparecem valores em relação à alimentação, rememorados pela depoente durante a entrevista na qual Dona Marieta Pereira (2017) faz uma observação: “[...] *A comida daqui é diferente da comida do Piauí, porque lá a gente come mais frango caipira e aqui o povo come mais galinha de granja [...]*”.

Já Dona Maria Loiola (2017), faz menção ao direito à comida, porque quando morava no Ceará, conforme narrou, ela passava muita fome porque não tinha comida direito para toda família e que não tinha arroz, por isso ela disse que comiam igual porco: “[...] *No dia que eu queria comer parecido com arroz, eu juntava aquele xerém daquele milho duas vezes pra fazer um que parecia com arroz, só parecia, só pra comparar. Aí a mãe dizia ave Maria essa menina só quer ser [...]*” (MARIA LOIOLA, 2017).

Esse é um valor moral construído por meio das experiências vivenciadas no seio da família. No depoimento das duas moradoras da Vila Cearense, percebemos, na voz da Dona Maria Loiola (2017) e em seus olhos, a saudade da culinária de sua terra e no suspirar de Dona Maria Loiola, a satisfação de poder se alimentar bem. São situações diferentes, mas comungam do mesmo sentido e, portanto, são valorativas em sua moral de forma particular, o valor moral atribuído ao alimento e como se sentem em relação à comida que era consumida na localidade onde foram criadas.

A afirmação da mãe dizendo que “[...] *essa menina só quer ser [...]*”, demonstra a insatisfação da mãe com relação à atitude da filha, uma vez que para ela, a filha, Dona Maria Loiola, nega a realidade, a vida que tinha junto com a família. A negação da realidade para Dona Maria Loiola (2017) tem um significado importante, uma vez que a ajudava a manter as esperanças em transformar sua própria vida mesmo sem saber, naquele momento, que caminhos trilhar para a efetivação do seu desejo de se “[...] *alimentar que preste [...]*”, como narra abaixo. Era uma forma de fuga da realidade e até mesmo de domínio e controle da situação de miséria que ela vivia no interior do Ceará. Era uma forma de resistência. Essa resistência no campo da dominação afeta a composição social do grupo e a tentativa de ruptura desse poder dominador por meio da negação situacional da narradora é um fragmento da liberdade que ela vivenciaria posteriormente em outro espaço.

A resposta da Dona Maria Loiola (2017) para sua mãe retrata que a família não tinha condição de se alimentar direito e, para ela, comia igual porco:

*Aí eu digo: mãe é o seguinte eu nem pensei na minha vida de ser rica não. O que eu penso na minha vida é que eu queria na minha vida me alimentar que presta porque mãe a pessoa que não se alimenta que presta, não sou porco não mãe, milho é pra porco todo dia, até mesmo porque a comida deles é essa daí, mas o ser humano merece*

*comer melhor, merece trabalhar, mas merece se alimentar melhor porque pelo amor de Deus.* (MARIA LOIOLA, *Entrevista oral em 11/05/2017*).

O anseio de Dona Maria Loiola (2017), era “[...] *se alimentar que presta [...]*”, esse direito a uma alimentação que atenda às necessidades do organismo humano, pois sentia-se fraca para trabalhar na lavoura, um trabalho pesado que requer muita força e esforço por parte de quem trabalha a terra, debaixo do sol escaldante. No entendimento de sua mãe, ela queria “[...] *ser rica [...]*”, mas ela queria só uma alimentação digna de seu esforço físico e mental para repor as energias gastas naquele trabalho árduo. O espaço da dominação é pré-construído e determinado pelo poder hegemônico, dominador e elitista, levando o sujeito a viver situações deploráveis.

Ela chega a comparar sua alimentação com a de um porco, metaforizando a situação vivenciada: “[...] *Não sou porco não mãe, milho é pra porco todo dia, até mesmo porque a comida deles é essa daí [...]*”. O milho era um alimento sempre presente na mesa da família, ou seja, o pão de cada dia, e isso fez com que ela “abusasse” esse alimento e almejasse uma alimentação mais adequada para nutrir seu corpo diferente daquela que degustava diariamente. Então desabafa: “[...] *o ser humano merece comer melhor [...]*”. (MARIA LOIOLA, 2017).

Percebemos, na narrativa de Dona Maria Loiola (2017), que ela rememora as situações de outrora sobre a alimentação pautada na vida que tem no presente. O tipo de alimento que consome hoje principalmente com relação ao arroz: “[...] *um dia eu vou morar em um lugar que eu coma três arroz branco, mas que não seja nem milho nem feijão [...]*”. (MARIA LOIOLA, 2017).

Ela afirma que o desejo de comer arroz branco surgiu porque lá não tinha arroz, era difícil. Só tinha feijão e milho que, segundo ela, era comida de porco e não alimento de se comer todo dia. Enquanto Dona Marieta Pereira (2017) sente saudade do tipo de alimentação que tinha no Estado do Piauí, sua terra natal, Dona Maria Loiola (2017) sente aversão ao tipo de alimentação que tinha no Estado do Ceará por conta da seca, da dificuldade e do sofrimento. O alimento enquanto valor moral para as duas moradoras da Vila Cearense tem significado de negação para Dona Maria Loiola (2017), que expressa repúdio pelo alimento consumido em sua cidade de origem e de apreço, por parte da Dona Marieta Pereira (2017), a qual sente saudade da alimentação natural que degustava na propriedade do seu genitor no estado do Piauí e que hoje não conta com uma nutrição baseada em alimentos naturais como outrora.

Dessa forma, nos valem da concepção de Thompson (2005, p. 14): “O costume é mais perfeito quando tem origem nos primeiros anos de vida: é o que chamamos de educação, que, com efeito, não passa de um costume adquirido [...]”, para compreendermos que esse valor

moral referente à alimentação em ambas as narrativas, o qual pode ser considerado um hábito ou até mesmo um costume adquirido ainda na infância no lugar de origem, educadas dentro dos princípios familiares, considerando também as dificuldades das famílias em adquirir alimento e, quando se encontram em outro espaço, começam a rememorar o passado por meio das relações construídas em torno do hábito de alimentar-se e às novas formas e o contato com outros alimentos no novo território, levam-nas a pintar na memória outro passado que estar sempre em (re)construção.

Outro episódio que percebemos na narrativa da Dona Maria Loiola (2017) e que envolve um conflito de valores, foi quando ela relatou sobre a Avenida Cônego João Lima, principal avenida da cidade de Araguaína, à época e até hoje, pois quando ela chegou nesse município, as ruas e avenidas não tinham pavimentação asfáltica. Um certo dia ao se deslocar até o centro da cidade, naquele dia havia chovido bastante, segundo narra e, estando com um vestido branco, ao andar sobre uma “pinguela” que passava por cima de uma lama, ela escorregou e caiu, mas ela se admirou porque ninguém sorriu dela, nem de sua queda. E ela disse que pensou:

*[...] Eu levei uma queda e o povo era tão legal; eu levei uma queda e melei um lado todinho de barro e ninguém mangou de mim... ninguém mangou de mim né”; [...] e eu passei lá e levei essa queda, mas meu Deus eu quase morri de vergonha, me sujei todinha, mas eu olhava prum lado, olhava pra outro ninguém mangou de mim. Sabe que aqui é muito é legal [...]”.* (MARIA LOIOLA, Entrevista oral em 20/04/2017).

Ela sentiu-se acolhida pelo lugar e por cada pessoa da comunidade, nutrindo um sentimento de pertencimento, lembrando a concepção que Tuan (2013, p. 11), tem sobre essa segurança que o lugar proporciona ao sujeito: “[...] O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro [...]”. Ela sentiu-se acolhida e livre daquela vida sofrida que tinha em sua terra natal, sentiu-se segura naquele espaço. O processo de territorialização levou-a a outras oportunidades de vida que a deixou “encantada” pelo novo lugar.

Para Dona Maria Loiola (2017), cair na lama e não presenciar ninguém sorrindo de sua queda é um valor moral, tanto que, a partir desse episódio, passou a perceber as pessoas de outra forma, afirmando que era um povo legal, pois ninguém caçou de sua queda na principal rua da cidade. Começou a desconstruir a fronteira cultural em relação ao outro e ao novo espaço de pertença onde se sentia segura e amparada por pessoas que não conhecia, mas que simplesmente com uma atitude acolhedora, contribuíram para que Dona Maria Loiola (2017) construísse um sentimento de bem estar no seu interior, reconstruindo sua maneira de perceber



o outro naquele espaço territorial, transformando-o e, ao mesmo tempo, ressignificando sua identidade.

Diante dessa realidade, percebemos que o processo de territorialização mobiliza aspectos materiais e subjetivos que têm ramificação no campo afetivo dos migrantes. A territorialidade também envolve contradições e conflitos de acordo com as vivências particulares de cada sujeito, o que faz esse processo dinâmico, interdisciplinar e plural, construindo significados e sentidos no decorrer da vida daqueles que deixaram seu lugar para (re)construírem outro lugar, outras identidades.

## CAPÍTULO II - RETERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE

### 2.1 Nordeste “sim, senhor”

Pensaremos a identidade numa abordagem interdisciplinar a partir das narrativas dos moradores da Vila Piauí e da Vila Cearense enquanto migrantes nordestinos que, por motivos particulares e diversos, encontraram no antigo norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins na cidade de Araguaína, um espaço durante o processo de territorialidade – desterritorialização e reterritorialização<sup>3</sup> – para reconstruir seu lugar e, conseqüentemente, reconstruir a si mesmo frente às novas identidades descentradas que mobilizam-se no interior do sujeito por meio dos sentidos ressignificados continuamente.

O Sr. Josimar (2017), por causa da sua condição social, obteve seu primeiro calçado: um chinelo, somente com 19 (dezenove) anos de idade, relatando que “[...] *andava descalço [...]*” retratando a dificuldade financeira de sua família oprimida pelo poder hegemônico e pelo descaso diante da situação climatológica que atingia a terra com a estiagem que, por sua vez, não tornava possível colher o que se plantava por falta de chuva na região. Sem o produto da terra, o lavrador não tinha como gerar recursos financeiros para sustentar sua família, não podendo garantir o alimento na mesa, muito menos os calçados nos pés de seus filhos, “[...] *Nem calçado eu tinha [...]. O primeiro calçado que eu tive, eu tinha 19 (dezenove) anos de idade, chinelo de rabicho, andava descalço, mas chinelo eu vim calçar, eu tinha 19 (dezenove) anos de idade, não tinha, porque não tinha para calçar [...]*”. (JOSIMAR, 2017).

Por meio da oralidade, os moradores procuram expressar a forma como veem e interpretam os acontecimentos de outrora, fazendo conexão com a vida presente numa dinâmica da memória que busca reconstruir o passado vinculando-o ao aqui, modificando a forma de ver o passado, o que viveu e os acontecimentos que marcaram sua vida.

Assim sendo, a oralidade tem uma ligação complexa e repleta de sentido com a corporeidade, a gestualização e até mesmo com o silêncio, portanto, é a arte da performance, da ação, do movimento e da teatralização. O poder da palavra tem relação estreita com o poder da oralidade, de narrar. A palavra é mágica.

---

<sup>3</sup>“TDR – Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização. Territorialização – produto de uma coletividade no espaço; Desterritorialização – é o abandono do território, supressão dos limites/fronteiras; Reterritorialização – é um processo de relações sociais, a perda e reconstrução de relações dentro do espaço” (SAQUET, 2007, p. 78).

Dessa forma, um dos moradores da Vila Cearense, em sua narrativa, expõe que, quando os ônibus de viagem faziam parada no Transhotel, situado na BR-153 próximo da Vila Cearense, ele montou uma quitanda para vender lanche, mas ele era sozinho para terminar de “puxar o piso” de cimento do pequeno estabelecimento improvisado e atender de forma rápida e eficiente, os clientes que desciam dos ônibus com o desejo de saciar a fome para continuar a viagem até seu destino.

*[...] Eu não sabia o que que fazia. Se atendia o caldo ou se puxava o cimento, a massa de cimento pra tudo que era lado. Eu sujo trabalhando. O cliente quando chegava eu dizia: pode pegar aí que a menina saiu, deixe o dinheiro que eu entrego para ela, mas não tinha menina não. Eu ficava com vergonha de tá sujo e ir atender as pessoas. E amanhecia com o dinheiro no bolso. (ELIOMAR, Entrevista oral em 23/07/2017).*

O Sr. Eliomar (2017), fazendo a massa de cimento para melhorar o piso do seu pequeno comércio, conseguia vender os produtos alimentícios de forma que não passava uma imagem anti-higiênica para as pessoas porque, com sua criatividade, ele imaginou uma personagem fictícia e deu vida a ela, ainda que as pessoas não pudessem vê-la, acreditavam na sua existência. As narrativas dos sujeitos participantes da pesquisa podem revelar o imaginário por meio da mobilização da linguagem levando a discussão sobre a identidade nordestina e/ou regional, bem como, o valor identitário cultural impregnado nos modos de vida, ainda que flexionada por elementos híbridos existentes nas relações sociais. “[...] O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas esse é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem”. (HALL, 2006, p. 11).

No caso do Sr. Eliomar (2017), seu mundo exterior estava ligado com o comércio de alimento e, para conseguir sustentar a família com sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, melhorar a estrutura do seu estabelecimento comercial, criou uma personagem feminina, porém, preservava sua essência interior e existencial de homem, nordestino e provedor.

O narrador é um nordestino, sim, mas é também um comerciante. E é um comerciante que, apesar de ter um “comércio”, adota a postura típica dos vendedores ambulantes ao desenvolver estratégias de vendas próprias desses últimos, como o uso de um chocalho para chamar a atenção, como veremos adiante. E é também homem e pai provedor de sua família. Muito provavelmente a estratégia de criação da personagem fictícia, a “menina”, se deveu à ideia de ajudar e/ou auxiliar alguém mesmo com sua simplicidade e demonstrando pouca experiência no ramo dos negócios. Os fregueses sentiam-se seguros em consumir os alimentos oferecidos, pagavam e saíam satisfeitos para embarcar novamente nos ônibus que tinham hora

para partir. É um nordestino eloquente, é um comerciante, é homem, e como tal é esposo e pai; características de sua personalidade. Mas é também “pedreiro”, se as circunstâncias assim o exigirem. Ele exerce funções distintas conforme a realidade que o circunda exige.

Revelada pelas narrativas, concordamos com José Zilmar Costa que,

[...] essa identidade é pensada enquanto ponto de vista específico sobre o mundo, enquanto posição racional e valorativa do homem em relação a si mesmo e à realidade circundante. É como se fosse indispensável, para capturar essa identidade, entender não é no mundo, mas acima de tudo, o que o mundo é para o homem e o que ele é para si mesmo. (COSTA, 2009. p. 90).

O narrador inclusive, ao falar da “menina” fictícia utiliza sua imaginação para criar um personagem que venha esconder a verdadeira situação econômica e social na qual se encontra. Alguns narradores ficcionalizam suas narrativas, este, ficcionalizava a própria vivência. Infere-se aqui essa ficcionalização como uma forma de assumir uma identidade nordestina-migrante que se revelava na forma singular de ser comerciante no ramo da alimentação, ou seja, campo gastronômico, como se fosse aquele que tem um restaurante com vários funcionários.

No seu comércio alimentício, buscava oferecer uma diversidade de produtos aos seus clientes-passageiros, considerando que esses clientes nem sempre eram os mesmos por serem passageiros que embarcavam em diversos ônibus com linhas e trajetos diferentes uns dos outros, mas que tinham pontos fixos de paradas de acordo com o itinerário de cada transportadora, bem como com o contrato firmado com os donos dos estabelecimentos que poderiam ser cotados para se tornarem paradas permanentes.

O Transhotel, um dos maiores hotéis de Araguaína na década de 1980, senão o melhor, por muito tempo foi parada obrigatória para os ônibus que faziam linha para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, inclusive, funcionava como uma “segunda rodoviária” da cidade e, na sua estrutura, além de oferecer o ponto de transporte (embarque e desembarque de passageiros, que era um saguão grande com cadeiras para os clientes) funcionava também uma lanchonete, mas, muitas vezes, os clientes não gostavam do alimento, da diversidade e do valor pecuniário que era cobrado para consumir e/ou degustar as guloseimas, alegando que era caro e saíam para comprar nas barracas, quitandas, quiosques e/ou lanchonetes fora do Transhotel, “[...] O Transhotel era grande, era parada de ônibus e tinha de tudo que você pensar, lanchonete e sala de espera para os passageiros, mas tinha gente que ia lá pra fora para comprar comida em outro lugar [...]”. (MUNDOLA, 2017).

O Sr. Mundola (2017), depois que chegou da cidade de Conceição do Araguaia-PA, onde trabalhou por 7 anos exercendo a profissão de alfaiate, começou a trabalhar no Transhotel, onde exerceu várias funções, mas a função que mais exerceu no seu local de trabalho foi de recepcionista e, por isso, tinha contato direto com a maioria dos clientes e passageiros dos ônibus. Podemos imaginar aquele movimento de pessoas o dia inteiro, pois sempre havia aqueles que estavam esperando a hora que o ônibus com destino a alguma cidade chegaria, outros estavam lá para informar sobre valores das passagens e que hora e dia o ônibus estaria parado embarcando passageiros, outros eram companheiros, parentes que estavam esperando junto com outros que iriam viajar, e outros, ainda, estavam trabalhando em seus pequenos comércios, como o Sr. Eliomar (2017).

Havia aqueles que trabalhavam no Transhotel que estavam ali para receber e atender os clientes e, ainda, pessoas que exerciam trabalhos informais como: engraxates, vendedores de picolé, água, geladinho, amendoim, pipocas, e os profissionais que exerciam cargos formais como: os motoristas de táxi e de mototáxi, enfim, um grande e contínuo movimento de pessoas que nos leva a pensar na interculturalidade existente entre os sujeitos que ali frequentavam e se relacionavam, exercendo cada um seu papel, sua função: recepcionistas, vendedores, motoristas, comerciantes,

*[...] o Transhotel era assim olha (faz movimento com os dedos das mãos, demonstrando que era cheio), era movimento, o pessoal que vinha de longe, de São Paulo, Uberaba, Belo Horizonte, era tudo lá [...] aqueles fazendeirão [...] Lá tinha movimento, festa do Rotary, de Lions que tinha aqui em Araguaína, essas festas grades era tudo lá [...] aqueles salão lá, as piscina que tinha lá muito bonita e eu lá no meio e atendendo muito bem as pessoas graças a Deus [...]. (MUNDOLA, Entrevista oral em 14/08/2017).*

O Sr. Mundola (2017) exercia a função de pai, funcionário do Transhotel enquanto recepcionista, vendedor de passagens e, muitas vezes, segundo o narrador, exercia o papel de tradutor para entender e atender as pessoas-clientes de outros países que chegavam e queriam se hospedar no hotel, sempre mobilizando a identidade nordestina na sua forma de ser e estar no mundo: “[...] vinham aquele magote de gente da Colômbia e da Venezuela, os ônibus cheios de turistas se hospedar no Transhotel [...]”. As dimensões territorial e cultural, segundo essa narrativa, fazem parte dessa dinâmica social que é refletida no fluxo de pessoas de várias localidades do território nacional que se encontram em um intercruzamento contínuo de sujeitos com objetivos comuns ou não. Não se pode falar em comunidade, mas em diversidade e/ou coletividade inerentes ao aspecto identitário que compõem a formação da personalidade humana.

Hoje, o Sr. Mundola (2017) é aposentado, mas é proprietário de um comércio situado na Vila Cearense e exerce a função de Presidente de Bairro da vila em tela, “[...] já é o terceiro mandato. O primeiro mandato foi em 2005 aí fiquei quatro anos e terminou o mandato e entrou outro e depois eu entrei de novo e fiquei mais quatro anos e agora eu de novo. A eleição foi esse ano de 2017. Estou no primeiro ano do terceiro mandato”. Continua assumindo diferentes papéis sociais, pois, além de Presidente de Bairro, aposentado e comerciante, também é pai de família e avô de uma menina de três anos.

Com relação ao sentido de comunidade entre as pessoas que frequentavam o Transhotel, podemos afirmar que não há comunidade porque não existem vínculos estreitos entre essas pessoas que se encontram por força do acaso, do destino, pela necessidade de se deslocar no território, saindo de um espaço e ocupando outros à medida que vão se movimentando numa mobilidade que parecia não ter fim. Nessas idas e vindas, o processo migratório se fortalecia por conta da facilidade de se transitar no território e romper as fronteiras de um Estado para outro, de uma cidade para outra, portanto, compreender esse processo migratório é procurar entender a identidade.

Dona Marieta Pereira (2017) afirma que saiu do seu lugar-mãe<sup>4</sup>, cidade de Oeiras-PI, e veio para Araguaína viajando em um ônibus, “[...] vim de ônibus, comprei a passagem e vim. Cheguei aqui fiquei na rodoviária [...]. Desembarcou na rodoviária, mas, semelhante a ela outros migrantes com certeza não desceram na rodoviária, mas no Transhotel à procura de um espaço para viver e reconstruir seu lugar em outra espacialidade, deixando para trás parentes, amigos e filhos, como a Dona Maria Loiola (2017) que veio para Araguaína de carona com um tio que já morava na cidade e foi visitar seus parentes no interior do Ceará, na cidade de São Luís. Ela pediu carona e veio com ele, trazendo, dos 7 filhos que tinha, somente o mais novo e outro na barriga, os outros ficaram com sua mãe, pois seu ex-companheiro a deixou com os filhos pequenos. No terceiro capítulo, ressaltaremos os motivos que levaram Dona Maria Loiola (2017) a migrar para a cidade de Araguaína-TO.

Quando chegou, foi exercer o papel de mãe e de funcionária do lar para criar seus filhos, mas o último que nasceu não resistiu e faleceu. O processo migratório se apresenta de várias formas para os sujeitos e o mais comum é se revelar por meio das dificuldades tanto de adaptação no novo espaço, quanto na construção das relações sociais na comunidade onde ocorreu a inserção dos sujeitos que buscam seguir o curso da vida. Sobre esses desafios, Dona Loide (2018) afirma: “[...] as coisas pra gente não é tanto quanto a gente pensa é como

---

<sup>4</sup>Termo utilizado por BRUMES; SILVA, 2011, constante nas referências, para pensar a relação materna do indivíduo com o lugar construído.

*acontece [...]*”, talvez porque, ao sair do seu lugar-natal<sup>5</sup>, juntamente com sua família, tinha expectativas sobre o novo espaço que seria ocupado, mas que, por diversos aspectos, essas expectativas foram frustradas não sendo aquilo que pensaram, ficando a mercê do que aconteceria dia após dia, vivendo incertezas em meio às dificuldades.

A narradora migrante, nascida na Cidade de Tocantinópolis no ano de 1949, hoje com 68 anos, inicia sua narrativa afirmando: “[...] *Eu sou de Tocantinópolis, eu sou daqui do Tocantins mais não nasci aqui não [...]*”, impregnada da ideia de pertencimento reconhecendo o estado do Tocantins como seu lugar, pois, quando nasceu, a cidade de Tocantinópolis pertencia ao estado de Goiás. Sua família era composta de sete mulheres e seis homens, ao todo, hoje são treze irmãos. Segundo Dona Loide (2018), sua genitora gerou vinte e um filhos, mas oito faleceram ainda criança por causa de patologias não identificadas, segundo ela, os médicos não diagnosticaram as causas das doenças que comprometeram a saúde de seus irmãos e, portanto, não houve possibilidade de tratamento adequado a tempo de salvar a vida deles ainda em tenra idade.

Segundo Hall (2000, p. 108) *vide página 51 desta*, não há somente uma identidade, mas identidades que podem se revezar no interior do sujeito, de acordo com os papéis sociais que ele exerce e conforme as necessidades específicas de cada um, vão sendo descentralizadas cedendo lugar para outra ou outras identidades que, no momento histórico, e no espaço podem ser mais significativas nas relações sociais e com o “eu-ser e estar” na inter-relação com o outro. Nesse estudo, a identidade dos narradores é a de migrante e a maioria de migrante-nordestino, mobilizada pelo Sr. Eliomar para dinamizar suas vendas em seu pequeno comércio,

*[...] Colocava o espetinho e uma caixa de pamonha, mas eu não ia lá não porque eu era todo sujo, e lá tava tudo arrumadinho, eu dizia: pega lá. Eu me transformava em cinco, seis vendedores, sem ter menina. Tudo era eu. Era sofrido!. [...]. Eu tinha que ter palha de milho porque eu vendia milho assado, e fazia o comércio, e fritava a galinha caipira, carne de sol, vendia até cacho de banana. [...] Eu balançava um chocalho, vendia e os passageiros comprava. (ELIOMAR, Entrevista oral em 23/07/2017).*

Abria seu “comércio” pela manhã para vender lanche, ao meio-dia servia refeições e, à tardezinha, voltava a vender lanche e outras guloseimas que agradavam o paladar dos passageiros que, com fome e vendo o esforço daquele homem em ajudar a “menina” que nunca se encontrava no estabelecimento, adquiriam os alimentos, degustavam ali mesmo e seguiam

---

<sup>5</sup>Termo utilizado por MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2010, constante nas referências, abordando a naturalidade e o vínculo com o lugar inerente ao ser humano.

viagem, talvez sempre na curiosidade de conhecer a “menina” ou com questionamento duvidoso de sua real existência.

Para trás ficava aquele “homem sujo” como ele mesmo narra, mas de boa vontade, educado e sempre com um sorriso no rosto, pronto a ajudar a “menina-ausente”, que deixou o posto do seu trabalho por motivos desconhecidos, mas que implicavam em uma ausência contínua para os passageiros que nem sempre eram os mesmos e em meio a um grande fluxo de pessoas, só queriam um atendimento rápido, para saciar a fome e a sede e retornar ao ônibus que, ainda ligado, estava sempre de partida.

Para vender seus produtos, o senhor Eliomar ainda conseguiu uma forma dinâmica de chamar a atenção: “[...] *Eu tinha um chocalho. Era coisa que eu botei na minha cabeça. Era o chocalho que me ajudava eu vender minhas coisas. Eu balançava o chocalho para oitenta pessoas dentro dos ônibus. Eu fazia tudo isso pra vender minhas coisas. E ninguém me ajudava [...]*”. (ELIOMAR, 2017).

Podemos entender que, em certa medida, a cultura nordestina se revelava por meio desse personagem, dessa figuração ficcionalizada e estereotipada que diz muito do ser nordestino sim, senhor, sem timidez nem vergonha de expressar sua arte, sua criatividade para inovar uma ação corriqueira: vender, comercializar e, uma profissão conhecida como a de ser um vendedor, um comerciante, mas que no processo de territorialização, compreendemos que a arte de ser nordestino não desterritorializou de sua identidade, de sua nordestinidade, mas que se revelou diante da necessidade de vencer a concorrência contra uma lanchonete elitizada como a do Transhotel à época e contra os demais comerciantes das outras lanchonetes que situavam-se ao lado do Transhotel próximo à parada dos ônibus, cada um do seu jeito e com seus mecanismos de marketing utilizando de “ferramentas” do senso comum ou da sua arte de ser, improvisar, criar e inovar para atrair os viajantes que desembarcavam ou embarcavam nos ônibus.

No seu entendimento, era uma forma de inovação, uma criatividade que dava certo. Para nós, isso revela como esse sujeito se vale de elementos da cultura popular nordestina “imitando” figuras tradicionais como o “homem da cobra”, “homem da mala”, “homem do saco”, o “propagandista”, os “artistas de rua” e suas estratégias de chamar a atenção do público. Elementos que trazia de uma memória social, construtora de sua identidade nordestina e reavivada de acordo com as necessidades de seu presente.

Talvez era conhecido entre os passageiros dos ônibus e clientes do seu estabelecimento como o “homem do chocalho”, uma figura que de longe chamava a atenção, com suas indumentárias caricatas e performáticas. Um homem que fazia propaganda do seu negócio a seu modo, um modo bem singular, por sinal, partindo daquilo que acreditava funcionar, algo



que ele criou, mas que tem raízes identitárias latentes do “ser-nordestino” em sua forma particular de ser e estar no mundo, presente em sua historicidade, em suas ações, em sua memória.

O narrador com o chocalho, chamando a atenção dos viajantes que saíam dos ônibus com fome, além de ter criado uma personagem fictícia, “a menina”, ele próprio construiu-se como uma “personagem identitária” no trato com seu público, transmitindo alegria e descontração às pessoas que vinham com as pernas dormentes por ficarem por longas horas na mesma posição dentro dos ônibus sem conforto. Tomamos aqui emprestado do campo literário, a noção de personagem identitária, uma personagem de ficção que é representativa de uma referencialidade de uma dada identidade social, seja de caráter étnico, nacional, regional, dentre outras. Essa noção coaduna-se também com a abordagem identitária da psicologia social que entende que os sujeitos “encenam” uma personagem em suas relações sociais. “[...] A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente [...] O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”. (HALL, 2006, p. 11-12).

Nesse caso, o narrador se valia de uma identidade performática quando utilizava o chocalho no pescoço e começava a oralizar frases de efeito, sempre valorizando o produto alimentício que estava comercializando, além de chamar a atenção dos clientes em potencial para a diversidade e a qualidade dos seus produtos. “[...] A identidade é um desses conceitos que operam “sob rasura”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas [...] (HALL, 2000, p. 104)”. Com isso, Hall quer nos dizer que a categoria de análise identidade, em sua forma original, na forma “aquilo que se é”, apesar de não ser tão mais satisfatória para dar conta dos processos identitários, enquanto não houver a superação conceitual com uma consequente substituição, nos força a continuar mobilizando essa categoria, mesmo que reconstruindo-a sempre que necessário, substituindo “aquilo que se é”, por “aquilo que poderá escolher ser”.

Ciampa (1987) defende que a construção da identidade do sujeito pressupõe uma metamorfose performática, uma constante transformação que resulta da interação entre a experiência de vida pregressa do sujeito, seu contexto histórico e social no presente e seus projetos em andamento. E, para tentar realizar seus projetos, nesse movimento interativo o sujeito se apresenta socialmente como uma personagem. Tal personagem, para Ciampa, é revelada pela vivência, no plano individual, de um papel pré-fixado e padronizado pela cultura.

No caso de nosso narrador, como pensá-lo por essa perspectiva? Conjugando o alerta de Hall (2000) com a perspectiva de Ciampa (1987), podemos dizer que, ao se colocar em cena como uma “personagem”, ou até mesmo como um “ator”, encenando um papel, o Sr. Eliomar (2017) recorre, por meio da memória social construída em seu território de origem, a elementos da cultura popular nordestina para construir sua “personagem” composta a partir de traços identitários nordestinos que possa lhe favorecer no seu processo de reterritorialização na cidade de Araguaína, ou seja, uma personagem adaptada para dizer quem é, um nordestino, mas um nordestino que precisa se metamorfosear de acordo com as relações que o circundam em um território que ele quer transformar em seu lugar. Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos lembra que:

Nossos territórios existenciais são imagéticos. Eles nos chegam e são subjetivados por meio da educação, dos contatos sociais, dos hábitos, ou seja, da cultura, que nos faz pensar o real como totalizações abstratas. Por isso, a história se assemelha ao teatro, onde os atores, agentes da história, só podem criar à condição de se identificarem com figuras do passado, de representarem papéis, de vestirem máscaras, elaboradas permanentemente. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 27).

Podemos traduzir aqui “territórios existenciais” por identidade e “imagético” no sentido de uma representação imaginada a partir da carga de valores e significados pré-fixados que trazemos. E os demais sujeitos que o circundavam ali, na parada obrigatória no Transhotel na cidade de Araguaína, se deparavam com um personagem animado, eloquente, com sua criatividade utilizando o chocalho, chamando a atenção dos passageiros para comprar seus produtos. Segundo o narrador, as pessoas iam direto ao seu estabelecimento e comiam, sempre com um sorriso nos lábios por se envolver com aquela personagem identitária construída, arquitetada por ele, um nordestino dotado de talento e criatividade.

O Sr. Eliomar (2017), em sua forma de vestir a pele de uma personagem, representava um papel que revelava sua identidade nordestina e de migrante ao desenvolver o papel de homem de comércio, homem, pai, marido e pedreiro, expressando resiliência, criatividade e empolgação que envolvia as pessoas com a forma diferente e interessante que encontrou para vender seus produtos, com alegria trabalhando o dia inteiro, sem murmurar do sol quente, nem do barulho do chocalho. Isso nos remete a uma resistência de um sistema que marginaliza a arte, mas a arte vinda dos sujeitos considerados subalternos que buscam construir e reconstruir sua identidade no processo de territorialização, resistindo e vencendo os obstáculos que a reterritorialização e a desterritorialização possam representar em sua trajetória de vida, atribuindo sentido e significados a cada manhã quando levanta para enfrentar mais um dia. No

caso do Sr. Eliomar (2017), seria mais uma oportunidade para exercer sua identidade nordestina com empolgação, garra e criatividade. E ele tinha cinco motivos que alicerçavam sua empolgação: sua esposa e seus quatro filhos.

Segundo Castells (1999),

[...] identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. (CASTELLS, 1999, p. 22).

A identidade nordestina do Sr. Eliomar (2017) se expressava conforme as dificuldades de sua vida e de acordo com as relações circundantes que estabelecia para sustentar sua família e a si mesmo, e com criatividade. Essa identidade aflorava tanto no plano material, o chocalho, o comércio, o piso de cimento, quanto no plano imaginativo, a menina-ausente, a performance imaginada antes de representar. Um amálgama de atributos culturais que mobilizava para desenvolver seus projetos, “[...] *Eu amanhecia com o dinheiro no bolso [...]*”, essa gratificação de poder garantir o sustento da família, era o que dava sentido para sua vida.

Compreendemos que o processo de territorialização pode ocorrer na vida do migrante como uma força político-econômica que contribui sobremaneira para a tomada de decisão de escolher sair de seu lugar-natal para enfrentar o desconhecido, mas também não podemos descartar a individualidade e o “poder-escolher” do migrante, sair ou não sair de sua terra, do seu lugar e quando deixa de viver ali e procura um novo espaço para ocupar, em qual espaço recomeçar sua vida e por quê naquela ou em outra localidade? Passa a recriar seu território identitário, se vai enfrentar o desconhecido sozinho ou se vai levar sua família, nesse caso, quando o sujeito tem laços matrimoniais, dificilmente deixa a família. Dona Marieta Pereira (2017), como era solteira, deixou a casa de sua irmã mais velha e foi conquistar sua independência financeira tão sonhada, a procura de um trabalho em um espaço desconhecido que hoje é o seu lugar há trinta e dois anos.

A mobilização dos atributos culturais pressupõe uma mediação entre o “eu” interior e o ser social, entre a instância privada e a pública. Tal mediação é realizada pela nossa capacidade de escolher quais atributos vamos selecionar, mobilizar e torná-los parte do “eu”.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós mesmos” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. (HALL, 2006, p. 11).

Tais escolhas exigem do sujeito em um processo de reterritorialização, a ressignificação de valores, aprendizados práticos, mudanças de comportamentos. No caso do Sr. Eliomar (2017), essa mediação se deu, em um primeiro momento, a partir do trabalho devido às necessidades financeiras após o casamento que pagou com o trabalho duro na juquira: “[...] *Eu fui pagar o casamento na foice [...]*” e o nascimento de seus quatro filhos levaram o Sr. Eliomar (2017) a buscar alternativas de trabalho, pois segundo ele, “[...] *a necessidade obriga o homem ser trabalhador [...]*”. (ELIOMAR, 2017). Premido pelas circunstâncias em seu processo de desterritorialização do Nordeste e reterritorialização no Tocantins, aos poucos, sua identidade de homem do campo vai dando lugar a de homem cidadão em Araguaína, mas elas podem se reconfigurar a partir de outras dimensões da vida, da conjugação de várias dimensões e também a partir da apropriação dos espaços.

No processo de reterritorialização Dona Francisca narra fragmentos das características da espacialidade onde passou a ocupar juntamente com sua família: cônjuge e filho, bem como, na companhia de seus familiares, nesse caso, a Vila Cearense, “[...] *Era aquela lama. O barro da cor de sangue de boi [...]*” (FRANCISCA, 2017), que aos poucos foi fazendo sentido para os moradores da referida vila. Percebemos que o sangue remete à cor vermelha do barro que era pegajoso e grudava nas chinelas tanto das crianças quanto dos adultos, consequência da falta de pavimentação asfáltica na Vila Cearense e do grande volume de água, pois chovia muito. Mas eles preferiam o barro, a lama e um lugar sem infraestrutura do que a fome e as dificuldades para sobreviver em um lugar com escassez de água como sua cidade natal, pois barro vermelho é fruto de chuva abundante por isso passou a fazer sentido para eles, “[...] *chovia três dias encaixado sem parar [...]*”. (JOANINHA, 2017).

Porém, quando os migrantes chegaram nas referidas vilas, não tinha água próximo, tampouco energia. Não foi um “mar de rosas”, pois era um espaço ocupado sem infraestrutura nenhuma. “[...] *Não tinha nada, só era poeira [...]* não tinha água, energia também não tinha. [...] *Nós sofreu demais aqui. [...] Moço, nossa vida aqui era uma vida muito sofrida. Não era boa não [...]*”. (CARMEN, 2017).

Essa situação, além de triste, enfatiza a ironia do destino desses migrantes que saíram de sua terra natal com a perspectiva de encontrar um espaço para viver, onde tivesse abundância de água para poderem se alimentar e sustentar suas famílias. A terra realmente era fértil e chovia muito, porém, o acesso à água era difícil: “[...] *Ia lavar roupa no Lontra e água pra beber pegava no posto Mineirão, lá no Entroncamento [...]*”. (FRANCISCA, 2017).

No espaço ocupado, a natureza contribuía com muitas chuvas e a terra com sua fertilidade era boa para o plantio e produzia uma excelente lavoura, mas o acesso a água para

beber e manter a higiene pessoal e do ambiente da casa, era difícil porque nas vilas ainda não tinha água encanada. O Rio Lontra fica distante das vilas cerca de 3km (três quilômetros) seguindo a BR-153 no Bairro JK. Fazer esse trajeto a pé com filhos pequenos era muito sofrimento para essas mães de família. Um drama social que faz parte da memória coletiva desses migrantes uma vez que os entrevistados narram que utilizaram as águas do Rio Lontra para manter a higiene de suas vestimentas.

Outra dificuldade era com relação à falta de energia elétrica, pois o uso de velas e lamparina era corriqueiro, e as famílias corriam o risco de amanhecer e verem o pouco que tinham, queimado durante a noite enquanto dormiam, inclusive sendo alvo do fogo também, situação que deixavam todos aflitos, mas não tinham outra saída “[...] *quem tinha condição comprava o lampião, eu era na lamparina mesmo [...]*”. (CARMEN, 2017).

O lampião era uma espécie de luxo, atribuindo um valor social e econômico maior para quem o tinha. Porém, a maioria utilizava vela ou lamparina com querosene para iluminar suas casas à noite, casas essas que, à época, eram construídas de palhas e de tábuas de madeira, material que poderia facilmente ser consumido pelo fogo no mínimo de descuido.

Um dos perigos da ausência de energia elétrica nas residências das vilas em tela é que a visão dos moradores ficava limitada e por ser uma área ocupada, sem infraestrutura e próximo à área de mata fechada, a possibilidade da existência de animais peçonhentos nas vilas era grande. A pouca luz da lamparina e da vela não era eficaz para afastar esses animais que eram ameaça constante entre os moradores que poderiam ser picados e acabar morrendo por causa dos efeitos do veneno no organismo. Mas em meio a tantos pontos negativos, os migrantes permaneceram habitando tanto a Vila Cearense quanto a Vila Piauí. Na Vila Cearense, o Sr. Josimar (2017) afirma que a comunidade ficou aproximadamente 12 anos sem água e energia,

*[...] Aí nós ficamos aqui uns dez ou doze anos sem ter água; as famílias da Vila Cearense pegava água no Posto Mineirão no balde [...] Aí a TV Anhanguera chegou aqui e ofereceu para nós a água para nós puxar de lá, encanar [...] nós todos moradores compramos os canos, cavamos, colocamos a água, ficou uma água definitiva. Aí nós não tinha energia, a televisão era à bateria e tal. Aí juntamo toda comunidade da Vila Cearense, aí compramos uns fios de energia em Imperatriz, aí compramos os poste de aroeira nas fazendas e colocamos energia. Então a água da Vila Cearense foi colocada realmente por nós cearense, cavamos as valas nós cearense e a energia foi colocada por nós. Aí chegou a Saneatins entrou aí e pegou nosso canos aí não deu nada [...] e nós ficamos só no prejuízo [...] Aí veio a energia, a Celtins na época, chegou aqui já tinha energia botada por nós moradores; chegou, meteu o pé no nosso traseiro e abraçou a causa, mas tudo bem; mais hoje nós estamos abastecidos de água e de energia e o bairro é muito bom [...]. (JOSIMAR, Entrevista oral em 13/08/2017).*

Na narrativa do Sr. Josimar (2017), percebemos o drama que a comunidade da Vila Cearense viveu com a escassez de água e a falta de energia, porém, não se deram por vencidos, lutaram juntos enquanto coletividade e compraram os canos, os fios, os postes e instalaram, primeiramente, a água e, posteriormente, a energia. Em outro trecho da narrativa, ele afirma que, de uma benfeitoria para outra, o intervalo foi de, aproximadamente, cinco anos, ou seja, não houve ação do poder público diante da situação.

Quando os moradores da Vila Cearense estavam usufruindo de suas conquistas, o poder público representado, em sua narrativa, pelos órgãos: Saneatins e Celtins, legalizaram tanto a água quanto a energia para cobrar mensalmente os valores pecuniários pelo consumo do saneamento e do fornecimento de energia elétrica, utilizando as instalações pré-estabelecidas pelos próprios moradores, os quais não tiveram seus gastos ressarcidos, nem tampouco descontados mensalmente nos talões de água e nem de energia, como era esperado pelo Sr. Josimar (2017) e a comunidade da Vila Cearense, que se sentiram lesados.

Porém, a luta pela sobrevivência e por dias melhores, iniciou ainda na cidade de origem. Dona Raimunda Muniz (2017) conta que ela tinha 14 (quatorze) irmãos que moravam no interior de Buriti Bravo no estado do Maranhão e que, a fazenda era um tipo de assentamento com muitas famílias que trabalhavam para o proprietário da terra conhecido como Flor Costa, “[...] era a família mais rica que tem lá. [...] Era dono de tudo pra lá [...]”. Seus pais trabalharam muitos anos para essa família, mas em condições precárias, pois residiam em uma casa pequena para 17 (dezesete) pessoas, contando os filhos e os pais.

A sobrevivência foi difícil,

*[...] Nós só tinha uma roupa bate-enzuga. Olha a gente ia lá pra beira do córrego e lá a gente lavava aquela roupinha e botava pra enxugar e secava e a gente vestia e ia pra casa. Era uma peça de roupa pra cada um”; “[...] Com o pé no chão porque não tinha um chinelinho pra botar nos pés; com 16 (dezesesseis) anos eu já tinha um chinelinho. Minha mãe já tinha me dado um chinelinho. Eu quebrava coco, aí mãe comprava calçadinho pra nós [...]. (RAIMUNDA MUNIZ, Entrevista oral em 08/08/2017).*

A dificuldade econômica-social arquitetada pelos poderes públicos na região nordeste atingiu inúmeras famílias que viram no processo migratório a única forma de sobrevivência e esperança de dias melhores. Quando chegou na Vila Cearense em 1978, a luta para ter uma vida digna continuou, mas nessa época já era uma mulher casada e mãe de família, a preocupação agora era com o bem-estar de seus filhos.

Por meio de sua narrativa, Raimunda Muniz expressa um sentimento particular em torno da idade que, possivelmente, teve o primeiro chinelo para proteger seus pés “[...] com dezesseis

*anos eu já tinha um chinelinho [...]*”, percebendo como algo natural quando utiliza a variante temporal “já”, ou seja, parecia normal ganhar dos pais o primeiro chinelo nessa idade, uma vez que eram muitos irmãos e a condição financeira de seus pais não favorecia a compra de calçados para todos, tampouco desde quando eram crianças, pois enquanto a criança cresce, os calçados perdem não servindo mais nos pés.

Assim, esse advérbio de tempo “já”, demonstra um momento que se antecipou, um acontecimento do agora que poderia ocorrer bem depois por conta da dificuldade financeira da família. A proteção dos pés se encontrava num segundo plano na cadeia de prioridades elencada por seus pais no cuidado com os filhos. Em primeiro plano estava sempre conseguir alimento para sustentar os seus e sobreviver, sempre nutrindo a esperança de uma vida diferente daquela, acreditando em um devir que se enraizava na memória do retirante que almejava sair do seu lugar para encontrar um espaço onde poderia ampliar sua cadeia de prioridades.

## **2.2 Identidade do lugar**

A identidade do lugar é desenvolvida pelos sujeitos sociais quando constroem um lugar após anos de ocupação do espaço em um processo de reterritorialização. Assim, desde que o Sr. Josimar (2017) chegou do Nordeste, mais precisamente da cidade de Tauá-CE, com seus quatro irmãos no ano de 1972, segundo sua narrativa, já existia a Vila Cearense e depois de, aproximadamente 15 (quinze) a 20 (vinte) anos que estava residindo na referida vila, houve um projeto de lei impetrado na Câmara Municipal de Araguaína para modificar o nome da vila para Setor Jaime Câmara, conforme relato abaixo:

*[...] se não me falha a memória, após 15 a 20 anos, a Câmara Municipal montou um Projeto de Lei para mudar o nome da Vila Cearense. Que era Vila Cearense [...] que não podia ficar Vila Cearense e tal. Aí colocaram: Setor Jaime Câmara aí nós não aceitamos. A Câmara Municipal fez um projeto e nós não aceitamos, nós da vila, só é Vila Cearense ou então não aceita de jeito nenhum. Nós somos [...] Nós sente orgulho de ser cearense, ainda hoje é Vila Cearense. Nós não muda o nome. Nós não aceitamos, fizemos reunião, aí o cara foi e nós dissemos: é Vila Cearense, nós sente orgulho de ser cearense. Por que que lá tem que ser Setor Jaime Câmara? Cearense não é ninguém? Não é cristão? Não é batizado? Então tem que mudar o nome da Vila Cearense por quê? Então é Vila Cearense e até hoje é Vila Cearense. (JOSIMAR, Entrevista oral em 13/08/2017).*

Esse projeto de lei mobilizou os moradores da Vila Cearense a irem à Câmara Municipal e reivindicarem que a substituição do nome da vila de Vila Cearense para Setor Jaime Câmara não se efetivasse, imbuídos de um sentimento de pertença, de “ser cearense”. Aqui, a escolha

por uma dada identidade, já pré-fixada desde o território de origem, aponta para a mobilização de uma identidade regional como instrumento de luta por um espaço que foi tornado lugar: o lugar dos cearenses, e um valor moral, um ato de resistência e representatividade nordestina, o orgulho “*de ser*”, funciona como mediação entre o homem e a espacialidade expresso na fala: “[...] *Nós sente orgulho de ser cearense [...]*”. Essa frase está impregnada de uma carga de valores e significados não-ditos. Ela é conotativa de todo um modo de vida que inclui: a linguagem expressa pelo sotaque, os artefatos culturais, ou seja, na forma como interpretam o mundo pela literatura, músicas e artes em geral, associada à fala: “[...] *Cearense não é ninguém? Não é cristão? Não é batizado? Então tem que mudar o nome da Vila Cearense por quê? [...]*”. (JOSIMAR, 2017).

Os questionamentos que o Sr. Josimar (2017) levanta em sua narrativa, remete ao ser cidadão expresso no signo “ninguém” e o ser cristão, apelando para o batismo, uma vez que, na liturgia da igreja católica, quando não é batizado é chamado de pagão, ou seja, não é considerado cristão pela igreja. Além do mais, a devoção e a fé são marcantes na cultura nordestina que têm o costume de pagar promessa em nome de algo alcançado nos campos material e/ou espiritual, dependendo da necessidade do cristão, acreditando, pela fé, que seu pedido será atendido.

O orgulho de ser cearense traz à tona também uma rejeição a uma dada representação dos nordestinos arquitetada pelo poder hegemônico criando uma imagem homogênea da região Nordeste em torno da seca desconsiderando a riqueza hídrica desde o litoral a muitas cidades cortadas por rios e lagos, sem contar com uma grande quantidade de rios em todos os nove estados dessa região. Esse cenário é pintado na narrativa de Dona Carlota (2018) no terceiro capítulo. Tal rejeição a uma representação una e estereotipada do Nordeste está presente tanto nas pessoas simples, como o Sr. Josimar (2017), quanto entre os intelectuais nordestinos. “[...] um forte sentimento de orgulho local e apego [...]”. (HALL, 2006, p. 44).

A terceira pessoa do plural “nós” utilizada no início das frases: “[...] *Nós somos [...]* *Nós sente orgulho de ser cearense, ainda hoje é Vila Cearense. Nós não muda o nome. Nós não aceitamos [...]*”. (JOSIMAR, 2017), remete ao efeito de sentido da coletividade, ou seja, o Sr. Josimar (2017) não estava sozinho nessa luta de resistência a uma representatividade hegemônica, mas contava com o apoio da comunidade cearense, uma vez que a nordestinidade popular não aceitaria jamais ser representada por uma personagem da elite, ainda que essa figura seja nordestina.

Nesse sentido, Albuquerque Júnior, enquanto historiador, e também na condição de nordestino, ao tratar das representações acerca do Nordeste nas artes argumenta que:



O Nordeste do Cinema Novo aparece como um espaço homogeneizado pela miséria, pela seca, pelo cangaço e pelo messianismo. Um universo mítico quase desligado da história. O sertão é nele tomado como síntese da situação de subdesenvolvimento, de alienação, de submissão a uma realidade de classes, é uma situação exemplar, que podia ser generalizada para qualquer país do Terceiro Mundo. Importa pouco a diversidade da realidade nordestina e todas as suas nuances, o que interessa são 118 aquelas imagens e temas que permitam tomar este espaço como aquele que mais choca, aquele capaz de revelar nossas mazelas e, ao mesmo tempo, indicar a saída correta para elas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 279).

A seca existe em algumas cidades interioranas e hoje com menos incidência após a implementação de políticas públicas com construção de caixas de água de concreto e poços artesianos. A estiagem, por sua vez é um fenômeno natural que pode acometer outras regiões e estados, como São Paulo que, atualmente, sofre por falta de água. O povo nordestino não é vítima de um fenômeno natural, mas do descaso do estado federativo que, por décadas, ousou negar essa realidade. Enquanto que o nordestino não se deu por vencido, migrou para outras regiões ou viveu como pôde agarrado na sua fé e na esperança de um devir que mudasse aquela situação.

Assim, o povo da Vila Cearense lutou pelo lugar que havia ocupado e construído, fazendo questão de preservar uma identidade nordestina, mas rejeitando uma identidade pré-fixada, elitista e homogeneizante. O questionamento “[...] *Por que que lá tem que ser Setor Jaime Câmara? [...]*” expressa tanto uma autoidentificação da comunidade entre si e com o espaço ocupado quanto a rejeição ao “outro”, no caso, um empresário, Jaime Câmara, homenageado pelo projeto de lei atribuindo seu nome à vila. É importante destacar aqui que esse empresário também é um migrante nordestino que se reterritorializou em Goiás<sup>6</sup>, mas não é cearense. Provavelmente a rejeição ao seu nome se deu pela percepção dos moradores da Vila Cearense acerca da conjugação de da identidade em Jaime Câmara: não-cearense, apesar de nordestino, e empresário, no ponto de vista dos migrantes, era incapaz de representa-los. As identidades de classe pesam tanto quanto as regionais e, em alguns casos, até mais. E assim ficou: “[...] *Nós não muda o nome, nós não aceita mudar. Então é Vila Cearense e até hoje é Vila Cearense [...]*”. (JOSIMAR, 2017).

Esse empoderamento do grupo cearense faz parte do processo de autoidentificação por meio da afirmação/rejeição da diferença identitária que permeia o imaginário nacional e que

---

<sup>6</sup>Natural de João Câmara no Rio Grande do Norte, cidade de Baixa Verde onde nasceu em 1909, de lá saiu ainda jovem para tentar a sorte no sul do Brasil, mas se estabelecendo em Goiás, na cidade de Goiânia, que então lhe oferecia oportunidades de expansão de seus sonhos de empresário. Atualmente seus descendentes gerenciam o Grupo Jaime Câmara de telecomunicações com ramificação em Araguaína-TO, sendo uma das forças políticas-econômicas da cidade.

expressa, “[...] um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma unidade imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças”. (HALL, 2000, p. 108).

Quando o Sr. Josimar (2017) afirma “[...] *Nós sente orgulho de ser cearense [...]*”, ele afirma sua nordestinidade específica, de nordestino cearense diante do outro que é o poder público que procura exercer o controle e a dominação sobre o território à medida que não reconhece essa identidade; recorrendo à identidade una, o nordestino, escolhendo para o nome da vila um nordestino não cearense e aliado desse poder.

O sujeito “sente orgulho”, mas enuncia tal orgulho no plural querendo representar uma comunidade oriunda de um estado nordestino específico, que construiu sua identidade e sua luta por ela no que era um espaço sem identidade no início, mas edificado de forma a suprimir o espaço que, aos poucos, foi cedendo, por meio do processo de reterritorialização, a construção de um lugar que pudesse representar um “pedaço do Nordeste” na região norte, no estado do Tocantins, na cidade de Araguaína. Vale lembrar que o poder público, ao criar o projeto de lei objetivava substituir o nome da vila em forma de homenagem ao empresário.

O poder hegemônico e de iniciativa verticalizante não contava com a resistência de uma população una, forte e orgulhosa de sua identidade nordestina que não estava nem um pouco de acordo nem interessada em mudar a nomenclatura do lugar construído pela coletividade, nome impregnado de valores identitários sendo referência ao seu lugar-natal, mesmo que nem todos os migrantes da Vila Cearense fossem cearenses, são nordestinos e os demais participantes desse estudo moradores das referidas vilas que não são nordestinos, são migrantes e compõem classes populares mantendo uma identificação de classe, de luta, de interesses, desejos e de resistência, características inerentes à identidade de migrante.

A relevância da presença comunitária na Câmara Municipal de Araguaína quando da sessão que iria determinar a troca do nome da vila, foi fundamental para se manter o nome Vila Cearense, manter a nordestinidade, o sentido de ser nordestino em outro lugar que não o lugar-natal.

O não reconhecimento do outro em sua identidade é uma forma de controle e dominação, enquanto que a posição incisiva de não aceitar mudar o nome da vila e ter orgulho de “ser cearense” é uma forma de resistência diante desse poder simbólico que se sustenta na cultura dominante que tenta direcionar as relações sociais. Entretanto, apesar da voz impositora dos dominadores ignorar o grito daqueles que lutam por suas identidades e tentar silenciar e apagar a voz dos que resistem, nem sempre ela é a voz vencedora. Algumas vezes os “dominados” vencem, mesmo que vitórias parciais, e bradam a vitória como ocorreu com a comunidade da Vila Cearense não permitindo a mudança do nome, da identidade do lugar que

construíram a partir de sua identidade enquanto sujeito e ator social: “[...] *Então é Vila Cearense e até hoje é Vila Cearense [...]*”. (JOSIMAR, 2017).

Ao ouvir a voz impositora, não fraquejaram; antes, bradaram todos juntos, unidos num só propósito de lutar com dignidade por sua identidade representada por um nome carregado de sentido. Não seriam felizes em um lugar cujo nome não os representam nem tampouco desse sentido à sua existência identitária. Portanto, com esse espírito, bradaram o mais alto que puderam, com vigor, e todos ao mesmo tempo, em uma só voz, e não se deram por vencidos, antes, acreditaram que o dominador, dessa vez, não levaria a melhor. E venceram.

Sobre a identidade da Vila Piauí o Sr. Jacinto (2018) afirma,

*[...] até que tem uns documentos aí daqui que tem o nome Vila Cearense, os primeiros talão de água mesmo tinha o nome Vila Cearense. Agora o povo chama aqui é Rua Félix Maciel, Entroncamento ou Avenida Cônego João Lima. Eu não sei porque aqui já é Setor Pedro Borges pra lá já é o Setor José Ferreira, aí eu não sei. Aqui é só nossa vila (risos), mas aqui passa é a Avenida Cônego João Lima mesmo [...] é Vila Piauí aqui não quiseram mudar não, toda vida é Vila Piauí, Rua Félix Maciel. (JACINTO, Entrevista oral em 03/02/2018).*

A Vila Piauí é considerada uma vila, porque os migrantes assim a constituíram, porém é composta somente por uma rua que dá acesso ao Setor Jardins dos Ipês, a Rua São Félix Maciel. Dessa forma, desmistifica a noção de vila que a ciência conceitua. Para o Sr. Jacinto (2018), “[...] *é só nossa vila (risos) [...]*”. É o lugar que construíram a partir de seus valores e desde o início é chamada de Vila Piauí, mesmo que, em alguns documentos e/ou talões de água conste o nome Vila Cearense, não importa, uma vez que a identidade nordestina sobressaia às identidades das vilas. Mas, com o tempo, esses nordestinos moradores da Vila Piauí com seus modos de vida, transformaram a identidade do lugar.

Em praticamente todas as regiões do Brasil, têm o “lugar nordestino”, sua identidade impregnada nas relações sociais estabelecidas no lugar conquistado por meio de uma construção cultural híbrida que deixa de “si” nos “outros” e no lugar e, carrega em si fragmentos do “outro” numa identidade descentrada, flexível e circundante no espaço, diluindo fronteiras dentro do território, rompendo limites no imaginário nacional sobre o Nordeste e o ser nordestino, reconstruindo um novo olhar sobre uma região plural, heterogênea e dinâmica.

O Nordeste é uma região plural, como o são todas as regiões do país, como é plural o próprio Brasil e, como lembra, Hall (2006, p. 37), “[...] não há uma única identidade nacional”. Esse sentimento de pertença ao lugar em que ocupou, expresso pelo Sr. Josimar (2017) quando fala de sua identificação e das muitas funções exercidas enquanto nordestino numa espacialidade diferente daquela que foi criado, morador da Vila Cearense e líder comunitário,

pai, cidadão, masculino, profissional, migrante, enfim, sua posição descentrada, fragmentada construiu sentido àquela nova forma de viver.

Tanto a territorialidade quanto a identidade são resultantes de uma construção plural e polifônica transformando o espaço habitado em lugar a partir de referências identitárias descentradas, distintas e múltiplas que, nas relações circundantes do sujeito, na interação ou rejeição do outro, na elaboração de artefatos culturais e na relação com o espaço e com o lugar é ressignificada por meio dos sentidos que movem o sujeito no espaço em deslocamentos constantes, conforme as concepções de Saquet, “[...] Os elementos basilares do território, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional [...]”. (SAQUET, 2007, p. 158).

A pluralidade ou fragmentação da identidade, além de descentrar e deslocar as identidades é o fundamento da construção da territorialidade na transformação do espaço em lugar pelos sujeitos que ressignificam o espaço por meio da construção, desconstrução e atribuição de sentidos numa relação flexível, contínua e circundante, criando sempre novas identidades diante dos conflitos, das contradições e dos desafios que aparecem e fazem parte do jogo das identidades na sociedade moderna.

Foi por meio do contato conflituoso com o “outro”, que o Sr. Josimar (2017) e a comunidade da Vila Cearense revelaram sua identidade nordestina, mas também cearense e migrante, pois a presença do outro enquanto representante do Estado, do poder, ameaçou tocar em sua diferença, em sua particularidade, em sua essência existencial, em um dos fragmentos que formam cada sujeito morador daquele lugar, espaço ocupado, lugar de pertença, representando sua região. Na aproximação com o outro, o ser se revela, suas facetas são mostradas, suas identidades aparecem como num espelho que tende a mostrar fragmentos da totalidade, formando uma identificação enquanto processo sempre incompleto, “[...] a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado, como algo sempre em processo [...]”. (HALL, 2000, p. 104).

O sentimento de pertença permanece latente na memória, uma vez que o vivido fica registrado no interior dos sujeitos, em suas entranhas, formando o âmago de si que vê no outro muito de si mesmo, construindo e reconstruindo suas identidades ao longo da vida. Assim, o Sr. Josimar (2017), quando percebeu que a terra não produzia por causa da escassez de chuva e que o poder público não se pronunciava a respeito daquela situação social – a falta de água – , migrou para outra região. Ele saiu do Nordeste, mas o Nordeste não saiu de dentro dele.

*[...] a gente está aqui, mas não esquece do Ceará nunca na vida. As veredinhas que eu brincava, que eu andava, eram as roças que eu trabalhava, tem tudo na minha cabeça. Se você me soltar lá hoje no meio do Ceará no avião no meio das terras do meu pai, eu vou para qualquer lugar meia noite sem medo de errar, porque fica na memória [...].* (JOSIMAR, Entrevista oral em 13/08/2017).

O migrante sai do Nordeste, mas o Nordeste não sai do migrante porque é uma questão de identidade, sentimento de pertencimento “[...] a gente está aqui, mas não esquece do Ceará nunca na vida [...]”, Josimar (2017). Percebemos, por meio de sua narrativa, que a região onde nasceu permanece viva em sua memória, bem como aciona as lembranças de como eram as “veredinhas”, espécie de planta que faz parte da vegetação nordestina, “[...] tem tudo na minha cabeça [...]”, Josimar (2017), ficou registrado porque durante toda sua vida, viver no Ceará fazia sentido para continuar lutando junto com o pai e os irmãos na lavoura para sobreviver, mesmo com o descaso do governo diante da desigualdade social produzida pela seca e pela falta de políticas públicas para minimizar as consequências da estiagem na vida das pessoas que ali viviam.

O Sr. Josimar (2017), confiado em sua memória e nos conhecimentos das terras de seu pai, onde foi criado, faz um desafio imaginário de se situar naquele lugar à meia-noite, jogado de um avião em plena escuridão, afirmando que iria para, “[...] qualquer lugar sem medo de errar porque fica na memória [...]”. É da sua memória que extrai acontecimentos do passado relacionados ao presente e narra. Narra sua história, sua vida no Nordeste e sua vida no aqui com tentáculos no passado, mas com a essência no presente expresso na narrativa de deslocamentos, no fenômeno social da migração repleta de sentidos e sentimento de perda, de esperança, de exclusão social, de dignidade, de cidadania, de sobrevivência, de luta, de vitória, de resistência que levou ele e seus irmãos a se deslocarem da cidade de Tauá no Ceará para a cidade Araguaína na década de 1970.

Na narrativa do Sr. Eliomar (2017), no trecho abaixo, o narrador expressa sobre a percepção de que a região Nordeste sofre há décadas com o fenômeno da desigualdade social, falta de emprego e escassez de investimentos para minimizar a seca em algumas regiões rurais interioranas, onde não havia escolas. Segundo seu relato, ele não aprendeu a ler porque não pode ir à escola. Por causa da falta de emprego e do descaso do governo frente a essa realidade e a dificuldade vivenciada por inúmeras famílias, juntavam-se de cinquenta a cem homens, pais de família e saqueavam os comércios para garantir o alimento em casa para os filhos, para si e para seu cônjuge.

*[...] Naquela época lá, devido à dificuldade muito grande, se reuniam 50 (cinquenta) homens [...] 100 (cem) homens e invadiam os comércios, invadiam os supermercados igual o Campelo hoje, pegava e tomava, enchia carro, enchia tudo, carrinho de mão e deixava o supermercado limpo [...] o governo pagava, fazia uma ocorrência na polícia, dizendo que o pessoal invadiu o comércio [...] aquilo que faltava, que a gente pegava, o governo cobria o prejuízo que a população dava [...] não tenho muita lembrança, mas umas cinco vezes aconteceu de invadir. Eu penso isso aqui, vai chegar a hora do povo se reunir e invadir os comércios igual fazia no Ceará por causa da fome. Têm dois tipos de assalto né. Tem aqueles assaltos dos bandidos e tem o assalto da necessidade, do povo comer porque não querem invadir, mas a fome que obrigou. Lá ninguém ia preso por isso. Só que era aconselhado né, pra não fazer mais, aquela coisa. O governo dava serviço, dava uma facilidade pro povo ganhar um trocadinho. (ELIOMAR, Entrevista oral em 23/07/2017).*

O desespero do provedor do lar que passava fome junto com sua família, sem emprego nem esperança de chuva para plantar e vender o produto, o pressionava a combinar com outros o saque em grandes comércios da cidade onde moravam, no caso na cidade de Iguatu. Segundo o narrador, ele teria presenciado esse fenômeno social pelo menos umas cinco vezes, o que demonstra que era algo recorrente.

É perceptível, em sua narrativa, uma justificativa de ordem moral para essas invasões e a apropriação de gêneros alimentícios para saciar a fome porque “[...] a fome obrigou [...]” a população masculina a fazer esses saques. A justificativa de “[...] saciar a fome [...]” é corroborada pela narrativa de que o governo arcava com todas as despesas e prejuízos deixados nos estabelecimentos comerciais, reconhecendo sua responsabilidade para com as necessidades dos cidadãos que ali residiam. Concepção fortalecida pelo fato de os participantes dos saques não sofrerem qualquer punição.

Sua fala deixa entrever também, mais uma vez, aspectos da dominação simbólica ao expressar sua percepção sobre “o governo” criar oportunidades de emprego para a população onde a expressão “[...] dava uma facilidade pro povo [...]” é conotativa do sentido de “doação” e não do que deveria ser, uma política pública. Mas, mesmo como política pública, as ações do Estado em relação à minimização dos efeitos das prolongadas estiagens, são realizadas muito mais para alimentar a “indústria da seca”<sup>7</sup>, que privilegia as elites políticas e econômicas e menos a população que dessas políticas necessita.

Continuando a justificativa moral dos saques, o narrador classifica o “assalto” em dois tipos: “[...] Têm dois tipos de assalto né. Tem aqueles assaltos dos bandidos e tem o assalto da necessidade, do povo comer porque não querem invadir, mas a fome que obrigou [...]”. (ELIOMAR, 2017). Essa imposição social que o narrador denomina “obrigou”, pela escassez

---

<sup>7</sup>Tanto como categoria de análise como enquanto fenômeno social e histórico a “Indústria da Seca” foge ao escopo dessa dissertação. Além do mais pela própria complexidade da categoria/fenômeno seria impossível abordá-la aqui.

de políticas públicas que atendam às necessidades e os interesses da população, refere-se ao passado pela flexão do verbo, mas, na atualidade, a fome tem o poder de obrigar muitos nordestinos a executar ações que desagradam sua moral, seus valores, sua fé, sua vontade de permanecer no seu lugar-natal e ser obrigado em nome da sobrevivência a migrar para espaços desconhecidos.

Sua primeira classificação é clara: o assalto cometido por infringidores da lei, indivíduos sem causa, portanto, passível de punição; o segundo é o assalto da necessidade e tem uma causa justificada que é saciar a fome, e por isso mesmo ninguém deve ser punido. Essa justificativa moral se assenta em uma característica de trabalhador: aquele que trabalha para conseguir alimento e sustentar sua família, portanto não deve ser punido se a efetivação do trabalho não se realiza, forçando os cidadãos a tomar decisões e atitudes desesperadas para suprir as necessidades.

As dificuldades experimentadas no novo lugar por causa da situação econômica do país, leva o Sr. Eliomar (2017) a pensar: “[...] *Eu penso isso aqui, vai chegar a hora do povo se reunir e invadir os comércios igual fazia no Ceará por causa da fome [...]*”, por meio da rememoração do passado, esse migrante interpreta o presente, como se estivesse prevendo o futuro, mergulhado no caos financeiro que a realidade lhe apresenta. Lê as páginas da vida do agora como que já estivessem escritas no ontem, vendo a figura da fome enquanto ápice do caos econômico, trazendo à tona os valores do lugar onde nasceu e cresceu para o lugar construído como parte do processo de territorialidade.

Ele pensa o presente interligado ao passado porque o presente é parte do vivido no ontem, pautado nas experiências guardadas na memória, fazendo uma leitura e uma interpretação do presente. O Sr. Eliomar (2017) pinta o presente com as tintas e com o pincel utilizados outrora, colorindo o presente com tons escuros, remetendo à falta de esperança, talvez com a mesma sensação do passado, quando foi obrigado, por forças hegemônicas, a deixar seu lugar-natal para se instalar em um espaço, onde teve que construir uma nova aquarela para então voltar a colorir a vida com as cores da vitória.

Ao narrar seu deslocamento, o Sr. Josimar (2017) vale-se de uma metáfora que está presente em todas as narrativas dos migrantes pobres, independente da identidade regional: “[...] *Aí nós não tínhamos realmente, condição de nada, nossa mala era um saco e cadeado era o nó [...]*” (JOSIMAR, 2017). Vítima de um sistema excludente, ele mobiliza a metáfora, na verdade, como uma alegoria que sintetiza a própria condição de migrante, de todo e qualquer migrante, que, em boa medida, traduz também um processo de desterritorialização-reterritorialização, uma ação forçada por força do sistema opressor e dominante, seja por

imposições políticas, seja por imposições econômicas. O “saco” figura a ausência de qualquer bem material, além das roupas, o “nó” é figurativo da desproteção absoluta, pois nem a roupa pouca que tem pode proteger com uma reles mala com cadeado. Essa metáfora faz parte da memória social do migrante e é mobilizada sempre que necessário. “[...] A identidade regional permite costurar uma memória, encontrar uma origem que religa os homens do presente a um passado [...]”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 77).

A bagagem era pequena, mas sua vontade de vencer aquela condição sócio-econômica-política era tão grande que não caberia naquele “saco”, transbordava. O “nó”, portanto, seria insuficiente para deter sua ousadia de sair de perto dos seus pais, somente com seus quatro irmãos e com sua companheira. Recém-casado, teve a responsabilidade de assumir sua família e os riscos que correria em uma espacialidade desconhecida, porém, a esperança de alcançar seus objetivos pessoais e profissionais foi mais forte do que a exclusão social.

A reterritorialização experimentada exerce uma influência sobre a percepção que o sujeito tinha, no passado, sobre o território de origem. Dependendo de como se realocou, das experiências que viveu, mais ou menos traumáticas, mal ou bem sucedidas, se comparadas com as do passado. As políticas públicas desenvolvidas no Nordeste para combater a seca, um fenômeno natural que não atinge a região de forma homogênea, mas alguns espaços no interior dos estados é um exemplo disso. Na percepção do Sr. Josimar (2017):

*[...] Eu não gosto muito de político não porque são muito sem vergonha, mas o pai Lula foi quem ajudou o nordeste todinho a crescer. Hoje todo mundo no nordeste tem um carrinho para andar ou uma moto para andar, agradeça o pai Lula. Lula chama-se Pai do Ceará, do nordestino. Toda casa tem um depósito de 30 (trinta) mil litros de água. Aí o cabra vai liga a bombazinha, enche o depósito aí usa a água. Quando acaba a água, liga de novo e enche o depósito e assim [...] Não tem uma casa no Ceará para não ter um depósito de água. Todos os nordestinos têm um depósito de água, dois depósitos ou um, mas tem que ter. Feito pelo Lula. Todo mundo no Ceará tem água em casa. (JOSIMAR, Entrevista oral em 13/08/2017).*

O “Pai Lula” segundo a narrativa do Sr. Josimar (2017) foi quem “[...] ajudou o nordeste todinho a crescer [...]” por causa de ações expressas por meio de políticas públicas de levar a água às residências das pessoas fazendo alusão ao sistema de cisternas armazenadoras. Embora expresse uma percepção mais positiva da realidade econômica do Nordeste que “cresceu”, a visão dos governantes continua assentada numa ideia paternalista. O “pai”, o provedor aqui representando o Estado, com suas obrigações e responsabilidades sociais, não é porque seja bom, mas simplesmente exerceu seu papel junto ao cidadão, cumpriu sua responsabilidade para sanar um problema que atingia a população de uma região massacrada pela indústria da seca disfarçada de políticas públicas.



A água aqui funciona também como alegoria para expressar a solução de problemas. Em uma região castigada por estiagens prolongadas, é compreensível que a falta ou a existência dela simbolize, respectivamente, miséria e crescimento. Os governantes bem o sabem e, tanto os que malversam as verbas públicas com a indústria da seca como os que de fato implementam políticas públicas, sabem capitalizar as representações de um nordeste seco e árido para a consecução dos interesses políticos.

Independente de polêmicas se a gestão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva tentou atender às necessidades dos nordestinos quanto à água, alimentação e energia elétrica ou apenas atingir objetivos políticos-partidários, é fato que uma parcela importante dos nordestinos considera o ex-presidente como sendo o “[...] *Pai do Nordeste* [...]” por proporcionar o acesso à água a muitas famílias que, sem condição de migrar para outras regiões do país, permaneciam no lugar mesmo sem esse mineral, pois percorriam quilômetros para obtê-lo e, na maioria das vezes, não era própria para o consumo, somente para os afazes domésticos. Isso é indicativo de como o fenômeno da estiagem e suas representações são constituidoras da identidade nordestina e orienta os sentidos das ações dos sujeitos em prol de mudança em sua vida, ainda que ocorra em outro território.

Nas terras de seu pai, segundo a narrativa do Sr. Josimar (2017), não tinha água, nem rio perto e, para adquirir água, tinha que caminhar quilômetros. Ele narra a partir da sua própria experiência, do seu lugar de cearense, partindo de sua identidade nordestina, de suas vivências, expressando as dificuldades e o sofrimento que vivenciara e que permanecem latentes em sua memória com raízes profundas na temporalidade do aqui.

Hoje, com os depósitos de água em casa, basta ligar a bomba, na comodidade do lar, não é preciso mais enfrentar o sol causticante, nem se preocupar com a falta de água. O Sr. Josimar (2017) relata que agora tem água nas terras de seu pai, já falecido, mas que seu irmão mais velho permanece no lugar, cuidando de tudo e todos os anos o Sr. Josimar (2017) viaja até sua terra natal para rever os familiares que para trás ficaram, anda no meio das “veredinhas” e pinta novamente aquela paisagem em sua memória, lembrando do passado, rememorando. Quando volta para a Vila Cearense, traz consigo as lembranças daquele lugar que não se desterritorializa de dentro dele, mas reterritorializa num contínuo por meio de rupturas constantes, formando seu novo eu, sua nova identidade, juntando-se às múltiplas já existentes no seu interior. “[...] A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”. (PORTELLI, 1997, p. 33).

Uma das características do povo nordestino é a forte religiosidade, a fé, a esperança que move o acreditar numa força superior expressa na devoção pelos santos, por Deus, preferindo se apegar a essas crenças em meio ao sofrimento causado pela seca – quando ainda era acentuada, do que acreditar em uma possível solução terrena por meio de políticas públicas, pois ao menos intuía que a seca era produzida, além de pela natureza, também produzida ideologicamente e repetida como pano de fundo de campanhas eleitoreiras no campo político.

Por meio da religiosidade, atribui-se às causas naturais, como a estiagem ou a chuva, a ação divina. Na narrativa do Sr. Eliomar (2017) assim aparece:

*[...] aí quando nós estava plantando, meu pai dizia se chover esse ano, vai dá muito milho, vai dá muito feijão, algodão, a safra de lá é algodão, aqui ninguém fala mais nisso, acabou. Aí lá tinha um negócio [...] um sistema do povo roubar santo pra ver se chovia, é [...] porque lá o pessoal era religioso, aquela coisa né. Aí um santo, uma imagem igual aquele lá, porque lá tem o santo São Francisco, Padrinho Cicho, Santo Antônio, aquela coisa, eles entrava pra dentro, quando pensava que não, o santo sumia, roubava o santo. Aí quando [...] depois chovia [...] se chovesse né? Se eu não me lembro bem se era depois da chuva ou era antes de chover, fazia uma novena, uma reza [...] tal, tal, tal [...] numa casa, aparecia aquele santo. Aí iam festejar o santo que foi São Francisco que fez chover, aquela coisa [...] tal, tal, tal. Aí papai dizia né, se chover esse ano, vai dá coisa demais, mas é se chover. (ELIOMAR, Entrevista oral em 23/07/2017).*

As palavras do pai do Sr. Eliomar (2017) são carregadas de incertezas, mas essas incertezas em torno da chuva, não o impedia de ter esperança de ver brotar da terra o feijão, o milho, a safra de algodão, pois seus sonhos estavam fundados em suas crenças, fé no devir, de poder oferecer aos filhos e sua companheira, uma mesa farta dando sentido às suas atividades no campo, por mais que os raios do sol rachassem sua pele, entranhasse em seus poros e esquentasse sua cabeça o dia inteiro quando permanecia na lavoura, arando a terra, preparando-a para receber as sementes: sementes de esperança de vencer aquela condição sócio-econômica imposta hegemonicamente, produzida, arquitetada. Diante dessa dura realidade dominante, restava ao homem do campo sonhar, vislumbrar no seu imaginário a terra molhada pela chuva vindoura e que demorava, esticando o período de seca; restava acreditar em suas crenças em Deus e nos santos; restava fazer sua parte e confiar que o sagrado faria sua parte também.

A fé no sagrado movia o homem do campo a arar a terra no tempo certo, na época do plantio, mesmo quando olhava para o céu e não percebia nenhuma mudança climatológica que levasse a ter certeza material de que a estiagem estava findando. Para começar a preparar a terra, o lavrador se deslocava até o comércio local e comprava sementes, muitas vezes com o último valor pecuniário que tinha no bolso, tamanha era sua fé nos santos e na força suprema que acreditava lhe acompanhar, Deus.

A crença de que os santos tinham poder para fazer cair água do céu remete a um simbolismo cultural voltado para o sagrado muito forte no imaginário coletivo do povo nordestino, que leva o narrador a enfatizar esse sistema simbólico pertencente àquela região, representando uma identidade coletiva na perspectiva do sagrado, identidade do lugar, da região. A imagem do santo de repente desaparecer e reaparecer, acontecimento que era considerado um “[...] *fato milagroso* [...]” e também costumeiro porque fazia parte de um referencial cultural. Costume que o Sr. Eliomar (2017) acredita que não existe mais: “[...] *aqui ninguém fala mais nisso, acabou* [...]”, reportando-se aos nordestinos que constituem a Vila Cearense onde ele reside até hoje. É algo que ficou no passado, mas que a memória registrou e resgatou mobilizada pela força e sentidos construídos no presente.

Em certa medida, pode-se afirmar que esse costume de esconder o santo com a esperança no fim da estiagem, é uma ação nordestina que, no novo espaço, não há significado, portanto, sendo desterritorializada tendo sentido somente nos poucos lugarejos situados no interior da região Nordeste, ainda não assistidas pelas políticas públicas. É uma ação cultural inerente àquela região que, aos poucos, vai se desterritorializando do interior do migrante nordestino, transformando esse fato em lembranças nas entranhas de sua memória.

Assim, quando chovia, o povo agradecia ao santo que foi roubado e que aparecia após a descida das águas do céu, então, realizavam reuniões para rezar e “festejar o santo”. Alegravam-se comemorando aquele feito do santo, o milagre que muitas vezes demorava e, por muitas vezes, nem acontecia, mas estava vivo e latente no imaginário coletivo com raízes profundas no sagrado que davam sentido às suas vidas, para enfrentar a dificuldade que espreitava a região e que expulsava muitos para outras regiões do país a procura de dias melhores. Consigo levava a crença, a fé, a esperança e a saudade do seu lugar, pois sai do Nordeste, mas o Nordeste permanece embrenhado nas entranhas da memória, do sentimento que dão sentido para continuar e viver no novo lugar.

### **2.3 Identidade migrante-nordestina**

As narrativas dos moradores migrantes e de sua maioria nordestinos da Vila Piauí e da Vila Cearense serão analisadas nessa seção, buscando aspectos que remetem às características dessa identidade migrante por ser comum entre os participantes desse estudo numa abordagem sobre o território construído por meio da mobilização dentro da espacialidade que dão sentido à vida e às relações sociais desses sujeitos no processo de territorialidade.

Após o processo de reterritorialização, o Sr. Mundola (2017) narra que, quando chegou em Araguaína, trabalhou de alfaiate com seu tio que já tinha um estabelecimento montado na cidade de Araguaína há muitos anos. Este era um excelente alfaiate e o convidou para trabalhar com ele e, durante dois anos, permaneceu na cidade desempenhando essa função. Depois migrou para a cidade de Conceição do Araguaia-PA, onde também exerceu a profissão de alfaiate por sete anos em estabelecimento próprio, retornando para Araguaína. Em sua narrativa, afirma que tinha vinte anos de idade quando migrou da cidade de Buriti Bravo-MA, para a região norte de Goiás. Seus pais foram para a cidade de Ananás, numa fazenda chamada *São Raimundo* e, dessa fazenda, foram morar na cidade de Floresta-PA.

*[...] Aí meu pai, ficou só 2 (dois) anos aqui também no Ananás e foi para o Pará, lá pra Floresta, meio mundo de parente já tinha lá esperando ele, disse que ia dá uma terra pra ele lá, e ele se agradou e foi e eu peguei e fui mais ele, mas só que eu fiquei em Conceição do Araguaia. Eu sempre fui igual um pardal morando em cidade. (MUNDOLA, Entrevista oral em 14/08/2017).*

O processo de reterritorialização é um desafio muito grande para o migrante que busca reconstruir a vida em localidades e regiões desconhecidas. Ao ver a oportunidade de ganhar um pedaço de terra, o genitor do Sr. Mundola (2017) migrou na esperança de realizar seu sonho de pertencer a um lugar, de construir novas identidades e reconstruir as múltiplas já existentes, “[...] disse que ia dá uma terra pra ele lá, e ele se agradou e foi [...]”. A ideia de adquirir sua própria terra lhe agradou, encheu seu coração de esperança de possuir um pedaço de terra em uma região chuvosa; vislumbrou a oportunidade de fartura na mesa como fruto do seu trabalho com a terra, algo que faria sentido para ele.

O Sr. Mundola (2017) saiu de Araguaína para acompanhar sua família, mas mudou o curso porque os pais foram morar no município de Floresta, na zona rural, e ele preferiu ficar na cidade de Conceição do Araguaia. Lá permanecendo durante sete anos, onde trabalhou como alfaiate, “[...] eu peguei e fui mais ele, mas só que eu fiquei em Conceição do Araguaia. Eu sempre fui igual um pardal<sup>8</sup> morando em cidade [...]”. (MUNDOLA, 2017).

O desejo se ser igual a um pássaro livre e sem destino certo, permite ao narrador utilizar o verbo no pretérito “fui”; o advérbio “sempre”, reportando a ideia de temporalidade contínua; e o adjetivo “igual”, significando correspondência, semelhança que reforçam a ideia de identidade implícita nessa frase. O narrador poderia ter citado qualquer pássaro, mas ele

---

<sup>8</sup>Pardais são pequenas aves que se adaptam em diferentes lugares do mundo, além disso, vivem tranquilamente nas áreas rurais e urbanas. ([mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-extincao-dos-pardais.htm](http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-extincao-dos-pardais.htm)).

escolheu o pardal, um animal pequeno, de fácil adaptação espacial, com um voo rápido e preciso, sociável com a raça humana, pois são extremamente mansos e, em vez de caminhar quando pousam no chão, eles dão pulinhos e sempre estão muito atentos para alçar voo a qualquer segundo.

Enquanto o Sr. Mundola (2017) tem seu vínculo de pertencimento à região nordeste, o pequeno pardal é oriundo da região sul, mas está presente em praticamente todo território nacional. Se comparando a um pardal, um pássaro muito rápido e de fácil adaptação tanto em ambientes rurais quanto urbanos, o Sr. Mundola (2017) se sente livre para escolher onde quer morar, adaptando-se à vida na cidade após ser criado até aos vinte anos na zona rural do município de Buriti Bravo-MA, se instalando na cidade de Araguaína-TO, deslocando-se para a cidade de Conceição do Araguaia-PA, e retornando para Araguaína novamente, residindo na Vila Cearense quando começou a trabalhar no Transhotel exercendo o cargo de recepcionista. Esse espírito livre faz parte de sua identidade de migrante, “[...] *Aí cheguei aqui fui trabalhar no Transhotel. Já vim direto pra trabalhar no Transhotel e trabalhei onze anos e nove meses [...]*”. (MUNDOLA, 2017).

Dessa forma, quando chegou em Araguaína e assumiu um novo trabalho como recepcionista no Transhotel, se adaptou ao novo ambiente profissional, bem como à sua nova espacialidade na Vila Cearense. Com seu modo de ser, seu regionalismo, sua simpatia e carisma expressos em sua linguagem cordial, atendia os clientes que chegavam ao hotel para fazer o *check-in* e se hospedar por curto, médio ou longo prazo.

O Transhotel era muito frequentado por turistas, tanto brasileiros quanto estrangeiros que não falavam a Língua Portuguesa, e, quando o gerente era informado que turistas estrangeiros estavam a caminho do hotel em ônibus lotado, logo o gerente conversava com o Sr. Mundola (2017) para atendê-los, fazer o *check-in* e acomodar cada um no seu devido apartamento. Sobre como entendia a linguagem dos estrangeiros, algo admirado pelos seus colegas de trabalho, o Sr. Mundola (2017) narra,

*[...] Eu não sou estudado [...] você não é doido, você presta atenção o que a pessoa fala, olhando cara a cara com ele; ele falando com você [...] você sabe o que ele está falando. E eu hospedava, fazia o check-in de todo mundo. Os meninos achava engraçado, quando vinha esse magote de gente, vinha da Colômbia, da Venezuela que passavam por aqui e ficavam lá no Transhotel. O gerente me falava, vai chegar esse ônibus cheio, tu fica aí e tal. Moço é comigo mesmo (risos) [...] o sorriso é universal, eu simpático, é claro [...] tem que ser, moço os meninos achavam [...] (risos), morriam de sorrir [...] rapaz como é que pode. Não meu amigo, você não é doido, presta atenção e o povo gostava moço [...]*. (MUNDOLA, Entrevista oral em 14/08/2017).

O Sr. Mundola (2017) quando indagado pelos colegas de trabalho como que ele fazia para entender o que os “gringos” falavam, ele dizia aos colegas para eles prestarem atenção, “[...]  *você presta atenção o que a pessoa fala, olhando cara a cara com ele; ele falando com você... você sabe o que ele está falando [...]*”, ou seja, a linguagem também é performática, a mensagem é emitida pela corporeidade, pelos movimentos sinestésicos, pelo olhar dando sentido à fala que, por sua vez, é captado pelo outro. Bakhtin (2006, p. 89) reforça que “[...] a linguagem é multiforme e heteróclita; participando de diversos domínios, tanto do físico, quanto do filosófico e do psíquico, ela pertence ainda ao domínio individual e ao domínio social”. Percebe-se aqui também a criatividade para se adaptar às novas situações inerente à identidade nordestina. Muito provavelmente a quantidade de turistas estrangeiros não fosse tanto quanto o narrador relata, mas isso não é relevante. O que importa aqui é que sua narrativa procura nos convencer que ele tinha essa capacidade de adaptação. E mais, se adaptar inclusive por meio da habilidade de comunicação com sujeitos falantes de outras línguas mobilizando o sorriso, que, em seu entendimento, é uma linguagem “universal”.

Os mecanismos da linguagem ultrapassam fronteiras territoriais, de nacionalidade e regionalidade porque o Sr. Mundola (2017), enquanto nordestino, também possui sua identidade linguística e cultural, seu sotaque, sua forma singular de se comunicar oralmente e que era entendida pelos clientes estrangeiros. Segundo ele, eram muitos estrangeiros, um “[...]  *magote de gente [...]*”. Mais importante que averiguar o quão próximo ou distante a expressão “*magote*” está de uma ocorrência significativa ou insignificante de estrangeiros no hotel, é perceber que o narrador utiliza a existência deles para se colocar na cena narrativa com um “eu” muito particular, capaz de se relacionar com um “outro” extremamente diferente dele e consegue se comunicar. Esse fato faz o narrador abrir um sorriso de satisfação por ser o único funcionário do hotel que tinha a confiança do patão para atender àquela clientela específica.

Ocorria um intercruzamento de identidades no Transhotel por meio de relações interculturais, onde a cultura dos estrangeiros, seus modos, maneira como se comportavam no espaço e com os outros, eram observados atentamente tanto pelo Sr. Mundola (2017) quanto pelos demais profissionais do hotel, para serem interpretados e compreendidos. O deslocamento no território brasileiro era uma forma de conhecer referenciais culturais diferentes dos deles, mas no espaço que é dinâmico, possibilita a interação entre os sujeitos construindo novos sentidos para os envolvidos nessa relação social a partir da inter-relação entre o território estrangeiro e o território nacional por meio da dinâmica mobilidade dos sujeitos rompendo as fronteiras tanto materiais quanto ideológicas, linguísticas e culturais.

Essa relação entre os indivíduos: estrangeiros-brasileiros é fundada numa relação dentro do território onde os migrantes são relevantes. Portanto, se o Sr. Mundola (2017) não tivesse saído do seu lugar-natal, rompendo fronteiras entre territórios, produzindo uma fluidez na relação espaço-tempo sob movimentos contínuos e circundantes no processo de territorialidade, não possibilitaria essas múltiplas influências interculturais no seu lugar de fala enquanto nordestino, no seu ambiente de trabalho, o Transhotel.

Por viver no liminar entre territórios e culturas, os migrantes podem construir identidades fragmentadas oriundas daqueles que são considerados “filhos da fronteira”, uma vez que são ocupantes de uma fronteira imaginária e identitária que remete a incertezas do “eu-ser” e do “eu-estar”. Durante o processo de territorialidade, questiona a si mesmo num contínuo massacrante: sou ou não sou cidadão desse espaço? Estou ou não estou apto a permanecer no aqui? A fronteira não é um lugar desejável, mas é desafiador e é o primeiro lugar de fala do migrante que, aos poucos, vai vencendo os obstáculos desse abismo híbrido, intercultural, preconceituoso e excludente.

Então, diante desse processo de desterritorialização, surge a ocupação do espaço por parte do migrante, como corrobora Albuquerque Júnior (1999, p. 50): “[...] o espaço surge como uma dimensão subjetiva, como uma dobra do sujeito, como produto da subjetivação de sensações, de imagens e de textos por inúmeros sujeitos dispersos no social”. É nesse espaço que os sujeitos reconstruem seu território partindo de suas referências identitárias e, no processo de reterritorialização passam a construir seu lugar impregnando-o de valores inerentes da sua essência de ser no mundo.

Saquet (2007) argumenta sobre a questão do processo de territorialização enquanto ato político do sujeito que sai à procura de outro espaço e, aos poucos, se tornará um espaço de referência para construção de identidades, portanto, não há separação entre território e identidade, uma vez que ambos constituem o sujeito, marcando-o e este deixando marcas tanto pela transformação do espaço em lugar quanto por meio das relações sociais estabelecidas com outros sujeitos: “O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza [...]”. (SAQUET, 2007, p. 71).

Ao sair do seu lugar-natal, o migrante passa a acionar diversos territórios os quais são produzidos, porém são esses mesmos territórios que vão construindo e formando as identidades sociais e culturais dos sujeitos vítimas ou não do processo de migração. Esse inter cruzamento cultural entre os indivíduos em deslocamento pelos territórios é parte do processo de territorialidade. “Discutir a relevância de tratarmos o território e a desterritorialização a partir

de uma dimensão cultural, entendida como cultura política, podemos propor um tratamento de des-territorialização a partir dos diferentes níveis de interação cultural que ela envolve”. (HAESBAERT, 2009, p. 229).

A identidade regional é marcada por simbolismos sociais, um deles é a questão de ser macho não só voltado para a coragem do homem de enfrentar a vida sofrida, mas da “mulher-macho”<sup>9</sup>. Essa mulher, muitas vezes era deixada pelo cônjuge que, vendo a dificuldade, se achava impotente e largava tudo, inclusive a família e saía sem olhar para trás, não medindo as consequências de sua ausência na criação dos filhos enquanto provedor do lar. Isso ocorreu na vida de duas das participantes desse estudo, Dona Maria Loiola (2017), constante no terceiro capítulo, e com Dona Joaninha (2017), que após ter migrado na companhia de sua família para o antigo Norte de Goiás, seu cônjuge a deixou para retornar ao Nordeste com o objetivo primeiro de vender um terreno e nunca mais retornou, abandonando os filhos e a esposa naquele lugar, à mercê da própria sorte.

*[...] J. A. O. (in memoria). Só ele que foi meu premero namorado e meu premero esposo e pronto e acabou. Eu tenho um aí que ele deixou [...] que é esse que eu levei a merenda, ele deixou com 3 anos, me largou. Eu pissuí 26 filhos. Eu pissuí 26 filhos. Nunca tive um no doutor. Eu nunca deixei de fazer minhas coisas, até o alho e a pimenta eu pisava quando tava esperando [...] quando dava as dor, eu ia pisar o alho e a pimenta pro povo não se preocupar. (JOANINHA, Entrevista oral em 17/01/2017).*

Seguindo o costume das mulheres de sua terra natal de que quando separavam, não se relacionavam com outros homens para colocar dentro de casa, temendo acontecer abuso sexual com seus filhos, Dona Joaninha (2017) narra que, “[...] Nunca namorei com ninguém, nunca. Depois que meu marido me deixou tá com trinta e nove anos. Eu nunca espiei um homem [...] eu podia casar com esse homem ou namorar [...] não [...] porque eu imaginava, meus filhos, minhas filhas [...] é fraco.” (JOANINHA, 2017), mesmo morando em outra região e com a idade de quarenta e cinco anos, uma mulher nova, cheia de virilidade, não rompeu o costume das mulheres de sua região-mãe, antes fez valer esse aspecto regional presente em sua cultura.

Esse costume regional está impregnado em sua identidade de migrante nordestina. Sua narrativa demonstra o cuidado que teve para criar seus 26 (vinte e seis) filhos para que não sofressem agressão nem violência sexual, para isso, se anulou, sublimou sua vida pensando no bem-estar de sua prole. Era “mulher-macho”, destemida, corajosa, forte, pois continuar criando

---

<sup>9</sup>Expressão ambígua no regionalismo linguístico nordestino que pode se referir tanto à uma mulher valente e lutadora quanto à orientação homoafetiva da mulher.



vinte seis filhos sem ter emprego fixo, o mais novo com apenas três anos de idade e outros pré-adolescentes, adolescentes e jovens, não foi uma tarefa fácil para a aquela mulher migrante, se encontrando num espaço que ainda não tinha se tornado um lugar para chamar de seu. Sem o apoio dos familiares que ficaram em seu lugar-natal, era a única fortaleza para seus filhos, o único auxílio e apoio que eles podiam contar. Ela exerceu seu papel de mãe de tal forma que, segundo sua narrativa, “[...] *Nunca tive um no doutor [...]*”, nunca foi preciso levar nenhum com alguma enfermidade para tratar no médico. Todos cresceram com saúde e hoje são homens e mulheres com suas famílias constituídas.

Apesar de toda dificuldade para criar os filhos, Dona Joanhina (2017) não se considera uma mulher sofredora, uma nordestina vítima da seca como faz transparecer em sua narrativa, “[...] *Eu só conto coisa boa que passei em minha vida. Se a gente passa dificuldade, que não tem bom pra num passar, porque eu tenho vitória pra contar mesmo [...]*.” (JOANINHA, 2017); “[...] As migrações são um processo multidimensional, condensando toda a complexidade da des-re-territorialização das sociedades [...]”. (HAESBAERT, 2009, p. 233).

O que passou, o que viveu, ficou registrado em sua memória; memória que narra o passado com um olhar voltado para o presente, “[...] *Só conto coisa boa que passei em minha vida [...]*”, dando um significado positivo para os acontecimentos que marcaram sua vida de mulher, de mãe, de cidadã, de nordestina, de cearense como qualquer indivíduo que é marcado pela vida e deixa sua marca identitária no mundo, no espaço, no outro.

É um exemplo de mulher e de mãe com sua força, coragem, garra e persistência, de uma cidadã que nunca desistiu de lutar por uma vida melhor para sua família, um de seus filhos narra, “[...] *tudo criado por essa velhinha, ela quem administrou tudo, graças a Deus todo mundo hoje tem suas famílias. Tudo tem suas casas [...]*”. (MANOEL, 2017).

A admiração de um filho que vê sua mãe com os olhos de um homem, hoje com seus cinquenta anos de vida, mas a enxerga com aquele olhar de criança criada com a ausência de um pai, figura que ficou em sua memória como um homem trabalhador que protegia os filhos, mas que não foi forte o suficiente para resistir à exclusão sócio-política-cultural que estava enfrentando no novo espaço e por não se adaptar àquela vida, utilizou o primeiro artifício para retornar à sua cidade de origem e por lá constituir uma nova família, ficando na memória aquelas faces que se despediram dele com esperança no olhar que em um breve dia pudesse reencontrar, mas o destino não permitiu, uma vez que faleceu no seio de sua nova família no estado do Ceará.

Aquela mulher destemida tornou-se a fortaleza de seus vinte e seis filhos, passou a ser a provedora do lar e administradora, uma vez que seus filhos mais velhos iam trabalhar

enquanto ela ficava organizando tudo em casa e cuidando dos menores. É admirada até hoje por seus filhos, com a idade de oitenta e quatro anos, “[...] *ainda toma conta de casa. Ah! Minha velhinha é guerreira demais [...]*”. Manoel narra que, mesmo tendo uma irmã que cuida da casa dela, ela continua cuidado de seus pertences e até cozinha. Dona Joanhina (2017) conquistou um ser-lugar enquanto suporte para construção de sua identidade de cearense-migrante no espaço ocupado.

Muitos foram os enfrentamentos que Dona Joanhina (2017) e seus filhos vivenciaram no novo espaço no processo de territorialidade, tendo contato com pessoas e culturas diferentes da sua, respeitando e sendo respeitada, “[...] *todo mundo gosta dessa velhinha que ela trata todo mundo bem [...]*”, (MANOEL, 2017), além de romper com o padrão de família nuclear: pai, mãe e filhos, não por sua vontade, mas pela força do destino ou ainda por consequências do descaso político para com os problemas relacionados à seca, um fenômeno natural que motivou muitas famílias migrarem para outras regiões do país.

Dessa forma, o lugar construído tona-se um referencial identitário, uma vez que há uma manifestação dos laços de afetividade no universo espacial que fortalece o vínculo de amizade com o grupo social do qual passa a fazer parte, fundando a identidade cultural no lugar e no território, passando a exercer e reconstruir suas identidades que auxiliam na recriação do território ocupado.

Assim, ao retornar para Araguaína e trabalhar no Transhotel, o Sr. Mundola (2017) conheceu muitos turistas e o seu espírito de viajante, como o espírito de um pardal que alça voo rapidamente com sua leveza e de forma contínua, passou a planejar viagens com a família em suas férias regulamentares, “[...] *eu tinha meu mês de férias, eu viajava. Eu fui a São Paulo, eu conheço Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro; já fui na Argentina, já fui no Paraguai, aquelas cidadezinhas de São Paulo, eu passava por elas tudo; já fui no Paraná. Pegava um ônibus de turismo aqui e batia no mundo [...]*”. (MUNDOLA, 2017).

A relação intercultural que construiu ao longo dos anos trabalhando como recepcionista do Transhotel, fortaleceu seu lado “pardal” de ser e começou a reconstruir sua identidade com ramificações territoriais e interculturais, viajando para várias cidades, estados e países, estreitando os territórios e tendo contato com novas culturas.

Assim, o ato de viajar, para Mundola, é inerente à existência humana, “[...] *é tão bom a gente viajar [...] é vida. Você renova tanto. Você passeando; passear, conhecer coisas diferentes e aprende. Eu aprendi e hoje estou aqui [...]*”. A forma de perceber o mundo vai se transformando devido às influências interculturais que as relações com pessoas de outros espaços proporcionam, renova as forças para enfrentar o trabalho depois do período de férias,

além de adquirir novos conhecimentos em diversos campos do saber, surgindo a pluralidade cultural numa visão interdisciplinar, considerando que a interdisciplinaridade é invocada, como afirma Pombo (2008, p. 15): “[...] sempre que nos confrontamos com os limites do nosso território de conhecimento”, passando a compreender melhor as relações sociais, as produções territoriais enquanto migrante, protagonista de sua própria história presente com lampejos de luz num passado-presente, remetendo fluidez no território, construindo seu lugar cada vez mais enraizado afetivamente.

Nestas condições, percebemos que a identidade dos narradores dessa pesquisa é aquela que interliga a comunidade: a identidade de migrante. São migrantes que narraram suas histórias enquanto sujeitos sociais sob a interdisciplinaridade inter-relacionando esses dois campos: o social e o histórico que norteiam as relações dentro do território, além dos aspectos culturais expressos em seu modo de ser e estar no mundo.

## CAPÍTULO III - CONTRIBUIÇÕES DOS MIGRANTES NORDESTINOS PARA (RE)CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

### 3.1 Processo de apropriação dos espaços: reterritorialização-desterritorialização

A partir das narrativas dos moradores da Vila Piauí e da Vila Cearense, analisaremos, no processo de territorialização, a reterritorialização e a desterritorialização ao apropriarem-se do espaço para, assim, compreender em que medida esse processo de ocupação interferiu na “perda” de paixões e práticas oriundas do lugar de origem ou a permanência na memória e na forma de viver no novo espaço, descentrando suas identidades nordestina-migrante e agregando outras conforme as necessidades e situações que passaram a vivenciar em uma nova comunidade, sendo protagonistas da/na criação do seu novo lugar. Pretende-se verificar até que ponto a ocupação do espaço contribuiu para mudanças sobre a forma de ser e estar no mundo.

Ao apropriar-se do espaço, a primeira atitude do ser humano é procurar um abrigo para si e para os seus, onde possa sentir-se seguro e acolhido. A parte material da residência é importante, mas, além dessa preocupação, está o sustento da família a partir do desenvolvimento de alguma atividade laborativa. O Sr. Paulista (2018), ao ocupar um terreno na Vila Piauí, como havia separado de sua cônjuge recentemente, preocupou-se em construir sua casa que está firme até hoje com a mesma estrutura física há quarenta anos:

*Eu também derrubei uns pés de coco pra fazer isso aqui. Até hoje tá aí essa tapera minha até hoje. De coco é só os caibos. Do lado de cá tudim é pé de coco. Não pode confiar muito não nos caibos de pé de coco (risos) mais tá aí até hoje. Eu passei muito óleo queimado né pra evitar cupim. Você vê preto assim, tudo é óleo queimado. (PAULISTA, Entrevista oral em 03/02/2018).*

Ao construírem seus barracos, como os próprios migrantes nomeiam suas residências, vão transformando o espaço tanto com a limpeza do terreno, retirando árvores quanto ao colher matéria-prima para a construção de suas casas. No caso do Sr. Paulista (2018) e outros moradores da Vila Piauí, como o Sr. Zelão (2017) e Dona Carlota (2018), utilizaram madeira advinda de pés de cocos, confeccionando a estrutura de suas residências com caibros e vigotas, mesmo esta sendo considerada uma madeira frágil para o sustento de peso e a ataques de insetos como cupins.

Nesse processo de territorialização, os migrantes, ao construírem suas casas, mobilizam conhecimentos específicos de sua cultura regional, fazendo uso do espaço a seu modo. Essa habilidade de lidar com a matéria prima é típica desses sujeitos que aplicam os saberes que trouxeram consigo do seu lugar, onde cresceram lidando e utilizando os recursos naturais a seu

favor, desenvolvendo a capacidade de extrair o melhor desses recursos para nutrir suas necessidades, nesse caso, em outro espaço, denominado por Haesbaert (2006) de espaço vital”. Eles utilizaram desses conhecimentos de lidar com a natureza que os cercam para construir sua moradia, ainda que usando uma madeira, no seu ponto de vista, frágil e, portanto, inadequada, mas era o que tinham naquele momento e até hoje, cerca de 40 anos depois, permanece sustentando a estrutura de sua residência.

Talvez em sua terra natal e com outros materiais extraídos na natureza, sua casa seria diferente, porém, o que devemos perceber é a forma como os migrantes fazem uso do território a partir de suas habilidades pautadas em seus valores e usadas como forma de adaptação ao novo espaço sob o processo de reterritorialização, transformando-o, aos poucos, em seu território, impregnando-o de significados e sentidos para torná-lo seu lugar onde fica imbricada sua identidade de construtor, de transformador, de migrante.

[...] O “espaço vital” seria assim o espaço ótimo para a reprodução de um grupo social ou de uma civilização, considerados os recursos aí disponíveis que, na leitura do autor, devem ter uma relação de correspondência com as dimensões de agrupamento humano nele existente. (HAESBAERT, 2006, p. 66).

Os conhecimentos de como lidar com a madeira para não ser danificada por cupins, como o uso de óleo queimado, também são oriundos daqueles que cresceram na zona rural lidando com materiais extraídos da natureza e modificados por habilidades aprendidas com seus genitores quando os acompanhavam nas atividades campesinas diariamente.

Os pioneiros que ocuparam a Vila Piauí e a Vila Cearense no processo de reterritorialização, também nomearam o lugar. A Vila Cearense era conhecida antes de receber essa nomenclatura como “Cidade Alta”, conforme esclarece o Sr. Josimar (2017): “*Aqui chamava Cidade Alta é um dos lugares mais altos de Araguaína*”. A família do Sr. Josimar foi a fundadora da vila. Segundo esse migrante cearense, “*[...] o lugar sempre foi muito frio à noite devido a altitude, mas que durante o dia a poeira aqui era terrível e muita quentura. Depois que asfaltou ficou outra vida*”. (JOSIMAR, 2017).

Sobre as residências e o uso de árvores para a construção de suas casas e transformação do espaço em território, o Sr. Josimar (2017) trouxe a questão da infraestrutura, nesse caso a pavimentação asfáltica, que foi conquistada pela comunidade com o passar dos anos, assim como a instalação de energia elétrica e o saneamento básico.

Em sua narrativa, o Sr. Josimar (2017) afirma que, depois do asfalto, a vida foi outra na vila onde reside até os dias atuais, mas quando ele menciona o Nordeste seus olhos ficam inundados de lágrimas imprimindo efeito de saudade, sua voz embarga e a respiração parece

suspirar sentimentos não revelados sobre o *seu nordeste*. As narrativas revelam que não havia infraestrutura onde este nordestino e a maioria dos migrantes nasceram e cresceram. Assim, Dona Raimunda Muniz (2017), mulher nordestina corrobora afirmando que “(...) *Lá em Buriti Bravo não tinha energia não. Já vim ver energia quando fui morar no Pará. Dentro da cidade tinha energia, mas lá nos interiorzinho que a gente morava, não tinha energia não*”. Assim, a maioria dos migrantes eram de origem rural e, portanto, a energia elétrica, o saneamento básico e a pavimentação asfáltica não faziam sentido para eles, pois estavam habituados com a luz da lamparina, ou candeia, candeeiro, no máximo à luz de vela. Mas eles eram felizes apesar de todas as dificuldades, por isso sentem saudades daquela forma de viver.

Os sentidos em torno dessa infraestrutura são construídos a partir de uma rememoração realizada por esses migrantes a partir do lugar que se encontram hoje, em outro espaço onde essa infraestrutura é exigida na forma de viver que difere da forma como viviam outrora no seu território de origem.

Ao reivindicarem e se unirem por melhorias em suas vilas, os migrantes nordestinos estão, em certa medida, se desterritorializando do seu lugar-natal e se reterritorializando na lógica organizacional e sócio-política do novo espaço, onde apropriaram-se do território e então construíram seu lugar para viver. Dessa maneira, passam a dar sentido à infraestrutura, a partir do momento que aprendem a viver dentro dessa nova lógica que os oprime a desejar viver como o “outro” e semelhante a este. (Re)constróem uma consciência que não faz parte de sua lógica cultural, onde viveram com a ausência de energia elétrica, saneamento básico e pavimentação asfáltica e onde a vida se apresentava com suas características multifacetadas, desafiadoras e repleta de dificuldades, mas que até hoje causa sentimento de saudade.

Durante o processo de reterritorialização, aprenderam novos valores como reivindicar seus direitos com relação a ter em suas vilas uma infraestrutura semelhante à que existia em outros bairros e setores que compõem a cidade, o espaço urbano, exercendo seu papel de cidadão, tendo uma nova postura. Por isso são impelidos a construir novos sentidos em um novo espaço, sentindo sensações diferentes oriundas do que é novo, porém também desejam exercer sua dignidade, residindo em uma moradia que ofereça segurança e uma forma diferente para viver, “[...] O ser humano é excepcionalmente adaptável [...] os migrantes viram no meio ambiente novo através dos olhos que estavam adaptados a outros valores”. (TUAN, 1980, p. 75/76).

A seca provocada pela ausência de chuva em algumas cidades e microrregiões do Nordeste e em certa medida pelo descaso político nacional, leva o Sr. Manoel (2017) a pensar:

*[...] Ave Maria, só Deus sabe o que tinha acontecido com a gente se tivesse ficado lá no Ceará porque não tinha nada. Tinha que vim embora mesmo porque era uma seca danada e não tinha, praticamente nem o que comer [...]. Agora aqui se transformou tudo, a gente pensava que o mundo ia se acabar em dilúvio do tanto que chovia aqui em Araguaína. (MANOEL, Entrevista oral em 23/07/2017).*

Dessa forma, pensando na possibilidade de ter permanecido na sua cidade de origem, nesse caso, Iguatu, faz menção ao sagrado na tentativa de imaginar qual seria seu destino se não tivesse se retirado daquele lugar. Ao mesmo tempo, reconhece a abundância de água que caía do céu e que esse fenômeno natural contribuiu para uma transformação em sua vida e que a falta de costume de presenciar chuvas tão intensas o faz metaforizar a cena com o dilúvio. Mas, mesmo com as constantes chuvas, sem a rede de água instalada na vila, sua busca por água continuava; andando uma distância considerável para conseguir água no Posto Mineirão.

Há de se pensar que, em certa medida, houve o processo de desterritorialização da seca, das condições precárias que vivia no Nordeste, segundo ele mesmo, sem nada para se alimentar, situação que o deixa aterrorizado só de pensar na possibilidade de ter permanecido naquele lugar, segundo sua narrativa.

Porém, outro migrante, o Sr. Zelão (2017), percebe a mudança climática ocorrida na cidade de Araguaína com relação à diminuição de chuvas no período do inverno do ano de 2016 para 2017, comparando o quantitativo de chuva da atualidade a períodos anteriores, compreendendo o passado a partir do presente e deseja estar na roça para plantar e produzir a partir do seu trabalho com a terra,

*[...] agora quando eu cheguei aqui em Araguaína era bom demais. Agora do ano passado pra cá, foi que mudou. Este ano tá chovendo até bom. Agora teve inverno do começo do ano passado pra cá, que o inverno do ano passado foi fraco. Agora esse ano tá bom, chovendo mesmo com vontade, rapaz mais antes se eu tivesse lá na roça. (ZELÃO, Entrevista oral em 03/04/2017).*

Quando o Sr. Zelão (2017) se refere à roça, ele utiliza o signo espacial “lá”, colocando em outro lugar que não seja o “aqui”. Esse lugar-espço é o seu “lugar-ser<sup>10</sup>” que, ao migrar para outro espaço, em certa medida desterritorializou-se desse trabalho de manipular diretamente a terra, mas sua paixão pela roça ainda encontra guarita em seu coração. É um vínculo internalizado que faz parte da sua memória. O sentimento é latente enquanto que a prática sofre, de certa forma, o processo de desterritorialização, “[...] as sociedades se territorializam, desterritorializam e reterritorializam, numa sucessão de diferentes territorialidades, materiais e imateriais”. (SAQUET, 2007, p. 79).

---

<sup>10</sup>Termo utilizado por MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2010, constante nas referências, pensando a construção do lugar pelo ser humano.

O Sr. Zelão (2017), no processo de desterritorialização, de certo modo, perde seus referenciais de campesino, lavrador, juqueiro, bem como sua relação com seu lugar rural, reconstruindo sua identidade num espaço urbano não sendo mais possível manter o vínculo com a *roça*, sendo impossibilitado de desempenhar suas atividades no campo como era acostumado.

Esse “lugar-ser” materializa-se em sua memória de maneira que ele se “telesporta” para o “lá”, ou seja, se vê em outro lugar, o lugar de origem, expressando a satisfação e o desejo de estar “lá” por meio do seu sorriso e do seu olhar que evoca às lembranças mais fiéis e verdadeiras ao esquadrihar a sua “memória-aqui” em busca da “memória-lá”. É por meio da linguagem oral que procuramos extrair da memória desse nordestino, as referências culturais construídas naturalmente na terra natal e compreender em que medida esses referenciais se perderam no processo de territorialidade, nos valendo das concepções de Thompson (2002, p. 59) sobre “[...] A popularidade cada vez maior das memórias”, enquanto campo de ação sob o escopo da pesquisa. O que fundamenta nosso estudo, uma vez que partimos dos mecanismos da memória para analisarmos as narrativas desses migrantes e dessa forma compreender o uso do espaço, são as identidades e as contribuições desses sujeitos na transformação do território.

Porém, o Nordeste não deve ser imaginado enquanto um quadro imerso na sequeidão, como é pintado pela narrativa de alguns migrantes, como Dona Joanhinha (2017) expressou no primeiro capítulo, nem sob uma visão homogênea da região, tão pouco mergulhado na fome e na miséria, uma vez que há diversas localidades com abundância de água, regadas por rios, e outras com grande volume de chuva além de ocorrerem constantemente sem apresentar a face seca generalizada por toda região Nordeste no imaginário nacional.

A narrativa de Dona Carlota (2018) demonstra uma face da região nordestina pouco discutida e apresentada nas mídias sociais de comunicação, deixando prevalecer aquela imagem de sequeidão e fome. Inclusive, ela nasceu e viveu sua infância, adolescência e juventude na cidade de Piracuruca-PI, próximo ao Rio Longá<sup>11</sup> e, segundo a forma como ela pinta seu lugar, havia muitos córregos e rios pequenos também naquela localidade, “[...] *Tinha água pra todo lado*”, onde as terras eram férteis e as plantações eram colhidas na época prevista porque chovia constantemente.

*[...] lá tinha muita água, lá era só rio, muito rio, eu fui criada na abundância de água pra onde a gente ia tinha água, o rio ficava assim uns 50 metros da minha casa, aí quando cheguei pra cá tudo seco, não tinha rio perto igual lá, aí eu estranhei demais. O rio lá chamava Rio Longá, quando o rio enchia, nós morava perto do rio, quando*

---

<sup>11</sup>Um dos maiores rios do Estado do Piauí, o Rio Longá nasce na lagoa de mesmo nome, no município de Alto Longá. Sua extensão é de cerca de 320 km e sua bacia situa-se na porção norte do estado. ([panoramacultural.com.br/13135-2/](http://panoramacultural.com.br/13135-2/)).



*ele enchia a água dele ficava perto como daqui naquele muro ali, a gente ficava olhando pra água, aquilo ventando e nós olhando pra água descendo, bom demais. Lá a plantação era boa, tudo que plantava dava: arroz, mandioca, feijão, algodão, fartura de tudo no mundo, feijão, arroz, farinha tudo tinha, animal: porco, galinha, bode, se criava, era por conta. O rio era largo era como daqui naquele prédio acolá, eu atravessava no nado, aprendi nadar cedo, até hoje eu sei nadar. Tinha uma pedrona desse tamanho assim, grandona bem no meio do rio, aí nós ia nadando, nadava, nadava, quando chegava lá subia encima da pedra aí ficava sentada batendo os pés na água e descansando, aí atravessava pro outro lado. Aí ia passando aquele tanto de capivara no meio do rio e ficava na beira do rio tudo comendo capim, na hora que nós batia na água assim, a gente só via era capivara afundando na água “thu”, era cada jacaré desse tamanho, era bom demais. Aí quando o rio tava cheio nós atravessava de canoa. (CARLOTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*

É uma ironia Dona Carlota (2018) comparar seu lugar-natal com a cidade de Araguaína ao afirmar que aqui é, “*tudo seco*” porque próximo à Vila Piauí, onde reside, não tem nenhum rio, ela chega a estranhar. Esse estranhamento, no processo de reterritorialização, se fortaleceu pela ausência não somente do rio, mas pela falta de saneamento básico na vila e pela dificuldade de conseguir água longe de sua residência. Assim, percebemos que, de certa forma, a identidade de ribeirinha de Dona Carlota se descentralizou-desterritorializou pela ausência do rio, mas é permanente em sua memória.

O Rio Longá é um dos referenciais que Dona Carlota (2018) de certa forma perdeu durante o processo de desterritorialização no sentido material, por não poder mais sentir suas águas escuras deslizar pelo seu corpo quando mergulhava em seu leito; por não sentir mais o gosto dos peixes que degustava na época da pesca quando o rio baixava suas águas; por não poder mais ouvir o barulho de suas corredeiras descendo em seu leito, por não poder encher seus olhos com aquela imagem do rio criada por sua memória e que desperta saudade quando rememora sua relação com o rio.

Enfim, não pode mais usar seus sentidos para sentir aquele rio na sua plenitude, uma vez que se encontra em outro espaço, mas mobiliza a memória constantemente para visualizá-lo no campo subjetivo das lembranças. Dessa forma, nos lembra Tuan (1980, p. 9), que “[...] A prática melhora a sensibilidade”, por isso essa migrante sempre rememora sua infância. É nessa fase da vida que a memória pinta o Rio Longá com “tintas” mais fortes, com pinceladas mais precisas, levando-a a reviver momentos significativos por estar totalmente envolvida com esses pensamentos. “[...] Um ser humano percebe o mundo simultaneamente através de todos os seus sentidos”. (TUAN, 1980, p. 12).

Enquanto mãe de família, precisava da água para realizar os afazeres domésticos no novo espaço e, cuidar de seus quatorze filhos, frutos de dois casamentos. Quando saía para buscar água no Posto Mineirão debaixo do sol quente, talvez lembrava do volume de água que o Rio Longá tem e que distava apenas cinquenta metros de sua residência. Talvez, ao fechar os

olhos sentia o rio envolver seu corpo, deslizando sobre sua pele aquela água que muitas vezes lavaram sua alma. Sua memória reproduzia, por meio da narrativa, aquela água descendo rio afora em sua correnteza natural, refletindo em seus olhos a saudade de sua terra de origem e daquele rio.

A presença do rio próximo à sua residência na sua cidade de origem, talvez não era tão especial assim quando morava lá, mas, ao se deslocar para outra região e outro espaço onde não havia nenhum rio próximo a fez expressar: “*era bom demais morar perto do rio*” e rememorar sua relação com o rio, além de reconhecer que “[...] *a plantação era boa, tudo que plantava dava*” por causa das águas do rio que irrigavam de maneira natural as terras onde a lavoura era cultivada.

Aprendeu a nadar muito cedo por ter vivido sua infância inteira às margens daquele rio que, naquele lugar, segundo a narradora, tinha uma pedra gigante no centro do leito do rio, além de capivaras e jacarés. Ela pinta um cenário vivo e em movimento dando vida à sua narrativa e demonstrando sentimento profundo e forte por aquele “lugar-ser” onde nunca mais retornou. Gostava de nadar naquele rio e atravessava a nado de uma margem à outra com direito a descansar sentada naquela pedra que situava-se na metade dessa divertida jornada náutica que fazia constantemente todos os dias até migrar para a cidade de Araguaína.

A imagem do Rio Longá é uma construção imagética que Dona Carlota (2018) faz por meio da oralidade permanecendo no campo da memória ao narrar sua história de vida vinculada com aquele rio o qual se encontra distante do corpo e, ao mesmo tempo, vivo na memória. Enquanto migrante em outro espaço sob o processo de territorialidade ao (re)construir seu lugar, as lembranças e os significados da vida de outrora são rememoradas constantemente os momentos inesquecíveis numa relação homem-natureza pautada por vezes, na subsistência, no lazer e, no caso da Dona Carlota (2018), na confiança por desaguar suas mágoas de menina moça nas torrentes do Rio Longá.

Assim, conforme Gatto (2018), a linguagem imagética e os signos icônicos são sistemas simbólicos representando diversos significados conforme a interpretação, a percepção e a imaginação de um signo que, para Dona Carlota, tem significado memorável. O sistema de significação é composto por elementos simbólicos e seus significados podem fazer sentido ou não para o indivíduo. Para Dona Carlota (2018), a imagem do rio em tela faz parte de sua identidade de ribeirinha evocando em sua rememoração do seu lugar de origem, o desejo expresso: “[...] *eu desejo olhar pra aquele rio [...]*” novamente e reatar sua relação afetiva com o rio que afogava o sofrimento pela perda de sua genitora e os maus tratos de sua madrasta

quando ainda era uma criança. Dessa forma, percebemos que a imagem do rio é uma construção oral narrada por essa migrante.

Porém, o desejo de retornar à Cidade de Piracuruca-PI e ver novamente o Rio Longá ainda paira na sua memória como algo latente que alimenta sua alma,

*[...] eu tenho vontade de ir pra olhar pra aquele rio, quando era no tempo das sardinhas vinha aquele cardume a gente bastava botar o anzol pegava a sardinha, desse tamanho as sardinhas, acabou. A gente fritava minha irmã e comia com farinha. Quando eu me lembro eu penso: Oh meu Deus é um tempo que não volta mais. Acabou! É mesmo quando morre uma pessoa, é o mesmo que aconteceu com meu passado no Piauí. Acabou. (CARLOTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*

Dona Carlota (2018) afirma que aquele “*tempo não volta mais*”, lembrando do sabor da sardinha frita com farinha em sua boca, uma comida típica dos ribeirinhos, narra com uma voz embargada e com os olhos meneando lágrimas que saltam da memória “lugar-ser” que, em certa medida, também desterritorializou, mas que vão fazer parte sempre de suas lembranças mais cristalinas. Desterritorializou suas referências de ribeirinha no campo material, porém, na dimensão subjetiva, permanecem as lembranças e o afeto pelo lugar, levando essa migrante a rememorar seu passado semelhante a um filme que se repete, selecionando os melhores momentos que viveu na sua terra por meio da memória, ou seja, atribuindo significado próprio a esses momentos, como corrobora Portelli (2016, p. 18): “[...] o que faz com que as fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memória”, assim, para essa narradora, o Rio Longá tem forte significado que a acompanha desde sua infância, dando sentido à sua vida, mesmo não tendo mais a oportunidade de interagir com as águas do rio.

Dona Carlota (2018) chega a comparar o seu passado no estado do Piauí com a perda de uma pessoa de sua família quando expira, “*acabou*”, ou seja, não tem mais volta, demonstrando que, mesmo distante do seu lugar de origem e com lembranças tão fortes, ela é conformada porque não vê possibilidade de retornar, uma vez que, segundo ela, todos os seus familiares que residiam em Piracuruca já faleceram. Porém a saudade de sua terra é sua inimiga constante, “[...] A saudade é um sentimento pessoal de quem se percebe perdendo pedaços queridos de seu ser, dos territórios que construiu para si”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 65).

Dona Carlota (2018) sente saudade de nadar. Essa migrante afirma que até hoje gosta de nadar e de mergulhar, ou seja, emergir na água por completo como se recolhesse a si mesmo no ventre materno da natureza-mãe, mas só nada e mergulha quando vai a alguma chácara

levada por seus filhos e parentes em fins de semana, então revive aquela sensação de ser abraçada pela mãe-natureza e rememora sua paixão pelo rio, “[...] só quando eu vou nos banhos aqui perto igual na Jacuba que eu mergulho e nado, quando eu vou pra chácara lá do Adão que é meu irmão só por parte de pai. Aí quando eu vou pra lá, eu me banho na represa lá”. (CARLOTA, 2018).

Porém, uma represa não é igual a um rio. Água de represa geralmente é parada e quando escorre é de forma lenta, o volume de água e sua extensão são limitados, não lembra a virilidade de um rio com suas águas correntes descendo na correnteza capaz de arrastar até mesmo embarcações de médio porte. Por isso, quando o Rio Longá estava cheio, ela o atravessava de canoa, não arriscava uma travessia a nado e em uma canoa também não estava segura, mas fazia sentido para ela e o efeito de segurança deixava-a tranquilizada,

*[...] nado, aí quando eu nado eu me lembro do rio que eu fui criada banhando nele lá no Piauí, na beira da água e sentia o ventinho passando e os capelão voando pro lado e pro outro enriba nas árvores. Capelão é aqueles guaribão, um tipo de macaco que pula nas árvores e canta, eles ficam cantando e passando de uma árvore para outra. Lá no Piauí tem muito. Aqui não tem não. Quando eu sinto o vento eu lembro deles pulando nos paus. Lembro das araronsas bonitas que tinha lá. Meu irmão tem uma arara que quando ela ver alguém comendo, ela vem com a unhona e tira o tampo da comida pra comer. (CARLOTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*

A flora e a fauna existentes no entorno do município de Piracuruca-PI são retratadas e descritas na narrativa de Dona Carlota (2018) de forma a demonstrar uma diversidade muitas vezes relacionada somente à Amazônia Legal, Pantanal e outras reservas naturais localizadas no território nacional. Afirma que, ao sentir o vento beijar sua face, lembra do canto dos macacos guariba, conhecidos na região por *capelão*, que pulavam de uma árvore para outra. Esse canto que ela menciona é uma forma de defesa desses animais que costumam gritar avisando algum perigo para os demais macacos da sua espécie que se encontram na mata e ecoa a quilômetros de distância. Essas vocalizações são características singulares desses animais.

Porém, o que para os cientistas são gritos e uma forma de defesa desses animais, para Dona Carlota (2018) é um canto que soa em seus ouvidos unido à melodia do vento. Nesse conjunto, os pulos desses animais podem ser comparados a um grande “balé aéreo”, numa sinfonia encantadora regida pela mãe natureza e que ficou registrada na memória dessa nordestina que faz questão de afirmar: “*Aqui não tem não*” e, para completar esse cenário, estão as enormes e coloridas araras que, segundo a narradora, são dóceis e gostam de se alimentar próximo aos humanos, sem cerimônia de “[...] tirar o tampo da comida pra comer”.

Esse encantamento pelo Piauí que Dona Carlota (2018) carrega em sua memória é um Nordeste que destoa daquele nordeste miserável, sem cor, sem vida, pintado por ideologias

dominantes que “fecham os olhos” para a diversidade natural existente em certa medida, em todo território brasileiro. Esse mesmo poder hegemônico colabora com uma desterritorialização contínua dos migrantes de seus referenciais identitários, sejam motivados por questões que permeiam as dimensões econômica, política, cultural ou social, seja pela perda desse encantamento com o lugar-ser, ou, ainda, pelas características nordestinas que vão esvaindo-se com o passar do tempo por se encontrar em outro espaço e não manter as práticas culturais de outrora, “[...] o que “desterritorializa”, de fato, na maioria das vezes, é justamente esse afastamento do Estado e a consequente onipotência de uma economia “flexível”, “fictícia”, especulativa e/ou “deslocalizada”. (HAESBAERT, 2006, p. 367).

O processo de desterritorialização e reterritorialização pode ser um “pesar” que pode perdurar para o resto da vida dos migrantes que decidem sair do seu lugar impulsionados pelo descaso do Estado. É por isso que muitos escolhem se deslocarem para localidades onde algum parente ou conhecido da família já está instalado e tem informações sobre a região, a cidade para que possam reterritorializar e construir um novo lugar partindo do apoio tanto material quanto afetivo daquelas pessoas ou grupo familiar, “[...] *tinha meio mundo de parente aqui em Araguaína, meus primos que moravam aqui no Bairro Neblina [...]*”. (MUNDOLA, 2017).

O Sr. Mundola (2017) afirma que, quando veio para a cidade de Araguaína, alguns primos estavam instalados na cidade, porém ele narra que era “[...] *meio mundo de parente [...]*”, demonstrando em seu sorriso a satisfação de não sentir-se sozinho em um espaço, até então, estranho e desconhecido.

Além de representar uma maior segurança para os migrantes da mesma família que estão se preparando para sair do seu lugar, há também o apoio afetivo no sentido de vencer os obstáculos unidos naquele espaço desconhecido para os recém-chegados que procuram se apoiar nas experiências daqueles que estão há mais tempo residindo na cidade e região, “[...] *Primeiro chegou meus cunhados, depois dos meus cunhados, foi eu. Aí depois que esse povo foi juntando aqui na Vila Piauí, lá da esquina pra cá*”. (ZELÃO, 2017).

Um dos moradores pioneiros da Vila Piauí, o Sr. Zelão (2017), faz questão de enfatizar que não escolheu mudar-se com sua cunhada e seus dez filhos para a cidade de Araguaína e se instalar na Vila Piauí ao acaso, mas porque parte da sua família já se encontrava naquele espaço. Situação semelhante aconteceu com Dona Maria Loiola (2017),

*[...] eu vim pra cá pra Araguaína com um tio meu que foi lá Ceará visitar a gente porque lá era tanto sofrimento que eu chorava tanto: mais meu Deus pra que um sofrimento desse por que a gente não morre logo? Eu ajudava muito minha mãe, mas chegou o momento que foi preciso eu vim mesmo. Eu tinha sete filhos, trouxe dois fora e um na barriga, deixei os outros com ela. Eu queria conhecer um lugar que prestava, não viver lá me acabando. Agora lá é diferente, tudo de bom o que tem aqui,*

*tem lá também. O povo come direitinho, graças a Deus por isso. (MARIA LOIOLA, Entrevista oral em 11/05/2017).*

Dona Maria Loiola não perdeu a oportunidade de sair do que ela chama de “sofrimento” que passava na zona rural do município de São Luiz-CE, tendo o apoio de sua família, principalmente de sua genitora, para criar os sete filhos após ser abandonada por seu cônjuge, como afirma. Desejava em seu âmago conhecer “[...] *um lugar que prestava [...]*”, por essa razão, acompanhou seu tio. Além dos seis filhos nascidos, havia um sendo em seu ventre.

Por se encontrar em outro espaço, sem o apoio dos seus pais, além de não conhecer quase ninguém, precisando trabalhar para sustentar os dois filhos que trouxe, quando ainda estava grávida, Dona Maria Loiola (2017) rezava e entregava o bebê que estava em seu ventre para Deus, porque acreditava que não teria condições financeiras para criar aquela criança, “[...] *Não tem lugar Senhor, eu tô te entregando, tô te doando essa criança. Assim como o Senhor me deu, eu posso muito bem te dar. Eu rezei com fé, pois o menino quando nasceu parecia um anjo mais poucas horas ele morreu. Deus levou*”. A fé movida pela dificuldade da vida, obriga uma mãe pedir que Deus resolva a situação que para ela fugiu do controle.

Dona Maria Loiola (2017) narra que, quando chegou em Araguaína, foi morar na casa de familiares com seus dois filhos pequenos e dormia em uma cama de solteiro (com a barriga enorme porque sua gravidez já estava no último mês de gestação) junto com seus dois filhos. Afirma que não dormia, mas passava a noite em claro entregando aquele filho de seu ventre a Deus para ele não sofrer com ela. Ela reconhece que hoje, após voltar na sua cidade natal, seu município melhorou muito, que “[...] *o povo come direitinho, graças a Deus*”, porém, assim que migrou para a cidade de Araguaína, teve que recorrer ao divino, ao sagrado para resolver uma situação delicada de ordem sócio-econômico-afetiva em que se encontrava.

Dessa forma, não vendo outra saída, se agarrou à sua fé de nordestina, confiando que seria ouvida o que, segundo ela, aconteceu, pois não iria suportar ver outra criança passando dificuldade junto com ela, tendo que dividir o sofrimento da vida com ela e seus irmãos em um espaço desconhecido. Sobre como o Nordeste se encontra na atualidade, ela afirma que “[...] *Hoje no Nordeste tá chovendo e tem água, mas na época que nós viemos não chovia lá não e nem tinha poço artesiano*”. (FRANCISCA, 2017).

Em certa medida, o problema político-econômico-social que norteava a seca no Nordeste foi resolvido, segundo a narrativa da Dona Francisca (2017) que parece acreditar nessa possibilidade, por causa da instalação de diversos poços artesianos. Essa fé em dias melhores é o que move os migrantes a procurar outros espaços para viver.

*[...] Meu pai veio pra cá pra Araguaína e trouxe nós no maior sofrimento do mundo num pau de arara. Foi sofrimento. Quando a gente chegou aqui aí mamãe enchia o prato de angu e seis tinha que comer num prato só e ninguém falava nada. Se falasse, papai dizia: hoje não come. E a ordem era certa. (FRANCISCA, Entrevista oral em 04/08/2017).*

Os transportes naquela época eram precários, em sua maioria, mas hoje o “*pau de arara*” ainda é uma das únicas opções de locomoção para muitos brasileiros que residem na zona rural do Brasil. Dona Francisca (2017), cuja genitora servia o alimento em um só recipiente, no caso em um prato, para ela e seus irmãos se alimentarem juntos, em conversas informais durante a entrevista afirma que isso ocorria porque seus pais não tinham condições de comprar mais pratos e o “castigo” para quem reclamasse, era ficar sem se alimentar o dia inteiro e “[...] *ninguém falava nada*”, uma vez que conheciam a dor da fome.

De acordo com sua narrativa, percebemos que a disciplina no seio familiar era um valor moral “cultivado” constantemente. O angu, uma comida milenar típica do Nordeste, mas também conhecida mundialmente, leva poucos ingredientes tendo por base a farinha de mandioca ou o fubá de milho. Por plantarem mandioca e milho, esse prato é bastante consumido pelos nordestinos, sendo, muitas vezes, a única refeição do dia, portanto, os pais não aceitavam os filhos reclamarem da única alimentação que conseguiram naquele dia para oferecer a eles.

Nesse sentido, o cardápio tendo o angu como a única refeição do dia, podia se estender por semanas, “[...] *E a ordem era certa: hoje não come*”. Comer uma vez, duas ou três vezes, tudo bem, mas não era o que acontecia, porém a reclamação não era uma opção para aquela família. Estando em outro espaço, agora estavam à procura de trabalho para melhorar as condições financeiras e modificar aquele cardápio. Outro valor moral referente à criação de filhos foi narrada por Dona Joanhinha (2017),

*[...] eu criei as minhas meninas foi botando um sepo era um pedacinho de madeira que botava encima da mesa para não queimar a mesa, enchendo o ferro de brasa e engomando todo paninho delas vestir, bem fraquinho, no Ceará tem daquelas coisinhas, ferro de brasa era num sepim na mesa passando, que eu gosto de limpeza. Todo mundo limpo é rico na presença de Deus porque Deus não quer sujeira não, sujeira é pobreza. (JOANINHA, Entrevista oral em 04/08/2017).*

Segundo a narrativa acima, percebemos que às meninas eram ensinadas tarefas oriundas aos afazeres domésticos, ou seja, eram educadas a serem donas de casa. A elas, muitas vezes, não era ofertada a oportunidade de estudar por uma questão de valor moral familiar da época, mas que seria uma forma de dominação da mulher. “[...] *Nunca estudei. A escola que meu pai me deu foi a roça, a caneta dele era o cabo da enxada. Meu pai dizia: a caneta dela é o cabo da enxada. Não, filha minha não estuda, porque ele dizia que quando tivesse moça ia mandar carta pra namorado, pros rapaz, bilhete*”. (CARLOTA, 2018).

A qualidade *limpeza* era vinculada ao sagrado como forma de crença que a sujeira não agrada a Deus e, ao mesmo tempo, a sujeira era sinônimo de pobreza. Essa pobreza poderia ser entendida, nesse caso, enquanto falta de coragem, ou seja, fraqueza de espírito ou até mesmo à preguiça de fazer as tarefas domésticas após um dia de trabalho debaixo do sol causticante ao lidar com as plantações no campo e/ou cultivo da lavoura.

Dona Carlota (2018) escrevia com a enxada na terra, utilizando a tinta do suor de sua face e com os calos de suas mãos todos os dias para ajudar seus pais na criação dos seus irmãos mais novos e foi-lhe cerceada a oportunidade de sentar em um banco de escola para aprender a escrever seu nome e a desenvolver habilidades leitoras e de escrita. Muitas vezes, a escola era a roça, ou seja, a escola da vida, porque a instituição educacional se localizava a quilômetros de distância da zona rural onde moravam e, sem transporte, os pais não tinham como conduzir os filhos até a unidade de ensino, mas não é o caso dessa narradora, “[...] *Eu queria estudar, chorava pra ir pra escola mais ele nunca deixou. A escola era perto de casa. Só o desgosto que eu tenho na minha vida [...]*”. (CARLOTA, 2018).

Diante da dificuldade que era o trabalho na lavoura, somada à quantidade de filhos para criar e à frágil condição econômica para sustentar a família, muitas meninas contraíam matrimônio muito cedo, por escolha dos pais ou mesmo por pensarem que sua vida melhoraria ao sair da residência dos seus genitores.

Assim, o casamento era visto por muitas jovens como uma forma de liberdade daqueles valores morais da família e também do sofrimento que viviam ao lado dos irmãos e dos pais. A relação de poder dentro do território atingia as famílias menos abastadas que sentiam os reflexos em sua forma de viver na zona rural uma vez que era expressa nas dificuldades econômica que subsidiavam seu trabalho com as lavouras, o qual era desvalorizado, como é enfatizado por Santos (et al., 2007, p. 54), “[...] temos o território definido a partir das relações de poder mediadas pelo espaço”.

*[...] com dezesseis anos eu digo: eu vou é me casar pra sair do sofrimento, mais eu não pensei que eu ia me casar e eu ia sofrer mais. Eu só queria casar quando eu tinha raiva. Se eu tivesse raiva, eu digo: agora eu me caso mesmo. Casei aí o sofrimento aumentou. Além do homem pobre demais que pobreza não é doença mais o pior que eu acho é se o cabra for pobre e for preguiçoso. Ele era preguiçoso e todo ano um filho. Ele não dava conta. Aí na véspera dos sete filhos ele me largou com três meses de grávida, eu ainda com muito enjoo, com muita tontera e muita fraqueza, precisando de tudo. E ele teve a coragem de me largar daquele jeitim ali com sete filhos. (MARIA LOIOLA, Entrevista oral em 11/05/2017).*

O casamento, para Dona Maria Loiola (2017), foi a única solução que ela encontrou para se libertar do sofrimento, mas com base na narrativa acima, sua vida ficou mais trágica do que quando estava solteira, pois seu cônjuge não conseguia sustentar sua família porque,



segundo ela, “[...] *Ele era preguiçoso*” e devido às circunstâncias financeiras, “[...] *ele teve a coragem de me largar [...]*”, abandonou a família, pois não via outra saída. Para não exercer seu papel de provedor, antes escolheu o caminho da fuga.

Após o abandono por parte de seu cônjuge, Dona Maria Loiola (2017) decidiu deixar quatro dos sete filhos com sua mãe no estado do Ceará e acompanhar seu tio que morava no norte de Goiás na época, hoje estado do Tocantins. De certo modo, perdeu o vínculo com seus filhos e com sua família. Não teve a oportunidade de acompanhar o crescimento deles, de fazer parte de suas vitórias ou de acalentá-los quando estavam tristes. Não foi uma mãe presente porque a situação que se encontrava a obrigou a deixá-los com aquela que detinha sua confiança, sua genitora, avó das crianças, que se prontificou a criar seus filhos conforme sua humilde condição econômica, mas prometeu não os abandonar e cuidar com amor.

A fé do nordestino é um valor moral voltado para o sagrado que perpassa as gerações. Na esperança de mudar seu destino, se reúne em grupos para praticar rezas, promessas e votos aos santos, “*escondem o santo*” esperando ser atendidos em sua petição. A fé e a devoção são características marcantes na identidade nordestina, “[...] *o povo do Ceará vai pra São Francisco do Canindé pra fazer promessa, que faz aquela promessa pra conseguir alguma coisa. Hoje de madrugada em estava orando ao Senhor: Senhor eu não tenho mais palavra pra te pedir porque eu não sei se eu tô pedindo certo*”. (JOANINHA, 2017).

Esse é um valor que, em certa medida, permanece nas práticas diárias de Dona Joaquina (2017) que procura se conectar ao Nordeste por meio do mecanismo da lembrança que aciona a memória e ela percebe que, de onde ela estiver, a força divina vai lhe fazer companhia, não precisa ir ao São Francisco do Canindé, mas ela sente vontade, desejo de estar lá junto com “*o povo do Ceará*”, compartilhando da mesma fé, unindo forças e propósitos, vivendo no sentido de comunidade, sendo uma nordestina que exerce sua fé junto aos demais numa identificação que emerge da identidade de ser e pertencer ao Nordeste. Assim, Hall (2000, p. 108-109) aborda: “[...] As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência”.

A narradora afirma que não basta fazer a petição, mas é preciso saber pedir. Essa delicadeza e sutileza na relação com o sagrado faz sentido para ela: uma nordestina de fé. A fé permaneceu, mas o partilhar o costume com outros foi perdido, de certo modo, pois não participa mais de reuniões lá em sua região-natal, mas rememora no aqui o exercício de sua fé e seu significado dando sentido à sua vida. Dona Marlene (2018) relata que sente-se bem ao saber que há um lugar em Araguaína “[...] *que chama cearense*”, uma vez que ela e Dona Joaquina são cearenses.

*Eu gosto de saber que tem um lugar que chama cearense, não tenho o que dizer, eu gosto da Vila Cearense. Eu no começo, eu falava pra ele, se nós vender aqui. Se chegar nós vender aqui, nós vamos morar na Vila Cearense (risos), era o único lugar que eu queria morar era lá, se eu sáísse daqui. Se eu tivesse condição, lá tem uma casa que eu gostei dela, lá a casa é grande, o quintal é grande, é um lugar mais espaçoso. Eu falo sempre pra ele, se nós mudar daqui, se eu vender aqui, nós vamos pra Vila Cearense (risos), morei muito tempo na vila, tive meus filhos; meus filhos eu ganhei foi lá, os mais velhos. (MARLENE, Entrevista oral em 03/02/2018).*

Dona Marlene (2018) é cearense, residente e domiciliada na Vila Piauí. Contraiu matrimônio com o Sr. Jacinto (2018) que é piauiense. No início do relacionamento, os dois residiram na Vila Cearense, posteriormente adquiriram o imóvel que se localiza na Vila Piauí, onde permanecem até hoje e, há pouco tempo, conseguiram o título de posse da sua propriedade, cedido pelo Governo do Estado do Tocantins, como veremos mais adiante.

Na visão desses moradores, é uma conquista que esperaram aproximadamente quarenta anos, porém é uma forma de controle das forças hegemônicas, em um jogo de poder onde há os dominados, nesse caso os migrantes, e o dominador, aqui representado pela hegemonia do Estado que tem o poder de reconhecer a posse ou não de um território.

Para Dona Marlene (2018), a Vila Cearense é uma referência nordestina, um lugar-ser que faz sentido à sua vida, onde teve alguns de seus filhos. Ela tem um desejo latente de retornar e constituir um novo lar nessa vila. Hoje, com os filhos casados e na companhia do seu cônjuge, deseja uma casa mais ampla, talvez esse desejo existe há mais tempo, pois, mãe de cinco filhos, com certeza almejava “[...] um lugar mais espaçoso” para criar seus filhos, porém seu patamar econômico nunca foi favorável à realização desse sonho.

O Sr. Jacinto (2018) afirma que, enquanto piauiense, sempre se relacionou bem com os cearenses. Segundo esse narrador, sua cidade-natal, Piracuruca, se localiza próximo ao Estado do Ceará e a convivência entre cearense e piauiense não era conflitiva,

*[...] tem gente que fala que piauiense não dá certo com cearense. Isso é conversa do povo, que piauiense não dá certo com cearense. Eu me dou bem com todo mundo e eu sou piauiense. A cidade de onde eu sou fica pertim do Ceará eu sempre fiz negócio com os cearense e nunca deu problema. (JACINTO, Entrevista oral em 04/05/2018).*

Esse bom relacionamento entre piauiense e cearense também ocorre nas Vilas Cearense e Piauí, uma vez que existem piauienses residindo na Vila Cearense e cearense residindo na Vila Piauí, os quais expressam, em suas narrativas, que gostam tanto da vizinhança quanto do lugar. Lugar construído por esses migrantes que, com muita dificuldade, conseguiram o reconhecimento do Governo do Estado enquanto proprietários dos seus territórios, questão que será discutida mais adiante.

A amizade do cônjuge de Dona Marlene (2018), que é piauiense, com seu genitor, que é cearense assim como ela, era consolidada antes mesmo dela contrair matrimônio com o Sr.

Jacinto (2018), “[...] *É tão incrível que cearense dá certo com piauiense que ele, meu esposo é piauiense mais o papai que era cearense era assim oh. Os dois eram muito amigos, nossa minha mãe do céu*”. (MARLENE, 2018).

O relacionamento em comunidade, principalmente com os considerados e nomeados conterrâneos, é, de certo modo, uma forma de identificação tanto com o lugar-ser que deixou para trás quanto com seus pares, comungando das mesmas dificuldades no novo espaço sob processo de territorialização; das mesmas conquistas de apropriar-se do espaço para torná-lo lugar; das mesmas preocupações em sustentar suas famílias conseguindo uma forma de trabalho que não fosse o lidar com a terra por não se tratar de um território campestre.

As comunidades da Vila Piauí e da Vila Cearense, em sua maioria, são compostas por migrantes nordestinos, mas há migrantes de outras regiões do país como é o caso do Sr. Hildebrando (2018), vulgo paulista, e da Dona Loide (2018), que é goiana, natural da cidade de Tocantinópolis, (Quadro 01). “*É tudo assim conhecido da gente, eu gosto de lá da Vila Cearense e gosto daqui também da Vila Piauí porque já acostumei também, é muito bom*”. (MARLENE, 2018).

Dona Marlene (2018) já residiu nas duas comunidades e se sentiu bem convivendo tanto em um lugar quanto em outro por se identificar com a essência do Nordeste representando o ser nordestino por esses dois grupos na cidade de Araguaína, no estado do Tocantins. Dona Marieta Pereira (2017) afirma: “[...] *Muito bom, eu acho muito bom aqui na vila [...] me dei bem aqui graças a Deus*”. Segundo Albuquerque Júnior (2009, p. 50), “[...] A consciência regional nordestina, ou paulista, não surge com um indivíduo ou com um grupo específico, ela emerge em pontos múltiplos, que vão aos poucos se encaixando, sendo unificados pelas necessidades colocadas pelo tempo”.

Assim, Dona Marieta Pereira (2017) é piauiense, mas reside na Vila Cearense e convive bem com todos os moradores da referida vila. Já o Sr. Jacinto (2018) é piauiense, reside na Vila Piauí, porém deseja encontrar um terreno maior para morar. Portanto, ambos têm sua consciência regional nordestina construída pela multiplicidade territorial auxiliando na (re)construção de quem são continuamente numa circularidade diante das relações sociais.

*Eu tenho vontade de arrumar um lote mais espaçoso porque aqui é só meio lote. Eu gosto de mexer com a terra, se eu tivesse um espaço maior no quintal, eu ia mexer, plantar e tudo [...] de plantar, de criar galinha, ele gosta. Quando a gente tem um espaço bom dá de criar. Uma hora chega um amigo da gente, e a gente pode matar uma galinha pra comer. Está pronto. É bom, muito bom. Eu já criei aqui, mas agora não pode por causa do calazar e tudo mais, por isso que eu não crio, mais já criei. Eu criei pato aqui. Ai meu menino deu fim né porque o povo do zoonoses veio e falou que não podia, ai pra gente passar por cima da lei, não pode também né, a gente tem*

*que entender que não pode, mas é bom a gente criar os bichim, muito bom, eu gosto de criar. (JACINTO, Entrevista oral em 03/02/2018).*

Esse desejo tem vínculo afetivo com seu lugar de origem onde ele criava animais e, de certa forma, sofreu o processo de desterritorialização, uma vez que se sente impedido de criar qualquer animal em sua residência na Vila Piauí por causa da fiscalização dos agentes do Centro de Zoonoses do Município de Araguaína-TO, enquanto prevenção para a não infestação de doenças como o calazar. Além do mais, esse narrador também gosta de plantar, “[...] se tivesse um espaço maior no quintal, eu ia mexer, plantar e tudo [...]”.

Em certa medida, o processo de desterritorialização ocorreu na vida do Sr. Jacinto (2017) quando ele perde essa referência da zona rural enquanto criador de animais e cultivador de plantações, as quais são referências identitárias do ser camponês; homem do campo que aprendeu novos valores e novas formas de viver por ter migrado para zona urbana. De acordo com Haesbaert (2006, p. 368), “[...] a ideia de desterritorialização aparece sempre associada a algum tipo de dicotomia, sejam aquelas mais amplas que separam tempo e espaço, sociedade e natureza, material e simbólico, sejam aquelas mais estritas”.

Essas atividades, tanto de plantar, quanto de criar animais no *quintal* de casa, não são mais possíveis de se concretizar no novo lugar, portanto, fica apenas o desejo enclausurado e amordaçado no interior desse migrante que compreende as exigências da territorialização do lugar que, aos poucos, faz com que essa vontade vá se esvaindo, desterritorializando.

Esse processo de desterritorialização também ocorreu com Dona Carlota (2018) que, segundo sua narrativa, “[...] custei me acostumar por causa da água”, uma vez que foi criada às margens do Rio Longá, porém sua identidade ribeirinha e campesina cedeu lugar à identidade de dona de casa, mãe, esposa e de cidadã residindo na zona urbana de Araguaína.

*Eu gosto de morar na Vila Piauí. Custei me acostumar, mais me acostumei e agora estou achando bom aqui. Custei me acostumar por causa da água porque não tinha água encanada, hoje tem água encanada, só não tem o rio igual lá, a gente tem que ir muito dentro pra tomar banho em uma represinha. Lá no final do Ipê tem uma represinha mais é muito longe. Não é igual o rio Longá do Piauí que passava no quintal e quando a água do rio subia, ficava mais perto de casa ainda. Quando queria lavar os pés era só ir no rio. Quando descia a água do rio ligeiro, amanhecia só tinha a terra molhada e a água lá embaixo. Eu lavava roupa lá no rio, era bom. (CARLOTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*

Hoje, Dona Carlota (2018) afirma que gosta de morar na Vila Piauí, mas o fascínio pelo Rio Longá e seu encantamento estão vivos em sua memória, fazendo lembrar das águas como melodia escorrendo no leito do rio, soando como um canto fascinante que a atraía para suas margens com o desejo de “*lavar os pés*” para sentir suas águas inundando seu corpo e sua alma; fazendo morada em seu âmago de forma que nunca mais a deixou.

De acordo com as estações do ano, o Rio Longá “*descia a água*”, ou seja, secava suas águas, baixando o volume de água que seguia seu curso num balé aquático infinito, numa dança envolvente, descendo no seu ritmo ao som das corredeiras, o que agradava a narradora que gostava de “*lavar roupa lá no rio, era bom*”. A atividade de lavar roupa era só um pretexto para tomar banho no rio; mergulhar e sentir suas águas lavando e limpando tudo que a deixava triste e desanimada, como a falta de sua genitora que, segundo sua narrativa, faleceu aos quarenta e cinco anos, quando ela tinha dez anos e seu genitor contraiu matrimônio com outra mulher. Conforme sua narrativa: “[...] *Minha madrasta era ruim para mim, me batia e me botava pra trabalhar como se eu fosse assim um bicho bruto, uma coisa louca*”.

Era no rio que Dona Carlota (2018) se sentia confortada e livre; sentia-se acolhida por aquela água que sempre era outra, nunca a mesma, renovada e sempre pronta a recebê-la. Era no rio que desaguava suas mágoas, suas dores e seu sofrimento de menina-moça sem mãe, sem afeto e cuidado, sendo tratada “[...] *como se fosse assim um bicho bruto*[...]”, de forma inesperada, anormal, “*uma coisa louca*”. Era assim que definia a crueldade de sua madrasta por aquela atitude insana; ultrapassa sua maturidade de menina-moça, sua compreensão.

Ao contrário do Sr. Zelão (2017), que também perdeu sua genitora com apenas treze anos de idade, teve madrasta e não recebera o apoio de seu genitor quando abria seu coração e expressava seus sentimentos sobre os maus-tratos que sofria em casa na sua ausência, Dona Carlota (2018) contava com o apoio de seu pai que não acreditava nas mentiras e astúcias de sua madrasta, “[...] *Ela contava pro meu pai mentiras de mim mais meu pai não acreditava não porque ele me conhecia e ficava com raiva quando sabia que ela tinha me batido, ele gostava de mim [...] Eu sofri, sofri [...]*”.

A cumplicidade entre pai e filha era diferente daquela entre pai e filho no caso do Sr. Zelão (2017) e seu genitor, discutida no primeiro capítulo, pois no caso de Dona Carlota (2018), seu pai a conhecia, ou seja, sabia do seu caráter, do que ela era capaz de fazer, como se comportava e não apoiava sua cômpute nos maus-tratos contra sua filha. Porém, na sua ausência, aquela madrasta sentia-se à vontade para agir de forma leviana contra a menina-moça que ainda não conseguia se proteger, “*Eu sofri, sofri*”, sofrimento contido e desaguado naquelas águas do Longá que oferecia sua calma, atraindo-a com o som das suas corredeiras como o canto da sereia que seduz aquele que ouve o vibrato de sua voz a ecoar nas marés desembocando no seu leito como um chamado constante.

Talvez Dona Carlota (2018) desejava ser carregada pelas corredeiras para bem longe daquela situação que a fazia sofrer após a perda daquela que a gerou e a carregou em seus braços, cuidou e amou até o leito de sua morte, “[...] *Ela morreu ligeirinho porque banhou na*

*água fria antes de sair o sarampo, banhou e morreu, mulher nova. Eu lembro direitim, eu tinha 10 anos de idade nesse tempo*". (CARLOTA, 2018).

Essa situação demonstra que, naquela época e naquela localidade, talvez não havia vacinas preventivas para patologias virais como o sarampo que acometeu a progenitora de Dona Carlota no interior do município de Piracuruca-PI, marcando para sempre a vida daquela menina-moça que nunca esqueceu daqueles últimos momentos que passou ao lado de sua mãe.

Era no rio que afogava suas lágrimas, mágoas e sentimento de perda, deixando-os nas profundezas daquelas águas escuras. Esse costume, de certa forma desterritorializou-se, pois o rio deixou de ser referência de desabafo para ela, “[...] *Do Piauí pra cá o que eu não faço mais é banhar no rio porque não tem o rio no quintal (risos), eu só tomo banho no chuveiro*”. (CARLOTA, 2018).

As águas que caem do chuveiro não conseguem afogar suas mágoas nem tão pouco têm profundidade, volume, correntezas, cardumes de sardinhas ou capivaras. Essa ausência de vida aquática reforça o sentimento de falta daquele rio, onde aprendeu a nadar, mergulhar e viver. Seu cordão umbilical da memória continua conectado à vida dinâmica do Rio Longá e ao seu fascínio, pois, para ela, aqui em Araguaína é um lugar “[...] *seco igual língua de papagaio.*”

*[...] nada, não faço nada aqui que eu fazia lá. Aqui eu trabalho mais pouco, lá eu fazia comida pros trabalhador na roça, comida pra 10 homens e eu fazia. Botava dentro duma gamela de pau a comida e botava na cabeça e botava a colher aqui na mão e ia pra dentro do mato fazer comida. Eu achava bom e quando ia daqui pra lá passava por cima da ponte, quando vinha de lá pra cá, descia da ponte e ia lavar as vasilhas tudim ali, quando acabá ia tomar banho no corgo, ali quando não era rio, era corgo. Tinha água pra todo lado. Aqui eu não faço nada disso porque é seco igual língua de papagaio.* (CARLOTA, Entrevista oral em 03/04/2018).

O processo de desterritorialização na vida de Dona Carlota (2018), em certa medida, atingiu, conforme sua narrativa, seu trabalho no campo, descentralizando sua identidade campesina, uma vez que não cozinhou mais para os camponeses que trabalhavam junto com seu pai na lavoura, “*Eu achava bom*”, era algo que a satisfazia e para completar, “[...] *ia tomar banho no corgo*”, sentir o conforto das águas. Porém, a relação de afeto com o rio Longá ainda hoje é rememorada e tem lugar em sua memória a qual é acionada constantemente por força de seus sentidos. Nesse sentido, colabora Tuan (1980, p. 106) ao afirmar que “[...] os meios pelos quais os seres humanos respondem ao meio ambiente é que podem variar, desde a apreciação visual e estética até o contato corporal”, por meio da narrativa, percebemos que a narradora, se envolveu com o rio de forma sensitiva perpassando os cinco sentidos, principalmente por meio do contato visual e tátil.

Já o Sr. Zelão (2017), quando migrou do estado do Piauí para o estado de Goiás, norte do estado do Tocantins, no processo de desterritorialização, descentralizou sua identidade campesina de certo modo, pois no novo espaço, passou a exercer outras atividades laborais e até hoje, mesmo aposentado, continua exercendo outras atividades que não a campesina, “[...] *é juntando latinha, lá no Ipê, que eu junto pra vender, olha aí cheinho. Eu não paro (risos). Tem semana que eu faço oitenta, cem, as vezes chega até duzentos, às vezes, depende. Se for esperar só pelo aposentim. O aposento é pouco*”. (ZELÃO, 2017).

Essa renda extra, além de somar ao orçamento familiar mensalmente, contribui para esse migrante se sentir útil por estar sempre em movimento, “*Eu não paro*”, afirma com um sorriso na face expressando satisfação por sentir-se capaz de continuar na ativa apesar de ser um homem de setenta e seis anos de idade.

A sua paixão pela vida campesina não superou os períodos de seca constantes no interior do município Canto do Buriti-PI, onde nasceu, “[...] *porque eu já estava desgostoso com as plantas que eu estava perdendo, só perdendo, perdendo. Eu digo: não vou me embora pro Goiás que era falado nesse tempo. Hoje, agora não sei porque o inverno tá fraco. Aqui era bom*”. (ZELÃO, 2017).

O Sr. Zelão (2017) sentia prazer em plantar, porém queria sentir o mesmo sentimento ao colher, mas com a escassez de chuva num período prolongado, não foi possível concretizar essa satisfação. Sentindo-se impotente diante da situação, resolveu migrar para outro estado, “[...] *pro Goiás que era falado nesse tempo*”, mas, atualmente o cenário mudou na cidade de Araguaína e o volume de chuva diminuiu, segundo o narrador.

O sentimento de plantar e colher, em certa medida, não desterritorializou da memória do Sr. Zelão (2017) que revive sua vida campesina no lugar de origem, pois enquanto narra, seus olhos lacrimejam, pulsando a saudade contida. Esse processo ocorreu no campo material uma vez que não cultivava e não manteve seu vínculo com a terra como almeja até hoje. Porém, no campo afetivo, permanece intacta a sua paixão pela terra.

O Sr. Paulista (2018) também sente saudade do tempo que era caminhoneiro, mas, ao se aposentar e, aos sessenta e oito anos de idade, impossibilitado de exercer a função, passou a trabalhar em uma empresa que entrega mercadoria e produtos de natureza diversa, organizando o depósito, atividade que não o deixa sentir-se na inatividade. Sobre o sentimento saudade, Tuan (1980, p. 65) contribui: “[...] A saudade também pode ser um sentimento coletivo, pode afetar toda uma comunidade que perdeu suas referências espaciais ou temporais, toda uma classe social que perdeu historicamente a sua posição [...]”. Percebemos que o sentimento saudade é coletivo, porém os referenciais são distintos de cada narrador. Ainda que todos sejam

migrantes, têm histórias de vida diferentes entre si. Podemos afirmar que os protagonistas desse estudo que fazem parte das comunidades da Vila Piauí e da Vila Cearense, sentem saudades de sua terra, de sua gente, dos referenciais identitários que, de certo modo, perderam quando migraram para outros espaços.

O processo de desterritorialização, segundo sua narrativa, não ocorreu, de certo modo, com o sentimento de ser caminhoneiro, mas com a prática desse ofício, perdendo sua referência identitária do ser motorista da estrada, viajante, “[...] gosto de ser motorista e caminhoneiro até hoje, estou aposentado, mas ainda hoje gosto [...]”, esse processo de territorialização ocorre, talvez, na mesma medida, em semelhança com a paixão do Sr. Zelão (2017). Segundo Haesbaert (2006, p. 150), “[...] Os homens se desterritorializam, favorecendo uma organização racional de suas vidas”. Dessa forma, a aposentadoria enquanto consequência natural da vida, colaborou, em certa medida, com a perda dos referenciais identitários do Sr. Paulista, o qual deixou de ser caminhoneiro, mas não deixou de ser motorista.

Porém, o Sr. Paulista (2018) migrou de São Paulo e se reterritorializou em Araguaína há aproximadamente quarenta anos, e somente no início deste ano de 2018 recebeu a titulação de sua propriedade situada na Vila Piauí juntamente com os moradores da Vila Cearense, situação que será discutida no próximo tópico. Então, assim que chegou nessa cidade, foi trabalhar de taxista na rodoviária, “[...] Cheguei aqui não conhecia ninguém, botaram eu pra trabalhar lá na rodoviária de táxi, eu fui. Não conhecia nada”, e por não conhecer a localidade, precisava do auxílio dos próprios passageiros para levá-los ao seu destino.

*Eu conheci aqui foi nos trancos e barrancos, com passageiro me ensinando. Eu perguntava: você mora aonde? E a pessoa falava, um exemplo, no Bairro São João, e eu falava: fica pra onde? Aí o passageiro ia me ensinando, podia levar pra qualquer lugar que eu não conhecia mesmo (risos). Eu ia pelas informações do próprio passageiro. (PAULISTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*

Em sua narrativa, o narrador demonstra qual estratégia utilizava para conduzir seus passageiros aos bairros já existentes à época na cidade de Araguaína, a de persuadi-los a dizer onde se localizava aquele setor onde desejava chegar. Porém, ele reconhece que era uma estratégia perigosa, “[...] podia levar pra qualquer lugar que eu não conhecia mesmo (risos) [...]”. Esse modo de conhecer a cidade, talvez gerava o sentimento de insegurança, mas estando em outro espaço, com sua família para sustentar e por gostar da profissão de motorista, o Sr. Paulista (2018) sentiu-se na obrigação de continuar trabalhando, exercendo a função que o agradava, o trabalho, o ser motorista, era algo que lhe proporcionava prazer.

Ao considerarmos a cidade menor tanto em território quanto em demografia em relação a Araguaína atual (dados constantes à introdução deste), podemos imaginar que talvez o Sr.



Paulista (2018) não demorou muito para conhecer todos os setores da cidade, facilitando seu trabalho enquanto motorista de táxi.

Diante dos acontecimentos históricos narrados pelos migrantes sobre o processo migratório que vivenciaram, percebemos outro processo imbricado no primeiro, a territorialização, fundamentando a apropriação do espaço e a (re)construção identitária enquanto migrante juntamente com o fenômeno da desterritorialização em certa medida relacionando à dimensão material e a imaterial; as práticas e a relação de afeto com o lugar de origem; e os sentimentos construídos no novo espaço, transformado aos poucos em lugar, tendo em vista o processo de reterritorialização. Lugar apropriado reconhecido pelo Estado, discussão que será mais aprofundada no próximo tópico.

### **3.2 Legalização fundiária do lugar: Vila Piauí e Vila Cearense**

De acordo com as narrativas dos moradores da Vila Cearense e da Vila Piauí, discutiremos a trajetória de quarenta anos de disputa pela regularização fundiária do lugar construído por esses cidadãos que ocuparam esses espaços advindos de outras regiões, principalmente das regiões Nordeste e Sudeste que são ressaltadas nas oralizações dos migrantes entrevistados e participantes-protagonistas deste estudo.

A Vila Cearense e a Vila Piauí situam-se à margem da rodovia Transbrasiliana, que corta a cidade de Araguaína, ficando ao lado oeste da cidade, onde a predominância é de residências com pouca área comercial. Oriunda de ocupações em sua maioria por migrantes, começou a ser habitada na década de 1970 e, a partir de 1974, persiste uma luta pela regulamentação fundiária<sup>12</sup> das propriedades.

A espera da regulamentação perdura até o ano de 2017, quando o governo do Estado do Tocantins regularizou três vilas no município de Araguaína, dentre elas a Vila Cearense e a Vila Piauí, em uma área de 30.218,00 m<sup>2</sup>, onde cerca de 83 (oitenta e três) famílias foram beneficiadas. O cadastramento foi realizado, tomando como base a Lei nº 3.109, de 18 de maio de 2016 (DOE nº 4.624 de 19/05/16), que autoriza a doação dos terrenos que eram de propriedade do Poder Executivo. Desta feita, regulamentados pelo Decreto nº 5.568, de 13 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins (DOE-TO) em 31 de

---

<sup>12</sup>O conceito de regularização fundiária está previsto no artigo 46 da Lei nº 11.977/2009, que consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

janeiro de 2017, conforme veiculado na mídia, “O governador Marcelo Miranda assinou na manhã desta terça-feira, 31, um decreto que regulariza os bairros: Vila Norte, Vila Cearense e Vila Piauí, no município de Araguaína”<sup>13</sup>. (BRASIL, 2009).

Por serem fruto de ocupações por parte dos migrantes, as referidas vilas têm seus terrenos disputados em lei gerando um conflito: população-Estado-município que persiste por cerca de quarenta anos na luta pela regulamentação fundiária das propriedades, o que se arrastou até o mês de janeiro do ano de 2017, acontecimento que será discutido ao longo do texto a partir das narrativas dos moradores. Saquet (2007, p. 43) afirma que “[...] a dimensão territorial das migrações tem ganhado importância, tanto em termos dos territórios migrantes quanto dos estudos de lugares e espaços específicos diante do fenômeno migratório”. Enquanto migrante, o Sr. Zelão e os outros participantes desta pesquisa, são protagonistas do fenômeno migratório abordado por Saquet (2007).

No capítulo I, esse piauiense narra como aconteceu a apropriação do seu terreno quando chegou no município de Araguaína no processo de rememoração dos fatos imprimindo sentidos a partir dos mecanismos de sua memória. Essa disputa territorial ao longo do processo de legalização, gerou insegurança a todos os moradores das vilas em foco que alimentaram o temor e o medo de perder o lugar onde vivem há aproximadamente quarenta anos, segundo as narrativas colhidas no decorrer deste estudo. Essa luta é norteadada por um papel que tem o “poder” de lhes conferir o título de proprietários e garante-lhes a permanência no lugar onde criaram seus filhos e sentem afeto.

Dona Francisca (2017) afirmou, em seu depoimento, que comprou o lote onde mora hoje com muita dificuldade, trabalhando com seu cônjuge em um hotel que montaram para receber os peões que chegavam das fazendas, mas que seu lote não era escriturado: “[...] graças a Deus 40 anos de espera, aí fomos assinar antonte as escrituras [...]”. (FRANCISCA, 2017).

Porém, segundo ela, ainda não recebeu a documentação referente à escritura de seu imóvel. Inclusive, na sua narrativa, ela deixa claro que nenhum lote da Vila Cearense, da Vila Piauí nem da Vila Norte são escriturados.

*[...] É Vila Norte, Vila Cearense e Vila Piauí tudo sem documento, agora vai dá de tudo. Agora vai ser mesmo original, não vai ter problema [...] porque a gente sabe que ninguém tira ninguém, mas você morar num lugar que não tem documento suficiente pra dizer esse aqui é registrado. Não é fácil né. Nós estamos esperando essa vitória. (FRANCISCA, Entrevista oral em 11/05/2017).*

---

<sup>13</sup>Acesso: <http://terrapalmas.to.gov.br/noticia/2017/3/27/governo-do-tocantins-inicia-regularizacao-de-imoveis-em-araguaina/>

A sensação de insegurança é perceptível na narrativa de Dona Francisca (2017) e a esperança de conseguir um “*documento suficiente*” legalizando o terreno onde mora há 40 anos. Segundo ela, é um sonho a ser realizado. Todos os moradores da Vila Cearense e da Vila Piauí compactuam da mesma esperança e do mesmo sonho e lutam para conseguirem a documentação necessária de seus lotes há anos.

No caso dos moradores da Vila Piauí e da Vila Cearense, a luta pela apropriação legal do lugar levou-os a nutrir sentimentos como medo, temor, insegurança e, ao mesmo tempo, fé e esperança que um dia iriam conseguir vencer e contar com o documento legal. A conquista por um reconhecimento do espaço territorial como propriedade e, ao mesmo tempo, se reconhecer pertencente a um lugar enquanto morador, representa uma conquista importante e marca um desfecho de um longo período de espera para garantir o seu lugar.

A satisfação de receber o reconhecimento legal do governo estava estampada na face de Dona Marlene (2017) também, expressa pelo sorriso que demonstrava uma sensação de segurança que a fez agradecer o sagrado e afirmar que a ocupação do terreno sem documento não é fácil para negociar sua venda e que, de agora em diante, se ela se interessasse em vender sua propriedade, teria maiores possibilidades de efetivar a negociação. O Sr. Zelão (2017) ficou feliz também ao receber o documento que regulariza a ocupação do território assim como os demais moradores da Vila Piauí onde reside, também corroboram com a alegria de Dona Marlene (2017),

*[...] foi muito bom, graças a Deus, sem falar que quando é invasão a gente não tem assim a certeza. A gente não invadiu, mas a gente comprou, mas estava sem documento. Agora, se comparação a gente quiser vender, tem o documento né, tá pronto pra vender porque tem o documento. (MARLENE, Entrevista oral em 03/02/2018).*

Ser migrante em um espaço novo, desconhecido, e conseguir se instalar em um terreno que não tem documentação, mas que comprou de outrem, apesar das dificuldades financeiras da família que não conhecia ainda a cidade, mas que talvez no município, foi a única localidade que encontrou um terreno no valor pecuniário que poderia arcar para obter a propriedade, ainda que não documentada de um espaço onde não precisasse pagar aluguel mensalmente.

Durante o processo de reterritorialização, os migrantes aprenderam novas formas de viver no novo espaço que se diferenciam das que eram acostumados na sua terra de origem. Considerando a maior parcela dos protagonistas desta investigação como sendo nordestinos, foram criados em propriedades de outrem e muitos, quando cresciam e constituíam família,

continuavam trabalhando para os mesmos patrões de seus pais perpetuando a relação de poder, mas para eles era algo corriqueiro e dentro da normalidade.

Com certeza, muitos poderiam até desejar no seu âmago, ser proprietário de um terreno onde pudesse viver sem a denominação de prestador de serviço e sem a dominação existente na relação proprietário-trabalhador. Outros se realizavam somente com os alqueires que o fazendeiro lhes concedia para plantação de subsistência e a lavoura maior era dividida entre empregador e empregado.

Essa relação de poder, muitas vezes permanecia através do tempo, de geração a geração. Porém, no caso desses migrantes, tiveram a coragem de romper esse ciclo e desbravar novos horizontes, ultrapassando as fronteiras e as dificuldades e, ao chegar no novo espaço, encontraram outra forma de dominação, a estatal, a qual dita as normas referentes à ocupação do espaço ao deter o título da propriedade. Dessa forma, os migrantes adquiriram novos valores, fruto das relações dentro do novo território, ao aspirarem a legalização da apropriação espacial sob a reterritorialização. “[...] Os valores urbanos realmente foram absorvidos, devido, inclusive, à polivalência daqueles que trabalhavam na cidade e no campo”. (SANTOS, et al., 2007, p. 33).

O Sr. Jacinto (2018) e sua família passaram por essa experiência de pagar aluguel quando chegaram à cidade de Araguaína, se mudando algumas vezes, sempre na Vila Cearense, e, quando surgiu a oportunidade de adquirir um terreno na Vila Piauí, ele comprou, mas sempre estava inseguro em relação ao sentimento de propriedade do lugar que construiu com o passar dos anos, “[...] *Quando não é da gente é ruim [...]*”.

Hoje, após o recebimento da documentação legalizada de seu terreno, faz planos futuros de melhorar a estrutura física de sua residência. Aposentado com sessenta e oito anos de idade, almeja ter uma casa mais confortável para passar o resto de seus dias. Afirma ter construído “[...] *um cômodo, mas o tanto que eu sofri no aluguel que não quero alugar pra ninguém*”. Esse sofrimento com o aluguel que rememora por meio das lembranças reflete em suas ações e em seu modo de pensar,

*[...] tem 29 anos que estou aqui e nunca mais saí. Agora com o documento na mão é só investir meu dinheirinho e melhorar minha casa. Quando não é da gente é ruim. Esse negócio de aluguel é fraco [...] eu fiz um cômodo aqui na frente, tinha um pedaço de muro, aproveitei e fiz um cômodo, mas o tanto que eu sofri no aluguel que eu não quero alugar pra ninguém (risos). (JACINTO, Entrevista oral em 03/02/2018).*

O Sr. Jacinto (2018) demonstra a capacidade que o nordestino tem de se firmar como uma fortaleza diante dos problemas e não desistir, pois a legalização do seu terreno era somente

mais um no processo de desterritorialização e reterritorialização. Hoje, ao rememorar seu passado e as dificuldades que vivenciou, ele sorri. Esse sorriso fala do seu lugar de nordestino aguerrido que conseguiu conquistar seu lugar-ser em outro espaço e agora tem sua apropriação legalizada; fala de um pai de família que sustentou esposa e filhos os quais hoje já constituíram suas próprias famílias; fala do migrante vencedor de fronteiras políticas, econômicas, culturais e sociais ao migrar para o desconhecido; fala de sua conquista junto ao poder hegemônico ao receber o reconhecimento de sua ocupação por meio da regularização fundiária.

Dona Joaquina (2017) narra que, na Vila Cearense, quando foi ocupada, cada morador fazia um *“cercado de arame”* para delimitar sua propriedade e para evitar invasões, *“[...] Aqui eles fizeram a invasão e era colônio e abriram aquelas levadinha e cercava de arame os lotes tudim que era pra ninguém não tomar porque foi invasão aqui [...]”*, a vila, segundo ela, era composta de *“colônio”* que cobria as cercas, *“[...] Aí você saía andando no meio do colônio aí topava na cerca, cada qual tem seu lote”*. Ressaltamos que *colônio* é um tipo de capim nativo da região norte.

A narradora afirma que, durante o processo de ocupação dos moradores da Vila Cearense, outras pessoas que não pretendiam residir na vila compravam lotes naquela localidade para revender, ou seja, para negociar superfaturando o valor da propriedade e, assim vendiam seus lotes aos migrantes que chegavam de suas cidades natal desavisados e acabavam comprando por necessidade.

Dona Joaquina (2017) narra que as pessoas que revendiam esses terrenos eram empresários que se aproveitavam daquela situação de disputa de território para revender seus imóveis por um montante bem acima daquele que pagou para adquirir a propriedade, *“[...] Esse aqui eu comprei. Comprei até daquele careca do Entroncamento, ele tinha um auto peça, era um homem ricão, mas eu precisava, aí comprei. Botei meus filhos pra trabalhar até juntar o dinheirim e compramo. Tamo aqui até hoje”*. (JOANINHA, 2017).

A necessidade de Dona Joaquina (2017) era de abrigar seus vinte e quatro filhos, depois que seu cônjuge a deixou para retornar à Cidade de Iguatu-CE, *“[...] ele saiu daqui dizendo que ia vender um lote nosso lá, aí ele arranjou uma mulher e pra lá ficou. Eu fiquei mais meus filhos aqui até hoje [...]”*. Ela afirma que quando chegou na Vila Cearense, só existia uma casa que era do Sr. Tinoco e que ele ofereceu a garagem de sua casa para abrigar sua família até eles se instalarem, *“[...] tem uma garagem de botar carro, muito grande coberta de telha, toda assim de varinha, de talbinha, cabe tudo nossos trem, cabe lá”*.

Portanto, morando de favor com seus filhos na garagem da residência do Sr. Tinoco, considerado o fundador da Vila Cearense, precisava de um terreno para construir sua casa, seu

lar, o seu lugar, “[...] *mais eu comprei um lote aqui na Vila Cearense e fui fazendo esse barraco de palha, de talba de tudo até que eu consegui, meu filho que me deu essa casa, fez e me deu*”. Com a ajuda de seus filhos, conseguiu, aos poucos, melhorar a estrutura de sua residência e hoje a felicidade está completa ao receber o documento regularizado em mãos. “[...] além da configuração física, há uma complexa rede de relações entre grupos que traçam laços de identidade com o espaço que ocupam, criam formas de apropriação e lutam pela ocupação e garantia de seus territórios”. (HAESBAERT, 2009, p. 93).

Dona Francisca (2017) confirma a narrativa de Dona Joaninha (2017) sobre a negociação dos terrenos na Vila Cearense por pessoas que não residiam na vila, mas que se nomeavam proprietários dos referidos lotes e os revendiam: “[...] *Aí o povo foi comprando dos invasores e muitos nem moravam na vila. Aí foi passando uns pros outros. Eu já comprei isso aqui de outra pessoa. Aí foi passando de mão em mão até conseguir uma pessoa pra comprar o lote. Hoje eu estou com esse aqui*”. (FRANCISCA, 2017).

Dona Marieta Pereira (2017) moradora da Vila Cearense é migrante piauiense, hoje viúva, mas adquiriu seu terreno quando seu cônjuge ainda estava vivo e, em sua narrativa, afirma que, em Araguaína, devido à condição financeira de sua família, o único lugar que conseguiu comprar um lote foi na vila enfatizada: “[...] *Tô aqui até hoje na Vila Cearense, moro aqui, tem vinte e três anos que moro aqui. O lugar que deu pra nós comprar nossa casinha, mas não me arrependo, me sinto segura aqui [...]*”, ou seja, na cidade havia loteamentos onde o “pedaço de terra” tinha o valor ainda mais aviltante, fugindo do seu orçamento familiar. Porém, nunca se arrependeu de ter adquirido aquela propriedade, pois só assim, construiu o seu lugar e hoje se sente amparada após o falecimento do seu cônjuge e com a apropriação reconhecida pelo poder executivo.

O poder executivo na esfera estatal reconheceu a ocupação de três vilas: Vila Cearense, Vila Norte e Vila Piauí, mas, segundo Dona Loide (2017), nem todos os moradores receberam a documentação constatando a regularização fundiária, afirmando que esse reconhecimento que ocorreu no dia 31 de janeiro de 2017 faz parte da primeira etapa e que terá uma segunda etapa.

*[...] Aí saiu documentos da Vila Piauí, da Vila Cearense e da Vila Norte, mas acho que da Vila Cearense não saiu de tudo porque é muito. Saiu só a primeira remessa, aí o governo vai dá a segunda remessa de documento. E ele disse que não ia demorar. O meu saiu e eu tinha precisão de sair porque morar num lugar que você não é dono. Tá encima e não tem documento nenhum, é ruim.* (LOIDE, Entrevista oral em 03/02/2018).

A felicidade da Dona Loide (2018) por ter recebido a documentação de sua propriedade na primeira etapa, está estampada em sua satisfação de se considerar *dona* do seu lugar; de ter adquirido um pedaço de papel que afirma que ela é proprietária de um terreno em que reside há vinte e oito anos, localizado na Vila Piauí. Ela que é goiana, mas que, “[...] *gosto de morar na Vila Piauí, aqui é o meu lugar [...]*”, sente-se parte do lugar onde vive.

O sentimento de posse que inunda os corações dos moradores das duas vilas citadas, faz parte do processo de reterritorialização, uma vez que os migrantes deixam para trás uma vida inteira, arriscando viver em um espaço desconhecido, como que se lançasse em um abismo dentro do território, onde as incertezas são constantes, mas permanecem firmes até conquistar o improvável, o reconhecimento do poder dominante diante da ocupação de duas vilas que os representam em sua nomenclatura.

A Vila Cearense representa aqueles que a fundaram, os pioneiros que enfrentaram as dificuldades de infraestrutura do local desde o início sempre firmes, são “Cearense(s)” representam os nordestino do Ceará. Vizinha a essa, se localiza a Vila Piauí, enquanto que a outra carrega o nome da naturalidade de sua população, no caso, como são reconhecidos por terem nascido no Estado do Ceará, na Vila Piauí a nomenclatura carrega estampado o estado “Piauí” no nome que identifica o lugar, pois fala daqueles que primeiro ali chegaram e se instalaram não medindo esforços para superar os obstáculos que iam surgindo a cada dia.

Por que não *Vila Piauiense*? Para combinar com Vila Cearense, porque cada lugar tem sua própria identidade. Hall (2000, p. 104) ressalta que “[...] A identidade é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga” [...]. Identidade esta que reflete a identidade da sua população e nenhum lugar quer ser semelhante ao outro, portanto, os nomes das vilas foram “batizados” por seus fundadores e pioneiros que fizeram questão de agregar ao lugar a identidade nordestina, não importando a dimensão de temporalidade que viveriam ali, mas que ali estavam e o “aqui” e “agora” que importava.

*[...] se eu tivesse um espaço mais confortável e tivesse uma pessoa com necessidade de morar e não tivesse condição de pagar um aluguel, eu tinha coragem de dizer: tá aqui até quando você tiver condição de comprar ou de alugar um cômodo, assim, pra eu poder ajudar. Eu gosto de ajudar as pessoas porque não é fácil a gente não ter e ficar com os cacarecos pra cima e pra baixo que nem a gente ficou né, não é fácil [...] ah meu Deus, mais era difícil tão difícil né, e é tão bom a gente ajudar os que necessita, é tão bom [...]. (MARLENE, Entrevista oral em 03/02/2018).*

Dona Marlene (2018), moradora da Vila Piauí, demonstra que é uma pessoa solidária, ao lembrar da época em que carregava “[...] *os cacarecos pra cima e pra baixo [...]*”, há vinte

e nove anos atrás, antes de se instalar na vila, mudando-se de um casa para outra com seus filhos e seu cônjuge quando morava de aluguel, afirmando que se tivesse condição financeira, ajudaria o próximo porque já passou por dificuldade e sabe o quanto é difícil.

Essa vontade de ajudar, ou seja, essa solidariedade, é reflexo da felicidade que está sentindo, de poder pegar o documento e dizer: sou proprietária desse terreno. Esse momento foi esperado por quase três décadas por ela e sua família que hoje comemora essa vitória. E sua maneira de ser grata por essa vitória, talvez seja ajudando “[...] os que necessita [...]”.

Já Dona Loide (2018) enfatiza que, desde que adquiriu o terreno onde reside, na Vila Piauí, procurava meios de legalizar a documentação de sua propriedade, mas que percebeu, “[...] não tinha jeito de eu fazer [...]”, porque o reconhecimento é verticalizador, dominador, fazendo com que o morador se sentisse impotente diante da situação e muitos acabaram vendendo seus terrenos e adquirindo novas propriedades em outros espaços por causa da insegurança de não ter o documento comprovando sua posse, pela morosidade do sistema público e pelas incertezas que pairavam em torno da situação, a qual se encontra sob o poder hegemônico. Dessa forma, enfatiza Santos (et al., 2007, p. 52): “[...] outra, ainda muito presente, que prioriza as relações de poder, a condição política do território, principalmente aquela ligada ao Estado”.

*[...] Aqui era daquele povo do posto e o povo do seu Zelão foi ocupando, aí outros foi comprando. Cheguei pra cá em 1996, aí comprei esse terreno na Vila Piauí. Eu achei bom o documento sair porque não tinha jeito de eu fazer porque se tivesse jeito eu tinha feito a muito tempo [...] Só o Governo do Estado que reconheceu, agora falta ir no município negociar o IPTU na prefeitura. A primeira etapa já foi vencida. (LOIDE, Entrevista oral em 03/02/2018).*

Segundo essa moradora, o reconhecimento de propriedade por parte da esfera estatal é somente o primeiro passo, agora a população, tanto da Vila Piauí quanto da Vila Cearense, precisa negociar com o poder executivo municipal o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e taxa de lixo, porém comemora uma vitória parcial. Assim, Jacinto (2018) ressalta: “[...] nós não pagamos mais o IPTU, então já inclui tudo pra gente pagar, eles querem que acerta taxa de lixo e IPTU [...] está no meu nome”. A preocupação de ter alguma conta gerando ônus em seu nome, preocupa este morador, pois tem consciência da sua obrigação junto ao poder executivo municipal. Ao receberem as titularidades de seus terrenos, esses migrantes passaram a regularizar o poder dominador estatal. Para eles, é uma vitória conquistarem a posse do espaço ocupado, porém interpretamos enquanto dominados dentro da relação de poder hegemônica, uma vez que esse título é concedido pelo representante do Estado que detém o poder de reconhecimento de posse, podendo regularizar ou não conforme seus interesses.



Considerando que nunca pagaram o IPTU nem tão pouco a taxa de lixo, as famílias das referidas vilas terem que desembolsar uma quantia astronômica, mesmo que de forma parcelada, pode pesar no orçamento familiar dos moradores, uma vez que pode acumular com o IPTU anual, “[...] tô pagando e mexendo com a escritura daqui porque tem o documento do governo que é esse aqui e tem o da prefeitura, agora quando eu terminar de pagar o IPTU agora daqui um ano, mas eu tenho que pagar o IPTU do ano de 2018, aí nunca paga (risos)”. (PAULISTA, 2018).

Essa situação junto ao poder executivo municipal está preocupando muitas famílias que receberam a regularização estatal no ano de 2017 e após praticamente um ano ainda não foram ao órgão responsável no município de Araguaína negociar o imposto territorial por causa de suas condições financeiras.

A maioria dos protagonistas dessa pesquisa são aposentados, mas os filhos já saíram de casa e não contam com outra renda fixa para pagar uma despesa extra que não estavam esperando. Ficaram felizes por legalizarem suas propriedades, mas se preocupam com a regularização junto ao poder executivo municipal. Muitos não acreditavam que esse reconhecimento um dia ocorreria, “[...] aí meu Deus (risos), ele mesmo dizia assim: Eu só acredito quando eu tiver com ele nas mãos (risos), [...] ele não acreditava fia, ele pensava [...] acho que ele dizia assim, de tanto a gente lutar, então ele dizia: só acredito quando tiver com o documento na mão [...]”]. (MALENE, 2018).

No caso de Dona Marlene (2018), de acordo com sua narrativa, ela sempre quis pagar o IPTU, mas desanimava quando pensava que a propriedade não estava no seu nome, deixando-a insegura, o que contribuiu para não quitar nenhum ano junto ao órgão competente do município e o valor acumulou durante quase três décadas: “[...] Quando a gente for lá na prefeitura que arrumar tudo direitinho que a gente saber que vai pagar o IPTU porque até agora a gente não pode dizer que vai pagar tudo, mais se parcelar, vamos pagar. É tão bom a gente saber que é da gente [...]”].

Pagar algo que já é seu por direito traz mais conforto e contribui para o esforço da família em parcelar o montante e quitar mensalmente, mas quando há incerteza referente à posse, a motivação para pagar impostos realmente é quase nula, “[...] Eu sempre falei isso: pagar IPTU de uma coisa que não é da gente. Com o documento na mão a gente tem mais segurança que esse pontinho aqui é da gente. Se quiser vender, passar pra outro é mais fácil”. (MARLENE, 2018).

A Dona Carlota (2018) é uma das únicas entrevistadas que afirma já ter iniciado o pagamento do IPTU antes de sair a documentação regularizada de sua propriedade, porém,

segundo sua narrativa, uma de suas filhas teria perdido as folhas que constavam os pagamentos mensais, “[...] o documento da terra ficou pronto. Tá pronto aí, só falta pagar o IPTU agora. É assim, eu comecei pagar aí minha menina pegou as folhas que eu tinha pago e jogou fora mais se puxar no computador consta quantos anos eu paguei [...]”. Aos oitenta e três anos de idade, essa moradora da Vila Piauí ainda se preocupa com sua responsabilidade junto ao órgão competente municipal referente ao imposto de sua propriedade, que segundo ela, colocou no nome de um dos quatorze filhos, gerando ciúmes nos demais e o início de um conflito familiar,

*[...] Eu coloquei esse terreno no nome do meu filho que mora comigo porque só tem ele que mora comigo. Aí já falaram que quando eu morrer vai virar uma confusão porque eu botei o terreno no nome desse meu filho. Eu deixei pra ele, tá no nome dele ninguém tem direito porque ele tá comigo e os outros não. Falaram que vão querer que ele venda, quando eu morrer pra repartir o dinheiro, mais eu disse que não pode. Isso aqui não foi ajudado de nenhum de fora não, foi ajudado eu, meu marido e os que estavam dentro de casa [...]. (CARLOTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*

Dona Carlota (2018) contraiu dois matrimônios, como ela mesmo narrou. Do primeiro relacionamento teve cinco filhos, já do segundo casamento, nove filhos, “[...] Ao todo eu tive quatorze filhos porque eu tive uma barrigada de gêmeos dele e morreu todas duas, era duas menininhas, uma morreu com dois meses e a outra morreu com sete meses [...]”, ou seja, são doze filhos vivos, mas quando adquiriu o terreno na Vila Piauí alguns já tinham constituído família e não estavam mais residindo na residência da genitora, portanto, para ela, esses não têm direito.

Assim, não iremos entrar no mérito jurídico dessa questão familiar, o que queremos destacar é que alguns moradores das vilas em tela, por terem idade avançada ou por outros motivos, colocaram sua propriedade em nome dos filhos, como o Sr. Paulista (2018): “[...] eu botei esse lote no nome da minha menina, da que mora em São João dos Patos porque essa ex-mulher que eu tenho aí é meia atrapalhada, pode querer tomar de mim [...]”, segundo ele, já fez a partilha de bens com sua ex-cônjuge quando separou dela judicialmente e o único imóvel que ficou em seu poder foi esse terreno localizado na Vila Piauí, “[...] eu tinha quatro casa e uns lote, quando eu cheguei aqui eu tinha dinheiro e comprei dois lote no Cará, comprei dois lote na Nova Araguaína, tinha duas casa no JK e essa daqui aí dei tudo pra ela pra num me incomodar e mesmo assim ainda me incomoda [...]”. (PAULISTA, 2018).

Por sentir afeto pelo lugar que construiu sob o processo de territorialização, o Sr. Paulista preferiu, dentre outros imóveis, o terreno da Vila Piauí para constituir seu lugar, mas se sentia incomodado com a possibilidade da ex-companheira surrupiar, junto às forças

jurídicas, o imóvel que tanto estima, mas não hesitou de colocar no nome de uma de suas três filhas.

Segundo o Sr. Paulista (2018), o único patrimônio que ficou para ele, dos bens que adquiriu em Araguaína quando chegou da cidade de São Paulo, foi o terreno localizado na Vila Piauí, os outros imóveis, ele afirma ter entregue tudo para a ex-mulher na presença do juiz e pediu para ela assinar um documento prometendo que o deixaria em paz, “[...] *ai na frente do juiz eu pedi para ela assinar o papel pra me deixar eu quieto, ai ela assinou [...]*”, assim, dos imóveis que possuía, escolheu construir o seu lugar na Vila Piauí, deixando os outros imóveis para sua ex-companheira, mesmo sabendo que o terreno na vila não era regularizado e passou a partilhar junto com os demais moradores da esperança de adquirir o documento legalizado de sua apropriação, um sonho coletivo que se tornou realidade. Hoje partilham da mesma alegria.

Dona Carlota (2018) pagou algumas parcelas do IPTU, porém seus filhos a encorajaram a cessar os pagamentos, alegando que, por ter uma idade avançada esse imposto seria isento, sobre essa questão, narra Dona Carlota (2018): “[...] *Ah sim, eu parei de pagar porque meu menino disse assim: mãe na sua idade não tem mais direito de pagar o IPTU não, ai eu me informei, e não tinha mesmo não. Ai eu parei de pagar. Agora vai começar a pagar de novo [...]*”. Quando esses migrantes residiam no Nordeste em propriedades de outrem, talvez não tinham noção da existência desse tipo de imposto e/ou não tinha conhecimento desses documentos instituídos por causa da regularização da propriedade porque também a maioria residia em zona rural e não se preocupava com impostos, tais como o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), dentre outros, por não ser os proprietários dos hectares de terra denominados de fazenda. Mas, após o processo de reterritorialização, adquiriram novas aprendizagens no universo urbano, outros valores e passaram a dar importância e sentido a questões dantes impensadas e sem sentido para eles. O caso do IPTU é mais uma forma de dominação.

Nestas condições, compreendemos a relevância do sentimento de posse para os moradores das vilas em tela, uma vez que demonstra a efetivação de uma conquista após anos de espera para receber um documento que comprova a regulamentação fundiária do espaço onde construiu seu lugar para viver em comunidade. Porém, o desfecho dessa trama deu início a outra que está relacionada também à dominação simbólica, refletida no questionamento de Dona Carlota (2018), “[...] *Quando eu fiquei sabendo que o documento ia sair, eu fiquei feliz demais, mais ai eu pensei, e agora? mais eu disse que já tinha pago uma parte do IPTU, agora vai descontar e continuar pagando*”. Essa preocupação demonstra o quanto o cidadão vive em um dilema: de um lado fica feliz por ter conquistado seu lugar sob o reconhecimento estatal,

poder hegemônico da sociedade, por outro lado sente preocupação sobre de onde vai conseguir o montante pecuniário devido, mensalmente para arcar com o imposto requerido pelos órgãos de competência municipal após a negociação e, anualmente, quando terminar de quitar o valor acordado referente ao IPTU dos anos anteriores que nunca fora pago.

### **3.3 Nordestinidade e memória: Araguaína em foco**

Discutir sobre nordestinidade e memória a partir da oralidade dos moradores da Vila Piauí e da Vila Cearense é um a busca pela compreensão diante da complexidade que envolve as identidades desses migrantes no processo de territorialização, analisando até que ponto há uma disputa de memória entre as duas vilas diante da construção de uma memória coletiva por parte da população araguainense, já discutida anteriormente, além de perceber nas narrativas se a nordestinidade está mais no campo da memória por meio do exercício dos mecanismos que regem essa memória, e em que medida tem reflexo em suas práticas contidas em seus valores culturais.

As narrativas trazem ideias de como era a cidade de Araguaína desde a década de 1960 quando migraram para esta região, perpassando pelas décadas de 1970, 1980 e 1990 até chegar aos dias atuais, considerando as transformações que ocorreram no espaço a partir do uso do território e rememoraram durante esta pesquisa, pintando o município a seu modo. Para compreendermos suas narrativas, inserimos ao longo das discussões algumas fotografias do município de Araguaína a fim de ilustrar as narrativas, respeitando a temporalidade citada no início deste parágrafo.

Não analisamos as fotografias, bem como não nos aventuraremos à complexidade linguística icônica que a imagem representa no universo da abstração, principalmente no campo da Semiótica por não ser nossa pretensão. Desta feita, as imagens nos servem somente enquanto ilustrações, limitando-se às narrativas dos migrantes.

Nas narrativas dos moradores das vilas acima citadas, percebemos acontecimentos que refletem valores culturais da região Nordeste, bem como da sociedade brasileira no que tange à desvalorização do sexo feminino e outras questões, que serão discutidas sob os parâmetros éticos que norteiam este estudo por se tratar de pessoas e suas vidas, conquistas, dificuldades, sobrevivência, enfim, pessoas que contribuíram de certo modo com o crescimento econômico, político, cultural e social do município de Araguaína, com sua força de trabalho, sua forma de ser e estar no mundo, com sua cultura e organização político-espacial sob o processo de territorialização.

Um desses acontecimentos ocorreu com Dona Joaquina (2017), quando tinha apenas dez anos de idade. Um adolescente de quatorze anos que ela chama de “senhor”, demonstrando o respeito que existia entre as pessoas naquela época, independentemente da idade, esse adolescente chegou na casa de uma irmã dela, onde ela se encontrava na condição de visita, “[...] eu tinha ido passar uns dias lá [...]”, porém ela estava residindo na casa dos seus padrinhos, pois na falta de seus genitores que faleceram, Dona Joaquina (2017) passou a fazer companhia a sua avó materna e quando essa faleceu também, seus padrinhos a levaram para compor sua família. Nesse dia, ela tinha ido visitar a irmã quando aconteceu algo inesperado, narrado abaixo,

*[...] Aí quando foi um dia eu fui na casa da minha irmã passar uns dias lá. Aí chega um senhor com quatorze anos. Eu não sabia que ele tava com uma faca. E ele com uma faca. Eu entrei assim, fiquei de junto dum pilão. Você sabe no Ceará é pilão. Eu sou do tempo do pilão. Aí foi, ele falou assim: Joaquina morra por eu que eu vou morrer por você. Aí ele tacou a faca neu. Ele me deu treze facadas. Eu não sabia que ele queria namorar comigo. De premero quando se falava em casamento a gente chorava que se acabava que nem eu chorava. Nessa época eu tinha dez anos, foi no dia vinte e seis de fevereiro de 1950. Eu passei quarenta dias sem falar, sem dar notícia de nada. Morta aí. Ele passou a faca na barriga dele que os fatos caiu. Ele tinha gado, terra, vendeu tudo pra cuidar de mim porque no Ceará o povo tem as coisas. Minha irmã era amiga dos doutor. E a casa dum doutor bem pertinho assim. Aí minha irmã ajeitou pra ele ir lá fazer os curativos, conversar uma coisinha comigo e ela entrava na despesa que o homem tava pagando. (JOANINHA, Entrevista oral em 17/01/2017).*

Ao narrar esse acontecimento, Dona Joaquina (2017) demonstra muito pesar em sua face, em seus olhos, sua voz embargada toma força para continuar a narrativa quando ela fica em pé e começa a mostrar as cicatrizes das perfurações em sua pele e músculos, mostra treze cicatrizes que falam de sua dor, de sua inocência por não compreender, no momento da tragédia, o motivo por que estava sendo agredida daquela forma; falam de sua superação, de sua força e de sua persistência em continuar lutando pela vida por quarenta dias que esteve em coma, com apenas dez anos de idade, “[...] sem dar notícia de nada [...]”.

Talvez aquele adolescente não teve coragem de declarar seus sentimentos por Dona Joaquina (2017) por medo de ser rejeitado por ela, bem como por sua família e, por essa razão, tenha arquitetado um segundo plano: o de dar cabo de sua própria vida e de sua amada, porém não teve êxito contra a vida dela e contra si mesmo, ficando os dois com cicatrizes que denunciam um “amor contido”, revelado por meio da agressividade, oriunda, quem sabe, de um machismo reforçado pela maneira que as famílias criavam os meninos e as meninas daquela época, inculcando valores diferentes em sua formação: os meninos para ser o provedor do lar,

enquanto às meninas era destinado o papel de cuidadora do lar e dos filhos, não podendo almejar uma vida diferente daquela predestinada pelos costumes familiares.

Dono de posses juntamente com sua família, arcaram com as despesas hospitalares de Dona Joaquina (2017), porém, sua irmã também contribuiu com as intervenções médicas durante os quarenta dias que ela ficou em coma, além do tratamento medicamentoso e quando dos cuidados no leito em sua casa, com as despesas das visitas médicas, até restabelecer sua saúde e continuar o curso de sua vida.

Aquele “amor” contido, se revelou de forma leviana, sem responsabilidade e sem afeto, um “amor” sem explicação no campo da razão. O interesse desse adolescente naquela menina-moça talvez tenha se enfraquecido, depois que ele ficou sabendo que ela tinha medo de casa, “[...] *De premero quando se falava em casamento a gente chorava que se acabava que nem eu chorava [...]*”, então viu suas possibilidades esvaírem-se e, não vendo saída para efetivar seus sentimentos, acabou cometendo essa atrocidade contra aquela menina de dez anos pela qual nutria sentimentos inexplicáveis.

A data de vinte e seis de fevereiro de 1950 ficou gravada em sua memória como um dia trágico. Dia que marcou sua vida de forma negativa. Uma menina de dez anos de idade não seria capaz de compreender o motivo de tanta atrocidade, pois nem conhecia aquele “senhor” direito. Nesse sentido, ressalta Dona Joaquina (2017), “[...] *minha irmã era casada com o irmão dele. Ele era cunhado da minha irmã mais eu não via ele [...]* Acho que ele achava que minha irmã era uma boa esposa, ele botou na cabeça, se eu me casar com a irmã dela. Eu sinto que foi. Eu lá queria casar com aquele homem, algum dia [...]”.

Dona Joaquina (2017) não tinha intensão de casar tão cedo, porém tem uma ideia do porquê aquele homem queria casar com ela, porque sua irmã era uma boa esposa para o irmão dele e sabia que as famílias tinham o costume de arrumar casamento para as moças muito cedo, mas sem ter coragem de revelar seus sentimentos para os padrinhos de Dona Joaquina (2017) que estava com sua guarda, preferiu dar cabo da vida dela e a dele próprio; sem ao menos pedir conselho para seus parentes a respeito dos seus sentimentos antes de tomar uma decisão que marcaria a vida dos dois adolescentes, se transformaria em uma lembrança que seria recordada por força da memória. Nesse sentido, Ricoeur (2007, p. 132) afirma que “[...] a ideia da espontaneidade de um sujeito individual de recordação pode ser denunciada como uma ilusão, é porque nossas percepções do mundo exterior se sucedem segundo a mesma ordem de sucessão dos fatos e fenômenos materiais”.

Sobre a disputa de memória entre a Vila Cearense e Vila Piauí, percebemos que é demonstrada nas narrativas quando os protagonistas desse estudo afirmam que uma vila foi

ocupada primeiro enquanto a outra ainda não tinha nenhum morador e o espaço, que posteriormente seria transformado em lugar pelos migrantes, permanecia coberto pela vegetação nativa sem intervenção humana, “[...] já tinha a Vila Cearense, a mais antiga é a Vila Cearense. Aqui na Vila Piauí só tinha casa ali pra baixo, naquela bilotinha pra ali, aqui era só mato, depois que foi formando casa pra cá”. (CARLOTA, 2018).

A Dona Carlota (2018), mesmo sendo moradora da Vila Piauí, defende que a Vila Cearense foi habitada primeiro do que a vila onde reside e, em outra parte de sua narrativa, afirma que não tinha interesse de morar na cidade de Araguaína, mas por insistência do enteado e do seu cônjuge, acabou aceitando a ideia e até hoje reside na Vila Piauí.

*[...] tinha um filho do meu segundo marido aí do primeiro casamento dele que foi buscar nós na cidade de Santa Luzia do Paruá-MA, aí ele falou: pai eu vim buscar vocês para nós ir para Araguaína, aí eu caí logo chorando, eu digo: gente eu não quero ir porque dizem que em Araguaína o povo é muito revoltado. Aí ele disse: não mulher não é nada disso, eu vou levar vocês pra viver lá, tem 3 anos que estou morando lá e lá é bom, chega lá eu vou arrumar um serviço pro pai trabalhar [...] que Araguaína era ruim, o povo falava que aqui era revoltado, era ruim, eu nunca imaginei que Araguaína tivesse comércio, porque já tinha o Armazém Paraíba e tinha comércio movimentado. (CARLOTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*

O descontentamento de Dona Carlota (2018) em ter que sair do seu lugar com seu segundo cônjuge para constituir um novo território no município de Araguaína se firmava na ideia que criou sobre a cidade a partir das informações que sabia: “[...] em Araguaína o povo é muito revoltado [...] era ruim”, o que significava que era uma cidade violenta, mas em se tratando de uma cidade que recebia migrantes de outras cidades e regiões diferentes, o conflito de terra era inevitável e esse aspecto, de certa forma, se disseminou ao ponto de afugentar alguns migrantes, antes mesmo de se deslocarem para esta localidade, por se informar sobre o território que pretendiam ocupar.

Os migrantes que lidamos aqui se instalaram próximo à rodovia Transbrasiliana, uma localidade disputada por sua posição geográfica na saída da cidade, onde o Transhotel foi construído e funcionava como uma espécie de rodoviária, incluso no Grupo Transbrasiliana e transporte rodoviário, além de ser uma das áreas mais altas de Araguaína, onde o setor de comunicações foi construído, contendo terrenos com planície pouco acidentada, com ausência de depressões e montanhas, propícia à ocupação humana.

Ao vivenciar o processo de reterritorialização, Dona Carlota (2018) se admira da dinâmica do comércio existente na cidade à época que chegou, mas reclama que o desenvolvimento ocorria somente no centro enquanto que os setores periféricos do município eram esquecidos, “[...] não lembro quantas ruas tinha aqui não mais as ruas só tinha lá para

*o centro, pra cá era mato e o chão era só areia, pra cá não tinha nada, nada, nada mesmo, só aquele trieirrim de mato [...]”*. (CARLOTA, 2018).

O conflito de terra que refletia também na escassez de infraestrutura nos setores, bairros e vilas que se localizavam na periferia da cidade à época, contribuía com a insatisfação dos moradores desses logradouros que tinham a esperança de ter uma moradia digna, saneamento básico, energia elétrica, pavimentação asfáltica, dentre outras bem feitorias, melhorando a qualidade de vida desses cidadãos-migrantes que saíram do seu lugar-mãe para desbravar e aventurar outros espaços seguindo rumo ao desconhecido. Como discutido anteriormente, as reivindicações em torno da infraestrutura do novo espaço, surgiram a partir do momento que os migrantes construíram valores referentes à forma de viver na zona urbana, reconstruindo suas identidades pautados nesses mesmos valores.

Por causa do desenvolvimento econômico e político do município, talvez os setores mais disputados fossem os que se localizavam mais próximo do centro da cidade, com boa infraestrutura (água e energia). Os valores dos terrenos nas vilas em tela, com o processo de territorialização, fizeram sentido para os migrantes; ou os bairros que tivessem mais pessoas residindo, “[...] *a Cônego João Lima só era boa lá perto do corgo neblina pra lá [...] lá no JK era só umas ruas de areia, no chão, fui poucas vezes lá lavar roupas e tomar banho, já tinha muita casa lá; mas só tinha chão preto na rodovia [...]”*. (CARLOTA, 2018).

A cidade estava crescendo com o processo de territorialização dos migrantes que, ao chegarem, construíam um local simples para morar feito, geralmente, de palha e tábuas com os recursos que encontravam na natureza, moradia semelhante àquelas que conheciam e residiram no seu lugar de origem. Dessa forma, Dona Carlota (2018) narra que “[...] *casas de palha e de talba. A minha mesmo era de talba, acabando de cair. Agora não tem mais casa de talba nem de palha, nem pra gente lembrar como que era antes, não tem mais, e tudo de tijolo [...]”*, porém com muita vontade de vencer suas condições econômicas. “[...] A ligação do território com a natureza é explícita e, nessa ligação, o território se torna, antes de mais nada, uma fonte de recursos, ‘meios materiais de existência’”. (SANTOS, et al., 2007, p. 47).

Diante do conflito de terras, percebemos que, para adquirir um terreno naquela época, se tornava uma política de ocupação forte dentro do território dessa região onde se localiza a cidade de Araguaína, “[...] *Aí o dono do posto veio pra rancar nós daqui. Aí eu falei: não rapaz quando nós entramos na invasão, não tinha ninguém dizendo que o lote era dele. Nós pedimos o documento e não tinha, não tinha uma plantação de banana que eles plantava”*. (PAULISTA, 2018).



Segundo o Sr. Paulista (2018), antes de ocupar um espaço, os migrantes observavam se havia alguma plantação ou pessoas que informassem quem era o proprietário daquele espaço, não havendo, apropriavam-se daquele local. No caso deles, ocuparam porque não encontraram nenhuma evidência que o espaço teria documento comprovando a propriedade sobre aquele território e como só viram mato, entraram, cercaram e começaram a construir suas moradias com recursos naturais. Ali abrigariam suas famílias e, juntos, lutariam para construir uma comunidade “batizando” com nomes que representavam a nordestinidade dos primeiros migrantes.

Ao contrário de Dona Carlota (2018), o Sr. Paulista (2018) afirma que a Vila Piauí surgiu primeiro do que a Vila Cearense, “[...] a Vila Piauí sempre foi primeiro, aí depois apareceu a Vila Cearense que também é invasão [...]”, portanto, a disputa de memória coletiva entre uma vila em detrimento da outra, no sentido de permanecer enquanto pioneira no imaginário dos moradores da cidade, como sendo a vila que primeiro foi fundada no município de Araguaína, tem sentido entre os migrantes que construíram as duas vilas e que sentem-se parte do lugar. Nesse sentido, Ricoeur (2007, p. 136) se pronuncia: “[...] a memória é ao mesmo tempo um caso particular e um caso singular”. A disputa de memória também ocorre entre os moradores das referidas vilas, individualmente, que procuram se posicionar como aqueles que residem na vila há mais tempo.

*Esse aqui foi invasão, depois que a turma foi entrando aqui. Acho que eu fui o quinto a entrar aqui dentro. Aí depois apareceu o dono dizendo que era dono, aí pegou isso aí e murou. Aí a turma daqui, um dos mais velhos daqui sou eu. Aí os outros foi vendendo, vendendo, aí ficou eu e o Zelão. Eu e o Zelão os mais velhos daqui. Aí depois veio a Dona Carlota, os outros tudo é mais novo. (PAULISTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*

Fazer parte não somente da história do lugar, mas do lugar e de sua construção, é uma questão de honra para esses migrantes que passaram pelo processo de territorialização com suas esperanças minguadas, porém sem perdê-las e acreditando em seu triunfo por meio das conquistas que conseguiram ao longo dos anos, vencendo as dificuldades como a falta de infraestrutura na localidade ocupada mesmo considerando que, no início da apropriação, esta infraestrutura não fazia sentido para os migrantes, mas aos poucos foram construídos sob o processo de reterritorialização; sentindo a ausência dos entes queridos que deixaram na terra-mãe, lidando com sentimentos de afeto por seu lugar-ser onde nasceu, sua pátria, bem como pelos seus que não estão aqui. Restam apenas as lembranças que auxiliam na minimização desse turbilhão de sentimentos que acionam a memória constantemente. Quando a comunidade da

vila visualiza a creche que presta serviço educacional para seus filhos, netos, sobrinhos e ainda gera emprego, além de representar um símbolo da memória coletiva recebendo o nome do fundador do lugar é parte da vida social dos moradores da vila. (Figura 1).

**Figura 1** – Creche Municipal Constantino Pacífico de Oliveira



Fonte: Acervo da autora

Assim, o Sr. Josimar (2017) expressa o que sente por ter o reconhecimento por sua família ser a fundadora da Vila Cearense: “[...] *Aí o Constantino Pacífico de Oliveira era o fundador da Vila Cearense e doou um terreno para fazer o colégio. Aí ficou Creche Constantino Pacífico de Oliveira. Nós sente muito honrado de hoje ter uma creche aqui no nome do nosso irmão [...] Eu um dos fundadores e construtores de Araguaína*”. (Figura 1).

Esse valor moral de sentir-se honrado em ser homenageado por constar o nome do seu irmão mais velho em uma instituição municipal de ensino localizada na Rua 01 da Vila Cearense, além de ser uma questão simbólica, por ressaltar a representatividade dos migrantes na cidade de Araguaína, ainda perpassa o campo da identidade uma vez que o nome ultrapassa a identificação por ser impregnado de valores familiares e culturais. Na figura 1, temos a faixa da referida creche, com a finalidade de visualizarmos a forma material desse valor narrado pelo migrante nordestino.

Dona Raimunda Muniz (2017) também reconhece a relevância da construção da Vila Cearense pelos primeiros cearenses que ocuparam o espaço onde hoje se localiza a referida vila.

Narra sobre o processo de territorialização e sobre a contribuição dos migrantes para o crescimento econômico do município por serem trabalhadores, corajosos e animados.

*[...] é porque todo lugar é assim, tem maranhense, cearense é assim, é índio, é tudo, é nordestino, tudo misturado né. É um povo trabalhador. Onde chega, eles trabalha mesmo e levanta a cidade pra cima. Todo mundo animado. Esses cearenses que tem aqui é só povo trabalhador. Chegaram aqui, eles começaram fazer a Vila Cearense. E hoje a vila tá no que tá porque cearense não tem crise, foi eles que levantaram essa vila aqui [...]. (RAIMUNDA MUNIZ, Entrevista oral em 08/08/2017).*

A narradora afirma que em todo lugar existe uma mistura de identidades, ou seja, diferentes pessoas de outras localidades, estados ou regiões, que se deslocam para novos espaços e passam a contribuir com sua força de trabalho para o crescimento econômico do município onde ocupou um espaço para viver juntamente com sua família.

Ao deixar o Nordeste, os migrantes que ocuparam o espaço onde hoje se localiza a Vila Cearense, procuravam se reunir para lembrar de sua terra e, assim, organizavam *festinhas* das quais toda a comunidade da vila participava no final de semana para se divertir, mesmo na adversidade: longe dos seus e de seu lugar-mãe, “[...] *todo mundo era amigo e todo mundo se conhecia. Tinha umas festinhas pra acolá chamada Toca do Josimar. Aí quando era final de semana todo mundo ia pra aquela festa brincava lá de boa, não tinha briga, não tinha confusão e a gente lembrava do nordeste [...]*”. (CARMEN, 2017).

A lembrança do Nordeste está viva na memória dos migrantes daquela região que se reterritorializaram na cidade de Araguaína e, ao se reunir para confraternizar ouvindo e dançando as músicas de sua terra se teleportavam por força da memória embalados na melodia das canções que os faziam voltar no tempo e sentir que estavam conectados ao lugar-ser por meio do “cordão umbilical” das lembranças que sempre estão latentes e vibrantes no seu consciente, numa constância inexplicável por ser um processo individual com intensidade particular para cada migrante. É o que ocorre com Dona Carlota (2018), ao residir na Vila Piauí sente que está em um “*pedacinho do Piauí*”:

*[...] quando mudei pra cá, aqui já tinha a Vila Piauí e eu gostei de morar aqui porque eu senti que era um pedacinho do Piauí porque aqui tem muita gente do Piauí também morando aqui. Ali embaixo já saiu um bocado mais ainda tem muito Piauí aqui, mais a metade dos moradores é do Piauí; o Zelão, a família dele tudo é do Piauí. Eu me senti em casa, eu disse: agora é aqui que eu fico e não vou sair daqui mais pra lugar nenhum. (CARLOTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*

Dona Carlota (2018) sentiu-se em casa por residir em uma vila cujo nome faz menção ao seu estado de origem, à sua identidade de piauiense e de nordestina. Sentiu-se acolhida pelos seus conterrâneos que partilhavam das mesmas dificuldades, mas também da satisfação de ter

encontrado um espaço onde pudessem fixar moradia, ainda que singela, onde tiveram a oportunidade de construir seu lugar e de onde não querem mais sair.

A convivência em comunidade faz sentido para a narradora que se sente parte ativa da vila por ser piauiense igual aos demais moradores migrantes que ali se instalaram com suas respectivas famílias e encontraram formas diversas de subsistência por meio de sua força de trabalho, contribuindo, assim, com o crescimento econômico, político e cultural da cidade de Araguaína, “[...] Araguaína não tinha um lugar que tivesse cimento assim no chão, um piso nem pra gente botar um pé [...] aquela Cônego todinha era barro, barro da pessoa pisar e ir embora porque sujava os pés”. (MARIA LOIOLA, 2017).

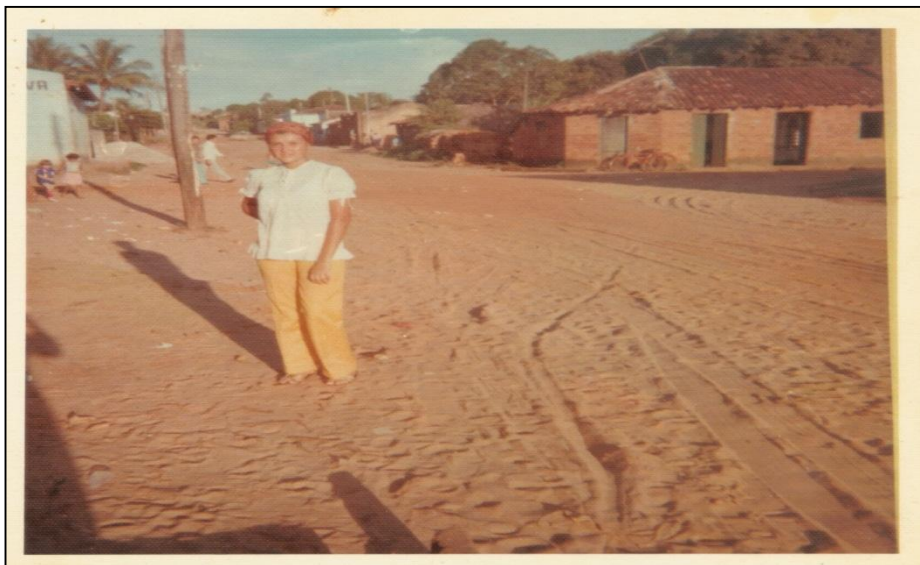
Os migrantes foram e são protagonistas do desenvolvimento do município de Araguaína, seja no campo econômico, político, cultural e social, contribuindo com uma mobilidade espacial e econômica dos habitantes da referida cidade de forma intensa devido aos fluxos migratórios advindos, principalmente, do Nordeste que se reterritorializavam e, portanto, passavam a fazer parte da trama social do território no palco dos conflitos de terras já existentes por conta da explosão demográfica, aspecto oriundo do processo de territorialização, bem como da disputa territorial dentro das relações de poder. “[...] O espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual”. (SANTOS, et al., 2007, p. 317).

A Avenida Cônego João Lima, hoje, é a principal via da cidade de Araguaína e não se parece com o registro da figura 2, uma vez que a infraestrutura do local foi se modificando com o passar dos anos. Atualmente, a referida avenida está toda pavimentada, com rede de esgoto, energia elétrica e saneamento básico. Muitos comércios e lojas seguem ao longo de toda avenida e as residências são em menor número, ao contrário da imagem ilustrativa que mostra um número de comércio reduzido enquanto que parece ter mais casas.

A figura 2 é uma imagem da Avenida Cônego João Lima que se localiza no centro da cidade e esse trecho da ilustração fica próximo à Praça das Bandeiras que na década de 1960 funcionava o mercado municipal. Ao observarmos a figura 3 iremos perceber muitas diferenças. Da figura 2 para figura 3 tem um intervalo temporal de cinquenta e quatro anos em que a cidade de Araguaína recebeu muitos migrantes que contribuíram com seu crescimento econômico-social. E atraía os migrantes por ser considerado um município com muitas oportunidades de trabalho e emprego, além de ter um clima favorável à agricultura, característica que despertava o interesse dos migrantes nordestinos que viviam em regiões com pouco volume de chuva e com a ausência de políticas públicas que pudessem mudar a situação da seca.

Na figura 2 é reproduzida uma imagem ilustrativa da Av. Cônego João Lima na década de 1960, para termos uma ideia de como o espaço era quando foi ocupado por esses migrantes e as transformações que sofreu no decorrer dos anos após a apropriação do território e seu uso em diferentes setores, bairros e vilas da cidade de Araguaína,

**Figura 2** – Avenida Cônego João Lima em 1961 próximo à Praça das Bandeiras



**Fonte:** ACALANTO – Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense<sup>14</sup>

Em relação à figura 3, trata-se da representação de uma transformação do espaço em uso pelas comunidades do município, dentre elas estão os migrantes nordestinos e não nordestinos. As imagens, como mencionado, nos servem apenas enquanto ilustração para auxiliar na visualização do espaço narrado, os quais correspondem ao mesmo recorte espacial, mas com recorte temporal diferente: a primeira figura foi registrada na década de 1960, enquanto a segunda fotografia, reproduzida mais adiante, data do ano de 2014.

*A cidade cresceu, cheguei aqui a cidade era pequenininha há trinta e dois anos atrás, a cidade era pequenininha, hoje tá grande, mudou muita coisa [...] as dificuldades também mudou muito (risos), hoje tem muita dificuldade [...] a dificuldade aumentou mais (risos), está mais difícil as coisas, mais é assim mesmo. (MARIETA PEREIRA, Entrevista oral em 2017).*

O uso do espaço transforma-o em território constituído e, posteriormente, em lugar, à medida que os indivíduos atribuem sentidos particulares, cada um a seu modo e reterritorializam, juntamente com suas famílias, e desterritorializam, ainda que no escopo

<sup>14</sup>A ACALANTO – Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense foi criada no ano de 2002, tendo como Presidente o Sr. Luiz Aparecido da Silva.

material, permanecendo os sentimentos no processo de rememoração, ou vice-versa, por meio da memória.

Sobre a mesma avenida, o Sr. Eliomar (2017) afirma: “[...] *A Cônego João Lima ali, não tinha a Cônego João Lima, só mato e pau enferrujado de poeira, no tempo não tinha aquele asfalto, era um picadão daqui do Entroncamento até na Praça das Bandeiras*”. O Sr. Eliomar (2017) afirma que não existia a Avenida Cônego João Lima, pintando a cidade por meio de sua memória, descrevendo um cenário diferente do que existe hoje, mas o local, conforme ele mesmo narra, “[...] *era um picadão do Entroncamento até a Praça das Bandeiras*”, então, a referida avenida já tinha o mesmo trajeto que tem atualmente, porém, a poeira impregnava as árvores que ficavam próximas à via e, sem asfalto, quando um automóvel trafegava, o vento espalhava a poeira ao longo das margens da avenida, “*enferrujando os galhos das árvores de poeira*”.

Essa metáfora nos leva a imaginar que a referida avenida era sem asfalto, uma estrada de “chão batido” que o vento se encarregava de levar o pó que se espalhava, quando algum automóvel passava para uma viagem, pelo ar até pousar nos galhos das árvores, as quais se localizavam às margens da estrada. O Sr. Paulista (2018) reforça a narrativa do Sr. Eliomar (2017): “*Praça das Bandeiras era toda só aqueles galhão véi, pé de pau véi lá, no meio da praça, saindo da Cônego João Lima aquela rotatória ali tinha uns banquim que a turma ficava parada lá e vendo a Delegacia prendendo preso pra todo lado (risos)*”.

**Figura 3** – Avenida Cônego João Lima em 2014 próximo à Praça das Bandeiras.



**Fonte:** ACALANTO – Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense.

A figura 3 apresenta uma imagem ilustrativa da Avenida Cônego João Lima no ano de 2014, que nos reporta à transformação do espaço por meio do seu uso pelos sujeitos que se movimentam numa circularidade dentro do território, demonstrando sua força de trabalho e protagonismo na mobilização social.

Já Dona Loide (2017), quando migrou para Araguaína, estranhou a cidade, talvez por causa de sua organização territorial e/ou espacial conforme a ocupação demográfica: “[...] *aqui Araguaína parecia uma currutela. Eu morei ali perto do Posto Tatico, só tinha quiosque, barraco. Eu não conhecia aqui, achei tipo esquisito. Era mato aí pra todo lado. Depois vim morar na Vila Piauí*”, assim, sua percepção do município era de um lugar pequeno com muita vegetação, o comércio ela chama que “*quiosque*” e as casas de “*barraco*”, ou seja, era uma cidade paupérrima, singela e com poucas residências e uma área comercial reduzida e sem muita pompa, na visão dessa narradora.

Porém, mesmo achando o município de Araguaína esquisito, essa migrante permaneceu residindo, primeiramente próximo ao Posto Tatico, como narra e, posteriormente, se instalou na Vila Piauí, onde se encontra até hoje e, segundo ela, de onde não pretende mais sair. Dessa forma, percebemos as mudanças ocorridas não só no espaço-território, mas em toda dinâmica da cidade.

Na figura 3, observamos que a Avenida Cônego João Lima, no ano de 2014, próximo à Praça das Bandeiras, se encontra devidamente pavimentada, bem diferente da primeira imagem, com um fluxo de veículos mais dinâmico. Diferente de Dona Loide (2017), o Sr. Jacinto (2018), por força de sua memória, através dos mecanismos das lembranças, descreve como era a cidade em sua visão de migrante,

*A Maternidade já tinha era mais pequena mais tinha. Era da igreja até na esquina. O Regional antigamente chamava: Hospital do Estado, depois mudou pra Regional, lá era pequeno naquele tempo. Hoje se me botarem lá dentro eu me perdo lá dentro (risos) não sei onde é que eu tô (risos). Era no mesmo lugar, só que cresceu muito. Já tinha a Rua Primeiro de Janeiro, a Rua Treze de Maio mais era tudo chão. A Primeiro de Janeiro era bloquete até lá encima. A Cônego João Lima só tinha um pedaço asfaltado do Entroncamento até perto do É pra Já hoje e de lá até chegar no Posto Tatico era chão, aí tinha umas casinhas até chegar na ponte, nesse tempo nem era ponte era uns bueiros véi. Quando dava o inverno, a água passava por cima daquela ponte que fica perto da Maternidade na Cônego João Lima. (JACINTO, Entrevista oral em 03/02/2018).*

O Sr. Jacinto (2018), de forma descontraída, narra como eram os órgãos responsáveis pela oferta dos serviços de saúde de Araguaína na época que ele chegou na cidade, na década de 1970, bem como desenha o centro da cidade enfatizando três vias: Avenida Cônego João Lima, Rua Primeiro de Janeiro e Rua Treze de Maio, enfatizando a fragilidade da infraestrutura do município, pois suas principais vias não eram totalmente pavimentadas, não havia rede de



esgoto, uma vez que o Córrego Neblina no período chuvoso, transbordava por cima da ponte que se localizava na Avenida Cônego João Lima, próximo à Maternidade Dom Orione, causando inundações nas residências dos habitantes que construíram próximo ao leito do referido córrego.

Sobre o hospital do estado à época, hoje Hospital Regional de Araguaína, o narrador desenha uma estrutura física de arquitetura pequena. Ele oraliza, de forma bem humorada, que hoje, o Hospital Regional é tão grande que ele se perde lá dentro, a mesma comparação faz com o Hospital e Maternidade Dom Orione. Abaixo, nos valem de uma ilustração com a finalidade de nos remeter uma ideia de como era a Maternidade Dom Orione na década de 1970, conforme a narrativa do Sr. Paulista, “[...] *A Maternidade Dom Orione quando eu cheguei pra cá já tinha mais era pequena depois que ela cresceu*”. (Figura 4).

Os migrantes, além de contribuírem com o crescimento sócio-econômico do município de Araguaína, acompanharam esse desenvolvimento e, aos poucos, foram construindo seu lugar no novo espaço e cultivando afeto pela cidade no processo de territorialização, uma vez que o movimento tornou-se pausa, ou seja, o espaço tornou-se em lugar, como enfatiza Tuan (2013, p. 6) “[...] se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar”. Não negam sua nordestinidade, mesmo desterritorializando alguns referenciais culturais no processo de territorialização, como discutido anteriormente, e sentem orgulho de narrar que fizeram e fazem parte do desenvolvimento sócio-econômico-cultural de Araguaína.

**Figura 4** – Hospital e Maternidade Dom Orione na década de 1970.



Fonte: ACALANTO – Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense.



O Hospital e Maternidade Dom Orione é uma instituição de saúde de propriedade da Igreja Católica Diocese Sagrado Coração de Jesus situada na cidade de Araguaína que desde a sua criação firmou convênio com o Estado do Tocantins para atender as mulheres que precisam da área de obstetrícia, ou seja, realizando partos, uma vez que o acompanhamento de pré-natal é desempenhado nos postinhos de saúde do município de Araguaína pelos profissionais especializados da área de enfermagem e medicina.

O Hospital e Maternidade Dom Orione se localiza na Rua Dom Orione n. 100, Centro, Araguaína e atende além das mulheres gestantes do município com parceria estatal, outros procedimentos clínicos assistindo clientes que tenham algum convênio como: Unimed e outros, bem como, clientes que não tenham convênios, mas possuem poder pecuniário para arcar com a quantia dos procedimentos clínicos necessários a cada caso específico.

O processo de desterritorialização ocorreu de forma gradativa na vida de Dona Carlota (2018), uma vez que não queria acompanhar seu enteado que já residia na localidade por ter uma imagem negativa em sua memória sobre o novo espaço, mas que, aos poucos, foi se reterritorializando à nova realidade e hoje não se vê em outro lugar que não seja o lugar que construiu e conquistou junto ao poder público nesse município, na Vila Piauí. Já Dona Loide (2018), quando migrou para Araguaína, classificou o novo espaço como algo “*tipo esquisito*”, porém, com o tempo, esse espaço *esquisito* passou a fazer parte de sua vivência, tornando-se algo não-esquisito para ela que hoje nutre afeto pela cidade em tela.

Já o Sr. Paulista (2018) guarda na memória, apesar de selecionada, esquecida e/ou fragmentada, como era o aeroporto e onde se localizava no perímetro da dimensão territorial do município de Araguaína, bem como descreve o mercado municipal ainda que em poucas palavras e dá uma noção de como era a rodoviária e a Praça das Nações.

*O aeroporto era onde é a rodoviária hoje, pra cima da rodoviária um pouco, onde era aquela Vila Chambari. E a rodoviária era aqui embaixo onde era o antigo HDT. A rodoviária era de madeira e pequena. O mercado municipal bem menor e cheio de barracas de lona e era perto da Praça das Bandeiras depois que mudou lá pra baixo. Aí foram mudando tudim pra lá (risos). Aí eu trabalhava e morava pra cá, aí só ia pra lá dirigindo o ônibus. (PAULISTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*

Hoje a rodoviária da cidade de Araguaína se localiza na Av. Santos Dumont, um pouco acima do antigo Hospital de Doenças Tropicais (HDT), onde hoje funciona o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial situado na Rua Castelo Branco n. 40, Setor Rodoviário. Próximo ao Setor Rodoviário, existe o Setor Aeroporto, onde provavelmente se localizava o aeroporto da

cidade, tendo as narrativas desses migrantes como base para se pensar essa localização dos referidos órgãos públicos.

Assim que o Sr. Paulista (2018) migrou para Araguaína, começou a exercer a função de motorista de táxi na rodoviária da cidade, o que rememora ao narrar e descrever como era a cidade quando chegou, conforme as lembranças que guardou na memória pautadas na sua imaginação. Segundo Ricoeur (2007, p. 68), “[...] a lembrança pura conduz à lembrança-imagem existindo uma inversão completa da função imagificante”. Porém, na memória do Sr. Jacinto (2018), a rodoviária da cidade se localizava em outro ponto, “[...] *A rodoviária era do outro lado da Santos Dumont, era ali onde é o Centro de Cultura próximo à APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcionais que era a rodoviária antigamente*”, cada indivíduo apreende a realidade partindo do seu modo de interpretar o mundo ao seu redor.

O aeroporto do município de Araguaína, conforme as narrativas dos migrantes, tinha uma estrutura simples, mas já funcionava na década de 1960. “*A pista de avião começa de lá de onde era o HDT antigamente. Aí descia para o JK onde tinha muita casa já*”. (JACINTO, 2018).

Diante dessas narrativas, observamos que, além do desenvolvimento econômico, político e sócio-cultural, havia um crescimento no ramo do transporte terrestre e aéreo, facilitando o acesso à região com a construção da rodovia Transbrasiliana e do aeroporto. A mobilidade espacial se vincula à mobilidade econômica, fruto das relações sociais no território, das quais os nordestinos são parte nesse processo de territorialização.

Outra localidade que aparece nas narrativas é o Mercado Municipal de Araguaína. Sobre esse mercado, também conhecido como feira municipal pela comunidade araguainense, o Sr. Jacinto (2018) narra: “*O centro da cidade de Araguaína era pequeno, era inferior do jeito que tá hoje. A Cônego João Lima um pedaço dela era chão. O mercadão, já tinha mais era um galpão pequeno*”. O Sr. Jacinto (2018) descreve a cidade de Araguaína fazendo comparações com a estrutura da cidade no presente, dessa forma, seu olhar sobre a cidade do passado tem como referência a arquitetura, a organização e a dimensão territorial do hoje. Sobre esses enalços da memória, Santos (et al., 2007, p. 244) nos lembra que “[...] grande parte dessa memória está perdida por extravio simples, doloso, destruição ou deterioração”, ou ainda pelos mecanismos da seleção e do esquecimento diante do que faz sentido para esse migrante.

O mercado municipal surgiu em decorrência da feira existente ao ar livre, constituída pela população que improvisava seus quiosques com armações de madeira e lona preta. Esta última é uma espécie de plástico grosso que protege do sol e da chuva e era amarrada à armação

de madeira ou de ferro para manter os produtos alimentícios protegidos durante o momento de exposição na feira, como demonstra a ilustração (figura 5),

**Figura 5** – Mercado Municipal de Araguaína no ano de 1987.



Fonte: ACALANTO – Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense.

Os limites territoriais da cidade de Araguaína aos poucos foram sendo transpostos por meio das ocupações e apropriações espaciais, principalmente por parte dos migrantes: pessoas que ultrapassaram fronteiras territoriais para encontrar um espaço que pudesse transformar no seu lugar, como afirma Albuquerque Júnior (2009, p. 132): “[...] transpor as fronteiras de seu mundo ou do seu ‘eu’”. Dessa forma, venceram fronteiras culturais, preconceituosas e excludentes dentro da relação de poder, contribuindo com a consolidação do município onde se instalaram a partir do uso do território enquanto nordestino, se valendo de sua cultura e da sua maneira de ser e estar no mundo ao ressignificar o espaço por meio de sua identidade de migrante e protagonista de sua história. Assim, o espaço da cidade como um todo foi ganhando novas formas, surgindo praças, feiras, avenidas, rodoviária, aeroporto, órgãos públicos como hospitais e prefeitura. Os habitantes foram organizando o espaço nas dimensões política, econômica e sócio-cultural.

Segundo Dona Marlene (2018), a feira da cidade de Araguaína não funcionava próximo ao mercado municipal onde é hoje, mas na Praça das Bandeiras, todos os domingos e, somente na década de 1970, o poder público municipal construiu a estrutura física do mercado municipal

e a feira passou a ser organizada nas vias no entorno do mercado constituído e permanece até hoje.

Algo parecido aconteceu com o Armazém Paraíba que hoje se localiza na Av. Cônego João Lima n. 1.155, Quadra 6 no Centro de Araguaína. Segundo o Sr. Eliomar (2017): “[...] *o Armazém Paraíba era lá onde é a Embale, onde é o Armazém Paraíba hoje, era uma chácara de laranja. Aí o Armazém Paraíba queimou, pegou fogo. Aí pronto mudaram o Armazém pra lá onde é hoje*”, porém, no caso dessa loja, foi uma fatalidade, talvez a fiação de energia poderia estar danificada ou em mau estado de conservação, o que facilitou o incêndio.

Atualmente, os moradores dessa cidade podem ir à feira com mais frequência, uma vez que ocorrem às sextas-feiras a partir das 16h e aos sábados, inicia às 07h da manhã, encerrando por volta das 15h, funcionando próximo ao mercado municipal. Aos domingos em dois pontos: funciona no Setor Entroncamento, próximo à Rua 14 e no Setor JK, próximo na Rua Lontra, iniciando a partir das 07h.

A dinâmica da cidade e seu desenvolvimento por meio das ações humanas dentro do território, após quarenta anos, ou seja, desde que a maioria dos migrantes que protagonizam este estudo chegaram para esse município e reconstruíram suas vidas nessa espacialidade, sofreu transformações inerentes ao uso desse território, por isso o fato de usarmos imagens de alguns pontos, com o intuito de, por meio dessas ilustrações, percebemos essas mudanças.

Um dos locais mais conhecidos de Araguaína é a praça conhecida, primeiramente como Praça da Matriz, depois foi denominada de Praça das Nações e atualmente: Praça São Luís Orione. Sobre essa praça o Sr. Paulista (2018) colabora: “[...] *Já tinha a Praça das Nações quando cheguei aqui em Araguaína também mais era pequena, depois que ela cresceu. E também a Praça das Nações não era assim não, era toda bagunçada*”. A forma que o Sr. Paulista descreve a Praça São Luís Orione, demonstra sua maneira particular de perceber o espaço.

Duas características chamam mais atenção nessa descrição: *pequena e bagunçada*, talvez ainda estava em período de construção, inacabada. Porém, o Sr. Paulista narra do seu lugar de migrante vindo de São Paulo, capital, onde existem praças diferentes das que conhece aqui; fala reelaborando o passado partindo do agora, desse lugar imediato que determina a percepção do ontem dentro da temporalidade sob os arranjos da memória.

Logo abaixo, a figura 6 demonstra a Praça São Luís Orione. Talvez ela não represente a narrativa descritiva desse paulistano, sendo uma imagem da década de 1980, pois parece um local organizado e não tão pequeno, porém devemos considerar a visão do narrador que migrou da capital paulista para um espaço em desenvolvimento.

**Figura 6** – Praça das Nações de Araguaína na década de 1985.



Fonte: ACALANTO – Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense.

Acima na figura 6, se encontra a Praça das Nações, hoje denominada Praça São Luís Orione, situada na Rua 15 de Novembro, no centro de Araguaína. Segundo o narrador, essa praça foi construída depois da Praça das Bandeiras, localizada na Avenida Cônego João Lima, esquina com a Avenida Castelo Branco, também no centro da cidade. O Sr. Jacinto (2018) enfatiza: *“A Praça das Nações já tinha, era com os passeios pequeno mais tinha. A Praça das Nações é mais nova de que a Praça das Bandeiras. A Praça das Bandeiras que é a mais velha da cidade, já tinha”*. Talvez por estar em fase de construção, como demonstra a ilustração (figura 6), o Sr. Paulista (2018) tenha expressado anteriormente que a Praça das Nações era *“pequena e bagunçada”*.

No processo de reterritorialização, os migrantes contribuíram para a transformação do espaço em lugar, de forma direta, ao constituírem a Vila Cearense e a Vila Piauí, e indiretamente, ao contribuírem com o desenvolvimento da cidade de Araguaína, uma vez que trouxeram consigo sua força de trabalho, seus valores culturais, sua maneira particular de ser e estar no mundo. Com relação à força de trabalho, contribuindo diretamente com a transformação do município de Araguaína, cita-se o Sr. Josimar (2017), pois, enquanto mestre de obras e instrutor do SENAI, tanto construiu obras dentro da cidade quanto formou pessoas para atuar enquanto construtores dentro e fora da localidade central da referida cidade, conforme discutido no primeiro capítulo. Esse migrante ressalta algumas obras que construiu, tais como: unidades de ensino municipais e estaduais; o Supermercado Campelo; Prefeitura

Municipal e Umuarama Automóveis. Abaixo, outra fotografia ilustrativa (figura 7) da primeira praça do município, segundo as narrativas.

**Figura 7** – Praça das Bandeiras de Araguaína na década de 1983.



Fonte: ACALANTO – Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense.

O Sr. Paulista (2018) corrobora com algumas informações junto ao Sr. Jacinto (2018) sobre a Praça das Bandeiras, principalmente sobre a Delegacia de Polícia enfatizando que, próximo a essa praça, havia uma Delegacia e uma barbearia e, com um sorriso, rememora seus conhecidos que morreram ao longo dos anos, mas afirma que ele foi ficando, “[...] fui ficando pra cá no meu canto [...]”, e até hoje se encontra com vida e saúde. Esse sorriso revela o sentimento de satisfação por ainda usufruir da vida, o maior bem do ser humano, “[...] A Praça das Bandeiras tinha, mais não era grandona também não, lá perto era a Delegacia de Polícia antigamente, tinha os veteranos lá, tinha um barbeiro, antigamente eu conhecia ali tudim [...] mais depois, foram morrendo e eu fiquei, fui ficando pra cá no meu canto (risos)”. (PAULISTA, 2018).

A Praça das Bandeiras, de acordo com as narrativas dos migrantes é de grande relevância por ser a primeira praça a ser construída no território araguanense. Próximo a essa praça, se localizava a Delegacia de Polícia Civil e o Quartel da Polícia Militar, que funcionava nas mesmas dependências, denominada pelos cidadãos, “[...] A Delegacia de Polícia Militar era perto da Praça das Bandeiras”. (JACINTO, 2018).

Outro fator enquanto consequência do crescimento do município em tela e que aparece nas narrativas é a questão da violência. Segundo Dona Carmen (2018), não se sente bem hoje e nem segura de ficar à tardezinha sentada na porta de sua residência como gostava, por temer ações de criminosos, “[...] *Só o que não tem hoje que antigamente tinha é que a gente ficava mais tranquilo, ficava um pouco nas portas assim. A violência quase não tinha. Ninguém sabia nem o que era isso aí*”, não conhecia a violência porque viveu sua infância na zona rural e, quando ficou adulta, casou-se e foi morar na cidade de Conceição do Araguaia-PA, na zona rural também e, posteriormente, migrou para Araguaína-TO, onde permanece até os dias de hoje, na Vila Cearense.

Em sua voz, demonstra insatisfação com essa realidade. O sentimento de segurança se encontra minguado. Porém, o medo tornou-se uma constância que baliza suas ações dentro da comunidade da vila, pois teme ser assaltada ou sofrer outro tipo de violência ainda mais drástica, “[...] *Hoje não tem mais essas coisas assim da gente ficar sentada na frente de casa, a gente fica assustada, com medo. Antigamente nós não via essas coisas, nós deixava qualquer coisa do lado de fora aí, amanhecia o dia e ninguém mexia*”. (CARMEN, 2017).

Os desafios do novo espaço, aos poucos, foram ficando complexos, mas os migrantes nordestinos e não nordestinos que participaram da pesquisa, sempre procuram uma forma, do seu jeito particular de ser, para driblar, superar ou transpor os obstáculos que surgiram e surgem dentro do território araguainense no processo de territorialização que, semelhante ao território nacional, também é plural, com características diversas que formam a identidade cultural em cada região do Brasil. “[...] Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta”. (HALL, 2009, p. 29).

O processo de reterritorialização mostra das facetas do território e os migrantes, aos poucos, vão conhecendo e aprendendo a lidar com as particularidades, com as nuances plurais e multiculturais do espaço e imprimem seus valores, sua nordestinidade, misturando sua marca cultural às outras já existentes, contribuindo para a transformação do território. Corroborando com o pensamento de Dona Carmen (2017), o Sr. Paulista (2018) narra,

*Quando dá sete horas da noite, o rabo é um rei. Eu admiro Araguaína crescendo mais cresce os ladrão também. Aqui de dia não roubaram ontem a mulher aqui na vila na casa dela, roubaram uma bicicleta e domingo roubaram a casa de outra moradora. Não tinha ladrão aqui não. Aqui na minha casa era tudo aberto, não tinha muro. A vizinhança perguntava se eu não tinha medo, eu dizia que não tinha medo não. Agora eu tenho medo, me preocupo. Eu tô entrando, já tô trancando o portão, não pode mais confiar aqui não. Não dá pra confiar mais não. (PAULISTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*



A insegurança dentro do espaço revela a dicotomia de uma cidade que cresce e, por outro lado, a ação de malfeitores que se aproveitam da boa fé do cidadão que confia em deixar sua residência sem vigilante para trabalhar, ou mesmo quando dos fins de semana que saem para visitar parentes ou levar a família para algum ambiente de lazer como parece ser o caso dessas duas vizinhas do Sr. Paulista (2018). A confiança de contar com uma vila tranquila, sem violência, não pleiteia mais a opinião desse migrante que admira o desenvolvimento desse município, mas não consegue sentir-se seguro nem na sua própria residência.

Por causa dessa característica plural e multicultural do território é que, para Dona Carlota (2018), Araguaína era uma cidade violenta na década de 1970 e, para Dona Joanhina (2017), era uma cidade calma, tranquila. Porém, quando migrou para o município e começou a construir seu lugar na Vila Cearense, ocorreram acontecimentos narrados por essa migrante que demonstram uma circularidade conceitual e imagética do território, “[...] *Aí eu ia buscar o pão, quando chegava no Entroncamento, o povo já tinha matado dois, três, quatro. Nessa época, meu Deus do céu, o povo matava só guarda. Aí eu passava aquela multidão de gente, eu só olhava, pra não perder o horário do povo merendar, dos piãos chegar pra trabalhar*”. (JOANINHA, 2017).

No primeiro capítulo, abordamos a história do Sr. Manoel (2017), filho de Dona Joanhina que, quando criança, conseguiu um emprego de levar o café da manhã para os funcionários do Grupo Jaime Câmara, os quais, na época, estavam construindo as instalações da TV Anhanguera, onde depois de muitos anos tornou-se cinegrafista e hoje é aposentado. Porém, como era criança, cansou de acordar cedo todo dia e sua genitora começou a exercer sua função. Ela narra que, na época, os meliantes ceifavam a vida dos vigilantes das lojas situadas no Entroncamento para roubar o armamento e os produtos das empresas. Dona Joanhina com medo, e para não perder o horário, não parava, seguia seu caminho. Por outro lado, o Sr. Paulista (2018) admira,

*Fico admirando com o crescimento de Araguaína. Eu fico sentado aqui na porta de noite e fico vendo aquelas luizinha pra acolá, de noite. Aí eu falo: rapaz a gente andava aquilo lá tudim, era só mato. A gente de longe não via nada, só uma luizinha bem aqui embaixo; agora você ver luz lá pra riba. Sentava e via a luz pertim aqui, agora sento lá fora e vejo a luz muito dentro. As vezes eu saio aqui de noite vou lá pra baixo. Você já viu o tanto que cresceu pra cá? Aquele Setor Deus é Amor, Setor Santa Helena não conheço não. Só conheço os Sonhos Dourados e o Ipê. Agora entrou naquela cortiça pra lá, não conheço nada. (PAULISTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*

Percebemos que, mesmo com medo de sair à noite, esse migrante não deixa de superar o medo para ter o prazer de curtir a vista da cidade lançando o olhar da vila onde reside por ser uma localidade alta, senão a mais alta da cidade, motivo pelo qual, próximo dali está instalado



o setor de telecomunicações (rádio e televisão). O prazer de vislumbrar as luzes da cidade é maior do que o medo de sofrer algum tipo de violência por parte de pessoas de má índole. Esse migrante disse que fica sentado à noite na porta, mas o horário que ele permanece, segundo sua narrativa anterior é somente até as 19h.

Enquanto cidadão das referidas vila e cidade, demonstra medo porque afirma que a violência no município tem aumentado. Porém, enquanto motorista, viajante das madrugadas e por gostar da estrada, diz não ter medo de viajar à noite. Hoje se encontra aposentado, mas o afeto pelo ofício não aposenta dos seus sentimentos.

Atualmente, a cidade de Araguaína conta com cento e quarenta e um bairros, setores, vilas e localidades, sendo o Setor JK, o Bairro de Fátima, Bairro Neblina, o Ponte, a Vila Cearense, a Vila Piauí, o Centro e o Bairro São João os primeiros a surgirem enquanto espaço ocupado. (BRASIL, 2017).

*O Bairro São João era conhecido como: Areias, não era Bairro São João e lá tinha poucas casas e as ruas era só areia (risos), não era asfaltado. A Avenida Prefeito João de Sousa Lima, chamava Pão de Açúcar. Agora até o Setor Maracanã já está asfaltado também (risos), os Bairros tudo é perto de lá do Maracanã. A Maternidade Dom Orione e o Regional já tinha também só que era tudo pequenininho não era grande como tá hoje não. (CARLOTA, Entrevista oral em 03/04/2018).*

A memória e seus mecanismos dão sentido às narrativas desses migrantes, construindo uma imagem de Araguaína, muitas vezes, diferente daquela arquitetada pela força hegemônica, podendo destacar algumas famílias, grupos identitários reconhecidos por seus sobrenomes em detrimento de outras famílias que se instalaram no território, fazendo uso deste e transformando-o juntamente com aqueles grupos que são citados em obras sobre a cidade enquanto que os sobrenomes de muitas pessoas ficam à margem, ou seja, não são citadas em pesquisas sobre o município de Araguaína e não são escritos em obras, mas que fizeram a diferença na construção da história do lugar.

De acordo com as narrativas aqui analisadas, não se pode negar que o povo nordestino contribuiu com o desenvolvimento sócio-econômico-cultural desse município, pois, além da sua força de trabalho, trouxe também conhecimentos individuais sobre o manejo com recursos naturais já abordados, seus modos de vida e sua forma peculiar de ser e estar no mundo a partir das relações sociais, “[...] a construção da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência”. (LIMA, 2015, p. 10).

É por meio da memória, conforme as concepções de Portelli (2000) dialogando com Hall (2006), que esses migrantes reafirmam suas identidades sem negar suas raízes; analisa a

cidade que ajudou a construir, nutrindo afeto pelo território transformando-o aos poucos em seu lugar, não substituindo o lugar de origem, mas sublimando a falta deste, uma vez que o novo espaço, no processo de territorialização, vai acolhendo esses indivíduos com os recursos disponíveis de certa forma que desterritorializou práticas, mas não alcançou a subjetividade das raízes nordestinas e não nordestinas, permanecendo na memória, “[...] *Aí foi indo, foi andando, foi embolando, foi encima e foi embaixo vim parar aqui. Agora daqui da Araguaína eu só saio pra cidade do pé junto. Daqui não saio mais*”. (CARLOTA, 2018).

*Eu estou bem aqui porque estou num pedaço do Piauí. Eu gosto de Araguaína, eu ando aqui tudo. Quando eu quero ir numa loja igual o Armazém Paraíba eu vou. Vou na lotérica pagar uma conta; vou e volto de pé. As vezes quando o sol tá mais quente a companheira de andar comigo fala, aí a gente pega o ônibus desce lá; desce aí perto. Tudo tranquilo. Aqui é tudo perto.* (CARLOTA, Entrevista oral em 03/04/2018).

Com a idade de 83 anos, Dona Carlota esbanja virilidade, não é por acaso que ainda consegue andar de transporte coletivo. É uma mulher forte, alegre e gosta de conversar, principalmente sobre a história de sua vida que envolve a migração do Estado do Piauí para o norte de Goiás e as superações que conseguiu almejar diante das dificuldades.

Outra migrante de 84 anos que também demonstra uma fortaleza em pessoa, é a cearense Dona Joanhinha (2017), sentindo-se satisfeita em narrar a história de sua vida, ela fala sobre um sonho, “[...] *se eu for contar a minha vida, precisa ser um caderno todinho e ante deu morrer eu vou deixar*”, de confeccionar um livro com sua história. Esse desejo de perpetuar sua história enquanto migrante, mãe, mulher, cearense, dona de casa, aposentada, enfim, expressa a vontade de registrar sua identidade de migrante e o sentido de sua vida que (re)construiu naquela espacialidade.

Já Dona Carlota (2018) narra sorrindo, “[...] *Os meninos falam que eu digo que vou morrer, mais que vou morrer mesmo porque eu não vou ficar para semente e nem virar pedra. Quem de novo não morre, de velho não escapa*”, e demonstra não temer a morte, mas tem a ver como uma certeza. Certeza que, mesmo sendo o oposto da vida, faz parte dela. Todo ser vivo um dia morre. A semente, essas duas migrantes já semearam: no campo material, podemos nomear seus filhos enquanto semente e sua força de trabalho no campo imaterial. Já no campo subjetivo, o incutimento de seus valores, a forma de viver, a expressão dos sentimentos diversos que afloram nas relações sociais, são exemplo sua forma particular de ser e transformar o território em seu lugar e agora com o título de posse desse lugar conquistado que pode ser visto enquanto uma forma de dominação do Estado.

O Nordeste plural revelado nas discussões travadas durante esse estudo difere da visão saudosista de Albuquerque Júnior (2009) e da imagem de uma região retrógrada disseminada por muitas literaturas e pela mídia por meio de novelas, filmes e músicas que enaltecem a fome de um povo sofrido e pinta um nordestino pobre e ignorante. Porém, a partir das narrativas dos quinze participantes, percebemos uma região formada por sujeitos socioculturais com identidades descentradas sob uma plasticidade cultural, capazes de se adaptarem a diferentes situações no palco da vida, vivendo momentos de dificuldades como a maioria dos brasileiros.

Diante dessas discussões, percebemos que os migrantes nordestinos, paulista e goiano não são os mesmos que se instalaram nesse município quando aqui chegaram, uma vez que perderam algumas de suas referências identitárias no processo de desterritorialização relacionadas aos modos de vida campesina e rural, metropolitana no caso do Sr. Paulista (2018). As histórias de vida e as narrativas da maioria desses migrantes, demonstram a existência de um Nordeste plural que não é composto somente de microrregiões secas e nem somente de microrregiões com abundância de água, mas de territórios plurais e multiculturais por causa de fatores ambientais, uma realidade de todo território brasileiro. Porém, diante dessa pluralidade da região nordestina, muitos representantes dessa região com interesses políticos e apoiados pela ideologia dominante, mostram a região Nordeste totalmente seca e pobre, sob uma concepção segregadora e excludente.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O arranjo do espaço pode ser concebido como um complexo de territorialidade. Isto é, um complexo de recortamento, um múltiplo de áreas configurativas do espaço”.* (SANTOS, et al, 2007, p. 81).

O processo de territorialização (reterritorialização e desterritorialização) reflete o complexo de territorialidade a partir dos arranjos uso e transformação do espaço que, nessa discussão, destacamos os processos migratórios em ênfase: os migrantes nordestinos e não nordestinos moradores da Vila Piauí e da Vila Cearense protagonistas desse estudo, os quais reconfiguraram o território impetrando-lhe valores e sentidos conforme suas particularidades plurais ao (re)construir seu lugar em outro espaço.

Enquanto nordestina natural do estado do Maranhão, penso esses migrantes do meu lugar de nordestina. É uma honra poder discutir as histórias de vidas narradas pelos migrantes nordestinos. Ao transcrever cada narrativa, aos poucos encontrei fragmentos da minha história de vida que contribuíram com a construção da minha nordestinidade, ainda que no campo da memória por ter migrado de Santa Luzia-MA com apenas dois anos para Araguaína-TO. Essa identificação e envolvimento com o objeto tem um significado especial, contribuindo deveras para meu crescimento cognitivo.

Por outro lado, manter essa relação identitária com o objeto no campo teórico foi um desafio, uma vez que o processo de rememoração aflora emoções profundas e significativas. E quando nos identificamos dessa forma, é difícil manter uma discussão distante da fronteira da afetividade, porém foi muito gratificante pensar o Nordeste e os processos migratórios considerando a pluralidade cultural dentro do território sob a multiterritorialidade e interterritorialidade, as quais refletem nas relações interculturais espaciais que transpõem fronteiras diversas e se reinventam no novo espaço.

Consideramos a memória, nessa discussão, não apenas como detentora de recordação diante da rememoração e/ou de informações, mas memória enquanto história, portanto, é preciso pensar a migração enquanto fato histórico não somente voltada ao nordestino, mas enquanto fragmento da identidade nacional. A memória deve ser discutida como sinal de luta, de resistência diante da transformação do espaço.

Por meio da memória desses migrantes, foi possível compreender o processo de territorialização, seus significados e sentidos (re)construídos em suas vidas por eles enquanto protagonistas de sua própria história, a partir da percepção desses sujeitos, sendo esse o objetivo

geral dessa discussão o qual revelou motivações diversas para a ocorrência desse fato histórico, sócio-cultural e político no contexto de cada indivíduo.

Essa investigação ressalta a relevância da visibilidade do migrante enquanto transformador do espaço, devendo ser ponto de discussão em outras pesquisas de campo com a finalidade de desmistificar o conceito e a imagem do migrante enquanto invasor, pobre, preguiçoso, estereotipado, excluído e sem capacidade de se reinventar, usar e transformar o espaço-território à sua maneira, perpetuando sua marca identitária.

A discriminação e a opressão é sofrida por muitos migrantes no novo espaço que antes de (re)construir seu novo lugar, se encontra na “fronteira”, lugar de fronteira onde sente-se excluído e onde passa por dificuldades diversas desde as necessidades de sobrevivência uma vez que não conseguem trabalho com facilidade no novo espaço e a aceitação social por ser diferente, sob o domínio do Estado e da classe hegemônica, os quais não reconhecem o migrante enquanto igual, mas subordinado, indigno e incapaz de vencer sua condição social.

O poder regulador do Estado para reconhecer a propriedade, obriga o indivíduo a pagar tributos anualmente durante toda vida numa submissão perpétua. O que difere da vida no campo, ou seja, na zona rural, onde muitos de seus familiares moraram a vida inteira, na mesma fazenda, e não fazia sentido obter o título de propriedade da terra e levavam uma vida singela. A conquista do referido título de posse da propriedade é, na verdade, uma submissão ao poder simbólico representado pelo Estado e um valor adquirido no espaço urbano.

O processo de desterritorialização ocorreu de forma particular com sentidos e significados singulares na vida de cada um dos migrantes percebido por meio das narrativas individuais, uma vez que, em certa medida, houve perda de referências espaciais e identitárias vinculadas ao lugar de origem e à construção de outras no lugar construído, as quais foram diluídas numa discussão que perpassa os capítulos desse estudo.

A partir dos processos migratórios, mudam o curso de suas vidas ao transporem fronteiras em busca de outros espaços sem temer o *devir*, antes se encorajam com o apoio ou não de parentes/familiares, almejando (re)construir um lugar para chamar de seu numa ruptura contínua com a fronteira onde se encontra enquanto migrante e estranho no novo espaço para firmar-se enquanto Nordestino e migrante, revelando sua identidade regional ainda que no campo da memória, mas que remete ao seu lugar de origem e aos sentimentos de ser simplesmente quem é e ter orgulho de sua essência, inclusive identificando o novo lugar, fazendo referência aos estados onde nasceram: Ceará e Piauí, os quais representam simbolicamente toda região Nordeste no município de Araguaína.

A identidade dos protagonistas desse estudo é a identidade migrante uma vez que interliga os quinze narradores que formam o *corpus* da pesquisa e possibilitam as discussões sobre memória, territorialidade diante do fenômeno social: migração e os aspectos culturais que norteiam as relações sociais dentro do território, numa visibilidade relevante de suas histórias de vida, narrando a história da cidade de Araguaína a partir do seu olhar de migrante construindo uma nova vertente dentro dessa discussão. Pretendemos com esse estudo, valorizar o olhar e a memória daqueles que são invisibilizados posicionando-os enquanto protagonistas de suas próprias histórias e diante da construção e reconstrução do seu lugar, hoje as vilas onde residem e que se localizam na cidade de Araguaína-TO.

E, partindo de sua identidade, o migrante contribuiu com a transformação da cidade de Araguaína por meio do uso do espaço numa circularidade territorial. As transformações são demonstradas por meio das fotografias ilustrativas que dão suporte às narrativas que descrevem como era o espaço quando da apropriação sob o olhar desses sujeitos e as impressões construídas sobre a cidade que passaram a fazer sentido em suas vidas, tanto que não pensam mais em retornar à sua cidade natal.

Consideramos que o migrante nordestino que ocupou um espaço em Araguaína há quarenta anos não é o mesmo sujeito hoje, pode ter perdido, de certo modo, parte de suas referências identitárias que foram reconfiguradas no novo território sob o processo de reterritorialização-desterritorialização, mas sua essência identitária permanece a mesma. A nordestinidade está presente mais na memória do que nas práticas enquanto exercício de memória porque parte dos referenciais que faziam sentido para o sujeito, ficaram na terra natal e não podem ser mobilizados no espaço urbano no qual se encontra há décadas.

O que permanece do paulista, da goiana, dos piauienses, dos cearenses e dos maranhenses é a essência de serem o que são mesmo em outro território, em um lugar (re)construído a seu modo, com identidades descentradas e reconfiguradas de acordo com as necessidades apresentadas no dia a dia. São quem são, ainda que fragmentados, descentrados, mesmo perdendo parte de suas referências identitárias no campo pragmático, mas é na memória por meio dos mecanismos das lembranças que revive, rememora e recorda continuamente quem são, a partir do que foram.

Há uma conjunção entre culturas, uma vez que a interculturalidade ocorre sob o processo de interterritorialidade, transformando o sujeito a partir do aprendizado de novos valores, fundamentando a (re)construção de novos sentidos e significados na vida dos migrantes que desbravaram novas fronteiras em busca de um eldorado capaz de transformar sua condição sócio-político-histórico-econômico-cultural. Nunca saberemos se esse eldorado é o município

de Araguaína, porque talvez não tiveram outras oportunidades, ou porque seus desejos foram aos poucos se perdendo, ou porque as dificuldades da vida em outro espaço afogaram seus sonhos. Porém, foi em Araguaína que refizeram suas vidas e (re)construíram sua história.

Essa saga expressa nos processos migratórios é relevante para compreendermos as particularidades que ocorrem com os sujeitos que, em sua maioria, são “obrigados” a sair do seu lugar de origem instigados pela “falta” de algo que faz sentido em sua vida e, por essa razão migram à procura de um novo espaço que possa satisfazer seus anseios. Nesse caso, a busca pela sobrevivência.

Nesse sentido, nos limitamos às questões voltadas para a territorialidade e a identidade cultural por meio da memória dos migrantes nordestinos e não nordestinos que compõem a Vila Piauí e a Vila Cearense e que participaram deste estudo, sob uma visão interdisciplinar ao procurar compreender o outro a partir de sua própria perspectiva, ainda que considerando os fatores esquecimento, imaginação e seleção. A categoria cultura permeia a discussão diluída no texto a partir das narrativas e sua interpretação.

Não consideramos relevante explorar a linguagem imagética expressa nas figuras ilustrativas utilizadas no terceiro capítulo. Assim, nos servimos dessas imagens somente enquanto ilustrações para fundamentar as descrições dos migrantes presentes em suas narrativas sobre a cidade de Araguaína quando aqui chegaram.

Nos valem de mapas, quadros, gráficos e documentos sobre a regulamentação fundiária com a finalidade de auxiliar o leitor na compreensão tanto da localização das vilas aqui investigadas, quanto para demonstrar alguns dados dos migrantes participantes voluntários desse estudo, bem como, contribuir com o conhecimento material ao visualizar a documentação expedida pelo Estado ao reconhecer a propriedade, ou seja, a posse da terra por parte dos moradores da Vila Cearense e da Vila Piauí. Em contrapartida, o poder dominador cobra encargos anuais como é o caso do IPTU.

A memória social dos migrantes expressa por meio da narrativa, o movimento desses sujeitos e suas famílias dentro do território, rompendo fronteiras sociais e simbólicas; a reconstrução do lugar em outra espacialidade, a necessidade de sentirem-se proprietários tendo sob sua posse um documento expedido pelo poder estatal e municipal que garanta o direito ao espaço ocupado há mais de quarenta anos, bem como a identidade migrante inerente a esses indivíduos que de forma espontânea participaram dessa pesquisa dando vida e dinamicidade a escrita.

Nestas condições, percebemos que essa discussão sobre os processos migratórios não se esgota por tratar de pessoas com seus sentimentos, histórias, conquistas e dificuldades, além de

fazer parte intrínseca da história nacional, da construção e (re)construção do território brasileiro e, por que não, da identidade do povo desse país numa hibridização contínua. Assim, percebemos a necessidade do desenvolvimento de outros estudos e pesquisas sobre essa temática envolvendo os migrantes e o processo de territorialização com o objetivo de compreender outras questões que não foram apontadas nesse estudo. Temos consciência do caráter infinito da ciência e sabemos que essa pesquisa é somente um ponto diante da subjetividade universal do saber e, portanto, requer outros olhares, outras discussões.



## FONTES E REFERÊNCIAS

### Narrativas Orais

**Antônio Josimar de Oliveira**, 67 anos, cearense, casado com Dona Antônia Nercir de Oliveira, pai de quatro filhos, natural de Tauá-CE., migrou para Araguaína no ano de 1970 juntamente com seus quatro irmãos. De Araguaína, migrou para São Paulo, onde trabalhou por quatro anos e retornou para a Vila Cearense. Desenvolveu o papel de Representante de Bairro da vila por quatro mandatos consecutivos. É pioneiro da Vila Cearense, residindo na localidade há 48 anos. Cresceu exercendo a função de lavrador até migrar para a cidade de Araguaína, onde aprendeu o ofício de construtor de obra civil e se tornou mestre de obras, sendo instrutor no SENAI. Motivo da migração: a seca. Entrevista realizada no dia 13 de agosto de 2017.

**Carlota Silva Mendonça**, 83 anos, piauiense, viúva do segundo casamento, aposentada, mãe de quatorze filhos, foi quebradeira de coco e lavradora, natural de Piracuruca-PI, migrou primeiramente para Santa Luzia do Paruá-MA, cinco anos mais tarde migrou para Araguaína, após o convite de um enteado. Reside na Vila Piauí há 37 anos. Foi abandonada pelo primeiro cônjuge. Motivo da migração: acompanhou seu cônjuge, que foi convidado pelo filho a migrar para o norte de Goiás, porque na microrregião onde residia tinha água em abundância. Entrevista realizada no dia 03 de abril de 2018.

**Eliomar Alves de Oliveira**, 65 anos, divorciado, cearense, natural de Iguatu-CE, foi vendedor ambulante, empresário proprietário de hotel, teve casas de aluguel. Hoje é aposentado. Migrou juntamente com seus pais quando tinha 20 anos, para a zona rural de Carmolândia e, três depois, para Araguaína. Tem nove filhos fruto de cinco relacionamentos, filho de Dona Joana Alves de Oliveira, também narradora desta pesquisa, e reside na Vila Cearense há 45 anos. Motivo da migração: acompanhou os pais que migraram por causa da seca. Entrevista realizada no dia 23 de julho de 2017.

**Francisca Alves de Oliveira**, 61 anos, casada, cearense, aposentada, mãe de sete filhos, natural de Iguatu-CE, migrou na companhia de seus pais quando tinha 16 anos para a zona rural de Carmolândia, onde contraiu matrimônio e passou a morar na zona rural de Jacilândia. Após cerca de três anos, migrou para Araguaína e reside na Vila Cearense há 45 anos, onde, na época, montou uma pensão e atendia os piões, juqueiros, vaqueiros– pessoas que prestam serviço em lavouras por pouco período e quando terminava a atividade fim para que foi contratado se deslocava para cidade em busca outro agenciador (gato) para ser contratado novamente. Filha de Dona Joana Alves de Oliveira. Motivo da migração: acompanhou os pais que migraram por causa da seca. Entrevistas realizadas em 11 de maio de 2017 e em 04 de agosto de 2017.

**Hildebrando dos Santos (Paulista)**, 68 anos, divorciado, paulista, motorista aposentado, pai de três filhas, natural de São Paulo-SP, onde casou com uma nordestina e migrou para o município de Araguaína. Reside na Vila Piauí há 38 anos, da qual é pioneiro. Foi o quinto motorista contratado para trabalhar na extinta Viação Lontra, a única empresa de transporte coletivo da cidade na época. Motivo da migração: se casou com uma nordestina que o convidou para migrar e se instalar na cidade de Araguaína e, como sua genitora havia falecido quando tinha 12 anos, não hesitou. Entrevistas realizadas em 03 de fevereiro de 2018 e em 03 de abril de 2018.

**Jacinto Pereira do Nascimento**, 68 anos, casado, piauiense, aposentado, natural de Piracuruca-PI, reside na Vila Piauí há 29 anos, esposo da Dona Marlene Martins da Paz, também protagonista deste estudo, tiveram cinco filhos, porém morou com sua esposa cerca de 10 anos na Vila Cearense. Esse migrante já trabalhava na zona rural de Araguaína desde 1976, segundo sua narrativa. Motivo da migração: procura de trabalho. Entrevistas realizadas em 03 de fevereiro de 2018 e em 04 de maio de 2018.

**Joana Alves de Oliveira (Joaninha)**, 83 anos, viúva, cearense, aposentada, natural de Iguatu-CE, pioneira da Vila Cearense, onde reside há 45 anos, mãe de vinte e seis filhos. Migrou para a cidade de Carmolândia em 1972, onde se instalou com sua família na zona rural e, em 1973, migrou para Araguaína ocupando o espaço da Vila Cearense onde permanece até hoje. Motivo da migração: a seca. Entrevistas realizadas em 17 de janeiro de 2017, em 05 de abril de 2017 e em 04 de agosto de 2017.

**José Romão da Silva (Zelão)**, 76 anos, viúvo, aposentado, piauiense, natural de Canto do Buriti-PI, pai de treze filhos, migrou para Araguaína em 1980, pioneiro da Vila Piauí, onde reside há 38 anos. Motivo da migração: a seca. Entrevista realizada no dia 03 de abril de 2017.

**Loide Rodrigues Santana**, 65 anos, divorciada, goiana, aposentada, natural de Tocantinópolis-GO, reside na Vila Piauí há 28 anos, não teve filhos, migrou com seus pais para Araguaína em 1987, tem 20 irmãos. Quando casou, migrou para a zona rural da cidade de São Geraldo-PA, retornando para Araguaína em 1990. Motivo da migração: acompanhou seus pais e, quando separou do seu cônjuge, migrou para o município em pauta. Entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2018.

**Manoel Alves Coelho de Oliveira**, 50 anos, casado, cearense, cinegrafista aposentado, pai de dois filhos, natural de Iguatu-CE, filho de Dona Joana Alves de Oliveira, residiu na Vila Cearense durante 30 anos, pois contraiu matrimônio e mudou para o Setor Sonhos Dourados, depois comprou um terreno no Setor Noroeste e hoje reside no Setor São Miguel. Motivo da migração: acompanhou os pais que migraram para Araguaína por causa da seca. Entrevista realizada no dia 23 de julho de 2017.

**Maria Rodrigues Loiola**, 72 anos, viúva do segundo casamento, cearense, aposentada, mãe de onze filhos, natural de São Luís-CE. Quando chegou em Araguaína, separada do primeiro cônjuge por ter sido abandonada, em pouco tempo casou-se novamente e migrou para a cidade de Aragominas e depois para zona rural da cidade de Conceição do Araguaia-PA, ficando viúva e retornando para Araguaína, onde residiu no Setor Dom Orione e no Setor Rodoviário e, em 2002, se instalou na Vila Cearense onde reside há 16 anos. Motivo da migração: abandono do seu cônjuge, ficando com sete filhos para criar sozinha, contou com o auxílio de sua genitora para criar quatro deles e migrou para Araguaína com o apoio de um tio materno, a procura de trabalho. Entrevistas realizadas em 20 de abril de 2017 e em 11 de maio de 2017.

**Marieta Henrique Pereira**, 60 anos, viúva, piauiense, aposentada, mãe de dois filhos, natural de Oeiras-PI, residente na Vila Cearense há 32 anos, mas antes de se instalar nessa vila, residiu no Setor Entroncamento com seu cônjuge. Não tem laço parental na cidade de Araguaína e nem na região. Motivo da migração: trabalho. Entrevista realizada em 11 de maio de 2017.

**Marlene Martins da Paz**, 63 anos, casada, cearense, natural de Pedra Branca-CE, reside na Vila Piauí há 29 anos, porém morou na Vila Cearense cerca de 10 anos na companhia de seu cônjuge, Sr. Jacinto Pereira do Nascimento com quem tem cinco filhos. Em 1976 residiu na

Vila Cearense com seus pais, mas logo a família migrou para sul do Estado de Goiás, município de Emporá. Motivo da migração: acompanhou os pais que migraram por causa da seca. Entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2018.

**Raimunda Muniz de Sousa**, 64 anos, casada, maranhense, mãe de dois filhos biológicos e seis adotivos, do lar pois ainda não conseguiu o benefício da aposentadoria, natural de Buriti Bravo-MA, foi quebradeira de coco, reside na Vila Cearense há 41 anos. Quando casou na sua cidade de origem, migrou com seu cônjuge para a cidade de Conceição do Araguaia-PA. Motivo da migração: acompanhou seu cônjuge. Entrevista realizada em 08 de agosto de 2017.

**Raimundo Lopes de Araújo (Mundola)**, 60 anos, casado, maranhense, aposentado, pai de duas filhas, natural de Buriti Bravo-MA, reside na Vila Cearense há 29 anos, da qual é o atual Representante de Bairro. Foi eleito pela população pela primeira vez em 2005, cada mandato tem duração de quatro anos. Em 2009, foi reeleito assumindo o segundo mandato, em 2013 foi reeleito desempenhando as funções no terceiro mandato, em 2017 novamente foi reeleito pela população e, atualmente está respondendo pelo quarto mandato. Após migrar para a cidade de Araguaína, aprendeu com seu tio paterno a profissão de alfaiate, depois de 2 anos migrou para a cidade de Conceição do Araguaia-PA, onde montou uma alfaiataria e trabalhou por 7 anos, retornando para Araguaína para desempenhar a função de recepcionista no Transhotel, de onde saiu aposentado. Motivo da migração: acompanhou seus pais que migraram a procura oportunidades para terminar de criar seus filhos. Entrevista realizada em 14 de agosto de 2017.

### Fontes Eletrônicas

Conhecendo os pardais. Disponível em: [mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-extincao-dos-pardais.htm](http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-extincao-dos-pardais.htm). Acesso em: 12 Jan. 2018.

Diferença entre comarca e município. Disponível em: <https://www.educacao.cc/.../diferencas-entre-comarca-e-municipio-distrito-e-estado/>. Acesso em: 28 maio 2018.

Regularização de imóveis em Araguaína. Disponível em: <http://terrapalmas.to.gov.br/noticia/2017/3/27/governo-do-tocantins-inicia-regularizacao-de-imoveis-em-araguaina/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

## REFERÊNCIAS

ACALANTO – Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense. Presidente o Sr. Luiz Aparecido da Silva, 2002.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2009.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovith. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais de método sociológico da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL, Fundação Universidade Federal do Tocantins, Sistemas de Bibliotecas. Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos. Palmas-TO: SISBIB – UFT, 2017.

BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: Secretaria Federal de Pesquisa, 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2016, Araguaína: IBGE, 2017.

\_\_\_\_\_. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1964.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico de Goiás de 1970. Recenseamento geral, v. I, Tomo 23. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

BRASIL. Lei Federal nº 11.977/2009, 7 de julho de 2009, artigo 46. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Poder Executivo, Brasília, DF, de 7 de julho. 2009.

BRUMES, Karla Rosário; SILVA, Márcia da. A migração sob diversos contextos. Bol. Geogr., Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIAMPA, Antônio da Costa. A estória do Severino e a história da Severina. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987

COSTA, José Zilmar Alves da. Um ser de lá do sertão e a construção da(s) sua(s) identidade(s) no discurso nacionalista nordestino. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem no Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. 2009.

GATTO, Ana Clara. Análise documental de imagem: uma leitura das contribuições semióticas. RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf. Campinas-SP, v.16, n.1, p. 39-55, jan./abr. 2018.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Territórios alternativos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? Trad. Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

\_\_\_\_\_. A questão multicultural. In: HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

LIBANEO, José Carlos. Fundamentos teóricos e práticos do trabalho docente. São Paulo: PUC/SP, 1990.

LIMA, Eliane Ferreira. História de vida de migrantes nordestinos em Araguaína-TO. 2015. 37 f. Monografia (Curso de Bacharelado em História) – Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína, 2015.

MARANDOLA, Eduardo; GALLO, Priscila Marchiori Dal. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MEDEIROS, Euclides Antunes de. Guerrilha do Araguaia: memória à margem da história. Outros Tempo, vol. 10, n. 16, 2013.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n. 15, p. 208-249, jan/jun. 2008.

PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

\_\_\_\_\_. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do Século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. São Paulo: Proj. História, fev. 1997.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Campinas-SP: Papyrus, 1994.

\_\_\_\_\_. A memória, a história, o esquecimento. Campinas-SP: UNICAMP, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio. Abordagens e concepções de território e territorialidade. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. (et al). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

THOMPSON, Eduard Palmer. Costumes em comum. Revisão Técnica: Antonio Negro, Cristina Meneguello. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

\_\_\_\_\_. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.